

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Aumentar a sensação de segurança, reduzindo a violência e a criminalidade.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

OBJETIVO GERAL:

Preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações de redução da criminalidade violenta e contra o patrimônio, de educação, fiscalização e engenharia de trânsito, de prevenção e resposta a desastres e de melhoria da qualidade dos serviços de segurança pública em geral, incluindo a perspectiva cidadã às intervenções.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 09 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

001 – QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO: Realizar procedimentos que visem melhor atender o cidadão que necessite dos serviços de segurança pública.

002 – RESPOSTA QUALIFICADA A CRIMINALIDADE : Promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente.

003 – PREVENÇÃO, GESTÃO DE RISCO E RESPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES: Identificar e minimizar os riscos de ocorrência e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública.

004 – PAZ NO TRÂNSITO: Promover a paz no trânsito como uma política permanente de educação ampliando, modernizando e aperfeiçoando a fiscalização, a engenharia e a segurança viária de forma a prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços de modo a reduzir os índices de acidentes.

005 – CULTURA DE PAZ: Enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater o racismo, sexism, homofobia, lesbofobia, transfobia, tráfico de pessoas, trabalho infantil, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade. Fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas.

006 – GOVERNANÇA GESTÃO E PESSOAS: Desenvolver a gestão por resultados integrada de todos os órgãos de segurança pública com planejamento e aperfeiçoamento na execução dos processos internos, bem como promover a valorização dos profissionais de segurança pública, com vistas a atingir a excelência dos serviços prestados à comunidade.

24105 – POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - PCDF

007 – REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE: Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em Reais)

AÇÃO	PPA 2019	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1094 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA INFORMATIZADA	13.149.089,00	-	-	-	-	0	0
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	10.000.000,00	-	-	-	-	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	15.654.141,00	-	-	-	-	0	0
1474 - CONSTRUÇÃO DE QUARTÉIS	13.560.000,00	-	-	-	-	0	0
1482 - REFORMA DE QUARTÉIS	6.130.000,00	-	-	-	-	0	0
1564 - REFORMA DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	100.000,00	100.000,00	100.000,00	-	-	0	0
1569 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.596.668,00	66.300.000,00	107.661.679,81	26.487.361,87	6.195.065,00	1.020	239
1571 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	250.000,00	100.000,00	100.000,00	-	-	0	0
2060 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR	85.613,00	-	-	-	-	0	0
2205 - ENFRENTAMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	216.000,00	-	-	-	-	0	0
2322 - BOMBEIRO AMIGO	51.047,00	10.000,00	10.000,00	-	-	0	0
2334 - COLETA DOMICILIAR DE LEITE MATERNO	21.465,00	35.000,00	35.000,00	-	-	0	0
2340 - BOMBEIRO MIRIM	27.397,00	60.000,00	60.000,00	26.339,16	18.450,36	96	67
2360 - IDENTIDADE SOLIDÁRIA	65.000,00	-	-	-	-	0	0
2362 - CENTRO PILOTO DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS	150.000,00	-	-	-	-	0	0
2412 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	384.426,00	80.000,00	80.000,00	22.500,00	13.922,09	6	4
2460 - CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO	3.283.597,00	2.000.000,00	750.000,00	595.204,05	595.204,05	18	18
2469 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO	48.801.180,00	49.491.979,00	53.524.256,00	47.089.503,94	41.969.665,60	96	86
2541 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	32.397.000,00	24.480.000,00	46.532.073,00	43.862.809,01	43.862.809,01	135	135
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	10.000.000,00	-	-	-	-	0	0

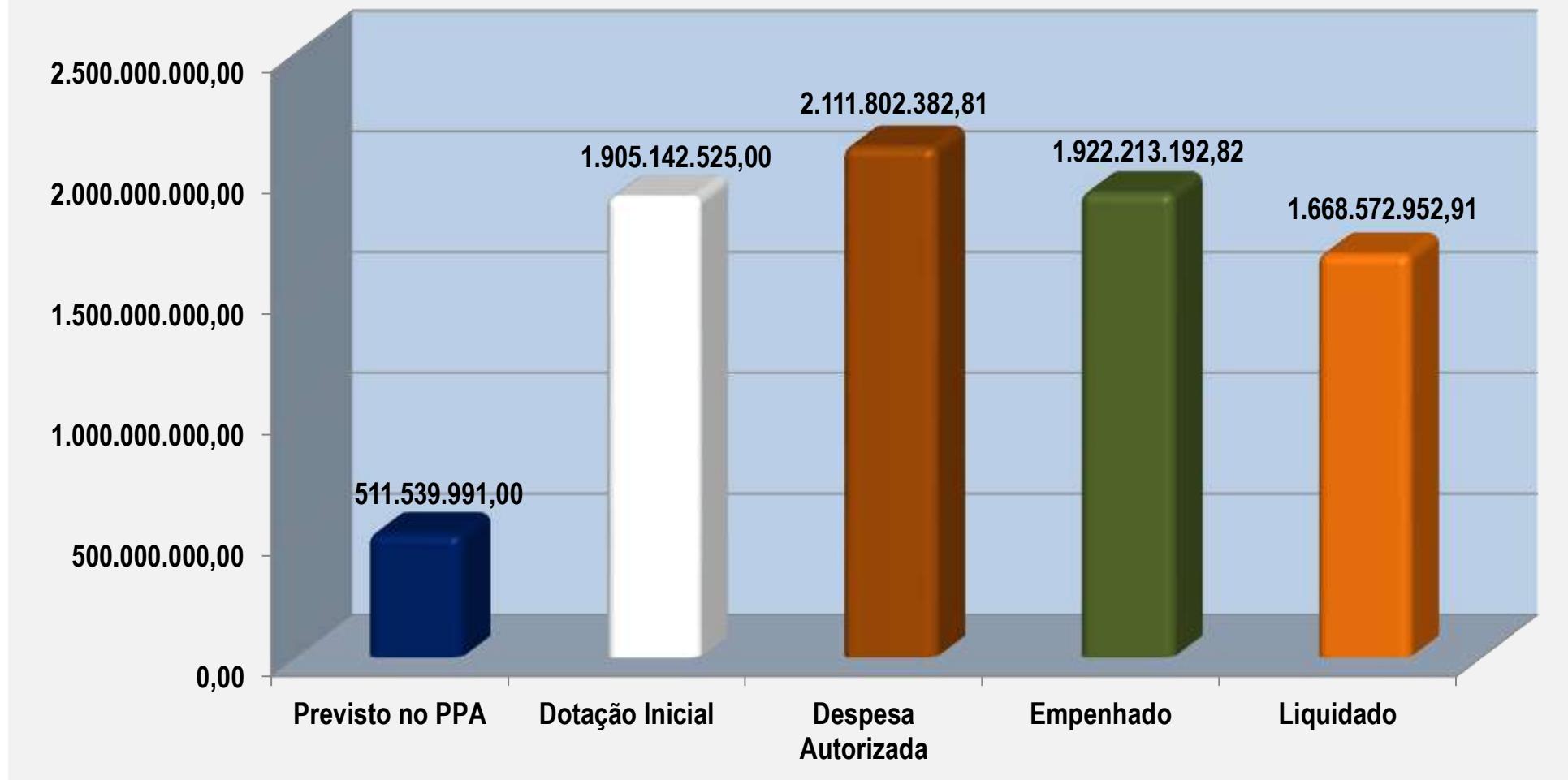
AÇÃO	PPA 2019	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	15.000,00	-	-	-	-	0	0
2627 - MANUTENÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA	1.212.500,00	521.005,00	4.626.615,00	131.574,36	85.472,23	11	7
2629 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO DETRAN-DF	26.700.000,00	29.600.000,00	29.600.000,00	24.481.265,84	20.007.668,68	92	75
2698 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE FROTA	7.100.000,00	10.450.000,00	31.005.405,00	16.077.835,64	12.551.147,39	226	177
2773 - MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE REGIONAL - CICCR	5.758.789,00	120.000,00	-	-	-	0	0
2775 - FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA PREVENTIVA DE SEGURANÇA CIDADÃ	6.259.822,00	2.288.000,00	566,00	564,16	564,16	0	0
2776 - PREVENÇÃO E REPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES	351.025,00	100.000,00	68.377,00	68.376,78	68.376,78	19	19
2779 - ATENDIMENTO ÀS SITUAÇÕES DE DESORDEM PÚBLICA (INCIVILIDADES)	397.536,00	-	-	-	-	0	0
2783 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA	162.000,00	-	-	-	-	0	0
2784 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO	6.400.000,00	8.950.000,00	10.537.591,00	3.778.054,70	3.690.506,85	59	58
2801 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	10.000.000,00	8.250.000,00	18.550.000,00	17.860.809,40	15.197.634,00	179	152
2904 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO	1.300.000,00	1.200.000,00	1.544.500,00	710.864,73	710.864,73	55	55
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	6.766.008,00	-	-	-	-	0	0
3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	24.831.455,00	27.809.596,00	59.154.918,00	25.679.282,94	24.847.030,30	103	100
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	4.650.000,00	-	-	-	-	0	0
3051 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER	60.000,00	-	-	-	-	0	0
3061 - IMPLANTAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE GÊNERO	9.000.000,00	-	-	-	-	0	0
3062 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS	5.000.000,00	-	-	-	-	0	0
3063 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL - UCOP	1.000.000,00	-	-	-	-	0	0
3080 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	589.218,00	-	-	-	-	0	0
3083 - AMPLIAÇÃO DOS POSTOS DE ATENDIMENTO DO PRÓ-VÍTIMA	235.000,00	403.000,00	403.000,00	-	-	0	0

AÇÃO	PPA 2019	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3088 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS	100.000,00	250.000,00	257.864,00	-	-	0	0
3095 - CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DE TRÂNSITO	200.000,00	-	-	-	-	0	0
3096 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO DO DETRAN	100.000,00	-	-	-	-	0	0
3097 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	16.753.589,00	1.500.000,00	433.484,00	-	-	0	0
3098 - REFORMA DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	1.776.000,00	2.841.000,00	-	-	-	0	0
3138 - IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA	221.492,00	-	-	-	-	0	0
3139 - APRIMORAMENTO DA EFETIVIDADE POLICIAL E DA PREVENÇÃO - SEGURANÇA CIDADÃ	2.036.460,00	-	-	-	-	0	0
3175 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	366.669,00	-	-	-	-	0	0
3208 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	549.437,00	300.000,00	52.500,00	-	-	0	0
3209 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	8.000.000,00	300.000,00	52.500,00	-	-	0	0
3269 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	324.000,00	-	-	-	-	0	0
3419 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA	22.901.308,00	1.500.000,00	3.442.280,00	3.373.041,17	1.360.261,17	15	6
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	500.000,00	-	712.000,00	-	-	0	0
3646 - (EP)CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL	12.000.000,00	-	-	-	-	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	84.873.225,00	400.000,00	135.568,00	31.818,00	31.818,00	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.269.936,00	700.000,00	433.863,00	433.622,43	244.211,22	34	19
4031 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO	14.522.085,00	1.900.000,00	3.848.154,00	3.837.429,93	993.087,17	26	7
4034 - INTEGRAÇÃO DER/DETAN - GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO - TRÂNSITO INTELIGENTE	200.000,00	20.000,00	20.000,00	-	-	0	0
4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	7.500.000,00	-	-	-	-	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	7.507.804,00	505.000,00	514.269,00	-	-	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.879.330,00	100.000,00	-	-	-	0	0

AÇÃO	PPA 2019	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
4101 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL	13.700.000,00	10.994.000,00	12.277.787,00	12.276.335,52	8.524.083,05	90	62
4189 - IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS JUNTO À COMUNIDADE - PM	15.883.003,00	500.000,00	-	-	-	0	0
4197 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	6.600.000,00	4.872.116,00	12.706.856,00	10.244.926,33	10.244.926,33	155	155
4198 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	3.000.000,00	1.000.000,00	2.006.000,00	1.935.303,71	1.935.303,71	65	65
4211 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À VÍTIMA E AO AGRESSOR	1.012.020,00	950.000,00	786.000,00	746.835,34	664.072,40	74	66
4213 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS AO PACTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA CONTRA A MULHER	1.250.000,00	240.000,00	36.700,00	12.675,13	-	1	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	11.520.903,00	9.054.489,00	34.741.964,00	8.190.000,00	6.760.000,00	71	59
5027 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO	281.754,00	-	-	-	-	0	0
217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	253.040.296,00	270.275.185,00	436.801.769,81	247.954.334,14	200.572.144,28	98	79
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA -Fundo Constitucional do DF	258.499.695,00	1.634.867.340,00	1.675.000.613,00	1.674.258.858,68	1.468.000.808,63	648	568
TOTAL DO PROGRAMA 6217 – Segurança Pública com Cidadania	511.539.991,00	1.905.142.525,00	2.111.802.382,81	1.922.213.192,82	1.668.572.952,91	376	326

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:(24.101 – SSP, 24.105 PCDF, PMDF, CBMDF, DETRAN)

Programa 6217 - Segurança Pública com Cidadania



OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO: Realizar procedimentos que visem melhor atender o cidadão que necessite dos serviços de segurança pública.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	Descrição da Meta	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (E/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1	1	Reestruturar as ações e os canais de atendimento a ocorrências; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1	2	Aprimorar os sistemas de comunicação das Forças de Segurança Pública; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	25	75	90	90,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1	3	Capacitar 230 pessoas, entre membros da comunidade e profissionais da segurança pública, na filosofia de policiamento comunitário (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);	230	PESSOA	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	-	38	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1	4	Aperfeiçoar o atendimento às situações de desordem pública (incivilidades); (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	-	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1	5	Reducir os índices de violência e criminalidade a níveis desejáveis para uma convivência harmônica e pacífica de toda a sociedade brasiliense; (PMDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	6,98	8,60	40,59	55,64	55,64
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1	6	Diminuir, anualmente, em 29 segundos o tempo médio decorrido entre o despacho da ocorrência e a disponibilização do socorro no local do evento para as ocorrências APH (Atendimento Pré-Hospitalar), salvamentos, incêndios urbanos e acidentes automobilísticos, de modo a atingir índices cada vez mais favoráveis à população; (CBMDF)	8:00	MINUTO	ACUM	MENOR, MELHOR	0:09:47	-	0:10:54	0:10:05	79,3

Análise Qualitativa

1. Reestruturar as ações e os canais de atendimento a ocorrências (SSP);

2016

Foi publicada Portaria Conjunta Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2016, que instituiu medidas emergenciais de reestruturação do funcionamento da Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE, o que proporcionou o atingimento de 77,67% de chamadas atendidas em dezembro de 2016.

2017

Meta atingida. Em 2017, graças às medidas de restruturação, o Índice de Capacidade de Atendimento da CIADE aumentou para 92,24% (dez/2017), ultrapassando a meta estimada de 85%; o que pode ser creditado à efetividade das alterações estruturais realizadas no ano anterior, bem como a capacitação dos atendentes e despachantes no “Curso para Atendimento e Despacho de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal/ Copom”, com carga horária de 12 h/a, organizado pela SEVAP, no período de 29 a 31 de março, nas instalações da EGOV e com certificação da SEVAP para 25 capacitados.

2018

Meta atingida. Com a criação do Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB, por meio do Decreto Nº 39.227, de 10 de julho de 2018 (DODF Nº 130, DE 11 de julho de 2018), com a finalidade de promover a gestão integrada das operações de segurança pública, mobilidade, fiscalização e prestação de serviços públicos do Distrito Federal, a Central Integrada de Atendimento e Despacho - CIADE foi incorporada ao CIOB, o que permitiu melhorias na capacidade dos atendimentos emergenciais.

2019

Meta atingida desde o ano de 2016.

2. Aprimorar os sistemas de comunicação das Forças de Segurança Pública (SSP);

2016

Meta parcialmente atingida. Foram adquiridos 272 terminais de radiocomunicação digital, 100 terminais de comunicação digital tetra portátil, e 677 terminais de radiocomunicação.

2017

Meta parcialmente atingida. Durante o exercício de 2017, foi realizada a contratação de uma nova empresa especializada na execução de serviços de infraestrutura de rede de fibra ótica (instalação, manutenção e certificação) com fornecimento de materiais nas redes existentes que suportam a Solução de Videomonitoramento da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social. A Solução de Videomonitoramento proporcionará o aprimoramento da comunicação entre as Forças de Segurança Pública do Distrito Federal, uma vez que será capaz de monitorar áreas estratégicas das Regiões Administrativas do DF e permitirá a vigilância eletrônica de vários locais ao mesmo tempo com um número reduzido de operadores. A Solução de Videomonitoramento é uma ferramenta importante de reforço na segurança que permitirá visualizar, em tempo real, situações que necessitem de um controle detalhado dos acontecimentos e dimensionar a gravidade de uma ocorrência para o envio do atendimento adequado, bem como garantirá o armazenamento de imagens para posterior análise, nos casos de investigação criminal. A solução permitirá, ainda, uma gestão mais eficaz dos recursos humanos disponíveis para atendimento de emergências, pois as forças de pronta resposta somente são enviadas se comprovada a necessidade.

As imagens serão capturadas por câmeras e transmitidas por meio de rede de cabos de fibra ótica a grandes distâncias das Centrais de Monitoramento Regional (CMR), localizadas em 04 (quatro) áreas do Distrito Federal e uma Central de Monitoramento Centralizada (CMC), situada na Secretaria de Segurança Pública do DF, onde permanecem armazenadas as imagens capturadas por período determinado de tempo. As imagens também serão disponibilizadas aos profissionais da Polícia Militar e Polícia Civil, respectivamente, para diminuir o tempo de resposta de ocorrências registradas pelas câmeras e servir de banco de dados para investigação criminal dos delitos gravados.

2018

Meta atingida. A Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação - UTIC, atual Subsecretaria de Modernização Tecnológica desenvolveu o Sistema de Gestão de Eventos e Incidentes (Ex: Carnaval, Enem, 7 de setembro, etc) que consiste num Sistema Integrado de Eventos Multiagências, para utilização no Centro Integrado de Operações de Brasília - CIOB. O Sistema contempla as seguintes unidades: SOPI (Núcleo de eventos e CIME); SI (eventos); SESIPE (Saída Especial de Custodiado "Saidão"); SUSEC e Agências que integram o CIOB. Todas as informações

sobre os eventos (DHL - Data/Hora/Local) constam no mapa do CIOB com as criticidades classificadas por cada agência integrante do sistema. Eventos planejados ou incidentais são cadastrados e acompanhados. Foi utilizada a metodologia de desenvolvimento ágil SCRUM com documentações específicas e reuniões periódicas. O Sistema se encontra em uso pelo SSP/SOPI/CIOB.

Para dar continuidade à Solução de Videomonitoramento no DF, foram contratadas empresas especializadas com previsão de entregas em duas etapas: a primeira consiste na recomposição de Fibra Ótica e a segunda a instalação das Câmeras em Depósito e Manutenção a Solução.

Para a execução da primeira etapa foi assinado em 26/12/2017 o Contrato de Prestação de Serviços nº 43/2017 com empresa especializada, no valor de R\$ 1.680.120,00, com vigência até 25/12/2018. Em 13/09/2018 foi publicado o extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato 43/2017-SSP, no valor de R\$ 150.327,50, com vigência até 25/12/2018, perfazendo um valor total de R\$ 1.830.447,50. Das 444 câmeras previstas para a primeira etapa, 436 foram ativadas até a data de 18/12/2018.

Para a execução da segunda etapa, foi publicado em 05/11/2018, aviso de adjudicação e homologação do Pregão Eletrônico nº 07/2018 para realização de Registro de Preços de Solução de Videomonitoramento, no valor de R\$ 6.098.004,98, firmado com empresa especializada para execução dos serviços.

2019

Meta atingida. Em 2019 a SSP/DF expandiu o Projeto de Videomonitoramento Urbano, sendo que atualmente existem 644 câmeras de videomonitoramento fixas e móveis da SSP/DF instaladas em regiões administrativas do DF. Destas, 581 transmitem imagens para o Centro Integrado de Operações de Brasília (CIOB). Em janeiro de 2018, 70 câmeras de videomonitoramento estavam instaladas no DF. Já no mesmo mês do ano passado, o número de equipamentos instalados subiu para 450. Em janeiro deste ano, são 581 câmeras instaladas.

O projeto de videomonitoramento, incluindo aquisição de câmeras, instalação de equipamentos e manutenção do parque tecnológico já existente, está orçado em aproximadamente R\$ 8 milhões. Os recursos relativos à aquisição de equipamentos são oriundos de convênio firmado com o Ministério Justiça. Já os serviços de instalação e de manutenção são provenientes de contratos firmados com empresas licitadas.

Oito regiões administrativas contam com o videomonitoramento Urbano implantado: Plano Piloto (área central), Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Riacho Fundo I e II, Recanto das Emas e Águas Claras.

A SSP/DF também desenvolveu o Protocolo de atendimento 193, parametrizado por critérios para melhor triagem, coleta de dados e despacho de ocorrências; desenvolveu Solução Webservices (API Gateway) que permitirá a integração de dados do SGO (ocorrências) com o sistema Gênesis da PMDF e outras agências; desenvolveu Solução para gestão de eventos multi-agências operadas pelo SOPI; entre outros.

3. Capacitar 230 pessoas, entre membros da comunidade e profissionais da segurança pública, na filosofia de policiamento comunitário (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Meta não atingida.

2017

Considerando que o cumprimento da meta de reestruturação do policiamento comunitário compete essencialmente à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), a SSP/DF informa que, no momento da Avaliação do PPA, esta meta será renomeada para "Prover qualificação relativa ao Policiamento Comunitário". No entanto, cumpre esboçar as principais ações desenvolvidas por esta pasta com o intuito de Reestruturar o policiamento comunitário.

Em 2017, esta SSP/DF passou por uma reestruturação orgânica, Decreto nº 38.046, a qual possibilitou a criação da Diretoria de Segurança Comunitária dentro da estrutura da Subsecretaria de Segurança Cidadã (SUSEC). Tal iniciativa fortaleceu o acompanhamento e difusão da filosofia de polícia comunitária no Distrito Federal.

As várias iniciativas de amadurecimento da política de policiamento comunitário continuaram sendo realizadas, a exemplo do Seminário Internacional para multiplicação da filosofia de Polícia Comunitária, fruto do Acordo de Cooperação Técnica Internacional para implementação do Projeto de Difusão Nacional da Polícia Comunitária no Brasil, o qual contou com palestras de profissionais da Secretaria Nacional de Segurança Pública e peritos japoneses. O Seminário foi realizado na Escola de Governo (EGOV) e reuniu os embaixadores do Japão, da Espanha, da Nicarágua e de El Salvador; além de representantes das forças de segurança, dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs), líderes comunitários e profissionais do sistema de segurança pública;

totalizando 176 (cento e setenta e seis) pessoas. Ademais, um policial militar do DF participou do Curso de Gestor de Polícia Comunitária - Sistema Koban, realizado em Tóquio, a fim de absorver experiências e atuar como multiplicador.

Entre os meses de julho e setembro de 2017, com o intuito de proporcionar a maior participação social nas ações de segurança pública, e propor o alinhamento de conceitos e troca de experiências, a SSPDF promoveu o curso "Promotor de Polícia Comunitária", o qual capacitou 76 (setenta e seis) pessoas entre servidores da segurança pública e líderes comunitários das regiões administrativas do Paranoá e de Planaltina, áreas consideradas de risco.

No dia 22 de novembro de 2017, esta SSP celebrou o Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) para a implementação e expansão da abordagem de justiça restaurativa no DF. A cooperação se dará, inicialmente, por meio da capacitação de servidores e comunidade na referida abordagem, a qual será realizada pelo TJDFT, e, por outro lado, haverá o encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e criminal para os projetos de prevenção da SSP. Nesse primeiro momento, será executado um projeto piloto na região administrativa de Planaltina.

Dessa forma, a Secretaria de Segurança Pública vem fomentando a adoção de práticas que fortaleçam a proposta de policiamento comunitário, com a aproximação e integração do cidadão com a polícia, a fim de romper o distanciamento entre estes atores.

2018

Meta parcialmente atingida. A SSP/DF promoveu o Curso intitulado "Segurança Comunitária" voltado para aproximação da comunidade com as Forças de Segurança Pública, englobando temáticas como direitos humanos, relações interpessoais, mediação de conflitos, mobilização social, relação entre polícia e comunidade, entre outros.

Entre os dias 14 e 22 de maio de 2018 foi realizado o Curso de Promotor de Polícia Comunitária na região administrativa da Estrutural. Além da comunidade local, a capacitação reuniu profissionais da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Departamento de Trânsito e outros órgãos governamentais. As aulas foram ministradas na Administração Regional e a cerimônia de certificação realizada no Centro Especializado de Assistência Social – CREAS da Estrutural. Entre comunidade e profissionais de segurança pública, concluíram o curso 38 (trinta e oito) pessoas.

2019

A implementação da Companhia Artística da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade corresponde à atualização da nomenclatura e reestruturação da funcionalidade da Companhia de Teatro Pátria Amada – CTPA, instituída pelo Decreto nº 28.903, de 26 de março de 2008, e restruturada pela Portaria nº 32, de 10 de abril de 2012. Atualmente, para além da atividade artística, a Companhia tem desenvolvido o papel de Mediadora de Conflitos nos territórios em que atua, valendo-se de servidores públicos que transitam entre o policiamento preventivo – Polícia Comunitária, e ferramentas artísticas – vídeo e teatro. As propostas para reestruturação da Companhia Artística encontram-se no Processo SEI nº 00050.00158622/2017- 040.

A Companhia vincula-se a partir da convivência em territórios onde a juventude é frequentemente aliciada por agentes do tráfico de drogas. Portanto, o vínculo afetivo, a escuta ativa e o redirecionamento de medos e conflitos para os jogos e a cena teatral, facilita o processo de resiliência e empoderamento pessoal e social da juventude.

Os objetivos da Companhia consistem em:

• Aproximar a polícia da comunidade, conforme os princípios de Segurança e Política Comunitária para aumento da confiabilidade nos serviços prestados pelas Forças de Segurança Pública;

• Criação de produtos artísticos (cênico, audiovisual e intermidiático) de cunho pedagógico e preventivo social às situações violentas e/ou criminosas a públicos em situação de vulnerabilidade social e/ou criminal;

• Redução de violações e crimes sofridos e praticados, especialmente entre jovens compreendidos na faixa etária de 15 a 24 anos de idade, moradores e moradoras de regiões periféricas;

Quantidade de beneficiários do Programa:

Público das apresentações da peça "Baby - Cena Fórum": 1.100 pessoas;

Oficina de Iniciação Teatral – CEU das ARTES: 16 estudantes;

Oficina de Iniciação Teatral – PROEM: 20 estudantes;

Oficina de Iniciação Teatral – CCM CED 308: 40 estudantes;

Público das apresentações do Espetáculo “A Coisa Impetuosa”: 460;

Público das apresentações do I Festival de Teatro Segurança EnCENA: 1.125 estudantes.

Ainda no ano de 2019 iniciou-se o Projeto-Piloto de Segurança Comunitária e Resolução Pacífica de Conflitos com o objetivo de desenvolver atendimento interdisciplinar e intersetorial à comunidade escolar dos Colégios Cívico-Militares, mediante a oferta de capacitação nos temas Mediação de Conflito e Segurança Comunitária, atividades formativas no contra turno escolar e atendimento psicosocial aos estudantes.

Quantidade de público atendido: 100 estudantes do CPM CEF 308 do Recanto das Emas nas Oficinas de Teatro, Rodas de Conversas e Grupo Terapêutico.

Curso Gestor de Polícia Comunitária: realizado no período de 30 de junho a 13 de julho, no Japão, em parceria com a SENASP/JICA-Japan International Cooperation Agency, com a participação de 2 (dois) servidores da SSPDF

Cursos para Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), com a participação de 8 policiais civis do DF: Polícia Comunitária VA (116 concluintes) e Mediação de Conflitos VA (117 concluintes).

4. Aperfeiçoar o atendimento às situações de desordem pública (incivilidades) (SSP);

2016

Os eixos que orientam as ações do programa Viva Brasília – Pacto pela Vida, são: combate aos crimes contra a vida, como homicídios, roubos seguidos de morte e lesões corporais seguidas de morte; crimes contra o patrimônio, que incluem roubos a pedestres, em coletivos e em comércio; além da melhoria dos serviços de segurança oferecidos à população, que refletem na qualidade de vida e na sensação de segurança.

Contudo outros fenômenos atuam diretamente para que as pessoas se sintam inseguras, e são classificados como desordens ou incivilidades. Entre eles estão problemas com som alto, falta de iluminação pública, mato e lixos acumulados, ou seja, problemas que refletem na segurança pública, mas que ultrapassam a atuação das forças de segurança. Nesse sentido foi criada a Ação Centro Legal - iniciada em 11 de janeiro de 2016, esta ação revitalizou o Setor Comercial Sul. Além da presença do policiamento preventivo permanente por meio de rondas, o governo melhorou a iluminação pública, levou eventos socioculturais para o local, mudou a sinalização do trânsito, coibiu o comércio irregular e retirou dali pessoas que vivem nas ruas.

Com ações integradas entre governo e sociedade civil organizada em 2016, o Setor Comercial Sul tornou-se o principal exemplo dos resultados da metodologia do “Viva Brasília — Nosso Pacto pela Vida”. Desde outubro de 2015 até dezembro de 2016, nenhum homicídio foi registrado na área, e crimes como tráfico, uso e porte de drogas diminuíram consideravelmente.

2017

A Meta foi atingida como demonstrado nas ações a seguir, porém a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Secretaria Especial da Ordem Pública e Social – SEOPS. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019 esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

É importante observar as ações integradas realizadas por esta SSP e outros órgãos, visando mitigar fenômenos que impactam diretamente na sensação de insegurança da população, são classificados como desordens ou incivilidades. Entre eles, problemas como som alto, falta de iluminação pública, mato e lixo acumulados, ou seja, problemas que refletem na segurança pública, mas que ultrapassam a atuação das forças de segurança. Nesse sentido, foi criada a Ação Centro Legal - iniciada em 11 de janeiro de 2016 – a qual revitalizou o Setor Comercial Sul. Além da presença do policiamento preventivo permanente por meio de rondas, o governo melhorou a iluminação pública, levou eventos socioculturais para o local, mudou a sinalização do trânsito, coibiu o comércio irregular e retirou dali pessoas em situação de rua, encaminhando-as a abrigos públicos.

Com ações integradas entre governo e sociedade civil, o Setor Comercial Sul não registrou, entre outubro de 2015 até dezembro de 2016, nenhum homicídio e ocorrências relativas ao uso e porte de drogas diminuíram consideravelmente; tal iniciativa tornou-se o principal exemplo dos resultados da metodologia do Viva Brasília — Nosso Pacto pela Vida, programa que possui como

uma de suas iniciativas a divisão territorial do Distrito Federal em Áreas e Regiões integradas de segurança pública e do monitoramento através de grupos de trabalhos com representantes dos órgãos de segurança pública, de vários outros órgãos do governo e da Sociedade.

Resumidamente, a Região Integrada de Segurança Pública (RISP) consiste na instância de deliberações sobre encaminhamentos para os problemas estruturais que repercutem em mais de uma Área Integrada de Segurança Pública (AISP). Cada uma das RISPs é composta por cinco AISPs. É competência desse comitê, portanto, estabelecer e coordenar as operações integradas e diretrizes para o enfrentamento dos problemas comuns e propor soluções estruturantes a serem mobilizadas e consolidadas nos comitês de governança seguintes.

Em 2017, esta Secretaria passou a contar com a figura dos articuladores territoriais, personagens que fortaleceram o supracitado modelo de gestão, o qual preceitua a importância da mobilização da comunidade para autoproteção e resolução de problemas que geram crises, com foco na resolução de problemas geradores de crime e desordem. Assim, os articuladores territoriais, em conjunto com os Conselhos de Segurança Comunitários (CONSEGs), trazem ao poder público as demandas de incivilidade e desordem pública da sua região, propiciando o incremento da metodologia de mapeamento desses riscos e contribuindo para o plano de intervenção estatal. Assim, a polícia assume funções que não se limitam apenas à repressão ou a atendimentos emergenciais, pois o trabalho preventivo de saneamento de desordens tende a minimizar ou, até mesmo, evitar que problemas se desdobrem em situações mais complexas e de maior perigo.

2018

Meta atingida. O Distrito Federal está dividido em Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) e Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs) e, mensalmente, a SSPDF por meio da Unidade de Coordenação de Políticas Públicas – UCPP participa da organização das Regiões Administrativas do DF com profissionais de segurança pública e com as comunidades, que têm o objetivo de promover a organização e integração das comunidades locais com os órgãos governamentais para discutir, priorizar e solucionar problemas de segurança pública. Os Comitês das Áreas Integradas de Segurança Pública-CAISPs são integrados pelos chefes dos órgãos de segurança pública de cada Área Integrada de Segurança Pública (AISP): delegados-chefe da Polícia Civil; comandantes de batalhão da Polícia Militar; comandantes de grupamento militar do Corpo de Bombeiros; e diretores de policiamento do Departamento de Trânsito, bem como os presidentes de CONSEG. A coordenação do colegiado é rotativa, de forma que a cada mês uma força de segurança conduz a reunião.

As situações de desordens e incivilidades são apresentadas pela comunidade nas reuniões de CAISPs, que ocorrem no âmbito dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) e dos Comitês de Área Integrada de Segurança Pública e são acompanhadas pelas quatro diretorias da UCPP: Diretorias da Rede Colaborativa Leste, da Rede Colaborativa Metropolitana, da Rede Colaborativa Oeste e Rede Colaborativa Sul, que priorizam as demandas a serem atendidas e discutem as soluções possíveis para a resolução dos problemas apresentados junto aos órgãos de segurança pública.

Já nas reuniões de CONSEG, a comunidade leva ao conhecimento das autoridades locais os principais problemas enfrentados na região. Atualmente, estão em funcionamento 35 CONSEGs, os quais são compostos pelo Administrador Regional; dirigentes locais das forças de segurança pública; representantes do Departamento de Estradas de Rodagem (DER); da Agência de Fiscalização do DF (Agefis); da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social; Mulheres; Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sedestmidh); Coordenação Regional de Ensino; e Conselho Tutelar.

Destaca-se ainda que as desordens são mapeadas pelos Assessores Técnicos orientados pelos documentos produzidos pela SGI-SSPPS/DF acerca das manchas de calor relativas as incidências criminais no Distrito Federal. Quando esses servidores fazem a checagem da desordem já mapeada e a encontra resolvida, o fato observado é registrado no My Maps do Google, ficando com a sinaleira verde, pois as desordens mapeadas geram uma sinaleira na cor vermelha. O objetivo deste acompanhamento por parte da SSPDF é melhorar o ambiente público onde os crimes acontecem a fim de que haja um impacto positivo na redução da criminalidade e na sensação de insegurança.

2019

As situações de desordens e incivilidades são apresentadas pela comunidade nas reuniões de CAISPs, que ocorrem no âmbito dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) e dos Comitês de Área Integrada de Segurança Pública, e são acompanhadas pelos Assessores Técnicos da UCPP, que realizam mapeamentos e checagens com ênfase nos locais de manchas criminais, visto que a intervenção do Estado pode influenciar o comportamento da sociedade (teoria das janelas quebradas).

Já nas reuniões de CONSEG, a comunidade leva ao conhecimento das autoridades locais os principais problemas enfrentados na região. Atualmente, estão em funcionamento 35 CONSEGs, os quais são compostos pelo Administrador Regional; dirigentes locais das forças de segurança pública; representantes do Departamento de Estradas de Rodagem (DER); da Agência de Fiscalização do DF (Agefis); da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social; Mulheres; Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sedestmidh); Coordenação Regional de Ensino; e Conselho Tutelar.

Destaca-se, ainda, que as desordens são mapeadas pelos Assessores Técnicos orientados pelos documentos produzidos pela SGI-SSP/DF acerca das manchas de calor relativas as incidências criminais no Distrito Federal. Quando esses servidores fazem a checagem da desordem já mapeada e a encontra resolvida, o fato observado é registrado no My Maps do Google, ficando com a sinaleira verde, pois as desordens mapeadas geram uma sinaleira na cor vermelha. O objetivo deste acompanhamento por parte da SSPDF é melhorar o ambiente público onde os crimes acontecem a fim de que haja um impacto positivo na redução da criminalidade e na sensação de insegurança.

5. Reduzir os índices de violência e criminalidade a níveis desejáveis para uma convivência harmônica e pacífica de toda a sociedade brasiliense (PMDF);

2016

A diminuição de 6,98% nos índices de violência e criminalidade se refere aos crimes de Homicídio, Latrocínio e Homicídio tentado. Foi utilizada essa metodologia, pois a apuração desses crimes transmite dados de maior confiabilidade, visto que todos os homicídios são registrados nos órgãos de segurança pública, afastando assim a cifra negra.

2017

Nesse exercício, houve uma diminuição de 8,60% no índice de crimes e violência. Apenas como exemplo, no homicídio tivemos uma redução de 17%; no latrocínio, que é o roubo seguido de morte, uma redução de 20%; na tentativa de homicídio, uma redução de 2%; e no roubo a comércio, uma redução de 23%. Esses resultados foram alcançados a despeito de uma perda considerável de policiais militares que ingressaram na reserva remunerada (7000 policiais). As ações de reestruturação organizacional e implementações de novas ações de Policiamento Ostensivo têm refletido nos índices de redução do crime e da violência, aumentando a sensação de segurança da sociedade.

2018

Quanto ao cumprimento dessa Meta, conforme relatório de Gestão de 2018, enviado ao TCU, o Distrito Federal apresentou decréscimo de 12,22% no índice de homicídio; 17,78% no roubo seguido de morte; 4,64% no homicídio tentado; 10,57% no estupro; 30,86% no roubo a residência; 10,63% no roubo a transeunte; 17,10% no roubo a comércio; 40,89% no roubo a transporte coletivo; e 17,61% no furto de veículo. Em uma média aritmética geral obtive-se uma redução total de 18,033% nos índices de violência e crime no exercício de 2018. O índice acumulado ficou em 40,59%. O resultado se deve a diversas operações realizadas nas RAs, a despeito do baixo efetivo da Corporação. Atualmente a PMDF conta com menos 7.000 Policiais Militares em seu efetivo por conta de pedidos para reserva remunerada.

2019

Analizando a meta em questão, constata-se que houve significativa redução nos índices de crimes violentos, conforme dados extraídos do Relatório de Gestão 2019 e do sistema Gênesis Transparência (Módulo do sistema Gênesis da PMDF que elabora relatórios das atividades policiais). Para os Crimes Violentos Letais Intencionais, obteve-se os seguintes valores: Homicídios -4,81% e Latrocínios 0%. Para os Crimes Contra o Patrimônio: Roubo a Residência -0,61%, Roubo a Transeunte -19,60%, Roubo a Comércio -12,33%, Roubo de Veículos -18,53% e Roubo a Transporte Coletivo -7,83%. Aferiu-se também redução em relação ao crime de estupro: -2,88%. Totalizou-se, assim, redução de 15,05% nos índices de violência e criminalidade quando se compara o ano de 2019 e o período anterior.

6. Diminuir, anualmente, em 29 segundos o tempo médio decorrido entre o despacho da ocorrência e a disponibilização do socorro no local do evento para as ocorrências APH (Atendimento Pré-Hospitalar), salvamentos, incêndios urbanos e acidentes automobilísticos, de modo a atingir índices cada vez mais favoráveis à população (CBMDF);

2016

A redução gradual no tempo de chegada das guarnições do socorro é elencada como meta, dada a importância do fator tempo em relação a preservação da vida e das propriedades. Para alcançar esta redução estão em andamento iniciativas de capacitação dos militares que recebem as notícias dos sinistros, e a melhora sistemática do processo de atendimento e despacho, fase crucial para o acionamento das equipes de socorro. Encontra-se em implantação o sistema "Fênix" do qual almeja-se maior agilidade no atendimento e despacho permitindo o pronto acionamento das

equipes e início do deslocamento. Aliado a isso, ocorrem medidas estruturais com a ampliação da rede de atendimento do CBMDF com a construção, ampliação e reforma das unidades operacionais, e a aquisição de viaturas e equipamentos que propiciem maior agilidade ao atendimento.

A meta definida para 2016 não foi alcançada propriamente, no entanto, permanecemos próximos a ela, as medidas de capacitação, implementação de sistema e ampliação da rede de atendimento constituem um processo, ao que esperamos contribuir positivamente para o alcance das metas. Existem ainda fatores externos que interferem, tais como o cenário de mudanças na legislação previdenciária que tem impelido militares a ingressarem antecipadamente na reserva remunerada, diminuindo o efetivo disponível para guarnecer os quartéis, e retirando da atividade fim, profissionais experientes, sendo que o tempo exigido para desenvolvimento de habilidades e experiência é superior ao período disponível para alcançar as metas.

2017

Devido às mudanças efetuadas no Sistema de Atendimento de Ocorrências do CBMDF na SSP para o ano de 2017, e conforme reuniões que estão sendo estabelecidas para solucionar os problemas decorridos dessas mudanças (incompatibilidade da replicação dos dados da SSP para o CBMDF), as informações relacionadas ao atendimento não poderão ser fornecidas, até que as informações replicadas sejam validadas.

2018

Espera de melhora com a criação de aplicativos para que os comandantes de socorro possam acompanhar/complementar a ocorrência por meio de smartphones e/ou dispositivos embarcados, como tablets. Esses aplicativos devem auxiliar as guarnições na localização da ocorrência, diminuindo o Tempo Resposta.

Estudos para elaboração de projeto para aquisição de 20 Unidades de Resgate – UR, aumentando a capacidade de atendimento de ocorrências do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF). Com isso, deve-se diminuir os grandes deslocamentos, quando viaturas são deslocadas para atender ocorrências em áreas de outras OBMs que não possuam viaturas de atendimento pré-hospitalar no momento.

Distribuição de mais 09 viaturas ABSL, que são viaturas leves e rápidas, permitindo um atendimento mais ágil das ocorrências.

2019

Fatores:

- 1) Em 2019 a meta para o Tempo Resposta foi estabelecida em 8 minutos e o resultado foi de 10 minutos e 05 segundos;
- 2) A retenção de macas das Unidades de Resgates nos hospitais impedem que elas estejam disponíveis ao socorro, deste modo sendo acionada uma viatura de um quartel mais distante;
- 3) Viaturas resguardam o local da ocorrência até a chegada de órgão competente, fazendo com que uma viatura mais distante seja acionada para ocorrência na área;
- 4) As baixas de viaturas por motivos diversos reduzem o poder de atendimento na área;
- 5) Os grandes deslocamentos para atender as ocorrências fazem com que haja demora na liberação da viatura para a próxima ocorrência;
- 6) O crescimento populacional faz com que haja aumento nas distâncias percorridas pelas viaturas;
- 7) A redução do efetivo do CBMDF faz com que as guarnições compartilhem as viaturas da OBM;
- 8) Os atendimentos aos trotes trazem transtornos ao emprego de viaturas.

Decisões:

- 1) Houve a distribuição de 24 URs, 19 ARFs, 04 ARs, 07 ASEs e 04 ABSL, aumentando a capacidade de atendimento de ocorrências do CBMDF. Tem-se a previsão de chegar mais 44 URs;
- 2) São distribuídas, sempre que necessário, macas reservas para as URs, evitando que fiquem baixadas nos hospitais;
- 3) Há a divulgação junto à imprensa sobre os problemas causados pelos trotes;
- 4) Está sendo revista a área de atendimento dos GBMs para que o atendimento fique mais próximo do limite de 8 minutos.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	2019 Alcançado	Fonte Informação
1576	OCORRÊNCIAS POLICIAIS ATENDIDAS POR RA	UNIDADE	4.155,53	31/07/2015	17.600	20.913	18.800	24.786	20.000	27.384	21.200	180.770	PMDF / UO 24103 / OE 1
1577	EFETIVO DIÁRIO EMPREGADO NO POLICIAMETO OSTENSIVO	UNIDADE	2.924	31/12/2014	2.818	2.906	2.800	1.033	2.795	2.090	2.834	1.475	DOP/PMDF / UO 24103 / OE 1
1578	QUANTIDADE DE PALESTRAS PROVID (POLICIAMENTO DE PREVENÇÃO ORIENTADA A VIOLENCIA DOMÉSTICA)	UNIDADE	1.353	31/12/2014	1.500	2.339	1.500	3.420	1.500	3.420	1.500	5.437	UPMs/ PMDF / UO 24103 / OE 1
1579	TEMPO-RESPOSTA DO CBMDF PARA OPERAÇÕES DE APH, BUSCA E SALVAMENTO, INCÊNDIOS URBANOS E ACIDENTES DE TRÂNSITO	MINUTO	8,18	31/08/2014	9,26	9,47	8,57	4,62	8,29	10,9	8	9,48	SeGeo/ CBMDF / UO 24104 / OE 1
1582	CHAMADAS ATENDIDAS NA CIADE	%	78	31/07/2014	80	77,67	85	92,24	90	90,95	95	83,82	SOPS/SSP / UO 24101 /OE 1

Justificativas 2016

Indicador 1576 - O número apresentado se origina da divisão do número total de ocorrências atendidas pela Polícia Militar do Distrito Federal pela quantidade de meses do ano. Foi possível superar a meta tendo em vista várias ações desenvolvidas pelo Comando da Corporação de intensificação da ação de presença, com o enxugamento do efetivo administrativo, utilização das Cotas de Serviço voluntário gratificado, o que propiciou a otimização do processo finalístico gerando maior efetividade no serviço operacional.

Indicador 1577 - O indicador foi obtido por meio da média do efetivo empregado diariamente pela Polícia Militar, tendo superado a meta prevista para o período, mesmo em detrimento da redução do efetivo da corporação em decorrência dos excessivos pedidos de ingresso na reserva remunerada, o que diminuiu sobremaneira o efetivo disponível para o pronto emprego.

Indicador 1578 - Informamos que o resultado apresentado representa o público que assistiu às palestras ministradas. A meta foi superada devido à intensificação das palestras voltadas ao problema com a especialização e aumento do efetivo afim aumentar o alcance da atividade de prevenção primária do crime e da violência.

Indicador 1579 - Conforme análise do indicador institucional equivalente, o resultado vem mantendo-se no mesmo patamar nos últimos quatro anos. Este indicador passou a constar como objetivo estratégico para o ciclo 2017-2020. Fatores como quantidade de viaturas e militares, rotina de atendimento do CIADE e deslocamento até o local influenciam no resultado. Essas variáveis vêm sendo trabalhadas, a fim de potencializar o alcance das próximas metas, que são ainda mais ousadas e desafiadoras.

Indicador 1580 - Operações de Combate ao Comércio Ilegal e Pirataria: A Unidade responsável pelo Indicador Operações de Combate ao Comércio Ilegal não faz mais parte da estrutura desta pasta, conforme Decreto 36.842, de 26 de outubro de 2015 foi transferida para estrutura da casa Militar da Governadoria do Distrito Federal.

Indicador 1581 - Operações de Combate à Ocupação Irregular do Solo: A Unidade responsável pelo Indicadores Operações de Combate ao Comércio Ilegal e Pirataria e Operações de Combate à Ocupação Irregular do Solo não fazem mais parte da estrutura desta pasta, conforme Decreto 36.842, de 26 de outubro de 2015 foi transferida para estrutura da casa Militar da Governadoria do Distrito Federal.

Indicador 1582 - Chamadas Atendidas na CIADE: O índice foi alcançado devido à reestruturação da CIADE e a capacitação dos atendentes e despachantes.

Justificativas 2017

Indicador 1576 - O indicador apresentado consiste na divisão total do número de ocorrências atendidas pela PMDF pela quantidade de meses do ano. Verifica-se que a meta foi superada e continua em tendência de crescimento em relação ao ano imediatamente anterior. A Intensificação da ação de presença, confiança da população na PMDF para solução de conflitos e o retorno do atendimento e despacho (COPOM) pela corporação são fatores que influenciaram diretamente no aumento do atendimento de ocorrências.

Indicador 1577 - Redução decorrente do número crescente de aposentadorias. Não obstante, existem processos seletivos para contratação de pessoal em andamento para recompor o quadro da corporação.

Indicador 1578 - Este número não se refere a quantidade de palestras, mas ao número de pessoas que assistiram às palestras ministradas por policiais militares que atuam no PROVID.

Indicador 1579 - O tempo foi obtido de forma indireta, devido à mudança no sistema de registro de ocorrências (Fênix) e à nova classificação. A implantação do sistema Fênix e a transferência do despacho para os Grupamentos de Bombeiro Militar do CBMDF tiveram impacto positivo na redução do tempo para atendimento.

Indicador 1582 -2017 - Chamadas Atendidas na CIADE: O índice foi alcançado devido a reestruturação da CIADE e a capacitação dos atendentes e despachantes.

Justificativas 2018

Indicador 1576 - A exemplo do ano 2017, verifica-se que a meta foi superada e continua em tendência de crescimento em relação aos anos anteriores. A Intensificação da ação de presença, confiança da população na PMDF para solução de conflitos e o retorno do atendimento e despacho (COPOM) pela corporação são fatores que influenciaram diretamente no aumento do atendimento de ocorrências.

Indicador 1577 - O indicador foi obtido por meio da média do efetivo empregado diariamente pela Polícia Militar do Distrito Federal, incluindo os policiais escalados por meio do Sistema Voluntário Gratificado.

Indicador 1578 - O resultado apresentado refere-se ao número total de pessoas que participaram das palestras ministradas. A superação da meta se deve ao fato da realização do III curso de policiamento de prevenção orientado à violência doméstica, no qual foram capacitados 29 (vinte e nove) policiais militares da PMDF, 01 (um) bombeiro militar do CBMDF e 03 (três) policiais militares de outros estados (PMESP, PMPI e PMAP).

Indicador 1579 - O aperfeiçoamento do Sistema Fênix permitiu a irradiação da ocorrência concomitante para a SECOM do GBM e mesa de atendimento do CIADE, dando maior agilidade no acionamento do socorro envolvido. Mesmo havendo despacho automático à OBM envolvida, há de se considerar que falta um maior controle nos tempos de saída do socorro da OBM e de chegada ao local da ocorrência, uma vez que esses dependem de informações do SECOM e do Comandante de socorro.

Indicador 1582 - 2018 - O índice foi alcançado devido a reestruturação (física e equipamentos) da CIADE e a capacitação dos atendentes e despachantes.

Justificativas 2019

Indicador 1576 – Houve uma mudança na metodologia de apuração do índice de ocorrências policiais atendidas por RA. Nesta nova metodologia, inseriu-se os dados apresentados neste Relatório de Atividades, no qual constam o quantitativo de todas as ocorrências registradas por cidade. A tabela detalhada por cidade consta em sua íntegra no item 3 - Informações Complementares. Índice Desejado: 21.200, Índice Alcançado 180.770.

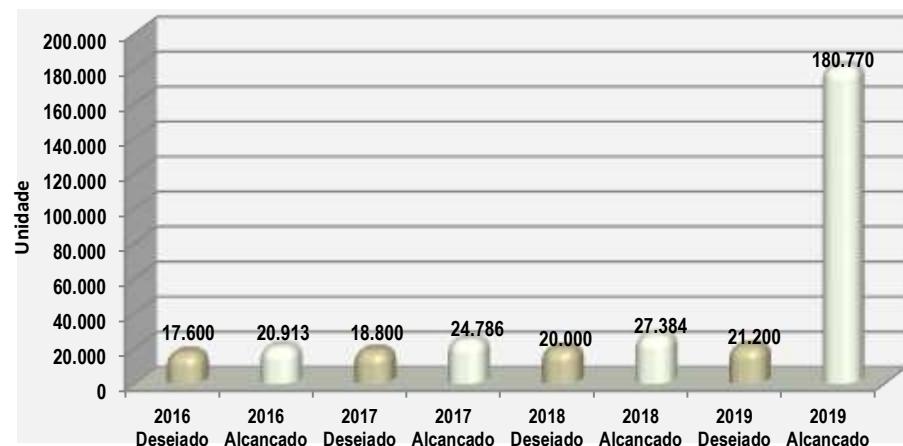
Indicador 1577 – O indicador foi obtido por meio da média do efetivo empregado diariamente pela Polícia Militar do Distrito Federal, incluindo os policiais escalados por meio do Sistema Voluntário Gratificado. Redução decorrente do número de aposentadorias nos últimos anos e a não reposição do efetivo na mesma proporção. Índice Desejado: 2.834, Índice Alcançado 1.475.

Indicador 1578 – O resultado apresentado refere-se ao número total de pessoas que participaram das palestras ministradas. A superação da meta se deve ao fato da expansão do projeto para todo o Distrito Federal, alcançando todas as regiões administrativas, sendo que atualmente existem equipes de atendimento do PROVID em 18 unidades policiais, sendo 16 (dezesseis) Batalhões e 02 (dois) Comandos de Policiamentos Regionais. Índice Desejado: 1.500, Índice Alcançado 5.437.

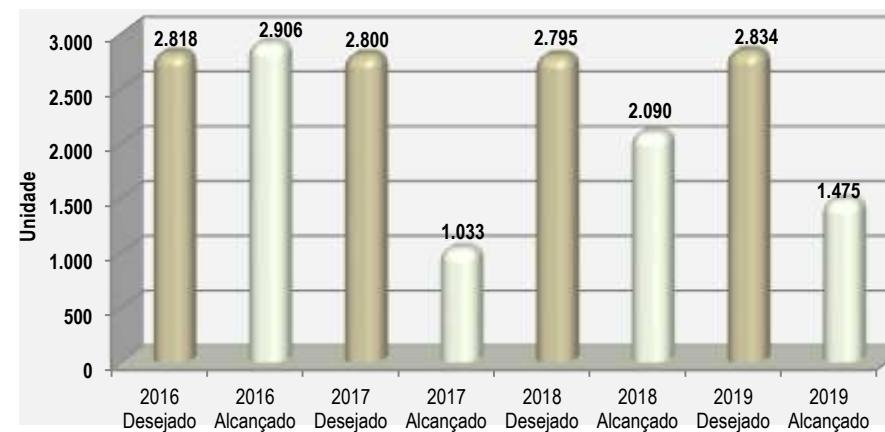
Indicador 1579 – A retenção de macas das URs nos hospitais impediram que elas estivessem disponíveis ao socorro. Viaturas têm de resguardar o local da ocorrência até a chegada de órgão competente. As baixas de viaturas por motivos diversos reduzem o poder de atendimento na área. Os grandes deslocamentos para atender a ocorrências fazem com que haja demora na liberação da viatura para a próxima ocorrência. O crescimento populacional, a redução do efetivo do CBMDF e trotes diminuem a eficiência do socorro.

Indicador 1582 – Com a extinção da Central Integrada de Atendimento e Despacho - CIADE a gestão dos números telefônicos regionais destinados às emergências 190 (Polícia Militar), 193 (Corpo de Bombeiros) e 199 (Defesa Civil), passaram a ser de competência das respectivas corporações.

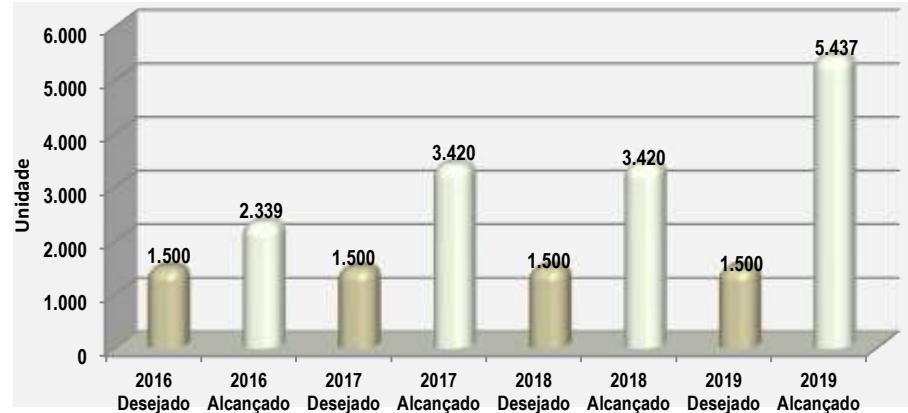
OCORRÊNCIAS POLICIAIS ATENDIDAS POR RA



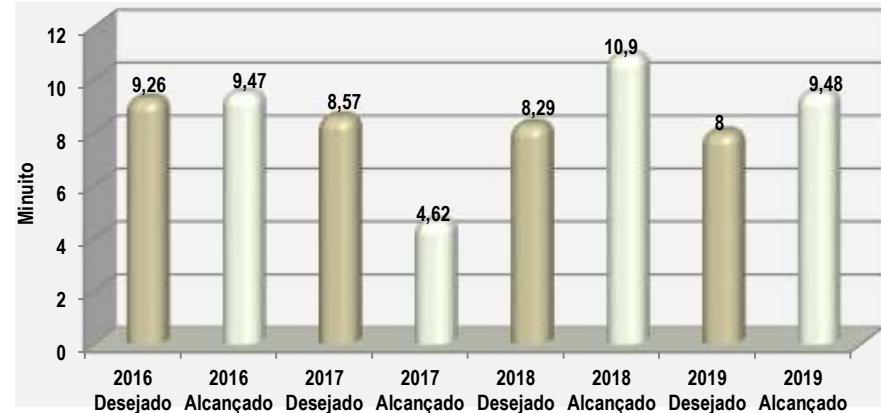
EFETIVO DIÁRIO EMPREGADO NO POLICIAMENTO OSTENSIVO



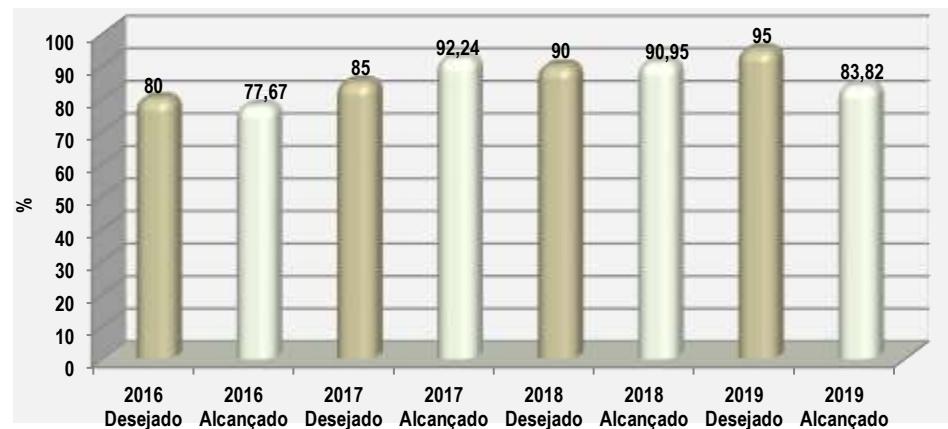
QUANTIDADE DE PALESTRAS PROVID (POLICIAMENTO DE PREVENÇÃO ORIENTADA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA)



TEMPO-RESPOSTA DO CBMDF PARA OPERAÇÕES DE APH, BUSCA E SALVAMENTO, INCÊNDIOS URBANOS E ACIDENTES DE TRÂNSITO



CHAMADAS ATENDIDAS NA CIADE



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	1	1	Implementar uma cultura de prevenção ao crime; (PMDF)	24103	*0	<p>2016 Não há dados para se afirmar. A ação possui um núcleo indefinido o qual não se verificou mecanismo de aferição.</p> <p>2017 Trata-se de uma meta qualitativa onde o viés principal e a sensação de segurança sentida pela sociedade desta forma realizar a mensuração de sensação de segurança ficou prejudicada.</p> <p>2018 Mensuração prejudicada.</p> <p>2019 Trata-se de uma meta qualitativa em que o viés principal é a sensação de segurança da sociedade. Desta forma, realizar a mensuração da ação não-orçamentária ficou prejudicada.</p>
6217	1	2	Implementar ações de mediações de conflito em todos os níveis de infrações penais, inclusive nas de menor potencial ostensivo; (PMDF)	24103	100	<p>2016 Não há dados para se afirmar. A ação possui um núcleo indefinido o qual não se verificou mecanismo de aferição.</p> <p>2017 Em fase de implementação, com aproximadamente 70% da ação já em execução.</p> <p>2018 Em fase de implementação, com aproximadamente 70% da ação já em execução</p> <p>2019 Em setembro de 2018, foi publicada a Portaria PMDF 1.077/2018 que regula o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) no âmbito da PMDF. Com tal publicação, toda a PMDF passou a confeccionar o referido documento que garante maior eficiência e eficácia na atividade policial, no que diz respeito a mediações de conflitos e resolução de infrações penais de menor potencial.</p>
6217	1	3	Realização de palestras para alunos, professores e pais, em toda a rede escolar do DF, agindo diretamente na prevenção primária; (PMDF)	24103	80	<p>2016 A Polícia Militar do Distrito Federal realizou 386 palestras para alunos, professores e pais, em toda a rede escolar do DF, atendendo um público de 25.220 participantes.</p> <p>2017 Neste exercício a Corporação aumentou muito sua produção, sendo realizadas 70.168 palestras, incluindo aí, o PROERD, TEATRO RODOVIA, PROJETO LOBO GUARÁ, PROVID entre outros agindo diretamente na prevenção primária ao crime e a violência.</p> <p>2018 Neste exercício a Corporação aumentou muito sua produção, sendo realizadas 168.429 palestras, incluídos os projetos PROERD, TEATRO RODOVIA, PROJETO LOBO GUARÁ, PROVID entre outros.</p> <p>2019 Foram realizadas 18.133 atividades (palestras, visitas, apresentações de teatro, etc) dos programas/projetos PROERD, PROVID, TEATRO RODOVIA, PROJETO LOBO GUARÁ, entre outros, que alcançaram o público total de 172.411 pessoas</p>
6217	1	4	Reestruturação do Policiamento comunitário; (PMDF)	24103	5,72	<p>2016 A PMDF iniciou em 2016 o processo de ampliação das atividades do PROVID, estendendo-o para todas as regiões administrativas do Distrito Federal. Instaurou também uma comissão com objetivo de estudar mecanismo para incrementar o policiamento comunitário. Contudo, não foi possível apurar o grau de implementação.</p> <p>2017</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>Segundo dados coletados no Centro de Políticas Públicas da PMDF, com a reestruturação do Policiamento Comunitário da PMDF, foram alcançados 2,75% da População com nossos programas de prevenção primária ao crime e violência. Isso representa 83.701 pessoas, em uma população de 3.039.444 habitantes.</p> <p>2018</p> <p>Segundo dados coletados no Centro de Políticas Públicas da PMDF, com a reestruturação do Policiamento Comunitário da PMDF, alcançamos 6,78% da População com nossos programas de prevenção primária ao crime e violência. Isso representa 201.751 pessoas, em uma população de 2.974.703 habitantes, que demonstra a alta efetividade dos programas sociais desenvolvidos pela Corporação.</p> <p>2019</p> <p>Os programas de prevenção primária ao crime e violência atenderam 172.411 pessoas, representando 5,72% da população do DF que, segundo dados estimativos do IBGE para o ano de 2019, era de 3.015.268 habitantes.</p>
6217	1	5	Ampliação das operações "RIC" (Redução dos Índices de Criminalidade); (PMDF)	24103	*0	<p>2016</p> <p>A Corporação realizou diversas Operações, a fim de preservar a ordem pública no Distrito Federal, porém nenhuma Operação foi denominada como RIC. Isso será revisto para os anos seguintes.</p> <p>2017</p> <p>Embora a corporação tenha realizado diversas operações a fim de preservar a ordem pública no Distrito Federal, nenhuma dessas operações foi denominada "RIC". As ações de combate ao crime e à violência foram ampliadas, a despeito da perda de um número considerável de policiais militares que ingressaram na reserva remunerada. Isso demonstra o alto grau de eficiência das operações.</p> <p>2018</p> <p>Embora a corporação tenha realizado diversas operações a fim de preservar a ordem pública no Distrito Federal, nenhuma dessas operações foi denominada "RIC". As ações de combate ao crime e à violência foram ampliadas, a despeito da perda de um número considerável de policiais militares que ingressaram na reserva remunerada. Isso demonstra o alto grau de eficiência e efetividade das operações.</p> <p>2019</p> <p>Operação RIC substituída pela intitulada "Operação Soteria", cuja finalidade é executar ações de segurança pública com o objetivo de preservar a ordem pública em locais de vulnerabilidade em diversas regiões do Distrito Federal. Em 2019, houve a realização de inúmeras operações de prevenção e de repressão imediata ao crime em diversas Regiões Administrativas do DF, inclusive houve incremento no efetivo da PMDF com o ingresso de 750 novos policiais militares.</p>
6217	1	6	Realização de capacitação continuada. (PMDF)	24103	16,27	<p>2016</p> <p>No ano de 2016, foram 1.575 operadores da Segurança Pública formados em diversos cursos patrocinados pela PMDF.</p> <p>2017</p> <p>No exercício financeiro de 2017 foram realizados 1.560 cursos de formação e aperfeiçoamento de operadores da segurança pública, representando 13,92% do efetivo da corporação do serviço ativo.</p> <p>2018</p> <p>Dando continuidade ao seu processo de formação superior, a PMDF iniciou o curso de formação de oficiais com 119 integrantes, que ao final de três anos se formarão. No que diz respeito a formação em curso superior de tecnólogo em segurança pública, a Polícia Militar do DF, em 2018, contou com 156 alunos matriculados no Instituto Superior de Ciências Policiais ISCP. Para melhor cumprir sua atividade fim, e ainda fomentar a segurança pública em um contexto mais amplo, a Polícia Militar do DF ainda realizou 564 cursos de especialização técnico profissional e realizou 8.484 habilidades e treinamentos, o que impactou diretamente o processo finalístico da Corporação, refletindo diretamente nos resultados efetivos alcançados. Em seu Plano Anual de Ensino a PMDF realizou 73 cursos obrigatórios e outros, trazendo resultados que diretamente fomentaram a segurança pública do DF.</p> <p>2019</p> <p>Foram realizados cursos de Formação de Oficiais e de Praças, e seus respectivos cursos de Aperfeiçoamento e Altos Estudos, totalizando 1.759 policiais militares capacitados, alcançando 16,27% do efetivo total da PMDF. Ademais, 9.120 policiais militares realizaram cursos de especialização voltados à atividade-fim da PMDF. Mais 26 policiais militares concluíram o Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e 3 policiais militares foram capacitados em nível de pós-graduação lato-sensu em Análise Criminal.</p>

*Quantidade não informada pela Unidade, tomou-se o índice de 2018.

Análise dos Resultados do Objetivos Específico

2016/2019

SSP

O Objetivo Específico “Qualidade do Atendimento ao Cidadão: realizar procedimentos que visem melhor atender o cidadão que necessite dos serviços de segurança pública”, caracteriza-se pela incessante busca por parte desta Secretaria no sentido de implementar práticas que aprimoram e ampliam o acesso do cidadão aos serviços públicos de qualidade. O exercício da democracia e a preservação dos direitos e garantias inerentes têm exigido dos órgãos incumbidos de exercerem a segurança pública a adoção de modelos de gestão que ampliem a capacidade de atender, com mais eficiência, eficácia e efetividade, as novas e crescentes demandas da sociedade.

Nessa perspectiva, objetivando a constante melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão, a Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social em perfeita consonância com as unidades vinculadas do respectivo sistema, tem implementado ações que visam ao aprimoramento da gestão dos serviços públicos correlatos, à ampliação da participação e do controle social por parte do cidadão, bem como o aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos de segurança pública.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu integralmente o objetivo proposto para o exercício de 2018, em que se destaca: I) ativação de 436 câmeras do Projeto Videomonitoramento; II) capacitação de membros da comunidade e profissionais da segurança pública na filosofia de policiamento comunitário; III) realização da Pesquisa de Vitimização; IV) capacitação de 8.595 servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento; e V) Ações de Valorização Profissional.

Em 2018 o Índice de Capacidade de Atendimento da CIADE alcançou o patamar de 90,05% (dez/2018). Houve ainda a realização dos seguintes diagnósticos: Pesquisa de Vitimização, Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho dos Profissionais de Segurança Pública; Avaliação da Qualidade do Atendimento Emergencial; Avaliação da Qualidade do Atendimento nos processos de Vistoria, Perícia de Incêndio e Análise de Projetos (CBMDF) e Monitoramento da Violência e Criminalidade nas Instituições de Ensino.

O Objetivo Específico “Qualidade do Atendimento ao Cidadão: realizar procedimentos que visem melhor atender o cidadão que necessite dos serviços de segurança pública” caracteriza-se pela incessante busca por parte desta Secretaria no sentido de implementar práticas que aprimoram e ampliam o acesso do cidadão aos serviços públicos de qualidade. O exercício da democracia e a preservação dos direitos e garantias inerentes têm exigido dos órgãos incumbidos de exercerem a segurança pública a adoção de modelos de gestão que ampliem a capacidade de atender, com mais eficiência, eficácia e efetividade, as novas e crescentes demandas da sociedade.

Nessa perspectiva, objetivando a constante melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão, a Secretaria da Segurança Pública em perfeita consonância com as unidades vinculadas do respectivo sistema, tem implementado ações que visam ao aprimoramento da gestão dos serviços públicos correlatos, à ampliação da participação e do controle social por parte do cidadão, bem como ao aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos de segurança pública.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública atingiu integralmente o objetivo proposto para o exercício de 2019, em que se destaca: I) ativação de 664 câmeras do Projeto Videomonitoramento; II) realização do Projeto-Piloto de Segurança Comunitária e Resolução Pacífica de Conflitos; III) realização da Pesquisa de Avaliação da Qualidade do Atendimento Emergencial 190/193; IV) capacitação de 9.042 servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento; V) realização do Seminário Internacional “Um novo Olhar sobre a segurança Pública”; e VI) Ações de Valorização Profissional.

PMDF

A PMDF pautou suas ações em um conjunto de medidas com o objetivo de reduzir a violência e estabelecer a paz social. Tais ações são alicerçadas por valores que orientam a construção da política de segurança, sendo eles: articulação entre segurança pública e direitos humanos; incorporação da política de melhoria da gestão; prioridade no combate aos crimes letais intencionais e violentos contra o patrimônio. Nessa perspectiva, objetivando a constante melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão, a PMDF fomentou programas que visam o aprimoramento da gestão dos serviços de segurança.

A Corporação envidou ainda, esforços no sentido incrementar ferramentas de gestão relacionadas ao monitoramento, avaliação e controle dos serviços prestados. Nesse viés, desenvolveu o sistema Gênesis, onde é registrado as atividades policiais, o que melhorou o acompanhamento e planejamento das ações voltadas ao policiamento preventivo, bem como iniciou a implementação do COPM (Central de Ocorrências Policial Militar), cujo objetivo principal é o despacho das ocorrências do 190.

Além disso, no ano de 2016, iniciou-se uma intensa evolução do Programa de Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar (PROVID) cujo objetivo é promover a segurança pública e os direitos humanos, atuando na prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar, tendo 03 eixos orientadores: ações e campanhas no âmbito da prevenção primária, em especial ações educativas, voltadas para prevenção à violência doméstica; ações de prevenção secundária, com foco nas famílias em contexto de violência doméstica e familiar, por meio do policiamento ostensivo e visitas solidárias; e articulação em rede de enfrentamento da violência doméstica e familiar, que envolve órgãos governamentais, não governamentais e a sociedade.

Por outro lado, considerando a disparada demográfica experimentada pelo Distrito federal, será necessária a contratação de servidores necessários para atender satisfatoriamente a progressão da população.

Nota-se que, mesmo diante de algumas dificuldades, tais como, problema com a escassez de servidores e falta de orçamento, a Polícia Militar vem evoluindo como órgão, tornando-se preparada para atender os anseios e demandas da sociedade. Como contribuição para o alcance do Objetivo Específico cita-se o desenvolvimento do sistema Gênesis, onde é registrado as atividades policiais, a implementação do COPM (Central de Ocorrências Policial Militar), cujo objetivo principal é o despacho das ocorrências do 190, e ampliação das atividades do PROVID.

Nesse exercício houve uma diminuição de 8,60% no índice de crimes e violência. Apenas como exemplo, no homicídio tivemos uma redução de 17%; no latrocínio, que é o roubo seguido de morte, uma redução de 20%; na tentativa de homicídio, uma redução de 2%; e no roubo a comércio, uma redução de 23%. Esses resultados foram alcançados a despeito de uma perda considerável de policiais militares que ingressaram na reserva remunerada (7000 policiais). As ações de reestruturação organizacional e implementações de novas ações de Policiamento Ostensivo têm refletido nos índices de redução do crime e da violência, aumentando a sensação de segurança da sociedade

Quanto ao cumprimento dessa Meta, conforme relatório de Gestão de 2018, enviado ao TCU, o Distrito Federal apresentou decréscimo de 12,22% no índice de homicídio; 17,78% no roubo seguido de morte; 4,64% no homicídio tentado; 10,57% no estupro; 30,86% no roubo a residência; 10,63% no roubo a transeunte; 17,10% no roubo a comércio; 40,89%; no roubo a transporte coletivo; e 17,61% no furto de veículo. Em uma média aritmética geral obtive-se uma redução total de 18,033% nos índices de violência e crime no exercício de 2018. O índice acumulado ficou em 40,59%. O resultado se deve a diversas operações realizadas nas RAs, a despeito do baixo efetivo da Corporação. Atualmente a PMDF conta com menos 7.000 Policiais Militares em seu efetivo por conta de pedidos para reserva remunerada.

O Comando Operacional (COMOP) vem conscientizando os operadores de rádio, bem como os comandantes de socorro, quanto à importância de se registrar, com precisão, os horários de deslocamento das viaturas.

Vale destacar, também, dentre as realizações da PCDF no exercício de 2018, no tocante ao alcance desse Objetivo Específico, à distribuição de 21 viaturas Auto Busca e Salvamento Leve - ABSL.

Constata-se que houve significativa redução nos índices de crimes violentos, conforme dados extraídos do Relatório de Gestão 2019 e do sistema Gênesis Transparência (Módulo do sistema Gênesis da PMDF que elabora relatórios das atividades policiais). Para os Crimes Violentos Letais Intencionais, obteve-se os seguintes valores: Homicídios -4,81% e Latrocínios 0%. Para os Crimes Contra o Patrimônio: Roubo a Residência -0,61%, Roubo a Transeunte -19,60%, Roubo a Comércio -12,33%, Roubo de Veículos -18,53% e Roubo a Transporte Coletivo -7,83%. Aferiu-se também redução em relação ao crime de estupro: -2,88%. Totalizou-se, assim, redução de 15,05% nos índices de violência e criminalidade quando se compara o ano de 2019 e o período anterior.

CBMDF

O Comando Operacional (COMOP) vem conscientizando os operadores de rádio, bem como os comandantes de socorro, quanto à importância de se registrar, com precisão, os horários de deslocamento das viaturas. O CBMDF, também efetuou a distribuição de 21 viaturas Auto Busca e Salvamento Leve – ABSL, nesse ano de 2018.

Na avaliação dessa Unidade, o Objetivo ESPECÍFICO previsto, ora avaliado, foi alcançado? Considerar todas as realizações ao longo dos quatro anos de vigência do PPA 2016-2019.

- Objetivo integralmente alcançado
- Objetivo parcialmente alcançado, com número satisfatório de entregas relevantes.
- Objetivo parcialmente alcançado, com reduzido número de entregas relevantes.
- As entregas não contribuíram para o alcance do Objetivo.

Justifique a resposta: Diante da análise qualitativa e quantitativa das metas entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública atingiu parcialmente o Objetivo proposto para o período 2016-2019, uma vez que a meta "Reestruturar as ações e os canais de atendimento a ocorrências" não foi plenamente atingida, faltando a conclusão de uma pequena parte do Projeto de Videomonitoramento.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – RESPOSTA QUALIFICADA A CRIMINALIDADE: Promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA DO DISTRITO FEDERAL - SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	Descrição da Meta	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (E/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	1	Reestruturar e fortalecer a Coordenação de Homicídios e Proteção à Pessoa do Distrito Federal (CHPP); (PCDF) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	2	Fortalecer a atividade pericial; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	3	Fortalecer o combate ao tráfico de drogas; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	4	Integrar as Agências de Inteligência em atuação no DF; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	100,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	Descrição da Meta	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (E/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	5	Elevar o atual Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios em 10% até dezembro de 2019 (PCDF)	44,34	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	44,24	41,6	52	54,7	123,4
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	6	Elevar a Taxa de Inquéritos Relatados, anualmente, em 2% até dezembro de 2019; (PCDF)	83,39	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	52,79	62,96	63	64,80	77,7
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	7	Promover a assertividade orçamentária e financeira com a execução de 100% do orçamento autorizado; (PCDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	99,76	98	96	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	8	Apreender uma média de 2.000 armas de fogo a cada ano; (PMDF)	8.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	2.023	4.085	5.865	7.259	90,7
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	9	Expedir uma média de 81.075 laudos a cada ano, sendo: 30.000 pelo Instituto de Criminalística, 51.000 pelo Instituto de Medicina Legal e 4.075 pelo Instituto de Identificação. (PCDF)	324.300	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	95.071	91.805	272.468	363.372	112,0

Análise Qualitativa

1. Reestruturar e fortalecer a Coordenação de Homicídios e Proteção à Pessoa do Distrito Federal (CHPP); (PCDF) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Meta não atingida.

2017

A SSP realizou a revisão do PPA 2016-2019 e será solicitada à SEPLAG a transferência de responsabilidade por entender que a matéria pertence à PCDF. Consta como ação concluída no Relatório das Iniciativas Estratégicas 2015-2018/PCDF, publicado em janeiro de 2018, referente ao Objetivo Específico Resposta Qualificada à Criminalidade, item 8), a criação do Serviço de Proteção à Pessoa na estrutura da Coordenação de Homicídios 2018.

2018

Meta atingida.

A Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa - CHPP foi reestruturada por força do Dec. 38.815/2018. Passou a contar com o Serviço de Proteção à Pessoa e com a Divisão de Repressão a Homicídios e Proteção à Pessoa. Esta com o fim precípua de atender a casos de desaparecimento de pessoas, e questões nas quais o Direito à Vida se encontre coletivamente ameaçado ou infringido. Portanto, no que tange à reestruturação, considera-se a meta alcançada no ano de 2018.

Como forma de fortalecer a própria CHPP, foram adotadas medidas administrativas voltadas estritamente para a obtenção de melhores resultados quanto a apuração de crimes de homicídio e feminicídio. Ainda em 2017, foi criado normativo interno, o qual determina às delegacias circunscricionais o envio de inquéritos policiais àquela coordenação especializada, ensejando investigações policiais mais acuradas nos casos de crimes contra a vida. A medida propicia o desenvolvimento de investigações de melhor qualidade em razão de os inquéritos policiais terem suas investigações levadas a efeito por policiais civis que se qualificam contínua e especificamente para resolução desta modalidade de delito.

Em 2018, policiais da CHPP participaram de Curso de Entrevista Especial para Crianças e Adolescentes e Curso de Investigação de Homicídio e Feminicídio, este último ministrado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública para delegados e peritos criminais de todo o Brasil.

Esta meta encontrava-se sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública até o primeiro semestre de 2018. Por esta razão, a PCDF realizará estudos a fim de aperfeiçoar o método de aferição dos resultados.

2019

Meta atingida. A reestruturação da Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa - CHPP já havia sido alcançada em 2018. Portanto, o fortalecimento da CHPP passou a ser o único objetivo até o final do quadriênio.

Algumas iniciativas a seguir demonstradas foram decisivas para a proficiência da CHPP e de delegacias circunscricionais ao longo de 2019. Dentre os fatores que colaboraram para os bons resultados das investigações em homicídios estão a atuação do Serviço de Inteligência Policial – SIP e a instituição do Plantão Extraordinário de Preservação de Local de Crimes Violentos Letais Intencionais – PEL.

O PEL foi implementado em abril de 2019 para crimes de homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte. Ele consiste em comparecimento de equipes de policiais civis a locais de crimes desta natureza, interagindo com o Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB. Especialmente forjado para a preservação da prova, o PEL causa impacto positivo nos resultados da investigação policial por proporcionar celeridade logo nas primeiras horas após o cometimento do delito.

Outra contribuição da PCDF para o decréscimo do índice de cometimento de CVLI neste exercício são esforços contínuos em Inteligência Policial para o monitoramento de gangs e demais grupos criminosos. Operações policiais como a Operação Rosário, deflagrada em maio de 2019 pela Coordenação de Homicídios e Crimes contra a Pessoa -CHPP, foram determinantes para a redução da criminalidade nesta seara, reduzindo o número de mortes ao desmantelar facções criminosas que se confrontavam, provocando diversos homicídios.

Reitere-se que esta meta era atribuição da Secretaria de Segurança Pública até o primeiro semestre de 2018. Considerando que a meta foi atingida por dois exercícios consecutivos (2018 e 2019), período em que a responsabilidade passou a ser da PCDF, constata-se que houve êxito da instituição policial em estruturar e fortalecer a CHPP.

2. Fortalecer a atividade pericial (SSP);

2016

Em 01 de abril de 2016 a SSP/DF publicou aviso de Ratificação de Homologação e Adjudicação de Licitação, cujo objeto é a contratação de empresa para executar a construção do Centro Regional de Excelência em Perícias do Centro Oeste – Edifício do Instituto de Pesquisa de DNA Forense, em terreno localizado no Complexo da Polícia Civil do Distrito Federal. Convênio 798.422/2013 MJ.

2017

A Meta foi atingida como demonstrado nas ações a seguir. No entanto, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019 esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

Consta no Relatório das Iniciativas Estratégicas 2015-2018/PCDF, publicado em janeiro de 2018, referente ao Objetivo Específico do PPA “Resposta Qualificada à Criminalidade”, nos itens: 15) Aquisição de 20 veículos (TrailBlazer) para uso nas atividades especiais e de perícia (concluído); 16) Utilização de 3 Pajeros e 6 Air Cross customizadas para uso da perícia criminal, com geladeira para transporte de vestígios; 17) Desenvolvimento do software CriminalDroid utilizado nas perícias externas do Instituto de Criminalística, proporcionando a confecção de laudo semiautomático (concluído); 18) Fortalecimento do uso de drones na perícias (em andamento); 19) Descentralização do Sistema LIMS, de gestão de vestígios - Sistema de Gestão e Informações Periciais - em delegacias: implantação na Coordenação de Repressão às Drogas (a iniciar em 2018); 33) Implantação do sistema de agendamento das perícias de pátio do Instituto.

2018

A Meta foi atingida no exercício 2017.

2019

Meta atingida. A Secretaria de Estado da Segurança Pública do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF.

Em relação aos exames realizados pelo Instituto de Criminalística – IC/DPT/PCDF em veículos envolvidos em acidentes de trânsito, é importante mencionar que houve ampliação do agendamento dos exames em veículos em dias não úteis e solicitação da implementação do agendamento no período matutino em dias úteis. Tendo havido remanejamento de recursos humanos, foi possível o aumento de 200% na capacidade de agendamento de veículos para a realização de perícias. Dessa forma, deu-se a melhoria da qualidade dos exames periciais, do serviço prestado à sociedade e, consequentemente, da imagem organizacional da Polícia Civil. A implantação do NEO, sistema estruturante para gestão de perícias, cadeia de custódia e documentos melhorou a produção de laudos e aprimorou a gestão do trabalho no Instituto de Criminalística.

O Instituto de Medicina Legal – IML aprimorou a comunicação com os órgãos demandantes de perícias médico legais com a implementação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU.

O Instituto de Pesquisa de DNA Forense - IPDNA coletou 1.136 amostras biológicas de pessoas em conflito com a lei no ano de 2019, totalizando 1.977 coletas até o momento, em cumprimento à Lei 12.654/2019 e ao Artigo 9º da Lei de Execução Penal, superando a meta estabelecida no âmbito da Rede Integrada de Perfis Genéticos – RIBPG.

Foram elaborados Procedimentos Operacionais Padrão – POPs visando à correta coleta de provas materiais e seu adequado acondicionamento e guarda, conforme o caso concreto, orientando o policial civil a proceder sob protocolos de hospitais públicos e de perícia criminal, preservando a higidez da cadeia de custódia.

3. Fortalecer o combate ao tráfico de drogas (SSP):

2016

Publicado no DODF nº 168, de 05/09/2016, o Extrato de Cooperação Técnica entre o DF e os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais e Rondônia. O Acordo de Cooperação terá validade de 48 meses a contar da assinatura (em 19/8/2016) e tem por finalidade a conjugação de esforços dos partícipes, visando ao estabelecimento e a implementação de ações conjuntas de segurança pública e defesa social nos seus territórios, por meio de uma Câmara de Segurança Pública e/ou Defesa Social, da integração do serviço de inteligência dos organismos de Segurança Pública, de ações integradas entre as instituições de Segurança Pública e/ou Defesa Social, de reuniões de governança entre os órgãos públicos com vistas à avaliação e à obtenção de resultados, de ações de prevenção de violências, de ações de repressão qualificada da criminalidade e do encaminhamento de proposições legislativas.

2017

Cabe ressaltar que são objetivos do Acordo de Cooperação Técnica entre os partícipes: redução dos crimes violentos letais intencionais; redução dos crimes violentos contra o patrimônio; aumento da confiança da população nas instituições de segurança pública e/ou Defesa Social e a melhoria da prestação do serviço público de segurança, aumento da identificação de autoria de homicídio, aumento de apreensão de armas, aumento de apreensão de drogas, aumento de desbaratamento de organizações criminosas, aumento das ações de combate a incêndio, salvamento, atendimento pré-hospitalar e ações de Defesa Civil; e, por fim, diminuição da vulnerabilidade social por meio da promoção de políticas de prevenção de violência e de inclusão social.

Desta feita, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela PCDF e a PMDF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

2018

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela PCDF e a PMDF.

Destaque para a atuação da Policia Civil do Distrito Federal - PCDF e da Policia Militar do Distrito Federal - PMDF que deflagraram diversas operações ao longo do ano com o objetivo de combater o tráfico de drogas no Distrito Federal e Entorno.

Apreensões realizadas pela PMDF: Maconha 5.394 Kg; Cocaína 68 Kg; Crack 42 kg; LSD 960 microsselos; Ecstasy 13.493 comprimidos; e Rohypnol 4.518 comprimidos.

Apreensões realizadas pela PCDF: Maconha 3.873 kg; Cocaína 100 Kg; Crack 64 Kg; haxixe 11 Kg; Ecstasy 1.732 comprimidos; LSD 835 microsselos; e Lança Perfume 573 frascos (100 ml).

2019

A Secretaria de Estado da Segurança Pública do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela PCDF e a PMDF.

Destaque para a atuação da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF e da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, que deflagraram diversas operações ao longo do ano com o objetivo de combater o tráfico de drogas no Distrito Federal e Entorno.

Apreensões realizadas pela PMDF: Maconha 770,47 Kg; Cocaína 48,88 Kg; Crack 35,19 kg; LSD 1.096 microsselos; Ecstasy 1.996 comprimidos; e Rohypnol 5.400 comprimidos.

Operações relacionadas ao tráfico de drogas realizadas pela PCDF: Operação Tridente, com apreensão de 8.400 comprimidos de ecstasy, que resultou em 19 prisões e no cumprimento de 26 mandados de busca e apreensão; Operação Dolus Malus, que resultou em 12 prisões e no cumprimento de 36 mandados de busca e apreensão; Operação Alquimia, que resultou em 06 prisões e no cumprimento de 07 mandados de busca e apreensão.

4. Integrar as Agências de Inteligência em atuação no DF (SSP);

2016

A Subsecretaria de Inteligência passou a integrar o Sistema Brasileiro de Inteligência de Segurança Pública, por meio da celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ (extrato do Acordo de Cooperação Técnica publicado no DOU nº 140, de 22 de julho de 2016, Seção 3).

No dia 01 de julho de 2016, foi inaugurada a Célula de Inteligência Integrada do Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual no prédio da SIOSP/SSP/DF. Nesse mesmo evento, foi formulado um Plano de Trabalho de todos os Comitês do Pacto Integrador - Gestor, de Análise Criminal, de Planejamento Estratégico e Operacional, de Inteligência e de Ações Sociais Integradas, o qual foi aprovado pelos Secretários de Segurança Estaduais e do Distrito Federal.

2017

Com a publicação do Decreto 38.541, de 05 de outubro de 2017, que criou o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISPDF), houve o fortalecimento da atribuição finalística de manter um canal técnico interligando as Agências de Inteligência dos órgãos de Segurança Pública do Distrito Federal e a possibilidade de ampliação deste sistema, por meio de Termos de Cooperação ou instrumentos congêneres.

A Coordenação de Integração de Multiagências – CIM/SOPI/SSP/DF (antigo CICCR - Centro Integrado de Comando e Controle Regional) utiliza o modelo de gestão integrada com a participação de diversas agências diretamente relacionadas a operações e eventos de alta complexidade, permitindo que cada um dos participantes possa executar suas ações e atribuições operacionais de forma integrada com as demais, a fim evitar sobreposição de competência, otimização de recursos materiais e humanos.

Durante o exercício de 2017, conforme propõe o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISPDF), a SSPDF utilizou a Célula de Inteligência Integrada de Segurança Pública, inicialmente voltada ao Pacto Integrador, com o intuito de planejar e executar diversas ações integradas e, promovendo a segurança da população durante os eventos que ocorreram em datas comemorativas e em ações específicas de repressão ao crime no Distrito Federal.

2018

Meta atingida no exercício 2017.

2019

Meta atingida no exercício de 2017.

5. Elevar o atual Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios em 10% até dezembro de 2019 (PCDF);

2016

Meta não atingida. A PCDF teve seu contingente de policiais civis diminuído em razão do alto número de aposentadorias e insuficiente recomposição do quadro funcional da Instituição. Estes elementos impactaram na resolução dos Crimes de Homicídios. O movimento paredista também contribuiu para o decréscimo do índice de resolução de crimes de homicídios em 2016.

Considerando que a meta até 2019 é de 10%, ou seja, para todo o quadriênio, sendo desejável o índice de 2,5 % ao ano, verifica-se que a meta a ser atingida em 2016 era de 41,17 %. Contudo, alcançou-se 40,17%, o que corresponde a 2,44%. O índice de alcance total foi de 24,40 %.

2017

No sentido de alcançar melhores resultados no exercício de 2017, foram envidados esforços em favor da elucidação de crimes contra a vida com a criação do Serviço de Proteção à Pessoa, na Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa - CHPP. A Coordenação iniciou o emprego de metodologia mais efetiva na repressão de homicídios, visando maior integração entre delegados, agentes, peritos e papiloscopistas, para obter resultados mais céleres na elucidação dos crimes.

Processos internos foram otimizados, como a implementação de protocolo de investigação e realização de perícias nos crimes de feminicídio no âmbito do Distrito Federal, colaborando de forma decisiva para implementação eficaz da política de Segurança Pública e Paz Social contrapondo-se à Violência de Gênero.

Assim, a meta prevista para o índice de Resolução de Crimes de Homicídios em 2017 era de 42,20%, contudo alcançou-se 41,60%, índice muito próximo do desejado.

Nota: O índice de 2016 é objeto de solicitação de revisão. Se aprovada a revisão, o índice alcançado passará de 44,24% para 43,32%, enquanto o índice esperado para o ano deveria ser de 41,17%.

2018

Meta atingida, visto que a PCDF alcançou o índice de 52%, quando o índice desejado para o ano de 2018 é de 43,25 %, logo, o índice de Resolução de Crimes de Homicídios (IRCH) superou o resultado anual desejado em 8,75%. A boa performance no exercício de 2018 deu-se pela execução de ações coordenadas de gestão administrativa, como o incremento das ações no Serviço de Inteligência Policial – SIP. Este foi contemplado com mais servidores e equipamentos tecnológicos, tendo condições de dar suporte as seções de investigações das unidades circunspcionais. O apoio investigativo das SIPs/PCDF não se limita a um único tipo de delito, auxiliando na apuração das mais variadas modalidades criminosas, porém com forte ênfase na apuração de crimes de homicídio e demais crimes violentos letais intencionais.

Por último, registre-se que a Coordenação de Repressão a Homicídios e Proteção à Pessoa desenvolveu trabalho singular, alterando formas de atuação ao trabalhar de modo mais integrado com as demais delegacias circunspcionais.

2019

Meta atingida. O resultado ultrapassou as expectativas, chegando a 54,7% em 2019%.

Podem ser citados como fatores que contribuíram para o aumento do índice de resolução de crimes de homicídios o fortalecimento das atividades periciais e a intensificação do trabalho de inteligência policial.

Outro fator positivo para a resolução de crimes de homicídio foram as nomeações de delegados de Polícia, de peritos criminais e peritos papiloscopistas. Neste exercício, foram admitidos na Polícia Civil 26 delegados, 74 peritos criminais, 37 peritos papiloscopistas e 14 peritos médicos.

6. Elevar a Taxa de Inquéritos Relatados anualmente em 2% até dezembro de 2019 (PCDF);

2016

Meta não atingida – A Instituição Policial teve seu contingente de policiais civis diminuído em razão do alto número de aposentadorias e insuficiente recomposição do quadro funcional. O movimento paredista também contribuiu para o decréscimo do índice de Inquéritos Relatados Anualmente. Estes fatores impactaram no índice deste indicador. Considerando que a meta até 2019 é de 2% anualmente, o índice desejável de Inquéritos Relatados é de 78,58%. Contudo, o índice alcançado foi de 56,49%, o que corresponde a 1,46%. O índice de alcance total foi de 73%.

2017

A meta restou aquém do esperado. Em 2017, apenas 62,96% da universalidade dos inquéritos policiais foi relatada. O índice do TIR desejado para o exercício de 2017 era de 80,15%.

Em razão do baixo efetivo policial, houve fechamento de Delegacias no período noturno e mobilização dos policiais civis para atendimento em plantões policiais nas centrais de flagrantes, o que prejudicou as investigações policiais.

Os dados registrados sobre a evolução de Efetivo Policial entre 2003 a 2017 demonstram alguns dados em série histórica e ilustra a análise da questão de Pessoal no âmbito da PCDF.

Segundo dados fornecidos pelo Departamento de Gestão de Pessoas/PCDF, percebe-se o aumento no número de policiais no ano de 2006, ocasião em que a PCDF teve seu ápice de vagas preenchidas (5.606 vagas). Desde então, a média de decréscimo de pessoal foi de 166,33 entre os anos 2010 e 2013, ocorrendo uma queda brusca na recomposição do quadro funcional entre os anos de 2014 e 2015, oportunidade em que a diferença correspondeu a uma diminuição de 275 (duzentos e setenta e cinco) servidores policiais, excedendo a média de decréscimo anterior em 65% (sessenta e cinco por cento). Ao final de 2017, a PCDF contava com 4.625 (quatro mil seiscentos e vinte e cinco) policiais em atividade, configurando o pior cômputo em quatorze anos.

Este é notoriamente fator preponderante para o não atingimento da meta, configurando um quadro de reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia, o que prejudica as investigações e impede que parte dos inquéritos sejam concluídos, impactando negativamente no número de inquéritos "relatados".

Nota: O índice da taxa de inquéritos relatados em 2017 foi objeto de solicitação de revisão em maio de 2018, em razão de erro material. O índice alcançado foi elevado de 50% para 62,96%.

2018

Meta não atingida. A Taxa de Inquéritos Relatados (TIR) desejada para 2018 corresponde a 81,75%. Em razão do índice de 2017 ter alcançado 62,9%, verifica-se que este se manteve estável. Obteve-se o índice de 63% de inquéritos relatados em 2018. A estabilidade deste índice deve-se a diversos fatores, dentre eles a posse de 59 (cinquenta e nove) delegados de Polícia no exercício de 2018, os quais representam o segmento da força de trabalho institucional competente para a relatoria de inquéritos policiais.

O resultado foi avaliado apenas como razoável. Espera-se que devem ser promovidas novas ações para obtenção de melhores resultados no próximo exercício.

2019

O índice de referência da Taxa de Inquéritos Relatados - TIR era 77,04%. Portanto, verifica-se que, apesar do crescimento do índice em 22,8% ao longo do quadriênio, a taxa permaneceu aquém da meta desejada durante todo este período. Em 2019, alcançou-se o índice de 64,8%, sendo que a meta para o período corresponde a 83,39%.

A relatoria de inquéritos é ato exclusivo do cargo de Delegado de Polícia, o que reflete decisivamente na taxa de inquéritos relatados. Conforme dados dos Relatórios de Atividades - RAT dos três últimos exercícios (2017, 2018 e 2019), os principais fatores que ensejaram o não alcance da meta foram o baixo efetivo policial causado pela não recomposição de pessoal por vacâncias ocorridas desde 2013, e ainda o alto número de aposentadorias e desligamentos de servidores.

Em 2019, do quantitativo de 600 vagas aprovadas para delegados, apenas 446 encontravam-se ocupadas, e as vagas não preenchidas correspondiam a 154, conforme quadro funcional estabelecido e aprovado pela Lei nº 12.803 de 24 de abril de 2013

7. Promover a assertividade orçamentária e financeira com a execução de 100% do orçamento autorizado (PCDF);

2016

Meta atingida - A PCDF obteve o índice de assertividade orçamentária e financeira de 99,76%, executando com proficiência seus recursos e obtendo eficiência e eficácia dos seus gastos.

2017

A PCDF planeja e executa programação orçamentária - financeira de modo escorreito. Demonstrando proficiência em execução orçamentária, a PCDF atingiu a meta, alcançando 98% em assertividade orçamentária em 2017. Ressalte-se que o correspondente indicador de desempenho para a PCDF tem como índice desejado > 95% de assertividade orçamentária.

O arcabouço estratégico traçado pelo Governo do Distrito Federal, sob a perspectiva "Viver bem, direito de todos", vem sendo rigorosamente seguido, aplicando conjuntamente premissas de planejamento e de orçamento.

Em nível operacional, novas medidas administrativas no âmbito da gestão de aquisições de materiais, bens e serviços foram tomadas, com a adoção de boas práticas em Administração, bem como de eficientes ferramentas de gestão orçamentária.

2018

Mantendo a proficiência na gestão orçamentária e financeira, a PCDF novamente apresenta índice positivo quanto a assertividade orçamentária. Atingiu 96% em relação ao total de recursos disponíveis. Consigne-se que a meta é de 100%. O índice final foi calculado com base no montante total de recursos disponibilizados pelo Tesouro do Distrito Federal e pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal.

2019

Meta atingida. Cumpre ressaltar que, pelo modo como a meta foi concebida, restou prejudicada sua apuração de modo "acumulado", pois a assertividade orçamentária é avaliada por exercício, segundo critérios técnicos orçamentários.

A Polícia Civil teve excelente desempenho quanto a assertividade orçamentária (Fundo Constitucional do Distrito Federal), tendo empenhado 100% dos recursos orçamentários.

8. Apreender uma média de 2.000 armas de fogo a cada ano (PMDF);

2016

Embora a média seja um valor consideravelmente alto, pois a apreensão de armas de fogo é uma ação que não depende exclusivamente da vontade do policial, havendo diversos fatores para o sucesso, a PMDF conseguiu alcançar a meta com muito esforço de seus servidores.

2017

A quantidade de armas apreendidas segue aumentando. Nesse ano foram apreendidas 2.062 armas de fogo, uma leve alta em relação ao ano anterior. Esse resultado foi obtido a despeito do reduzido efetivo de policiais, o que representa um ganho em eficiência.

2018

Apesar de a quantidade de armas apreendidas neste ano não ter atingido a meta, ficando em 1.780 o total de apreensões, deve-se considerar que este indicador envolve variáveis não controláveis pela PMDF. Mas uma análise conjunta com outros indicadores criminais evidencia uma tendência de redução dos índices criminais no período.

2019

Houve a apreensão de 1.394 armas, considerando-se que essa ação deve ser analisada conjuntamente com a redução dos índices criminais no mesmo período, a exemplo da taxa do crime de homicídio ter sido a menor nos últimos anos (13 homicídios por 100.000 habitantes). Em última análise, verifica-se que a meta desejada esteve bem próxima de ser atingida no acumulado ao longo da vigência do PPA 2016-2019.

9. Expedir uma média de 81.075 laudos a cada ano, sendo: 30.000 pelo Instituto de Criminalística, 51.000 pelo Instituto de Medicina Legal e 4.075 pelo Instituto de Identificação (PCDF).

2016

Meta atingida - A PCDF ultrapassou a meta de laudos expedidos em 11%, totalizando no ano de 2016 o número de 95.071 laudos. Um dos fatores determinantes para tal desempenho foi a aquisição de bens mais modernos. Ressalte-se a compra de um Tomógrafo Computadorizado e de um Scanner Radiográfico a serem utilizados nas apurações de crimes, seguindo-se a aquisição de equipamentos laboratoriais e novos equipamentos para necropsia; de nova central de guarda e custódia de vestígios, de aparelho para diagnóstico por imagens em cadáveres humanos, além de aquisição de materiais para serviços de análises de amostras biológicas para a Seção de Perícias e Análises Laboratoriais - SPAL/IC/PCDF, o que resultou na prestação de um serviço de excelência por parte da Polícia técnica-científica do Distrito Federal.

2017

Considerando o cômputo total de laudo expedidos por todos os institutos de Polícia Técnica da PCDF, a meta foi superada. O Departamento de Polícia Técnica, contemplado com arrojadas aquisições materiais, robusteceu seu desempenho, o que pode ser percebido a partir da análise do quadro de laudos produzidos até 31.12.2017 pelo Instituto de Medicina Legal, Instituto de Criminalística e Instituto de Identificação: 91.805 (noventa e um mil, oitocentos e cinco) laudos periciais. O Instituto de Criminalística superou o estabelecido em 6.267 (seis mil duzentos e sessenta e sete) laudos. Por sua vez, o Instituto de Identificação superou o cômputo aguardado em 785 (setecentos e oitenta e cinco) laudos.

2018

Meta atingida. Até 31 de outubro de 2018, a PCDF já havia produzido o total de 73.330 laudos periciais, tendo o Instituto de Medicina Legal - IML confeccionado 37.901 documentos periciais. Até então, o Instituto de Criminalística - IC emitira 26.114 laudos, enquanto o Instituto de Identificação - II expedira 9.315 laudos periciais criminais.

Ao final do exercício de 2018, foram expedidos 85.592 laudos periciais criminais pelos três institutos de Polícia Técnica, tendo o Instituto de Medicina Legal - IML expedido 45.160 laudos; enquanto o Instituto de Criminalística - IC e o Instituto de Identificação atingiram o número de 30.234 laudos e 10.198, respectivamente.

Apenas o Instituto de Medicina Legal - IML não atingiu a resultado individual desejado. Em contrapartida, o Instituto de Identificação ultrapassou as expectativas, excedendo o número de laudos aguardados em 6.123.

O número total de laudos criminais produzidos, contudo, superou os 81.075 laudos desejados para o período em 5,57%.

A boa atuação é tida como reflexo de suporte material e da implementação de novas medidas administrativas na seara da Polícia Técnica, dentre elas a adoção de procedimentos operacionais padrão - POPs e de protocolo de coleta de vestígios, além da modernização das soluções e sistemas tecnológicos utilizados nos processos internos.

O cálculo dos índices acumulados nos anos de 2016, 2017 e 2018 resulta no total de 272.468 laudos periciais.

2019

A meta foi plenamente atingida. A Polícia Civil expediu 90.904 laudos em 2019. Conforme dados da Agenda Positiva PCDF 2019, o Instituto de Criminalística lavrou 34.139 laudos periciais, tendo o Instituto de Medicina Legal e o Instituto de Identificação, respectivamente, expedido 50.788 e 5.977 laudos periciais.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	2019 Alcançado	Fonte Informação
1583	OPERAÇÕES POLICIAIS REALIZADAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA	UNIDADE	262,57	31/07/2015	1.050	4.732	1.100	15.764	1.150	17.235	1.200	11.875	PMDF / UO 24103 / OE 2
1584	APREENSÃO DE DROGAS POR QUILOGRAMA (<i>Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17</i>)	KG	60,67	30/06/2015	600	2.190	630	2.348	660	5.506	690	876	PMDF / UO 24103 / OE 2
1586	INQUÉRITOS CONCLUÍDOS COM AUTORIA DEFINIDA	UNIDADE	16.708	31/08/2015	16.700	13.765	16.867	13.693	17.036	16.583	17.206	20.832	PCDF / UO 24105 / OE 2
1587	APREENSÃO DE DROGAS PELA POLÍCIA CIVIL DO DF	KG	5.214	30/06/2015	3.000	4.204	3.150	5.144.021	3.308	4.050	3.473	2.672	PCDF / UO 24105 / OE 2
1591	ÍNDICE DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA	%	72,70	31/07/2015	80	74,27	80	-	85	-	85	451	SI / SSP / UO 24101 / OE 2
1696	CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS - CVLI	UNIDADE	694	31/12/2015	649	635	605	539	561	474	517	435	SSP / UO 24101 / OE 2
1697	CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	UNIDADE	1933	31/12/2015	1812	2129	1694	1.966	1581	1640	1.472	1.418,3	SSP / UO 24101 / OE 2

Justificativas 2016

Indicador 1583 - O resultado obtido foi superior à meta, em função da formalização das atividades operacionais policiais.

Indicador 1584 - O indicador apresentado consiste na quantidade de drogas apreendida no ano de 2016. A meta foi superada, face as várias ações pró-ativas, desencadeadas pelas Unidades Policiais Militares, com o enxugamento da atividade administrativa com a nova implantação da nova estrutura administrativa proposta, o que gerou aumento de efetivo nas ruas, aumentando a sensação de segurança da população e inibindo as ações de tráfico e uso de drogas, com aumento da capacidade de abordagem a pessoas suspeitas.

Indicador 1586 - O índice não foi alcançado em vista do reduzido efetivo de policiais civis nas Delegacias de Polícia

Indicador 1587- Forte atuação de PCDF na repreensão ao tráfico de drogas no Distrito Federal.

Indicador 1591 - Índice de Produção de Conhecimento de Inteligência: O índice não atingiu o desejado em virtude do efetivo limitado para fazer frente a alta demanda, uma vez que a SI passou a integrar o Sistema Brasileiro de Inteligência de Segurança Pública.

Indicador 1696 - Crimes Violentos Letais Intencionais: O balanço da criminalidade referente ao ano de 2016 mostra que foram registrados 19,7 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal desde 1993, quando somaram 25,4/100 mil habitantes.

Indicador 1697 - O Indicador demonstra o número de Crimes Contra o Patrimônio por 100.000 habitantes, os quais não apresentaram queda quando comparados aos anos anteriores. Mas razões para tais índices precisam ser buscadas no cenário nacional de crise econômica, na pressão sofrida por Brasília ser a capital política do país e em variações específicas de cada AISP.

Justificativas 2017

Indicador 1583 - Em relação as operações policiais realizadas por R.A. em 2017, o valor apurado de 15.764 refere-se ao total de operações das 31 R.A.'s englobadas pelos 8 Comandos de Policiamento Regionais da PMDF, em virtude de um único Comando Regional atender várias R.A.'s.

Indicador 1584 - O indicador apresentado consiste na quantidade de drogas apreendidas no ano de 2017. A meta foi superada em decorrência da ação reiterada, consistente e proativa da PMDF no combate as drogas ao longo do ano. A atuação das Unidades policiais militares nas ações de uso e porte bem como tráfico e drogas logrou êxito em retirar mais de 2 toneladas de entorpecentes das ruas do Distrito Federal, mantendo a sensação de segurança da população e inibindo ações criminosas de tráfico.

Indicador 1586 - A PCDF produziu 13.693 inquéritos concluídos com autoria definida em 2017. O índice desejado era de 16.867 casos concluídos com autoria definida. (Fonte: DATE/DGI/PCDF) justificativa: 2017: Reduzido número de policiais civis atuantes nas delegacias de Polícia.

Indicador 1587- A PCDF superou o número de apreensões de drogas desejado para o período (3.150 Kg). Foram apreendidos 5.144,021 kg de drogas. O número de apreensões superou 63% do total desejado para o exercício de 2017. (Fonte: DATE/DGI/PCDF) justificativa: 2017: Comprometimento dos policiais civis, aliado ao bom desempenho do Instituto de Criminalística quanto ao tempo de resposta para entregas de laudos de constatação de substância entorpecente.

Indicador 1591 - 2017 - Justificativa: 2016 - A metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado. Esta Pasta irá propor em momento oportuno a exclusão do Indicador.

Indicador 1696 - 2017 - Crimes Violentos Letais Intencionais: O balanço da criminalidade referente ao ano de 2017 mostra que foram registrados 16,3 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal nos últimos 29 anos.

Indicador 1697 - 2017 - O Indicador demonstra o número de Crimes Contra o Patrimônio por 100.000 habitantes, os quais apresentaram queda quando comparados ao ano de 2016. O Índice foi alcançado graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal e da integração com outros órgãos de governo.

Justificativas 2018

Indicador 1583 - Em relação as operações policiais realizadas por R.A. em 2018, o valor apurado de 17.235 refere-se ao total de operações das 31 R.A.'s atendidas pela PMDF, em virtude de um único Comando atender várias R.A.'s.

Indicador 1584 - No ano de 2018 houve grandes apreensões, fazendo com o que o indicador tivesse um resultado maior do que o dobro do ano anterior. A atuação da Polícia Militar no combate ao tráfico de drogas vem sendo realizada de forma constante e ininterrupta, com o apoio da Inteligência de Segurança Pública. O resultado foram mais de 5,5 toneladas de drogas retiradas de circulação em 2018, além de diversas pessoas relacionadas com o tráfico presas à disposição da justiça.

Indicador 1586 - O índice de inquéritos concluídos com autoria definida não foi alcançado. Justifica-se em razão do reduzido efetivo de policiais civis nas delegacias de Polícia.

Indicador 1587 - O índice de apreensão de drogas superou o cômputo esperado para 2018 em 22% (vinte e dois por cento). Considera-se que tal resultado positivo resulta de recentes investimentos tecnológicos em Inteligência Policial, além de capacitação dos policiais civis para ações contra o Crime Organizado por meio de iniciativas institucionais como o II Seminário de Inteligência Policial Judiciária e o Curso de capacitação e treinamento para Combate à corrupção e à Lavagem de dinheiro.

Indicador 1591 - A metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado.

Indicador 1696 - O balanço da criminalidade referente ao ano de 2018 mostra que foram registrados 15,2 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal nos últimos 29 anos.

Indicador 1697 - O Indicador demonstra o número de Crimes Contra o Patrimônio por 100.000 habitantes, os quais apresentaram queda quando comparados ao ano de 2017. O Índice foi alcançado graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal e da integração com outros órgãos de governo.

Justificativas 2019

Indicador 1583 – Em relação as operações policiais realizadas por R.A. em 2019, o valor apurado de 11.875 refere-se ao total de operações realizadas em todas as Regiões Administrativas atendidas pela PMDF, em virtude de um único Comando atender várias Regiões Administrativas. Índice Desejado: 1.200, Índice Alcançado 11.875.

Indicador 1584 – No ano de 2019 foram utilizados os dados apurados no Sistema Gênesis DAC/CI/PMDF. A meta foi superada, tendo em vista o empenho dos policiais militares nas diversas ações que foram implementadas no combate ao tráfico de drogas no ano de 2019. Como resultado houve um aumento da sensação de segurança da população e maior valorização institucional. Índice Desejado: 690, Índice Alcançado 876.

Indicador 1586 – Aumento no número de operações policiais, e fortalecimento das atividades periciais. Monitoramento de criminalidade nas Regiões Administrativas e prisões de foragidos da Justiça.

Indicador 1587 – A partir de 2019, os dados quantitativos sobre apreensão de drogas serão apurados por meio dos laudos definitivos emitidos pelo Instituto de Criminalística da PCDF, em substituição aos dados obtidos no laudo preliminar. Eventual defasagem decorrente desse ajuste será corrigida no exercício seguinte. Ademais, o aumento expressivo das apreensões de drogas sintéticas - contabilizadas em unidades - não se reflete neste indicador, que apresenta apenas drogas quantificadas em quilogramas.

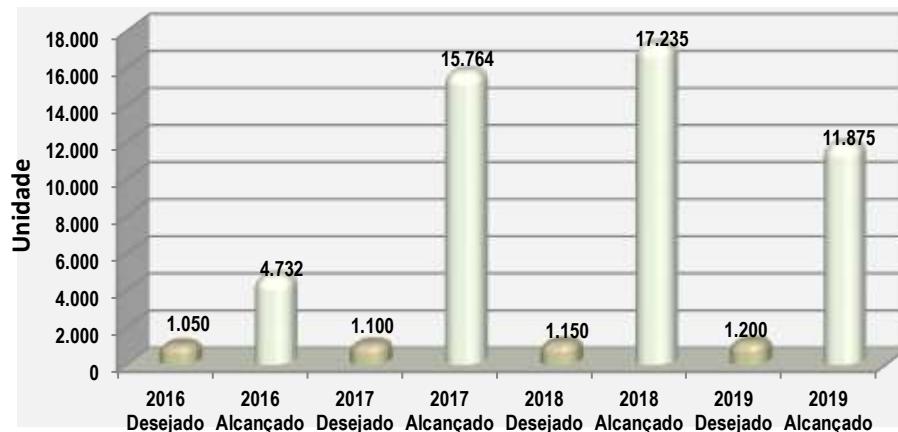
Indicador 1591 – Ainda que a metodologia de cálculo não tenha se mostrado consistente, no período considerado foram produzidos 451 (quatrocentos e cinquenta e um) relatórios de inteligência sobre temas diversos.

Indicador 1696 – O índice foi alcançado graças ao trabalho harmonioso das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal, com utilização de análises criminais e planejamento como forma de otimizar o trabalho e reduzir a incidência criminal. Em 2019 foram registrados 13,9 homicídios por 100.000 habitantes, índice mais baixo registrado no DF nos últimos 35 anos.

* Nota da SUPLAN: onde se lê “homicídio”, entenda-se “CVLI – Crime Violento Letal Intencional”.

Indicador 1697 – O índice demonstra o número de crimes por 100 mil habitantes e foi alcançado graças ao trabalho harmonioso das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal, com a presença ostensiva, utilização de análise criminais e planejamento como forma de otimizar o trabalho e reduzir a incidência criminal.

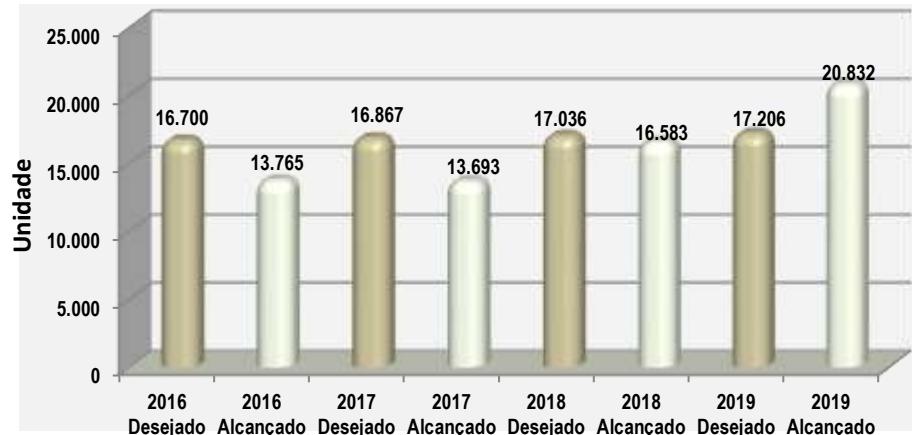
OPERAÇÕES POLICIAIS REALIZADAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA



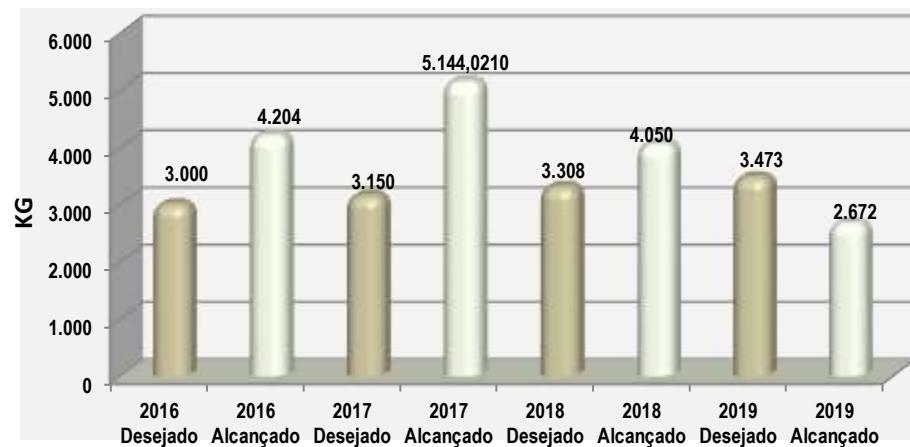
APREENSÃO DE DROGAS POR QUILOGRAMA



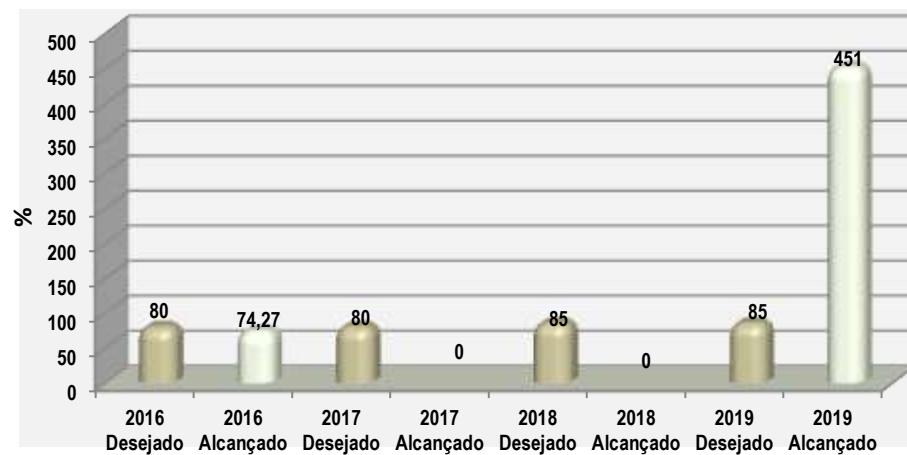
INQUÉRITOS CONCLUÍDOS COM AUTORIA DEFINIDA



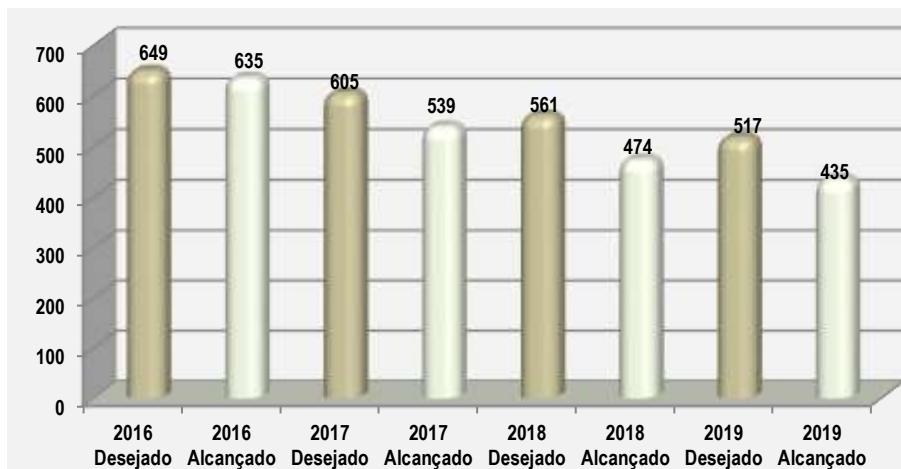
APREENSÃO DE DROGAS PELA POLÍCIA CIVIL DO DF



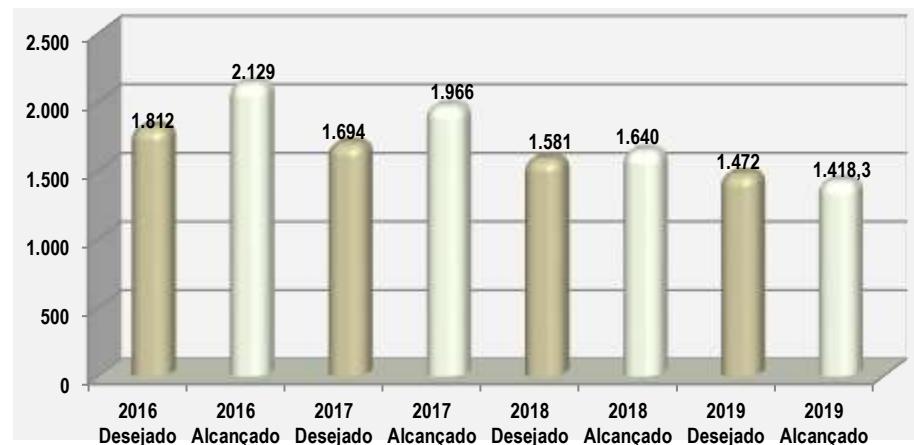
ÍNDICE DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA



CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS - CVLI



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRÍÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	2	1	Funcionamento da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios; (SSP)	24101	100	<p>2016 - Fase inicial de funcionamento.</p> <p>2017 - Não houve reunião da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios.</p> <p>2018 - A Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios - CTMHF foi criada por meio da Portaria Nº 176, de 13 de setembro de 2018 (DODF Nº 179, 19 de setembro de 2018).</p> <p>2019 - A Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios - CTMHF foi criada por meio da Portaria Nº 176, de 13 de setembro de 2018 (DODF Nº 179, 19 de setembro de 2018) desenvolveu ao longo de 2019 atividades de natureza propositiva e deliberativa nas questões afetas a casos de homicídios e feminicídios.</p>
6217	2	2	Funcionamento da Câmara Técnica de Políticas contra as Drogas; (SSP)	24101	0	<p>2016 - Câmara Técnica Segurança: Pessoas em Situação de Rua e de Drogas, vinculada ao Comitê Executivo de Cultura de Paz com foco na segurança comunitária, conforme Portaria nº 06 de 18 de março de 2016, publicada no DODF nº 54, de 21 de março de 2016.</p> <p>2017 - Câmara Técnica de Políticas contra as Drogas não foi implementada em 2017</p> <p>2018 - Câmara Técnica de Políticas contra as Drogas não foi implementada em 2018.</p> <p>2019 - Câmara Técnica de Políticas contra as Drogas não foi implementada em toda a vigência do PPA.</p>
6217	2	3	Criação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal – SISP/DF. (SSP)	24101	100	2016 - Ação Orçamentária não implementada.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRÍÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>2017 - Decreto 38.541, de 05 de outubro de 2017, que criou o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISPDF).</p> <p>2018 - Decreto 38.541, de 05 de outubro de 2017 criou o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISPDF).</p> <p>2019 - Decreto 38.541, de 05 de outubro de 2017 criou o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISPDF).</p>

Análise dos Resultados do Objetivo Específico

2016/2019

SSP

O Objetivo Específico “Resposta Qualidade a Criminalidade: promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente”, caracteriza-se por buscar alcançar índices satisfatórios que representem o aumento da sensação de segurança, através do incremento imediato e permanente das respostas ao avanço da criminalidade, notadamente, os delitos violentos letais intencionais e os crimes violentos contra o patrimônio.

Para tanto, os investimentos em segurança pública no exercício de 2016 foram direcionados com vistas a responder ao crime com racionalidade científica, inteligência estratégica, produção qualificada de provas e com garantia de direitos. Em face de premissa construída, o panorama de aperfeiçoamento das políticas de segurança demanda atualização e qualificação dos mecanismos e dos atores incumbidos da repressão.

Portanto, a repressão da criminalidade moderna e sofisticada não deve ser reativa, mas pró-ativa. Sua atuação qualificada deve compreender, necessariamente, as dimensões da Inteligência, da Informação, da Tecnologia e da Gestão.

No que tange ao preparo dos profissionais de segurança pública, treinamentos e operações que incluam e valorizem o uso diferenciado, proporcional e progressivo da força, bem como a incorporação de tecnologia menos letal (com aquisição de equipamentos apropriados) proporcionam um policiamento mais eficaz, capaz de cumprir sua tarefa repressiva de maneira legítima, sem violar direitos e produzir mais vítimas, ao mesmo tempo em que constrói uma relação de confiança com a população e valoriza a atividade policial.

Dessa forma, reforçando o já apregoado em linhas anteriores, o alcance do objetivo pretendido encontra seu sucesso na elevação do nível de cooperação e integração entre os órgãos componentes do Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal, por meio da articulação das ações, do compartilhamento de dados e pela adequada gestão das informações produzidas e disseminadas pelas respectivas instituições.

Dante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) início do processo licitatório cujo objeto é a contratação de empresa para executar a construção do Centro Regional de Excelência em Perícias do Centro Oeste – Edifício do Instituto de Pesquisa de DNA Forense por meio de convenio; II) formalização do Acordo de Cooperação Técnica entre o DF e os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais e Rondônia, com a finalidade de conjugar esforços dos participes, visando ao estabelecimento e a implementação de ações conjuntas de segurança pública e defesa social nos seus territórios; e III) inaugurada a Célula de Inteligência Integrada do Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual no prédio da SIOSP/SSP/DF.

Destacam-se ainda que os indicadores monitorados por esta Secretaria foram divididos nos dois grupos priorizados pelo “Viva Brasília”: CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais e CCP – Crimes Contra o Patrimônio. O CVLI é um indicador composto de três naturezas: Homicídio; Latrocínio; Lesão corporal seguido de morte e o CCP, composto de seis naturezas: Roubo a transeunte; Roubo de veículo; Roubo em transporte coletivo; Roubo em comércio; Roubo em Residência; e Furto em veículo, para esses indicadores as metas previstas para 2016, foram a redução de 6% no CVLI e 4% no CCP.

O balanço da criminalidade referente ao ano de 2016 mostra que foram registrados 19,7 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal desde 1993, quando somaram 25,4/100 mil habitantes.

“Quando analisado o grupo dos três crimes contra a vida, monitorados pelo” Viva Brasília – Nossa Pacto pela Vida – homicídio”, latrocínio e lesão seguida de morte – também se verifica reduções. Foram 21,3 mortes para cada 100 mil habitantes. O número está abaixo da média nacional, que atualmente é de 25,7/ 100mil, segundo o 10º Anuário de Segurança Pública de 2016. A aplicação desse tipo de taxa é uma metodologia recomendada pelas Organizações das Nações Unidas para aferir o nível de violência de determinado lugar, relativizando o número da criminalidade com a população.

Os Crimes Contra os Patrimônios não apresentaram queda em 2016, quando comparados aos anos anteriores.

Em 2017, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto, onde pode-se destacar que em 05 de dezembro de 2017 foi editada a Portaria Conjunta N° 02, que dispõe sobre a composição e funcionamento da Unidade de Coordenação do Pacto pela Vida e regulamenta as ações e atividades a serem desenvolvidas pela Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF, pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF e pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF.

Destaca-se ainda que o número de homicídios cometidos em 2017 caiu 15,7% em relação a 2016 – os índices passaram de 591 para 498. Com isso, o Distrito Federal bateu a marca da menor taxa de homicídios por 100 mil habitantes dos últimos 29 anos, ou seja 16,3 por 100 mil habitantes. Isso quer dizer que desde 1988 não havia uma taxa tão baixa. Roubos e furtos também apresentaram redução entre os anos analisados. Se forem analisados apenas os números absolutos, ao invés de taxa índice, 2017 fechou com o menor número de homicídios em 15 anos. No conjunto dos crimes violentos letais intencionais – homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte – a queda verificada foi de 15,8% ou 101 casos a menos. Foram 640 ocorrências em 2016 e 539 em 2017. Separadamente, os latrocínios baixaram de 44 para 36; e as lesões seguidas de morte mantiveram-se com os mesmos índices nos dois anos: cinco ocorrências.

Em relação aos roubos e furtos que integram a categoria dos crimes contra o patrimônio monitorados pelo Viva Brasília, a diminuição foi de 5,6%. Os casos registrados nas delegacias caíram de 63.491 em 2016 para 59.953 em 2017. Nesse montante consideram-se roubos a pedestres, de veículo, em transporte coletivo, em comércio, em residência e furto em veículo.

Em número percentual, a menor queda dos crimes contra o patrimônio foi no registro de roubo em comércio: 23% (2.774 para 2.136). Essa natureza criminal inclui casas lotéricas, postos de combustíveis e estabelecimentos comerciais no geral. O roubo de veículo teve um decréscimo de 14,3%: 5.663 registros em 2016 e 4.855 em 2017. Os roubos em transportes coletivos, por sua vez, saíram de 3.130 para 2.681, ou seja, menos 14,3%.

A queda nos casos de roubo em residência foi de 6,2%, passando de 919 em 2016 para 862 em 2017. Roubos a pedestres – que têm o celular como principal alvo – tiveram baixa de 3,8% (38.206 para 36.763). Os furtos em veículos, incluindo arrombamentos, saíram de 12.799 para 12.656 (-1,1%).

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu objetivo proposto para o exercício de 2018.

Desde a implantação do Viva Brasília, em 2015, 753 vidas foram preservadas. A informação leva em conta a seguinte análise: se o DF tivesse mantido a incidência de mortes violentas que havia em janeiro de 2015, até o final de outubro de 2018, mais de setecentas pessoas teriam sido assassinadas.

Dos três Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), também monitorado com prioridade pelo Viva Brasília – Nossa Pacto pela Vida, houve redução de 10,9% no número de vítimas. O balanço revelou também queda no crime de latrocínio, que é quando o motivo do homicídio é o roubo, caiu de 36 (trinta e seis) para 28 (vinte e oito) casos. Nos meses de setembro e outubro deste ano, não foram registrados casos de lesão corporal seguido de morte.

Importante destacar que, segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública referente ao ano de 2017, essa realidade observada no DF caminha em sentido contrário da realidade do restante do território brasileiro, em que o número de mortes vem crescendo, garantindo ao DF a terceira unidade da Federação em redução de mortes violentas, no ranking nacional.

Em relação aos seis principais Crimes Contra o Patrimônio (CCP) – roubos e furtos a pedestre, a comércio, de veículo, em transporte coletivo e a residência, monitorados também pelo Viva Brasília – Nossa Pacto Pela Vida, todos apresentaram queda, atingindo a taxa de 14,6% de redução em 2018 quando comparados ao mesmo mês do ano anterior. Dos crimes analisados, o roubo em transporte coletivo foi a modalidade com maior queda, 40,8% a menos que em 2017 (de 2.672 ocorrências, em 2017, para 1.582 em 2018 - 1.090 ocorrências a menos).

O segundo CPP com maior redução em 2018 em relação ao mesmo mês de 2017 foi o roubo a residência, com 30,9% de queda (de 863 para 596 registros), em seguida vem o roubo a comércio, com redução de 17% (de 2.141 para 1.776 ocorrências). Roubos a veículo também apresentou queda, passando de 4.851, em 2017 para 3.986 em 2018 (-17,8%). Já as ocorrências de roubo a pedestre, por sua vez, caíram 10,7%. Nos furtos em veículos houve 17,9% de redução.

Atribuem-se estas significativas reduções ao trabalho integrado com outros órgãos do governo, aliado à realização de ações com foco em áreas críticas, nos crimes de maior impacto na sensação de insegurança das pessoas e com influência em todas as naturezas criminais.

No que se refere à Violência sexual, os registros de estupros diminuíram 9,5% em 2018 em comparação a 2017. Foram 744 casos, em 2017, para 673 este ano. De acordo com análise da SSP/DF, em 85% dos casos de estupro de vulnerável o autor e a vítima tinham vínculo como, por exemplo, parentesco. Observa-se que quando se trata de adultos, a relação também é alta: 50%.

Em 2019 o Objetivo Específico “Resposta Qualidade a Criminalidade: promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente” caracteriza-se por buscar alcançar índices satisfatórios que representem o aumento da sensação de segurança, por meio do incremento imediato e permanente das respostas ao avanço da criminalidade, notadamente, os delitos violentos letais intencionais e os crimes violentos contra o patrimônio.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública atingiu objetivo proposto para o exercício de 2019.

O esforço conjunto das forças de segurança para reduzir a criminalidade no Distrito Federal superou as metas estabelecidas para 2019. Levantamento realizado pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) mostra que, no ano passado, foram registrados 13 homicídios por 100 mil habitantes, índice mais baixo no DF desde 1985, quando o resultado foi 13,9/100 mil.

O uso dessa taxa é uma metodologia internacional para aferir o nível de violência de determinado lugar, relacionando o número da criminalidade com a população. Quando analisado o número absoluto de vítimas de homicídios, em 2019, o DF atingiu o menor número de mortes por esse tipo de crime em 25 anos.

Em 1995, foram 479 vítimas; no ano passado, mesmo com o aumento da população, foram registrados 415 casos. Tal redução é resultado do trabalho de inteligência, cruzamento de dados, integração entre as forças e planejamento tático.

Patamar histórico

O feito histórico de baixar os índices de vítimas de homicídios para o menor patamar dos últimos 25 anos, foi iniciado em 2019 com a meta de reduzir este crime em 4% e fechou-se com uma redução em números absolutos de 11,4%. (“Iniciamos o ano com a meta de reduzir esse crime em 4% e fechamos 2019 com uma redução em números absolutos de 11,4%.

Em 2019, o governo do DF reabriu delegacias, nomeou novos policiais militares e civis e agentes penitenciários, regulamentou o serviço voluntário das forças de segurança e aumentou a frota de viaturas operacionais, entre outras ações.

Metas e resultado

Uma das medidas estratégicas implementadas pela SSP para conter a criminalidade foi, desde o início do ano passado, a estipulação de metas e a cobrança de resultados até o ano de 2022. Em 2019, o objetivo era fechar o ano com a taxa de 13,4 mortes para cada 100 mil habitantes. Porém, a taxa foi ainda menor: 13/100 mil, valor que já está muito próximo da meta para 2020, que é de 12,9/100 mil.

Vidas preservadas

O número de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) obteve redução de 11,4% no ano passado em relação a 2018, de 500 para 443 casos. Com isso, 57 vidas foram preservadas no período, em todo o DF. Os CVLIs reúnem homicídio, feminicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte. Houve também queda no crime de latrocínio – quando o motivo do homicídio é o roubo –, de 33 para 24 no comparativo anual.

Destaca-se aqui o trabalho realizado pela Polícia Civil do Distrito Federal e pela Polícia Militar do Distrito Federal que no âmbito de suas atribuições, realizaram diversas operações contra grupos criminosos e ações para desarticular facções no DF.

O trabalho do Corpo de Bombeiros e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran) foi muito importante na preservação de vidas no DF. De janeiro a dezembro do ano passado, os bombeiros atuaram em 37,5 mil ocorrências de emergência médica e 30,8 mil de acidentes de trânsito. Já o Detran tem se empenhado para reduzir as vítimas de acidentes fatais no DF, sobretudo nas fiscalizações da lei seca.

Redução de estupros, roubos e furtos

Ainda em 2019, os estupros no DF caíram 8,1 %. Em 2018, foram 725 casos, sendo 440 contra vulnerável (60,7 %). Este ano foram 666 casos, 390 contra vulnerável (59,5 %). Cabe destacar que cerca de 80% dos casos de estupro de vulnerável acontecem no interior das residências das próprias vítimas.

Quanto aos Crimes Contra o Patrimônio (CCPs), monitorados de forma prioritária pela SSP/DF, também houve queda de 12,1 % no comparativo 2018/2019. Essa redução representa 6.252 roubos e furtos a menos no DF. Dos crimes analisados, o roubo a comércio foi o que mais caiu - 23,2 % -, de 1.778 para 1.365, com 413 ocorrências a menos.

O roubo em residência obteve redução de 17,3 % na comparação do ano passado com 2018: de 597 para 494 ocorrências em todo o DF, 103 casos a menos. No roubo em transporte coletivo, houve 3,1 % de redução no mesmo período. O furto em veículo e os roubos de veículo e a pedestre caíram 12,2 %, 14,2% e 11,6 %, respectivamente.

PMDF

No que tange à redução os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente, a PMDF buscou realizar seus investimentos na direção de responder ao crime com racionalidade científica, inteligência estratégica, produção de provas e com garantia de direitos. Tendo em vista a premissa construída, norteou-se no aperfeiçoamento dos métodos e técnicas relacionados à preservação da ordem pública e ao policiamento ostensivo, qualificando dos 1.575 operadores da Segurança Pública, no ano de 2016. Ademais, no ano de 2016, foram realizadas as tratativas relacionadas a estande de tiro. Na PMDF, não havia local seguro para o Treinamento de Tiro Policial Militar e o Teste de Aptidão de Tiro Policial Militar, cujo objetivo é geral do é a atualização do conhecimento necessário ao desenvolvimento de competências cognitivas, operacionais e atitudinais específicas, no exercício das atividades demandantes de procedimentos operacionais, além de promover a melhoria do desempenho do policial militar no uso e manuseio do armamento e a uniformização de procedimentos. Isso com o escopo de criar uma doutrina corporativa no uso e manuseio do armamento visando diminuir os índices de acidentes e de erros em ocorrências no serviço e no horário de folga do policial militar.

Com o foco ainda na redução os índices de crimes violentos, a PMDF ampliou, e continua realizando estudo para aumentar ainda mais, o policiamento de proximidade, o qual promove o amparo das ações repressivas através de ações policiais de índole preventiva, em função do seu potencial de interação com a comunidade.

Houve ainda concentração de energias no preparo dos profissionais de segurança pública, que incluam e valorizem o uso diferenciado, proporcional e progressivo da força, bem como a incorporação de tecnologia menos letal. Houve investimentos na aquisição de equipamentos apropriados os qual proporcionam um policiamento mais eficaz, capaz de cumprir sua tarefa repressiva de maneira legítima, sem violar direitos e produzir mais vítimas.

Como contribuição para o alcance do Objetivo Específico, a PMDF norteou-se no aperfeiçoamento dos métodos e técnicas relacionados à preservação da ordem pública e ao policiamento ostensivo, bem como buscou o terreno para a implementação do estande de tiro da PMDF. Além disso, ampliou, e continua realizando estudo para aumentar ainda mais, o policiamento de proximidade, o qual promove o amparo das ações repressivas através de ações policiais de índole preventiva, em função do seu potencial de interação com a comunidade. Existiram investimentos na aquisição de equipamentos apropriados os qual proporcionam um policiamento com uso diferenciado, proporcional e progressivo da força mais eficaz, capaz de cumprir sua tarefa repressiva de maneira legítima.

Nesse exercício houve uma diminuição de 8,60% no índice de crimes e violência. Apenas como exemplo, no homicídio tivemos uma redução de 17%; no latrocínio, que é o roubo seguido de morte, uma redução de 20%; na tentativa de homicídio, uma redução de 2%; e no roubo a comércio, uma redução de 23%. Esses resultados foram alcançados a despeito de uma perda considerável de policiais militares que ingressaram na reserva remunerada (7000 policiais). As ações de reestruturação organizacional e implementações de novas ações de Policiamento Ostensivo têm refletido nos índices de redução do crime e da violência, aumentando a sensação de segurança da sociedade

No exercício de 2018 verifica-se que houve decréscimo de 12,22%, no homicídio, 17,78% no roubo seguido de morte , 4,64% no homicídio tentado, 10,57% no estupro, 30,86% no roubo a residência, 10,63%, no roubo a transeunte, 17,10% no roubo a comércio, 40,89% no roubo a transporte coletivo, e 17,61% no furto de veículo. Em uma média aritmética geral, houve uma redução total de 18,033% nos índices de violência e crime.

Em 2019, analisando a meta em questão, constata-se que houve significativa redução nos índices de crimes violentos, conforme dados extraídos do Relatório de Gestão 2019 e do sistema Gênesis Transparência (Módulo do sistema Gênesis da PMDF que elabora relatórios das atividades policiais). Para os Crimes Violentos Letais Intencionais, obteve-se os seguintes valores: Homicídios -4,81% e Latrocínios 0%. Para os Crimes Contra o Patrimônio: Roubo a Residência -0,61%, Roubo a Transeunte -19,60%, Roubo a Comércio -12,33%, Roubo de Veículos -18,53% e Roubo a Transporte Coletivo -7,83%. Aferiu-se também redução em relação ao crime de estupro: -2,88%. Totalizou-se, assim, redução de 15,05% nos índices de violência e criminalidade quando se compara o ano de 2019 e o período anterior.

PCDF

Dentre as ações orçamentárias vinculadas ao objetivo específico 02 está previsto o Centro Piloto de Prevenção ao uso de Drogas. As palestras e exposições realizadas pelas unidades fixa e móvel do Museu de Drogas tiveram 7.302 expectadores e visitantes. Em outra vertente, quanto a sistemas de Informação, e abrangendo os aspectos de integração e modernização dos segmentos de Segurança Pública, foi desenvolvido o Sistema TCNet, responsável pela confecção do termo circunstanciado eletrônico, o qual objetiva o registro de crimes de menor potencial ofensivo. Tal solução

tecnológica propicia o cumprimento de acordo de cooperação celebrado entre a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, Polícia Civil do Distrito Federal e Departamento de Trânsito do Distrito Federal. Noutro giro, o desenvolvimento e entrega de Sistema de Gestão Administrativa - SGA possibilitou a automação dos controles e procedimentos afetos aos recursos humanos da PCDF.

Vale acrescentar o fato que a PCDF contribuiu decisivamente para a modernização dos ativos da Polícia Civil a aquisição de Painéis de Gestão da Informação, voltados ao monitoramento de dados estatísticos, de análise criminal e procedimentos policiais, bem como controle de atividades não finalísticas da Instituição Policial: consumo de água, abastecimento de viaturas e dados referentes a recursos humanos. No que tange a modernização institucional, deu-se a construção da nova página virtual da Delegacia Eletrônica da Polícia Civil em 2017, além do aperfeiçoamento de sua plataforma *on line*, disponível para uso em dispositivos móveis. Registre-se que houve a inclusão de 04 (quatro) novas tipificações criminais para registro via internet, totalizando 17 (dezessete) tipos penais, o que possibilitou o aumento dos registros eletrônicos em 30% (trinta por cento) do total já realizado pela Polícia Civil. As edificações havidas no âmbito da Polícia Civil também contribuíram para o alcance deste objetivo, a saber: Construção da 15ª DP - Ceilândia Centro; Construção da 38ª DP (Vicente Pires); Construção do Instituto de Criminalística - IC e Construção da 16ª DP - Planaltina. Conclui- se que, em relação ao objetivo específico em comento, a Polícia Civil do Distrito Federal teve desempenho exitoso, contribuindo com relevantes conquistas voltadas para a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, e consequentemente, colaborando para a redução dos índices de crimes violentos.

A PCDF prima pela modernização de seus processos internos e respectivas ferramentas a fim de obter o resultado almejado: a redução dos índices de crimes violentos.

Com este intuito, as investigações criminais são continuamente aperfeiçoadas pelo uso de novas técnicas investigativas e aparato tecnológico moderno.

Como exemplo disto, temos o Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro – LAB-LD/PCDF, o qual se mostra atuante no combate à lavagem de valores de procedência ilícita, o que gera inegável impacto sobre o crime organizado.

No que se refere à integração com as demais forças de segurança, registre-se a atuação coordenada e o estabelecimento de metas para as Áreas Integradas de Segurança Pública, por período avaliado, e de acordo com as peculiaridades de cada área administrativa do Distrito Federal, atendendo a demandas específicas. As modalidades de ações delituosas a serem combatidas foram identificadas de acordo com dados estatísticos extraídos dos sistemas SIGEO/SSP e do POLARIS/PCDF, dentre outros.

Por todo o exposto, considera-se que houve êxito parcial quanto ao atingimento desse Objetivo Específico. Não obstante as dificuldades enfrentadas, a Polícia Civil do Distrito Federal segue em sua missão de promover Segurança Pública com excelência na elucidação de infrações penais, mantendo o foco na investigação policial de qualidade, no intuito de garantir que a resposta ao avanço da criminalidade seja célere e permanente.

A Polícia Civil deu continuidade as ações voltadas para a modernização e integração policial em 2019.

A integração entre as Forças de Segurança se evidenciou por meio dos trabalhos desenvolvidos no Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB, através do Plantão Extraordinário de Preservação de Local de Crimes Violentos Letais Intencionais – PEL; e pela celebração do Termo de Cooperação entre Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Civil e o Departamento de Trânsito do DF -DETRANDF, que viabilizou o uso do sistema TECNET por agentes de trânsito. Esta solução tecnológica foi desenvolvida pela Polícia Civil.

No que se refere à modernização com o escopo de reduzir os índices de crimes violentos, algumas aquisições de bens e serviços foram cruciais para o bom desempenho da PCDF: a) Sistema de Identificação ABIS; b) 200 computadores de alta performance; c) sistema de análise toxicológica LC/MS/MS; d) a reforma do Centro Tecnológico da Polícia Civil do Distrito Federal, da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM e da 17ª Delegacia de Polícia e da Divisão de Operações Especiais - DOE; e) 46 veículos tipo SUV caracterizados; 04 furgões (rabecões), 13 viaturas descaracterizadas, todos veículos automotores advindos de recursos de convênios; f) 830 coletes balísticos; g) aquisição de armas de fogo; h) kit teste quantificação de DNA e kit matriz espectral.

As investigações criminais são continuamente aperfeiçoadas pelo uso de novas técnicas investigativas e aparato tecnológico. Em agosto de 2019, houve o 1º Ciclo de Palestras com Foco em Ações de Inteligência, visando o fomento de estratégias de Inteligência Policial para enfrentamento ao crime organizado. Em outubro de 2019, foram capacitados 57 policiais civis em Análise de Vínculos. O curso de capacitação foi dirigido exclusivamente a policiais civis do Distrito Federal, oportunidade em que passaram a dominar as funcionalidades do software IBM 2.

No que se refere à identificação civil, a população do Distrito Federal foi a primeira do país a ser contemplada com a “identidade eletrônica.

Na avaliação dessa Unidade, o Objetivo ESPECÍFICO previsto, ora avaliado, foi alcançado? Considerar todas as realizações ao longo dos quatro anos de vigência do PPA 2016-2019.

- Objetivo integralmente alcançado
- Objetivo parcialmente alcançado, com número satisfatório de entregas relevantes.
- Objetivo parcialmente alcançado, com reduzido número de entregas relevantes.
- As entregas não contribuíram para o alcance do Objetivo.

Justifique a resposta: Diante da análise qualitativa e quantitativa das metas entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública atingiu integralmente o objetivo proposto para o período 2016-2019

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – PREVENÇÃO, GESTÃO DE RISCO E RESPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES: Identificar e minimizar os riscos de ocorrência e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	Descrição da Meta	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (E/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3	1	Criar e implementar o plano de prevenção e respostas às emergências e desastres; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	44	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3	2	Modernizar o sistema de segurança contra incêndio e pânico; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3	3	Aumentar anualmente a quantidade de perícias de incêndios realizadas em 30 perícias a mais que o ano anterior; (CBMDF)	368	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	670	1165	1690	515	139,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3	4	Aumentar anualmente a quantidade de prevenções em 581 prevenções realizadas; (CBMDF)	5721	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	12.879	14.854	18494	5.058	88,41
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3	5	Mantar o quantitativo de atendimentos dos projetos sociais. (CBMDF)	100	%	ACUM	MANTER	100	100	100	100	100,0

Análise Qualitativa

1. Criar e implementar o plano de prevenção e respostas às emergências e desastres; (SSP)

2016

Meta parcialmente atendida. O Distrito Federal possui 18 Regiões Administrativas – RA's com identificação de áreas de risco. Em 2016 foram vistoriadas 15 áreas de riscos em 8RA's, sendo que o número total de residências em áreas de risco foi reduzido de 4.960 para 4.762, em decorrência das ações do Governo (pavimentação, implantação de rede de esgoto, água potável e drenagem de águas pluviais, melhora construtiva, etc).

2017

Meta atingida. A Subsecretaria de Defesa Civil – SUDEC/SSP, realizou o mapeamento das áreas de risco do Distrito Federal para o quadriênio 2016-2019. Os riscos incluem desabamento, incêndio, eletrocussão, entre outros. A SUDEC/SSP, buscando identificar e minimizar os riscos de ocorrências e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública, realizou treinamento e preparação para os agentes e as comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil, para que, em caso de normalidade, possam agir na prevenção junto as suas áreas ou, em situações de anormalidades, atuem como auxiliares do Sistema de Proteção e Defesa Civil, tendo capacitado 3.125 pessoas. O Distrito Federal possui 18 Regiões Administrativas – RA's com identificação de áreas de risco. Em 2017, foram vistoriadas 10 áreas de riscos em 2 RA's, sendo que o número total de residências em áreas de risco foi reduzido de 4.960 para 4.733, em decorrência das ações do Governo (pavimentação, implantação de rede de esgoto, água potável e drenagem de águas pluviais, melhora construtiva, etc). Cabe ressaltar que a SUDEC/SSP, anualmente, elabora os planos de contingência relativos aos períodos chuvosos e de estiagem, que são apresentados nos meses de setembro e abril respectivamente, bem como a elaboração do plano de atuação com um calendário de ações a serem desenvolvidas durante todo o ano nas Regiões Administrativas do DF.

2018

Meta atingida. A Subsecretaria de Defesa Civil – SUDEC/SSP realizou o mapeamento das áreas de risco do Distrito Federal para o quadriênio 2016-2019. O Sistema de Defesa Civil do Distrito Federal tem por objetivo a prevenção, a preparação, a resposta e a reconstrução de áreas afetadas por desastres humanos e/ou naturais. Nesse sentido, o gerenciamento de risco constitui-se em uma atividade da gestão ambiental e urbana, procurando identificar os pontos de riscos das Regiões Administrativas do DF. Por meio do planejamento, a Defesa Civil propõe medidas para minimizar os riscos, prepara os órgãos de resposta e articula-se para restabelecer as condições de normalidade destes locais. Os objetivos deste trabalho são elencados em: 1. Identificação das ameaças e das vulnerabilidades (conhecimento do problema); 2. Análise e mapeamento dos riscos; 3. Adoção de medidas não estruturais com implantação de planos preventivos e de contingência, com monitoramento e atendimento das situações de emergência; 4. Adoção de medidas estruturais para a redução de riscos e prevenção de desastres; 5. Informação pública e capacitação para prevenção de riscos, de desastres e autoproteção; e 6. Levantamento de riscos em edificações com 4 pavimentos ou mais na RA Vicente Pires.

2019 - Meta atingida em 2018.

2. Modernizar o sistema de segurança contra incêndio e pânico; (SSP)

2016 - Meta não atingida.

2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, a SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

O CBMDF implantou o Sistema SCIPWEB que tem por objetivo oferecer à sociedade os serviços de consulta prévia, análise dos projetos e vistorias, com acesso direto via internet, minimizando gastos, deslocamentos, perda de tempo e retrabalho. O CBMDF criou o Centro de Referência em Investigação de Incêndio que realiza a aquisição de equipamentos, materiais e insumos para equipar os laboratórios de investigação de incêndio e ciência do fogo, da Diretoria de Investigação de Incêndio. Por meio dessa nova infraestrutura será possível realizar amplas pesquisas sobre a ciência do fogo, gerando conhecimento capaz de aprimorar os processos operacionais de combate a incêndios. Nesse sentido, teremos um reflexo positivo na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos do DF, além de se possibilitar a caminhada para a formulação de técnicas mais eficientes, que demandem menor utilização de recursos naturais, como água, na extinção de incêndios. Os esforços da corporação estão alinhados às premissas de responsabilidade socioambiental do governo.

2018

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF.

Para o atingimento da meta destacam-se na atuação do CBMDF em 2018 as seguintes iniciativas: implementação de um novo regime de serviço operacional de perícia; implantação contínua do sistema SCPIWEB; capacitação de peritos na nova metodologia aplicada à investigação de incêndios; e desenvolvimento de protocolo juntamente com a PCDF para atendimentos aos incêndios classificados como Causa de Ação Pessoal Intencional.

Desenvolveu ainda o aperfeiçoamento do Sistema Fênix, que permitiu a irradiação da ocorrência concomitante para a seção de comunicação do grupamento de bombeiro militar e mesa de atendimento do CIADE, dando maior agilidade no acionamento do socorro envolvido.

2019

A Secretaria de Estado da Segurança Pública do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF.

Para o atingimento da meta, destacam-se as seguintes iniciativas do CBMDF: melhorias substanciais das instalações da Diretoria de Estudos e Análise de Projetos (DIEAP), visando uma melhor recepção do público externo e melhores condições de trabalho para os analistas; consolidação da implementação do sistema SCIPWeb, utilizado para tramitação de processos e análise de projetos; introdução do módulo de Vistoria no SCIPWeb, que permite o gerenciamento de vistorias; participação em reuniões da ABNT sobre Segurança Contra Incêndio; proposição de criação e revisão de Normas Técnicas, entre outras.

3. Aumentar anualmente a quantidade de perícias de incêndios realizadas em 30 perícias a mais que o ano anterior; (CBMDF)

2016

Em relação a quantidade de perícias de incêndios, a meta está mais do que alcançada. O aspecto inovador desse interesse foi a implantação do relatório de retroalimentação do sistema de segurança contra incêndio e pânico, uma vez que a partir das atividades de perícia e prevenção, buscou-se estabelecer o nexo entre tais atividades, verificando in loco se a legislação de prevenção esteve sendo respeitada, se tais normas foram eficientes para a preservação das pessoas e dos bens, se a técnica, a tática e a estratégia do combate e do atendimento contribuíram com este intuito de preservação, indicando desta forma a eficiência de todo o sistema e permitindo a correção da legislação e dos manuais profissionais.

2017

Com a aplicação dos novos critérios para o cômputo do indicador da Diretoria de Investigação de Incêndio - DINVI, houve uma mudança significativa na forma de tratamento da informação referente às ocorrências de incêndio. A DINVI abandonou o critério quantitativo e adotou o critério qualitativo para o tratamento da informação referente às ocorrências de incêndio. A implantação do critério qualitativo trouxe uma maior eficiência na prestação do serviço de perícia de incêndio realizado pelo CBMDF. A DINVI mudou os critérios para acionamento da equipe de perícia de incêndio para incêndio em veículo produto de furto e para incêndio em que já havia registro de Boletim de Ocorrência da PCDF com solicitação de perícia criminal. Essa mudança qualitativa na prestação do serviço de perícia de incêndio teve como objetivo prestar um serviço melhor com o menor empenho de recurso humano e material possível. A mudança qualitativa fica evidente na comparação dos números de 2016 e 2017. Em 2016 foram 991 atendimentos (67%); já em 2017 foram 746 atendimentos (66,35%). Uma diferença de 245 atendimentos de um ano para o outro. Esses 245 atendimentos estão relacionados com perícias de incêndio que não foram eleitas como perícias realizáveis, como exemplo: veículo produto de furto ou roubo - já encaminhados para a PCDF. Assim, a mudança para o critério qualitativo otimizou o emprego dos recursos humanos e materiais disponíveis na DINVI sem que tenha havido perda da eficiência do serviço de perícia de incêndio prestado pelo CBMDF.

2018

Para o resultado alcançado consideram-se os seguintes fatores: Redução no quadro de Oficiais Peritos de Incêndios lotados na DINVI – Diretoria de Investigação de Incêndio; implementação do sistema - SCPIWEB (Sistema Contra incêndio e Pânico); alterações na metodologia para a investigação de incêndio; ocorrências que envolvem atuação da PCDF (Polícia Civil do Distrito Federal); Falta de conhecimento das guarnições de socorro urbano quanto ao procedimento de acionamento da Perícia CBMDF. Diante das dificuldades decidiu-se: Implantar novo regime de serviço operacional de perícia; empregar continuamente o sistema SCPIWEB; capacitar os peritos quanto à nova metodologia aplicada à investigação de incêndios; desenvolver um protocolo juntamente com a PCDF para atendimentos aos incêndios classificados com a causa de "Ação Pessoal Intencional".

Para 2019 permanece a busca da melhoria do desempenho através de:

Elevação de demandas atendidas pelo serviço de perícia de incêndios, através de formação de novos Peritos pelo CPI (Curso de Perícia de incêndio);
Realização de eventos técnico-científicos;
Consolidação do SCIPWEB para efetivação da retroalimentação e implementação do modelo de gestão de conhecimento para a Administração Pública no CBMDF;
Capacitação dos militares do COMOP a respeito do trabalho da DINVI;
Divulgação para a comunidade do DF a respeito do trabalho e importância da investigação pericial; e
Produção do Termo de Ajuste e Conduta- TAC, entre a Diretoria de Investigação de Incêndio e PCDF.

2019

Fatores:

- 1) Adequação nos procedimentos para repasse de ocorrências;
- 2) Implantação definitiva do novo sistema da SCIPWEB - DINVI no controle das ocorrências periciáveis;
- 3) Capacitação dos Oficiais Peritos e Técnicos em Investigação de Incêndio no manuseio dos sistemas SCIPWEB - SISPIN -DINVI;
- 4) Reuniões conjuntas entre o grupo de trabalho do CBMDF e da PCDF para definir procedimentos visando ao acionamento e a realização das perícias.

Decisões:

- 1) Implantação contínua do sistema SCIPWEB;
- 2) Capacitação dos peritos quanto à nova metodologia aplicada à investigação de incêndios;
- 3) Unificação de todos os procedimentos de investigação de incêndio no SCIP SISPIN;
- 4) Extração de informações em cenários de incêndio descaracterizados ou que possibilitem a realização de perícia indireta, com a finalidade de retroalimentar o sistema de segurança contra incêndio e pânico

4. Aumentar anualmente a quantidade de prevenções em 581 prevenções realizadas; (CBMDF)

2016

A quantidade de prevenções também foi amplamente alcançada, dado que reflete as atividades do sistema de prevenção contra incêndio e pânico em vistorias, credenciamentos, análises de projetos e desenvolvimento de legislação específica, e também a atuação direta das unidades operacionais em eventos com concentração de público, passeios escolares, atividades de aproximação da corporação ao público nas quadras, nas escolas e no interesse de criar, despertar e incentivar uma cultura de prevenção de sinistros, por meio de iniciativas de educação junto à comunidade, e nos comitês de segurança comunitária.

2017

Cabe destacar que o dado lançado no quadro acima referente ao ano de 2017 corresponde apenas ao número de prevenções em eventos promovidas pelo Comando Operacional do CBMDF. Em 2017, foram realizadas 1.975 prevenções, atendendo aproximadamente 3.009.578 pessoas. Em 2016, o Comando Operacional do CBMDF realizou 2.288 prevenções em eventos, atendendo cerca de 3.712.359 pessoas. Ao comparar o quantitativo de prevenções operacionais entre 2016 e 2017, observa - se uma diminuição em cerca de 13% no número de prevenções em 2017. Isso se justifica, pois, em 2016, o Distrito Federal recebeu vários jogos das Olimpíadas. Ainda em decorrência dos jogos olímpicos muitos outros eventos sediaram a cidade, e contaram com atividades preventivas promovidas pela corporação, aumentando assim o quantitativo de prevenções em 2016. Portanto, a diminuição nos atendimentos operacionais foi quantitativa e não qualitativa.

2018

Houve decréscimo no resultado do indicador em relação a 2017. Embora tenha crescido o número de projetos aprovados e vistorias realizadas para licença de funcionamento e habite-se, notou-se crescimento muito maior do número de projetos e vistorias protocolados. O quantitativo de militares mostrou-se insuficiente para atender à alta demanda decorrente da adoção do protocolo eletrônico de solicitações de serviços (e-mail e WhatsApp). A saída de Oficiais e praças para frequentar cursos de progressão de carreira também limitou a capacidade de resposta à demanda bem como impossibilitou a realização do CEPI/2018. Diante das dificuldades encontradas, buscou-se ampliação do quadro de pessoal com militares da ativa e da PTTC, a ampliação das viaturas para o serviço e a implementação do sistema SCIPWeb (módulo de análise de projetos concluído e módulo de vistorias em andamento) como formas de alcançar o incremento de produtividade.

2019

Fatores:

A consolidação do protocolo eletrônico de serviços impactou fortemente a demanda, principalmente por análise de projetos que teve uma demanda reprimida de 55% (3.359), em parte pela recomposição insuficiente do efetivo de analistas. Ainda assim, obteve-se considerável melhora da aferição do indicador, com crescimento de 15% em relação a 2018, atribuindo-se a melhora ao reforço do efetivo de militares nos postos da Na Hora com egressos do CEPI/2019 e início do serviço voluntário gratificado nas vistorias.

Decisões:

Realização de outro CEPI em janeiro de 2020 para capacitar mais pessoal. Reforçar o efetivo de analistas de projetos com egressos do CEPI e serviço voluntário gratificado. Finalizar implantação do SCIPWEB no módulo de vistorias. Ampliar serviços voluntários gratificado em vistorias.

5. Manter o quantitativo de atendimentos dos projetos sociais. (CBMDF)

2016

Dada a dificuldade de renovação do efetivo da corporação, e às inúmeras atividades fins que ela executa, pretende-se manter o quantitativo de atendimentos dos projetos sociais. Esta meta foi alcançada mesmo com a dificuldade de manter os militares disponíveis para os projetos.

2017

Apesar de redução de efetivo, por motivo de reforma de militares, na Assessoria de Programas Sociais, o quantitativo de atendimentos nos programas sociais manteve-se estável e de acordo com a meta esperada.

2018

Mesmo com a redução de efetivo, por motivo de reforma de militares, a Assessoria de Programas Sociais manteve o número de atividades e atendimentos esperado no ano de 2018, atingindo 100% da meta pretendida.

2019

No ano de 2019 as atividades desenvolvidas pelos Programas Sociais do CBMDF atingiram a meta anual estabelecida. Os programas têm como público alvo crianças, adolescentes e idosos, e contribuem para o desenvolvimento psicomotor dos envolvidos, por meio de práticas esportivas, educativas, culturais, psicosociais e recreativas. Os resultados são o aumento do bem-estar, a inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos atendidos.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	2019 Alcançado	Fonte Informação
1592	INCÊNDIOS PERICIADOS	UNIDADE	277	31/01/2015	278	670	308	495	338	349	368	515	DINVI/CBMDF / UO 24104 / OE 3
1593	AÇÕES PREVENTIVAS	UNIDADE	4376	31/01/2015	3.977	12.879	4.558	1.975	5.140	3.604	5.721	5.058	COMOP/CBMDF / UO 24104 / OE 3

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	2019 Alcançado	Fonte Informação
1594	TAXA DE MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO	%	90	31/12/2014	15	44	50	75	75	100	100	100	SUPROD/ SSP / UO 24101 / OE 3
1595	QUANTIDADE DE CIDADÃOS CAPACITADOS PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES	UNIDADE	2.279	31/12/2014	3.279	4.954	4.279	3.125	5.279	710	6.279	0	SUPROD/ SSP / UO 24101 / OE 3

Justificativas 2016

Indicador 1592 - A forma de tratamento das perícias passou por um processo de reformulação, permitindo o aumento do valor numérico do indicador, que parece ter atingido um patamar de estabilidade entre 600 e 700 perícias por ano, intrínseco à quantidade de ocorrências de incêndio, bem como as condições de trabalho da Diretoria de Investigação de Incêndio.

Indicador 1593 - Foram realizadas ações de descentralização dos serviços dos sistemas de prevenção contra incêndio e pânico através da implantação de postos de atendimento no Na Hora da Rodoviária do Plano Piloto. Aliadas a estas ações foram realizadas prevenções in loco em eventos de grande concentração de público, bem como campanhas com o intuito de difundir a cultura de prevenção, via simulados de abandono de escolas, palestras e demonstrações. Esse resultado já reflete toda esta atuação.

Indicador 1594 - Taxa de Mapeamento de Áreas de Riscos: O índice superou o desejado em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco.

Indicador 1595 - Quantidade de Cidadãos Capacitados para Prevenção de Desastres: O índice alcançado superou o desejado em virtude dos treinamentos realizados e a preparação para os agentes e comunidade envolvidos com o Sistema de Proteção e Defesa Civil terem sido intensificados.

Justificativas 2017

Indicador 1592 - Com a ampliação dos novos critérios para a contagem do indicador da Diretoria de Investigação de Incêndio - DINVI, houve uma mudança significativa na forma de tratamento da informação referente às ocorrências de incêndio. A DINVI abandonou o critério quantitativo e adotou o critério qualitativo para o tratamento da informação referente às ocorrências de incêndio e otimizou o emprego dos recursos e materiais disponíveis na DINVI sem perda de eficiência do serviço de perícia de incêndio do CBMDF.

Indicador 1593 - O total de ações corresponde ao público de 3.099.578 pessoas. O número de prevenções atendidas em 2017 foi um pouco menor do que em 2016, tendo em vista o Distrito Federal não sediou nenhum grande evento nacional como as Olimpíadas. Cabe ressaltar que muitas prevenções do tipo "aquática" deixaram de ser atendidas devido ao corte da cota de serviço voluntário, anteriormente destinada para esta função.

Indicador 1594 - 2017 - Taxa de Mapeamento de Áreas de Riscos: O índice superou o desejado em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco.

Indicador 1595 - 2017 - Quantidade de Cidadãos Capacitados para Prevenção de Desastres: O índice alcançado ficou abaixo do desejado pois nos meses de junho e julho as capacitações foram interrompidas devido ao emprego dos agentes na Operação de Levantamento de dados dos Reservatórios de Água nas Escolas Públicas do DF, e nos meses de novembro e dezembro houve novamente interrupção, pois, os agentes foram empregados nas Operações relacionadas ao período chuvoso.

Justificativas 2018

Indicador 1592 - Foi implementado novo regime de serviço operacional de perícia; implantação contínua do sistema SCPIWEB; capacitação de peritos na nova metodologia aplicada à investigação de incêndios; e desenvolvimento de protocolo juntamente com a PCDF para atendimentos aos incêndios classificados como Causa de Ação Pessoal Internacional.

Indicador 1593 - Houve decréscimo no resultado do indicador em relação a 2017. Embora os numeradores dos componentes do índice tenham crescido, notou-se crescimento muito maior do número de projetos e vistorias protocolados - o quantitativo de militares mostrou-se insuficiente para atender a alta demanda decorrente da adoção do protocolo eletrônico de solicitações de serviços. A saída de militares para frequentar cursos de progressões de carreira também limitou a capacidade de resposta à demanda.

Indicador 1594 - O índice superou o desejado em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco Distrito Federal.

Indicador 1595 - O índice alcançado ficou abaixo do desejado pois houve interrupção no programa de capacitação, sendo que os agentes foram empregados nas Operações relacionadas ao período chuvoso.

Justificativas 2019

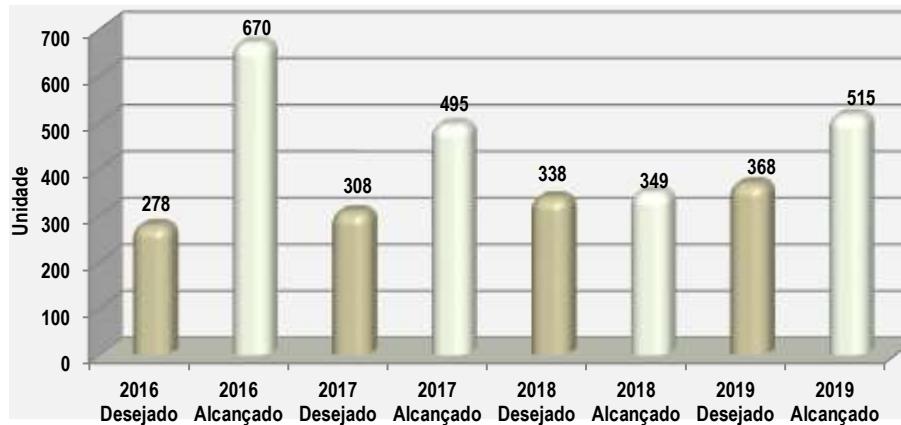
Indicador 1592 – 1) Implantação contínua do sistema SCIPWEB; 2) Capacitação dos peritos quanto à nova metodologia aplicada à investigação de incêndios; 3) Unificação de todos os procedimentos de investigação de incêndio no SCIP SISPIN.

Indicador 1593 – A consolidação do protocolo eletrônico de serviços impactou a demanda, principalmente por análise de projetos que teve demanda reprimida de 55% (3.359), em parte pela recomposição insuficiente do efetivo de analistas. Ainda assim, obteve-se considerável melhora da aferição do indicador, com crescimento em relação a 2018, atribuindo-se a melhora ao reforço do efetivo de militares nos postos do Na Hora com ingressos no curso interno do CBMDF/CEPI/2019 e início do serviço voluntário gratificado.

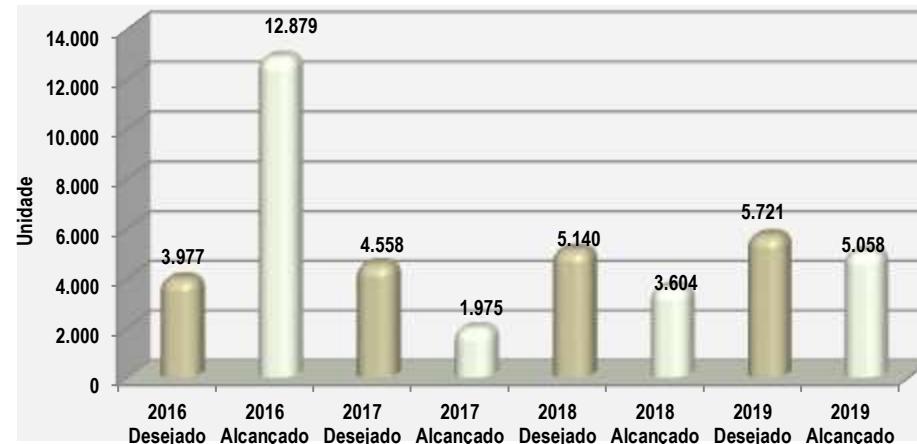
Indicador 1594 – O índice alcançou o desejado ainda em 2018 em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco no Distrito Federal.

Indicador 1595 – Em decorrência do quantitativo reduzido de servidores e de uma alta quantidade de ventos relacionados a Defesa Civil, tais como: vistorias, planos de emergências, detonações de explosivos, entre outros, não foi possível capacitar nenhum cidadão.

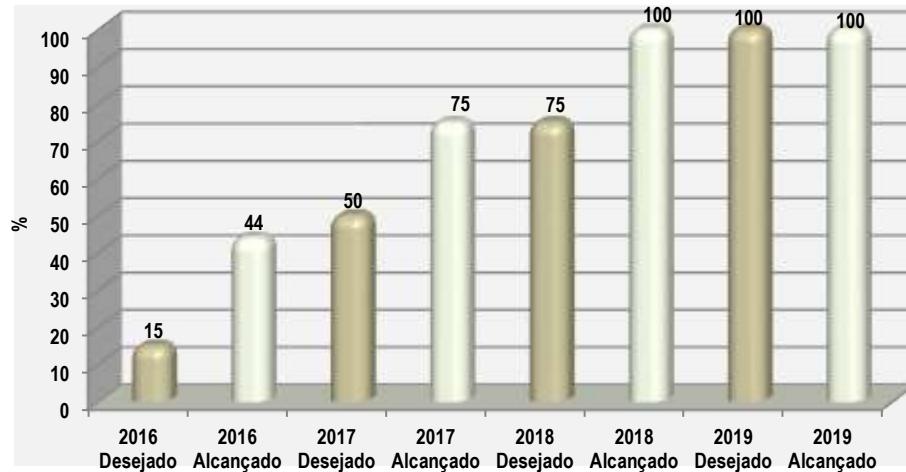
INCÊNDIOS PERICIADOS



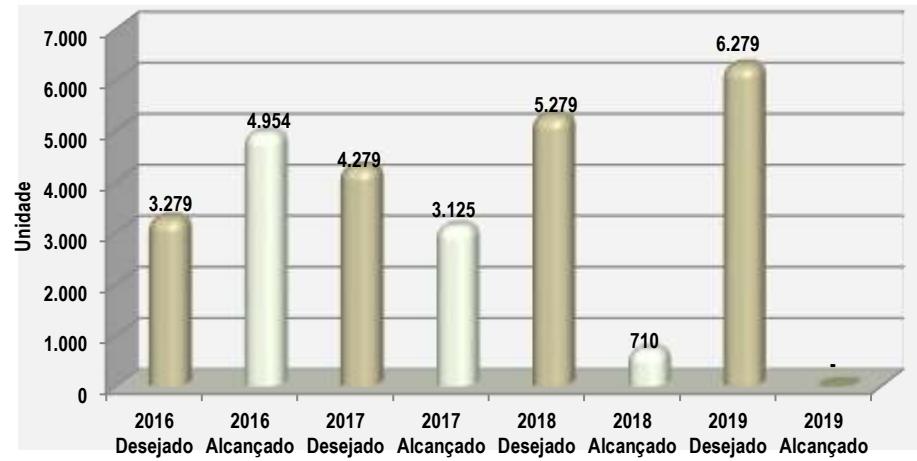
AÇÕES PREVENTIVAS



TAXA DE MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO



QUANTIDADE DE CIDADÃOS CAPACITADOS PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	3	1	Formação de multiplicadores internos para acompanhar voluntários/agentes comunitários de defesa civil; (SSP)	24101	100	<p>2016 No ano de 2016 foi executado o Projeto NUDEC JOVEM, com crianças (3 a 12 nos) e adolescentes (13 a 17 anos) de acordo com a tipificação, sendo utilizado o Teatro Infantil de Defesa Civil com o uso de fantoches, abordando assuntos diversos de prevenção de desastre e cidadania, e ainda para os adolescentes foram oferecidos 13 horas/aula sobre assuntos diversos de prevenção e cidadania.</p> <p>Foram realizados também treinamento e preparação para os agentes e as comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil, para que em caso de normalidade possam agir na prevenção junto as suas áreas ou em situação de anormalidades atuarem como auxiliares do Sistema de Proteção e defesa Civil, totalizando 4.954 pessoas capacitadas em 2016.</p> <p>2017 O Sistema de Proteção e Defesa Civil, por meio do Projeto Nudec Jovem, capacitou 3.125 pessoas em 2017 para que em caso de normalidade possam agir na prevenção junto as suas áreas ou em situação de anormalidades atuarem como auxiliares do Sistema de Proteção e Defesa Civil.</p> <p>2018 O Sistema de Proteção e Defesa Civil, por meio do Projeto Nudec Jovem, capacitou 671 pessoas em 2018 para que em caso de normalidade possam agir na prevenção junto as suas áreas ou em situação de anormalidades atuarem como auxiliares do Sistema de Proteção e Defesa Civil.</p> <p>2019 Em decorrência do quantitativo reduzido de servidores e de uma alta quantidade de eventos relacionados a defesa civil - tais como vistorias, planos de emergências, detonações de explosivos, entre outros -, não foi possível implementar formação de multiplicadores internos, nesse exercício, contudo, considera-se Meta concluída em 2018.</p>
6217	3	2	Bombeiros nas Escolas; (CBMDF)	24104	100	<p>2016 Foram realizados 39 simulados de abandono nas escolas. Aliados aos eventos de bombeiros nas escolas e nas quadras, foram realizados ainda 207 simulados diversos. O objetivo é aproximar o profissional de situações de socorro operacional, promovendo o treinamento em locais de concentração de público tais como estádio, empresas, órgãos públicos, shoppings e instalações de manipulação de produtos perigosos.</p> <p>2017 Foram realizados 48 simulados de abandono nas escolas. Aliados aos eventos de bombeiros nas escolas e nas quadras, foram realizados 152 simulados diversos. O objetivo é aproximar o profissional de situações de socorro operacional, promovendo o treinamento em locais de concentração de público tais como estádio, empresas, órgãos públicos, shoppings e instalações de manipulação de produtos perigosos.</p> <p>2018 Foram realizados 21 simulados de abandono nas escolas. O objetivo é aproximar o profissional de situações de socorro operacional, assim promovendo o treinamento em locais de público. Deste modo, teve-se o alcance de um público de 8.305 pessoas.</p> <p>2019 Foram realizados 72 simulados de abandono nas escolas, alcançando um público de 23.064 pessoas.</p>
6217	3	3	Bombeiros nas Quadras. (CBMDF)	24104	100	<p>2016 Foram desenvolvidos 43 eventos de Bombeiros nas Quadras. Outras ações de prevenção e resposta a emergências e desastres desenvolvidas: 2.659 prevenções aquáticas, 486 palestras e 303 reuniões comunitárias com a participação de militares.</p> <p>2017 Foram desenvolvidos 68 eventos de Bombeiros nas Quadras, com um público de aproximadamente 18.993. Também foram realizadas 400 prevenções aquáticas, atendendo a um público de aproximadamente 151.161 pessoas. Foram ministradas 885 palestras a um público de aproximadamente 161.885; e realizadas 439 reuniões comunitárias com a participação de militares.</p> <p>2018</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRÍÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Foram desenvolvidos 41 eventos de Bombeiros nas Quadras, alcançando um público de 10.623 pessoas. 2019 Foram realizadas 33 operações Bombeiros nas Quadras, alcançando um público de 19.210 pessoas.

Análise dos Resultados Alcançado pelo Objetivo Específico

2016/2019

SSP

O Objetivo Específico “Prevenção, Gestão de Riscos e Respostas às Emergências e Desastres: identificar e minimizar os riscos de ocorrências e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança”, caracteriza-se por coordenar as medidas destinadas a prevenir as consequências nocivas de eventos desastrosos e a socorrer as populações e áreas atingidas por esses eventos.

Buscando identificar e minimizar os riscos de ocorrência e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública, a SSPDF, por meio da Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil, realizou treinamento e preparação para os agentes e as comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil para agir na prevenção, em caso de normalidade, ou atuarem como auxiliares do Sistema de Proteção e Defesa Civil em situação de anormalidades, totalizando 671 pessoas capacitadas em 2018.

No primeiro semestre de 2018 foram realizadas 2.714 vistorias in loco pela equipe de Defesa Civil, gerando os termos (Comparecimento, Notificação, Interdição, Desinterdição e Licenças de funcionamento eventual e comércio) conforme cada caso.

Dentre as principais ocorrências atendidas destacam-se: 31,67% de rachaduras e fissuras; 15,42% de desabamento; 14,79% de infiltrações; 13,96% de risco de desabamento de muro; 6,25% de recalque de fundações (rebaixamento de terras); 5% de problemas encontrados em instalações elétricas; 4,17% de incêndio; 3,125% de desplacamento de revestimento; 2,71% de problemas na rede de esgoto; 2,08% de erosão; e 0,83% de alagamento.

No ano de 2018 foram realizadas as seguintes operações preventivas:

- continuação na operação em bares e boates, com o objetivo de vistoriar e fiscalizar as condições estruturais e de segurança das instalações das novas casas de show e boates;
- continuação na Operação Carnaval, que tem como objetivo vistoriar as estruturas provisórias montadas no evento a fim de garantir segurança aos participantes; finalizada a Operação da detonação da rocha no Taquari – BR-020; e, realizada a operação para acompanhamento na demolição do tático, localizado no Sol Nascente;
- realizada operação via-sacra com o objetivo de fiscalizar, orientar e monitorar os eventos realizados pelas Paróquias em cada Região Administrativa do Distrito Federal;
- continuação da Operação Afrodite, onde tem por objetivo verificar as condições estruturais e de segurança dos motéis de Brasília;
- realizada a operação de fiscalização integrada juntamente com o setor de Produtos Perigosos, nas BR 040 – 060- 020, conforme determinado no planejamento anual da SUDEC.

O Objetivo Específico “Prevenção, Gestão de Riscos e Respostas às Emergências e Desastres: identificar e minimizar os riscos de ocorrências e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança” caracteriza-se por coordenar as medidas destinadas a prevenir as consequências nocivas de eventos desastrosos e a socorrer as populações e áreas atingidas por esses eventos.

Buscando identificar e minimizar os riscos de ocorrência e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública, a SSPDF, por meio da Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil, realizou diversos levantamentos, dos quais destacamos: 100% das áreas de riscos vistoriadas e mapeadas; 187 vistorias de licença de funcionamento; 440 termos de notificação de edificações; 283 termos de comparecimento em edificações; 71 termos de interdição de edificações e 16 termos de desinterdição de edificações.

No ano de 2019 foram realizadas as seguintes operações preventivas:

- 37 vistorias em bares e boates, com o objetivo de vistoriar e fiscalizar as condições estruturais e de segurança das instalações das novas casas de show e boates;
- 32 vistorias na Operação Afrodite, com o objetivo de verificar as condições estruturais e de segurança dos motéis de Brasília; e
- 215 vistorias na Operação Vicente Pires.

Destacam-se ainda a elaboração dos seguintes Planos de Emergência:

Barragem do Lago Paranoá; e Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos - CD-P2R2.

CBMDF

Em 2016 este objetivo específico é de responsabilidade da unidade.

Foram realizados 48 simulados de abandono nas escolas do DF, com um público de aproximadamente 16.546 pessoas – um aumento de 9%, se comparado ao ano anterior, mostrando que o programa alcançou quase a metade das escolas do DF. Foram promovidos 68 eventos Bombeiros nas Quadras – um aumento de 14,3 % comparado a 2016. Aliados aos eventos de bombeiros nas escolas e nas quadras, também foram realizados 153 simulados, com um público de aproximadamente 54.455 pessoas; e 885 palestras com um público de 161.885. Em eventos dessa natureza, a população é instruída sobre como agir ao enfrentar situações de emergência e como acionar os serviços de segurança pública. A comunidade tem ainda a oportunidade de conhecer a rotina operacional do CBMDF, por meio de instruções, palestras e visualização e manipulação de equipamentos de resgate. Essas ações aproximam o público dos profissionais, bem como promovem capacitação para atuação em situações de risco, ou mesmo em situações de rotina que envolvam manipulação de substâncias inflamáveis ou tóxicas. A corporação também participou de 439 reuniões comunitárias – um aumento de mais de 40% se comparado a 2016. Com essas medidas a unidade se aproxima da comunidade obtém um conhecimento maior de suas necessidades.

A Operação Bombeiros nas Quadras foi implementada com os seguintes objetivos: aproximar a comunidade do Distrito Federal do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e passar à comunidade conhecimento básicos quanto à prevenção de acidentes. Em eventos dessa natureza, a população é instruída sobre como agir ao enfrentar situações de emergência e como acionar os serviços de segurança pública. A comunidade tem ainda a oportunidade de conhecer a rotina operacional do CBMDF, por meio de instruções, palestras e visualização e manipulação de equipamentos de resgate. Essas ações aproximam o público dos profissionais, bem como promovem capacitação para atuação em situações de risco, ou mesmo em situações de rotina que envolvam manipulação de substâncias inflamáveis ou tóxicas.

Em 2019 os simulados de abandono nas escolas têm por objetivo disciplinar os professores, alunos e colaboradores a respeito da forma organizada de evacuação das instalações em caso de emergência por meio de atividades didáticas, assim evitando o pânico. Como não há um planejamento anual sobre a temática, os exercícios ficam condicionados à demanda oriunda das escolas diretamente ao Grupamento Bombeiro Militar mais próximo.

A Operação Bombeiros nas Quadras tem por objetivo realizar, por meio dos Grupamentos de Bombeiro Militar, exposição de viaturas e equipamentos, demonstração de técnicas operacionais, dinâmicas com os cidadãos presentes ao evento, além de palestras e/ou simulados nas diversas localidades do Distrito Federal. O evento visa aproximar o CBMDF à comunidade local onde o evento for realizado. Já o planejamento é anual, conjuntamente com o calendário de atividades para todas as unidades operacionais.

Na avaliação dessa Unidade, o Objetivo ESPECÍFICO previsto, ora avaliado, foi alcançado? Considerar todas as realizações ao longo dos quatro anos de vigência do PPA 2016-2019.

- Objetivo integralmente alcançado
 Objetivo parcialmente alcançado, com número satisfatório de entregas relevantes.
 Objetivo parcialmente alcançado, com reduzido número de entregas relevantes.
 as entregas não contribuíram para o alcance do Objetivo.

Justifique a resposta: Diante da análise qualitativa e quantitativa das metas entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública atingiu integralmente o objetivo proposto para o período 2016-2019. Ao longo do período de execução do PPA, a SSP/DF buscou identificar e minimizar os riscos de ocorrência e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e da pronta resposta dos órgãos de segurança pública. A SSPDF, por meio da Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil, realizou treinamento e preparação dos agentes e das comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil para agir na prevenção - em caso de normalidade -, ou atuarem como auxiliares do Sistema de Proteção e Defesa Civil - em situação de anormalidades. Também realizou vistorias, elaborou planos de emergência, e identificou 100% das áreas de risco do DF.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – PAZ NO TRÂNSITO: Promover a paz no trânsito como uma política permanente de educação ampliando, modernizando e aperfeiçoando a fiscalização, a engenharia e a segurança viária de forma a prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços de modo a reduzir os índices de acidentes.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL – SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	Descrição da Meta	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (E/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	1	Modernizar a sinalização e o monitoramento das vias (DETRAN) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	2	Criar e implementar o plano de educação no trânsito (DETRAN) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	3	Modernizar a perícia em acidentes de trânsito (PCDF) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	4	Implantação do projeto Detran nas Escolas; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	100,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	Descrição da Meta	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (E/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	5	Ampliação das ações educativas em Campanhas Educativas de Trânsito; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	25	75	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	6	Implantar um Centro Interativo de Educação no Trânsito – CIET (DETRAN)(Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	25	40	40	40,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	7	Implantação da plataforma de Ensino à Distância; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	25	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	8	Implantação de nova sistemática para o serviço de sinalização estratigráfica; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	75	85	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	9	Licenciar 75% da frota anual do DF (DETRAN) (Item alterado, conforme Lei nº 6061/2017 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	68	65	61	81,3
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	10	Ampliar a inspeção veicular em 12% da frota de veículos do Distrito Federal; (DETRAN)	12	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	3	3	9	12	12,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	11	Ampliar o serviço de vistoria em 30%; (DETRAN)	30	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	7,5	11,4	21,4	21,4	71,3
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	12	Ampliar os serviços oferecidos no sítio do Detran/DF; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	15	40	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	13	Abrir unidades de atendimento presencial; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0	0	0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	14	Reformar, ampliar e construir em seis unidades de atendimento; (DETRAN)	6	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	4	4	5	0	0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	15	Construir unidade de atendimento em Samambaia.; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	-	0	0	0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	16	Diminuir, anualmente, em 20 segundos o tempo médio decorrido entre o recebimento da ocorrência por parte do CBMDF e a disponibilização do socorro no local do evento, para as ocorrências do tipo de acidente automobilístico; (CBMDF)	7:00	MINUTO	ACUM	MENOR, MELHOR	8:58	-	0:10:54	0:10:05	0:10:05
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	17	Reduzir os índices de acidentes de trânsito a níveis desejáveis para uma convivência harmônica e pacífica de toda a sociedade brasiliense; (PMDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	52,17	21	19,56	22,96	23,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	18	Atender uma média de 70.000 pessoas a cada ano pelo Teatro Rodovia. (PMDF)	280.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	22.259	38.571	65.326	80.190	28,6

Análise Qualitativa

1. Modernizar a sinalização e o monitoramento das vias (DETRAN) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

A Engenharia de Trânsito desenvolveu projetos de mudança viária visando melhorar a fluidez e a segurança dos veículos. As atividades rotineiras de pintura horizontal e sinalização vertical e semafórica nas vias foram consideradas satisfatórias, atendendo praticamente a todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal, exceto, àquelas em algumas vias dependiam de pavimentação asfáltica. Foram implantados 267.694,56 m² de Sinalização Horizontal; 5.670 placas de Sinalização Vertical; 55.781 unidades de Tacha e Tachão e 09 novos cruzamentos semaforizados. Destaca-se ainda a execução das principais atividades neste ano:

- Desenhos georreferenciados e cadastros dos equipamentos eletrônicos e cruzamentos semaforizados;
- Mapa com os pontos dos equipamentos eletrônicos e cruzamentos georreferenciados;
- Cadastros e atualizações das aferições realizadas pelo Inmetro;
- Inserções dos dados de movimentações e infrações fornecidos pelas empresas;
- Relatórios de funcionamentos dos equipamentos para os pagamentos de fatura;
- Fornecimento de consultas geradas pelo SIGDETRAN para usuários internos e externos;
- Inserções nos mapas georreferenciados dos pontos dos acidentes fatais.

2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019 esta SSPDF, solicitará a alteração do responsável pela meta.

No exercício de 2017 destacamos as seguintes ações:

- Instalação de focos leds em 3.160 semáforos instalados nas vias urbanas do DF (lâmpadas vermelhas) resultando em uma economia de 92% dos custos com energia elétrica consumida pelos equipamentos semafóricos;
- Instalação de 8 semáforos nas vias urbanas que apresentam maior incidência de acidentes de trânsito.
- Modernização da Central Semaforica (AR 2017);
- Implantação dos bolsões de motos;
- Sinalização de 3.800 faixas de pedestres;
- Substituição ou reciclagem de 5.113 placas de trânsito.

2018

Destaca-se as principais ações na área de Engenharia de Trânsito: Análise e aprovação de 852 análises de demandas e elaboração de projetos de sinalização viária; Instalação de 3.081 placas de sinalização; Recuperação de 1061 placas de sinalização; Implantação de 256.105,34 metros de sinalização horizontal; Sinalização de 3.060 lombadas; Sinalização de 1.597 faixas de pedestres; Implantação de 59.926 tachas/tachões; Implantação do projeto de bolsões de motos, com instalação de 145 bolsões; Instalação de cruzamentos semaforizados em: Águas Claras - Avenida Castanheiras, próximo ao Balão da Unieuro e Planaltina - Avenida Piauí x Av. Independência; Implantação de sinalização para inversão dos sentidos nas Ruas 36 e 37 em Águas Claras; Análise e aprovação de projetos de novos parcelamentos urbanos como: Vicente Pires, Sol Nascente, Porto Rico, Paranoazinho; Implantação do projeto piloto de ordenamento no estacionamento da SCLSW 301 do Sudoeste, com implantação de cilindros delimitadores; Análise de 55 demandas de Polos Geradores de Tráfego, com emissão de exigência ou Parecer de Anuência; Execução de contratos de

sinalização horizontal, manutenção semafórica e fornecimento de energia; Implementação de sistema de controle dos contratos no geoprocessamento; Levantamento e cadastro georreferenciado de todos os equipamentos de fiscalização eletrônica; Levantamento e cadastro georreferenciado das faixas de pedestres existentes, com disponibilização no Geoportal/Segeth.

2019

Diretoria de Engenharia de Trânsito, destaca as principais ações na área de Engenharia de Trânsito:

1. Análises de demandas e elaboração de projetos de sinalização: 1.013;
2. Requalificação e mudança de sentido único na SGAS 914/915 – Setor Hospitalar Sul, proporcionando maior fluidez e segurança aos condutores e pedestres que circulam na região.
3. Instalação de 3.872 placas de sinalização;
4. Recuperação de 1.061 placas de sinalização;
5. Implantação de 374.793,59 m² de sinalização horizontal;
6. Sinalização de 37.576 lombadas;
7. Sinalização de 2.514 faixas de pedestres;
8. Implantação de 51.757 tachas/tachões;
9. Implantação de 91 bolsões para motos ;
10. Revitalização de 54.510 vagas de estacionamento;
11. Revitalização de 604 vagas para moto;
12. Emissões de 62 Autos de notificação de Engenharia – ANFE;
13. Memorandos/Pareceres Técnicos de Fiscalização de Engenharia elaborados: 138.
14. Controle e fiscalização do contrato relativo à manutenção semafórica e fornecimento de energia elétrica para os cruzamentos e equipamentos semafóricos.

Nesse ano, houve a elaboração de estudos para um novo termo de referência para modernização do parque semafórico, implementando modelo com melhoria do monitoramento de semáforos, possibilitando integração com equipamentos de controle de velocidade, avanço de sinal vermelho e outras infrações contidas no Código de Trânsito Brasileiro. O processo foi requisitado pela Secretaria de Segurança Pública, que está encarregada de dar prosseguimento aos estudos, conforme determinação superior.

2. Criar e implementar o plano de educação no trânsito (DETRAN) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Com a finalidade de Reduzir os índices de acidentes com vítimas fatais em todo Distrito Federal, aperfeiçoando a educação para o trânsito, a fiscalização, a engenharia e o atendimento ao público, o Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF implementou as seguintes realizações finalísticas:

A Educação de Trânsito realizou o acompanhamento, supervisão e fiscalização das atividades pedagógico administrativas desenvolvidas pelas Instituições de Ensino de Trânsito credenciadas pelo Detran-DF, totalizando 17 análises de projetos pedagógicos, 09 análises de credenciamento e 3.165 registros de certificados das IETs. (Instituições de Ensinos de Trânsito). Foram realizados cursos na área de trânsito, totalizando 378 turmas e atendendo a 4.655 alunos, realizou-se 843 coordenações pedagógicas, emitiu-se 28 segundas vias de certificados e reproduziu-se 339.872 materiais didáticos.

A Educação de Trânsito atendeu mais de 225 mil pessoas de forma direta no período de janeiro a dezembro, realizou 09 campanhas educativas atendendo a um público de 305.242 pessoas, 124 campanhas temáticas/comemorativas, 131 blitz educativas, 216 ações sociais, 105 ações do Projeto Detran nas Escolas e promoveu 24 eventos do tipo: congressos, seminários, feiras e workshops. Foram distribuídos 312.611 folders educativos e 418.579 brindes educativos. Foram atendidas 29.943 pessoas nas diversas palestras sobre segurança viária, legislação de trânsito, direção defensiva, primeiros socorros e relações interpessoais no trânsito.

Foram ainda formados 141 Agentes Mirins na Colônia de Férias do Detran-DF.

2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

No ano de 2017 houve:

- Estruturação de plataforma EAD para oferta de cursos em educação no trânsito; formação de 100 agentes mirins em educação no trânsito; Jogos Pedagógicos aplicados aos alunos das turmas do 2º período de Educação Infantil do DF; 100 Alunos da Rede Pública de Ensino formados em Educação no Trânsito (curso teórico);
- Realização do 1º Prêmio DETRAN-DF de Educação de Trânsito;
- Realização de Cursos, dos quais destacamos: Curso de Superação do Medo de Dirigir e Curso de Mecânica, Condução Defensiva para Motociclistas e Formação e Mobilidade e Trânsito (capacitando 2.700 educadores para atuarem ativamente no Programa DETRAN nas Escolas);
- O DETRAN - DF foi premiado pelo Observatório Nacional de segurança Viária, em São Paulo, pelas atividades de educação e fiscalização desenvolvidas no "Maio Amarelo";
- Campanhas educativas do DETRAN voltadas para o uso de celular ao volante, bebidas ao volante, entre outras (806 ações, público atingido 721.057 pessoas). No ano de 2017, o número de vítimas mortas reduziu 35% nas vias do DF comparado ao ano anterior. Dados mostram que, em 2017, foram registradas 255 mortes em acidentes de trânsito, contra 390 ocorridas em 2016. Sendo esta a menor redução desde o início da contabilização dos dados no ano de 1995. Em dezembro de 2017, o DF apresentou um índice de 8,4 mortos por 100 mil habitantes.

2018

A Diretoria de Educação de Trânsito com foco na criação de um ambiente favorável à implementação de uma cultura orientada para a cidadania, preservação e qualidade de vida, com valores e princípios éticos a serem disseminados por meio de ações educativas, realizou: Ampliação da oferta de vagas do Programa Detran/DF nas Escolas, com distribuição de kits de jogos educativos de educação para o trânsito, distribuição de livros didáticos da coleção Educa; Primeira turma experimental, com 20 alunos de escolas públicas, objetivando validação da nova proposta pedagógica para o curso teórico de obtenção da CNH, pautada no perfil desejado para condutores no trânsito do Distrito Federal. Os preceitos da metodologia estão vinculados à aprendizagem significativa e na compreensão da importância que o comportamento indispensável aos futuros condutores seja fixado para além das atitudes previsíveis e meramente mecânicas; Atendimento de 1.053.490 pessoas em mais de 1.000(mil) ações educativas - campanhas temáticas/comemorativas, seminários, cursos de atualização, capacitação de condutores e formação de professores e palestras sobre segurança viária, direção defensiva e legislação de trânsito.

2019

Diretoria de Educação de Trânsito, promoveu diversas ações com intuito de promover o fortalecimento de um ambiente favorável à implementação de uma cultura orientada para a cidadania, preservação e qualidade de vida, com valores e princípios éticos a serem disseminados por meio de ações educativas. Principais realizações:

1. Publicação e lançamento do novo Manual do Aluno para Obtenção da CNH, instrumento de apoio totalmente reformulado com a nova metodologia pedagógica, focada na aprendizagem significativa;
2. Aplicação de exame teórico experimental nos CFCs parceiros, contendo questões formuladas para validação do novo modelo de prova baseada na Teoria de Resposta ao Item, elaboradas com o conteúdo programático do novo Manual;
3. Continuidade das etapas para a validação da nova proposta de reformulação pedagógica para o curso teórico de obtenção da CNH entre outros, com mais duas turmas experimentais, estudantes oriundos de escolas públicas do DF;
4. Inauguração de sala para coleta de biometria, com capacidade de atender aproximadamente 2.200 usuários/mês, para os serviços de habilitação;
5. Realização de cursos como:
 - a. Superação do Medo de Dirigir;
 - b. Mecânica para Mulheres;
 - c. Formação em Examinador de Trânsito;

- d. Atualização para renovação de CNH;
- e. Reciclagem para condutor infrator, capacitando cerca de 5.616 condutores em 267 turmas;
- 6. Criação de sala de realidade virtual com simuladores de direção para condutores de veículos e motociclistas;
- 7. Uso de óculos de realidade virtual e de percepção de estado de embriaguez, fadiga e drogas ilícitas.

3. Modernizar a perícia em acidentes de trânsito (PCDF) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Meta não atingida.

2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

Ao longo do período 2016-2017 a PCDF realizou aquisição de 20 veículos (TrailBlazer) para uso nas atividades especiais e de perícia; utilização de 3 Pajeros e 6 Air Cross customizadas para uso da perícia criminal, com geladeira para transporte de vestígios; desenvolveu o software CriminalDroid utilizado nas perícias externas do Instituto de Criminalística, proporcionando a confecção de laudo semiautomático e fortalecimento do uso de drones nas perícias.

2018

Meta atingida. A Polícia Civil do Distrito Federal deu cumprimento a referida Meta por meio de investimentos em soluções de Informática que propiciaram o aprimoramento dos atendimentos de perícia de local de acidentes de trânsito. Os sistemas informatizados adotados pela Polícia Civil propiciaram a celeridade na prestação de serviço e otimização dos recursos de pessoas. A primeira alteração positiva consistiu em utilização de tablets, seguindo-se a disponibilização de laudos em meio eletrônico, reduzindo gastos com deslocamento do usuário de segurança pública e com a impressão de papel por parte da instituição policial. Cabe também ressaltar o uso de sistema de elaboração de laudos preliminares que atende, dentre outras equipes, à da Seção de Delitos de Trânsito – SDT/IC/PCDF.

Outra providência que ensejou melhorias na prestação de serviços ao público foi a disponibilização de agenda eletrônica para atendimento das perícias relacionadas a veículos.

O uso de drones também favorece registros de imagens relacionadas a acidentes de trânsito, impactando na celeridade e qualidade do serviço policial.

No que tange a capacitação profissional dos peritos criminais para o atendimento em local de acidentes de trânsito, cite-se a participação de servidores no Simpósio Anual em Segurança no Trânsito (Symposium on Traffic Safety), no Curso de Noções de Abordagem Policial, no Simpósio de Segurança de Trânsito realizado em Orlando –EUA e na Feira de Equipamentos de Segurança – LAAD Security, sediada em São Paulo.

Esta meta encontrava-se sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública até o primeiro semestre de 2018. Por esta razão, a PCDF realiza estudos a fim de aperfeiçoar o método de aferição dos resultados.

2019

Meta atingida. A Polícia Civil realiza exames periciais que propiciam a constatação de autoria e materialidade de delitos de trânsito com vítimas.

A fim de modernizar a perícia em acidentes de trânsito, foi iniciado projeto piloto em cooperação com a 18ª Delegacia de Polícia, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Polícia Militar do Distrito Federal e Polícia Rodoviária Federal. Com a integração destas forças policiais, o projeto enseja a utilização de aplicativos para comunicação, possibilitando celeridade nos serviços prestados pelo Instituto de Criminalística da Polícia Civil. Houve considerável incremento no tempo de resposta e na qualidade da prestação do serviço dos peritos. Desse modo, evita-se, dentre outros transtornos, o desfazimento da cena de local de acidente de trânsito com vítimas.

A Polícia Civil também criou o primeiro banco de dados com fragmentos de tintas automotivas do Brasil, visando auxiliar a identificação de veículos evasores relacionados a crimes.

Para ofertar melhores serviços à população do Distrito Federal, houve a ampliação do horário de atendimento para exames periciais em veículos, aumentando a eficiência da instituição policial

4. Implantação do projeto Detran nas Escolas (DETRAN);

2016

O Projeto foi implantado parcialmente, sendo assinado o acordo de cooperação entre o DETRAN e a Secretaria de Educação do DF em dezembro de 2015. Porém, em relação à capacitação de 750 professores inscritos no programa, informa-se que o Curso de Educação para o Trânsito, que abrange a Educação Infantil e o Ensino Fundamental teve adesão inicial de 804 professores. Contudo, a capacitação não aconteceu já que o processo de parceria com a UNESCO ficou na Casa Civil devido a uma certidão positiva trabalhista, considerando que a UNESCO é organismo internacional, estando assim impossibilitada de fornecer a certidão em questão. Com relação ao número de adesões, foi feita uma análise e identificado que o número provável de inscrições na capacitação será de 457 professores. Considerando esta informação, é possível a abertura de mais 273 vagas para que se chegue ao número de 750 capacitações.

2017

O Projeto foi implantado, sendo assinado o acordo de cooperação entre o Detran-DF e a Secretaria de Educação do DF em dezembro de 2015. No ano de 2016, ocorreu a capacitação de 18 professores para o desenvolvimento da formação inicial de condutores. Ainda em 2016, iniciou-se a formação inicial teórica para condutor, sendo realizada em 5 (cinco) escolas de Ensino Médio, tendo ao final do processo, em 2017, certificado 608 estudantes de Ensino Médio. No ano de 2017, teve início a formação dos professores em Educação para o Trânsito. No I Ciclo de Formação em Mobilidade e Trânsito, entre setembro à dezembro de 2017, foram realizadas 9 (nove) palestras, 25(vinte cinco) oficinas regionalizadas e 3(três) cursos de Formação em Mobilidade e Trânsito, na modalidade Educação a Distância. Participaram das palestras e oficinas, em torno de 1.700 (Hum mil e setecentos) educadores. Nos cursos de formação inscreveram-se um total de 533 (quinhentos e trinta e três) professores, sendo que destes, 316(trezentos e dezenas) acessaram o Ambiente Virtual de Aprendizagem, confirmando suas matrículas e sendo certificados 122 (cento e vinte e dois) professores. Para o ano de 2018, a continuidade da capacitação oferecerá 2.000 vagas, já estando inscritos para os cursos do II Ciclo de Formação em Mobilidade e Trânsito, 752 (setecentos e cinquenta e dois) professores, a serem desenvolvidos no 1º semestre de 2018. Até maio de 2018, serão entregues 760 kits dos Jogos Educativos de Educação de Trânsito para a Educação Infantil. Um conjunto de 6(seis) jogos, produzidos em parceria com a SEDF, voltados para crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos. Está em fase de editoração os livros didáticos, pertencentes a coleção "Educa", disponibilizado pelo ONSV e, aprovado pelo Contran, para o 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. No primeiro semestre de 2018 serão disponibilizados, aos professores que participarem da capacitação, cerca de 24.000 livros didáticos de apoio, para o trabalho em sala de aula.

2018

No intuito de cumprir a meta o Detan, deu continuidade ao Projeto para a formação dos professores em Educação para o Trânsito; Nos II e III Ciclos de Formação em Mobilidade e Trânsito em 2018 foi ampliada a oferta, contemplando 1.268 professores da SEDF, que participaram dos cursos na modalidade Educação a Distância (Ead). Foram distribuídos e entregues 840 kits dos Jogos Educativos de Educação de Trânsito para a Educação Infantil, que contém um conjunto de 6 (seis) jogos, produzidos em parceria com a SEDF, voltados para crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos; Produção de livros didáticos, pertencentes à coleção Educa, disponibilizado pelo ONSV e aprovado pelo Contran, para o 4º e 5º anos do Ensino Fundamental.

2019

No sentido de cumprir a Meta o DETRAN/DF, realizou a formação de 1.758 de professores da Rede Pública de Ensino do DF, na forma a seguir:

- a) 588 inscritos são professores da Educação Infantil que fazem jus ao recebimento do Kit de jogos dentro da temática Mobilidade e Trânsito;
- b) 988 são professores que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental os quais contaram com o material didático de apoio do Observatório Nacional de Segurança Viária - ONSV, composto pelo livro do professor, livro do estudante (para cada estudante do professor cursista), referencial teórico e apresentação do Programa;
- c) 182 professores de Ensino Médio e Jovens e Adultos - EJA, que receberam somente orientações de plataforma;

Além dos cursos já mencionados, foram ofertados cursos para professores de todas as outras etapas de ensino, anos finais e ensino médio, e para a modalidade de Educação de EJA. Ressalte-se a assinatura do aditivo do contrato entre o Detran e a Secretaria de Educação, por mais 1(um) ano de vigência.

5. Ampliação das ações educativas em Campanhas Educativas de Trânsito (DETRAN);

2016

As ações foram de fato ampliadas, e atendidas, no ano de 2016, 499.104 pessoas, em 600 ações durante o ano, em comparação com 2015, em que 103.056 pessoas foram atendidas num total de 165 ações. Isso foi possível devido à Ata de Registro de Preço firmada com uma Agência de Eventos.

2017

As ações foram de fato ampliadas, e atendidas no ano de 2017 o quantitativo de 727.465 pessoas, em 826 ações durante o ano, em comparação com 2015, em que 103.056 pessoas foram atendidas num total de 165 ações. E, em 2016, que foram realizadas 600 ações, com atendimento a 499.104 pessoas. O Detran-DF foi premiado pelo Observatório Nacional de segurança Viária, em São Paulo pelas atividades de educação e fiscalização desenvolvidas no "Maio Amarelo".

2018

As ações desenvolvidas nas Campanhas Educativas de Trânsito de 2018, comparadas ao ano de 2017, foram da mesma proporção, porém o público atingido por essas campanhas aumentou expressivamente, passando de 727.645 em 2017 para 1.023.390, sendo 295.745 a mais que obtiveram uma Educação de Trânsito; Grande parte deste aumento se deu em virtude de produtos obtidos por meio de Cooperações Técnicas a nível internacional – UNESCO, que elevaram sensivelmente a qualidade das ações - resultou na entrega de jogos educativos de trânsito, campanhas virtuais de trânsito, que foram de grande aceitação e extrema amplitude de público.

2019

Para cálculo do público atingido pelas campanhas educativas foi considerado o público abordado diretamente com as palestras, cursos e ações de rua. As campanhas de mídia eletrônica e internet não são computadas. Ressalta-se que o contrato com a Agência de Eventos foi encerrado, acarretando redução no número de colaboradores para realização das ações. Foram 802 atividades e um público atendido de 312.005 pessoas.

Principais ações realizadas.

1. Chamamento Público visando à seleção e contratação de companhias teatrais e contadores de histórias para realizar apresentações artísticas destinadas ao público escolar e à comunidade em apoio às ações e campanhas de educação de trânsito do DETRAN-DF;
2. Licitação de nova Agência de Eventos que dará apoio logístico e de pessoal às ações educativas realizadas;
3. Implantação da Sala de Realidade Virtual em Trânsito com o objetivo de atender ao público adulto e estudantes do 3º do ensino médio das escolas públicas e particulares, alertando sobre os principais problemas vivenciados no trânsito envolvendo os temas bebida alcoólica, velocidade e celular na direção;
4. Desenvolvimento do Programa "Bike em Dia", voltado para ciclistas, que consiste na orientação sobre os principais cuidados no trajeto em vias públicas e na manutenção preventiva da bicicleta.

6. Implantar um Centro Interativo de Educação no Trânsito – CIET (DETRAN)(Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Esta meta, além de constar do PPA, deu origem a um projeto estratégico para execução no biênio 2017-2019, também compondo o acordo de resultados.

2017

A proposta é de implantar um Centro Interativo de Educação de Trânsito - CIET, em substituição a uma Academia, tendo em vista as seguintes razões:

- a) a proposta de CIET tem como objetivo atender o público de Brasília de forma inovadora, interativa e experimental sobre temas de segurança de trânsito, mobilidade urbana e sustentabilidade, conforme preconiza o inciso quinto do artigo 1º do CTB.
- b) Brasília carece de um espaço como este, tendo tão somente uma cidade mirim (DER); O Detran-DF ao longo dos seus 51 anos não dispõe de nenhum espaço educativo para abordar de forma experimental e interativa, por exemplo, fatores de risco no trânsito.
- c) No mundo, existem poucos espaços como o que se propõe ser o CIET. Brasília é uma cidade inovadora e tem todas as condições de sediar um projeto como este por meio do Detran-DF, despontando no Brasil e, talvez, no mundo como uma referência.
- d) A ideia anterior, de academia, atende a público específico, em geral servidores públicos. Vide as Academias das corporações da SSP-DF, por exemplo. Já o CIET se propõe ser um espaço aberto ao público, com visitas frequentes de escolares e grupos de universitários, além de despontar como um possível local de grande visitação de turistas.

- e) O Detran-DF tem condições de fazer um projeto que deixará para a cidade um legado jamais visto no Brasil, desportando como referência no cenário da educação de trânsito. Vale destacar que o CIET será um espaço privilegiado de formação e complementará as atividades do Programa Detran-DF nas Escolas, fortalecendo-o. Por esta razão, altera-se o nome desta meta para CIET, superando a concepção anterior de Academia.

O processo de solicitação do terreno para a construção do CIET foi encaminhado à SEDF, que aprovou a cedência. No entanto, a TERRACAP é a proprietária atual do terreno. No momento, está sendo negociada, na Casa Civil do GDF, uma Lei que possa ceder o terreno em definitivo para a SSPPS, com vista ao uso pelo Detran-DF.

No entanto, existem tratativas para o CIET seja implantado, temporariamente, em um prédio a ser alugado pelo Detran-DF. Desta forma espera-se que ainda em 2018, tenhamos o CIET em funcionamento.

2018

Em 2018 foi possível concluir a fase de projetos, de implantação do Centro Interativo de Educação de Trânsito – CIET, correspondente a 40%. A continuidade do projeto e alteração de meta, entretanto, será disposta no PPA 2020-2023, e nos demais instrumentos de planejamento. Inicialmente previsto para entrar em funcionamento em 2018, há que se refazer a previsão, dada a grandeza do empreendimento, que não pode ser concluído em menos de cinco anos.

2019

O projeto de implantação do Centro Interativo de Educação no Trânsito – CIET (Detran), passou a ser denominado Centro de Educação em Segurança de Trânsito – Conviva. Foi apresentado ao Governador, no último bimestre, deliberando sua continuidade. Foi disponibilizada área de 2.467,14m², com potencial de construção, no BIOTIC/SA localizada na Quadra 101, Conjunto 1, Bloco C - Granja do Torto, para abrigar a futura instalação.

7. Implantação da plataforma de Ensino à Distância (DETRAN);

2016

A plataforma EaD não pode ser implantada em 2016, sendo transferida para o Acordo de Resultados do ano de 2017, bem como o Planejamento Estratégico do Detran para o biênio 2017-2019. Um dos problemas apontados pela gestão à época foi que devido à morosidade da tramitação nos diversos setores deste DETRAN, a pesquisa de preço foi comprometida.

2017

A plataforma EaD foi implantada em setembro/2017, neste ano, foram ofertados 7 (sete) cursos, com um total de 631(seiscentos e trinta e um) inscritos. A oferta foi de 03 (três) cursos para professores da SEDF e 4 (quatro) cursos para professores da EPT e profissionais do Detran-DF, PCDF, PMDF e BMDF. Para o ano de 2018 está prevista a abertura de 5.200 vagas, em diversos cursos, para professores da SEDF, profissionais do Detran-DF, PCDF, PMDF, BMDF, DER e PRF.

2018

Modalidade de ensino à distância foi iniciada em agosto de 2017. As primeiras turmas buscaram atender ao Projeto Detran/DF nas Escolas e sua implantação mediante a assinatura de Acordo de Cooperação Internacional com a Unesco. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utiliza o Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), plataforma online e gratuita, que foi configurado para as necessidades da Escola Pública de Trânsito. O sistema de gerenciamento de aprendizado oferece a possibilidade de disponibilizar capacitações ou apenas materiais didáticos, dentre outros recursos ideais para realizar avaliações, propor discussões e demais interações entre os alunos.

2019

Dentre as principais realizações de 2019, no intuito de alcançar a Meta, estão: Curso de mobilidade de trânsito, 4º e 5º, destinado aos profissionais do magistério da rede pública de ensino, do Programa Detran nas Escolas, com 1.758 inscritos; Curso de Atualização para 198 Agentes de Trânsito – CAAT, do DER/DF de Luziânia/GO e de Águas Lindas/GO; Elaboração do Plano para a contratação de consultores especializados para gerenciamento e manutenção da plataforma Moodle, visando a expansão da oferta de cursos EaD, com a implantação de cursos previstos na Resolução nº 730/2018 e; Cursos livres de educação para o trânsito para capacitação de servidores e população do Distrito Federal.

8. Implantação de nova sistemática para o serviço de sinalização estratigráfica (DETRAN);

2016

O DETRAN/DF, por meio da fábrica de software contratada, está desenvolvendo o Sistema de Sinalização Horizontal para o Núcleo de Geoprocessamento da Diretoria de Engenharia. Atualmente a primeira etapa do sistema está em fase de testes. Houve um atraso que já era esperado pela complexidade das funcionalidades do sistema, mas que não comprometeu a entrega. Teremos, também, uma fase adaptativa para as empresas contratadas especializadas em sinalização horizontal e para os executores do contrato no tocante à emissão das Ordens de Serviços. Podemos mensurar que 60% da proposta já foi alcançada. Não obstante, apesar do sistema já está bastante adiantado, trata-se da primeira etapa de 02, ou seja, falta o desenvolvimento de mais uma etapa, que corresponderá à elaboração dos painéis e mapas gráficos de sinalização horizontal, onde a sociedade brasileira poderá acompanhar, de forma transparente, intuitiva e objetiva, o processo de sinalização.

2017

O Detran-DF, por meio da fábrica de software contratada, desenvolveu o Sistema de Sinalização Horizontal para o Núcleo de Geoprocessamento – Nugeo da Diretoria de Engenharia de Trânsito - Diren. Atualmente a primeira etapa do sistema foi totalmente implantada com êxito e está sendo utilizado pelos executores e pelas empresas contratadas, possibilitando uma melhor gestão e controle dos serviços executados até o controle e emissão da ordem de pagamento. A segunda etapa do sistema está sendo desenvolvida, que será o aperfeiçoamento da gestão do contrato. Pode-se mensurar que 75% da proposta já foi alcançada.

2018

Por meio da fábrica de software contratada, houve evolução do Sistema de Sinalização Horizontal – SISTRAN. Implantado georreferenciamento dos serviços de sinalizações revitalizadas e das novas sinalizações implantadas com possibilidade de disponibilização das sinalizações espacialmente ao cidadão, seja por meio do portal do Detran/DF, GeoPortal-DF ou outros meios que solicitarem. Além disso, foram catalogadas e georreferenciadas todas as faixas de pedestres sob jurisdição da Autarquia. A catalogação e codificação das faixas de pedestres por RA (Região Administrativa) permite ter controle efetivo de revitalização e manutenção.

2019

Na Engenharia de Trânsito foram desenvolvidos os seguintes Sistemas, em 2019:

1. Gerenciamento e acompanhamento do desenvolvimento dos Sistemas e Fiscalização Eletrônica – SISFE e Sistema de Sinalização Horizontal SISTRAN;
2. Cadastramento e Georreferenciamento das AS Built – projeto de sinalização após revitalização (exatamente como implantado In loco);
3. Georreferenciamento e revisão das vias Arteriais das RAs; e
4. Geração de diversos relatórios mensais das demandas da Engenharia:
 - a. Sinalização horizontal;
 - b. Manutenções semafóricas;
 - c. Manutenções dos equipamentos Eletrônicos;
5. Publicação dos cruzamentos semafóricos e das faixas de pedestre georreferenciadas no Geoportal;
6. Correções e atualização dos desenhos dos cruzamentos semafóricos.

9. Licenciar 75% da frota anual do DF (DETRAN) (Item alterado, conforme Lei nº 6061/2017 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019

2016

- Alocação do efetivo em locais estratégicos para melhor desenvolvimento das atividades de fiscalização da frota de veículos;
- Utilização de monitoramento da frota via sistema de identificação de veículos presente nos equipamentos adquiridos pela Autarquia;
- Aumento de efetivo nas missões diurnas para a melhoria das atividades de fiscalização nos horários com maior fluxo de veículos;

2017

No início do ano foram alteradas escalas de serviço dos Agentes de Trânsito de forma a proporcionar um melhor atendimento às demandas de fiscalização. Sobretudo, para melhorar o atendimento nos locais e nos horários de maior necessidade. Contudo, mesmo com a adequação do efetivo, a frota de veículos licenciados não teve um grande aumento por se tratar de um ano notadamente de crise financeira. Os números de veículos licenciados de 2016 e 2017 mantiveram-se próximos.

2018

A meta buscada não foi atingida, pelo contrário houve redução em relação ao ano anterior em 3(três) pontos, em boa parte, pelas dificuldades econômicas vivenciadas pela população do Distrito Federal, face à conjuntura política e econômica que passa o País. Contudo, visando mitigar tais problemas, novas ações foram buscadas como a implementação de parcelamento de débitos por meio de cartão de crédito, mediante credenciamento de empresas, o que proporcionaria maior adimplemento dos proprietários de veículos; por outro lado o Detran intensificou as ações integradas temáticas, com outros órgãos, a exemplo da Lei Seca, Athena, pontos para a vida, entre outras, porém não refletindo, o resultado da meta.

2019

A frota de veículos em circulação no Distrito Federal em 2019 girava em torno de 1.128.574 veículos. Foram licenciados 61,31%. A meta de 75 %, desta forma, não foi atingida.

10. Ampliar a inspeção veicular em 12% da frota de veículos do Distrito Federal (DETRAN);

2016

- Aumento do efetivo nos postos de vistoria com acréscimo de agendamentos e, por consequência, aumento na quantidade de inspeção;
- Melhoria e padronização dos procedimentos de inspeção veicular, diminuindo o tempo de espera e o intervalo entre as inspeções;
- Melhoria da tecnologia empregada nas inspeções para ampliar o atendimento e aumentar o número de inspeções realizadas nos postos.

2017

Não foi possível aumentar a inspeção veicular, conforme a previsão do PPA, em razão da falta de computadores para a Gerência de Inspeção Veicular. As máquinas só chegaram ao fim do ano, logo espera-se uma melhoria nas metas para o ano de 2018.

2018

Não houve aumento de postos de vistorias devido à redução do número de servidores na Autarquia; porém aumentou-se o número de computadores para as áreas de vistoria e melhora na distribuição dos vistoriadores, para melhorar o atendimento nos postos de maior demanda.

2019

O número de vistorias aumentou de 245.578 em 2016 para 271.892 em 2019, um incremento de 10,71%. A meta de 12% poderia ter sido alcançada caso não tivesse havido redução do número de vistoriadores de 98 para 94.

11. Ampliar o serviço de vistoria em 30% (DETRAN);

2016

As vistorias e as inspeções são realizadas nos mesmos postos. Portanto, seguem os mesmos planos de metas.

Adequação do efetivo de vistoriadores em locais de maior demanda. Principalmente nos postos do Setor de Cargas, Shopping Popular e Taguatinga;

Aumento do efetivo nos postos de vistoria com acréscimo de agendamentos e, por consequência, aumento na quantidade de inspeção;

Melhoria e padronização dos procedimentos de vistoria veicular, diminuindo o tempo de espera e o intervalo entre as inspeções;

Melhoria da tecnologia empregada nas vistorias para ampliar o atendimento e aumentar o número de vistorias realizadas nos postos.

2017

Com a melhoria na gestão do pessoal de vistoria, a criação do sistema de agendamento e a chegada dos computadores no último trimestre do ano, foi possível ampliar em 11% a quantidade de vistorias em relação a 2016 e de 17% em relação a 2015. Números expressivos se forem levados em consideração a redução de servidores em razão de aposentadorias e outras vacâncias.

2018

Mesmo com a redução de efetivo, a gestão do efetivo permitiu um acréscimo de mais de 22 mil vistorias, em relação ao ano de 2017. Vale ressaltar que o Detran/DF passou por um período de quase um mês de greve, com grandes prejuízos para o serviço de vistoria. Esse resultado só foi possível com gestão na distribuição dos vistoriadores, pela melhor adequação do efetivo e com aumento do número de equipamentos.

2019

Cabe esclarecer que foi solicitado à Subsecretaria de Estado de Planejamento, em 06 de julho de 2017, quando do envio do PLOA para 2018, a exclusão da presente meta, o que não se materializou. A motivação da exclusão se baseou na impossibilidade técnica, entre outras, para sua concretude.

12. Ampliar os serviços oferecidos no sítio do Detran/DF (DETRAN);

2016

Em 2016 foi implementado a 1^a fase do pré-atendimento de serviços de veículo com vistoria. Os resultados começaram a aparecer com a diminuição de retornos ao atendimento e redução do tempo de espera, apesar do crescimento da demanda. Também foi concluída a fase de mapeamento da implementação de serviços online por meio do planejamento estratégico. O processo de cadastramento/habilitação dos usuários foi definido. Também se definiu a relação dos serviços que deverão ser entregues em cada etapa. Apresentou-se o projeto para a prestadora de serviços. Esta, por sua vez, já iniciou a análise do projeto. A meta para 2017 é começar a cadastrar os usuários e disponibilizar inicialmente 04 serviços online.

2017

O Portal de Serviços Online foi desenvolvido e encontra-se em fase de testes. Será disponibilizado no sítio do Detran-DF após o início do cadastramento biométrico, que deve ocorrer até o fim de 2018. O acesso à plataforma será criado no momento do cadastramento biométrico e a ferramenta contará, inicialmente, com 4(quatro) serviços. Outros serviços serão incluídos gradativamente.

Está sendo desenvolvido o agendamento de atendimento médico do Detran-DF no sítio, que também dependerá do início do projeto da biometria, pois esta modificará toda a forma de identificação de usuários. Por meio desse sistema será possível, inicialmente, agendar 2(dois) serviços. A intenção é continuar aumentando essa oferta.

O agendamento de prova teórica no sítio está sendo ajustado para se adequar ao projeto da biometria. Este módulo também deverá entrar juntamente com o cadastro biométrico.

2018

O Detran/DF vem gradativamente incluindo serviços em seu sítio e/ou outros meios tecnológicos; No entanto, em 2018 não foi possível a inclusão de alguns serviços por falta de mecanismo de segurança no acesso à função, a qual exige a identificação do cidadão por influírem diretamente na propriedade de veículos e/ou acesso a dados restritos do cidadão. Porém, para ampliar o acesso do cidadão, iniciou-se o procedimento de identificação biométrica, cadastro de e-mails e telefone celular, o que permitirá o contato com o cidadão para controle de senha e consequentemente permitir o acesso a uma quantidade maior de serviços.

2019

Na área de atendimento aos usuários do Detran, foram realizadas as principais ações:

A programação iniciada em 2016 foi atingida no final de 2018, faltando apenas fazer a publicação do Portal de Serviços com os serviços desenvolvidos;

A ação prevista para 2019 era desenvolver o maior número possível de serviços online e melhorar a autenticação da identidade do usuário para expandir a oferta de serviços mais complexos e integrar a todas as etapas sistêmicas dos serviços de forma que o usuário pudesse se autoatender, recebendo posteriormente o documento em casa, sem a necessidade de pegar filas em um atendimento presencial, desafogando e reduzindo o tempo de atendimento;

Em análise ao desenvolvimento das atividades executadas em 2019, verificou-se que apenas foi implementado o projeto desenhado nos anos de 2017 e 2018, avançando pouco nos objetivos gerais;

O Portal foi publicado com os serviços desenvolvidos anteriormente, com alguns acréscimos;

O projeto do autoatendimento foi interrompido e acabou não sendo implementado face à inviabilidade de sucesso e atualizações, em relação ao inicialmente planejado, sobre a modernização da prestação de serviços por meio de plataformas mobile e app.

13. Abrir unidades de atendimento presencial (DETRAN);

2016

O projeto está sendo revisto. A proposta agora é concentrar esforços para oferecer serviços online, que é uma tendência mundial para proporcionar facilidade, agilidade, e satisfação, aliados à segurança.

2017

Projeto parado. Os esforços têm sido no sentido de ofertar serviços por meio digital, proporcionando comodidade, agilidade e segurança ao usuário dos serviços do Detran-DF. Essa medida irá desafogar os atendimentos presenciais existentes hoje, possibilitando a otimização dos serviços prestados nas unidades.

2018

Atualmente, o órgão vem expandindo os serviços online, tendência mundial do seguimento da informatização, desafogando assim o atendimento presencial.

2019

Observando os princípios de economicidade e eficiência, o projeto foi alterado para que o foco seja prestar serviços em meio digital, tendência mundial, proporcionando facilidade, agilidade, segurança dos dados e satisfação do usuário. Essa medida está em consonância com o Objetivo do Planejamento Estratégico de priorizar o atendimento online, em detrimento do presencial.

14. Reformar, ampliar e construir em seis unidades de atendimento (DETRAN);

2016

Em 2016 foram realizadas as seguintes obras nas unidades de atendimento: Reforma/adequação do Auditório do Edifício Sede Detran (Plano Piloto); Reforma/ampliação na Unidade de Atendimento do Detran Gama - Copol Sul; Reforma/adequação dos Edifícios: Sede Detran (acessibilidade), Unidade de Atendimento no Shopping Popular e DVA 1 (Plano Piloto).

2017

Não foram realizadas obras de reforma, ampliação e construção em virtude do encerramento de contrato e não houve tempo hábil para celebração de um novo certame.

2018

Foram realizadas ampliações e melhorias na infraestrutura da unidade da Copol Oeste (Taguatinga).

2019

Não foram realizadas obras inicialmente planejadas, mas sim readequações e adaptações. Cabe frisar que, a despeito de alterações na gestão da Autarquia neste ano, foram realizadas pequenas intervenções, readequações e adaptações nas seguintes unidades administrativas:

Taguatinga: Sala de Biometria; Sala de aula; Pintura geral da unidade; Toca do piso da entrada; Depósito de veículos.

Unidade DVA 1 – Plano Piloto: Troca do piso da entrada; Instalações administrativas do depósito de veículos; Banheiros e copa do Nupat, Numat e Dirpo; Copol Metropolitana; Pintura das instalações do almoxarifado e patrimônio; Área administrativa do depósito; Implantação de barreiras “chapas” nos alambrados dos pátios do depósito;

Brazlândia: Conserto do telhado; pintura da sala de emissão de documentos;

Recanto das Emas: Remanejamento dos toldos da vistoria para proteção dos vistoriadores;

DVA 5 – Paranoá: pátio de veículos apreendidos; Edifício Sede: Procuradoria Jurídica; Coordenação de atendimento; Salas de informática e Copa;

Gabinete da Direção-geral: Otimização de espaços das áreas administrativa; Troca de todos os quadros de energia;

Direduc: No térreo e Implantação do espaço de interação de tecnologias;

Gama: Sala de aula; Unidade do Shopping Popular: Caixa de gordura em todas as copas e; Separação de águas na rede hidráulica;

Unidade do TSE: Lançamento de nova rede de circuito elétrico para atendimento ao Data Center;

Substituição de quadros elétricos das unidades do: Gama, Paranoá, Brazlândia, Sobradinho e Edifício Sede;

Substituição de todos os aparelhos de ar condicionado de janela por Splint nas unidades: Detran Sede, Direduc, DVA 1, Brazlândia, Sobradinho, Gama, Paranoá, DVA-2, DVA-5, Taguatinga, Recanto, Unidades de Policiamento, Planaltina e Shopping Popular e Detran SIA;

15. Construir unidade de atendimento em Samambaia. (DETRAN);

2016

Ainda não houve formalização da posse do terreno pelo Detran/DF. Há previsão de construção para os anos de 2018/2019.

2017

Foi solicitada a exclusão desta meta por meio do Ofício n.º 890 de 06 de julho de 2017, encaminhado à Suplan/Sefp, considerando às necessidades desta Autarquia e em conformidade com o Planejamento Estratégico do Detran-DF.

2018

Não há até a presente data formalização de posse de terreno ao DETRAN/DF, o que houve foi uma proposta de uso de espaço no Shopping da Samambaia.

2019

Não foi disponibilizada área em Samambaia para a construção. Meta não atingida.

16. Diminuir anualmente em 20 segundos o tempo médio decorrido entre o recebimento da ocorrência por parte do CBMDF e a disponibilização do socorro no local do evento, para as ocorrências do tipo de acidente automobilístico (CBMDF);

2016

A busca pela diminuição do tempo utilizado para iniciar o atendimento é maior ainda quando se trata dos acidentes de trânsito. Por padrão internacional, entende-se que o ideal é que o primeiro socorro alcance uma ocorrência dessa natureza em oito minutos. No entanto, muitos são os fatores que interferem no alcance deste índice, tais como o dia, o local, a hora ou se acontecem outros sinistros simultaneamente. Iniciativa como a Operação “Avançar o Socorro” faz com que as equipes de serviço adiantem as viaturas e suas guarnições para locais com maior histórico de acidentes, promovendo não apenas o pronto-atendimento, mas também a conscientização e o alerta de perigo, ao permanecerem os veículos sinalizados e com luzes de emergência acionadas indicando o aumento da atenção.

Para diminuir esse tempo-resposta, procura-se também ampliar a rede de atendimento com a construção de quartéis e aquisição de viaturas e equipamentos. Em que pese o momento econômico atual, o objetivo é que cada região administrativa tenha seu quartel, ou mesmo instalações próximas que as alcancem prontamente. Outro fator que interfere diretamente nesse atendimento

é a redução do efetivo dado o alcance do tempo de serviço para a inatividade, as perdas naturais de militares, e principalmente a falta de reposição do efetivo por meio de concurso público. Ressalte-se que a diferença entre o efetivo fixado em lei e a força de trabalho disponível atualmente é da ordem de 43%. Esse quantitativo não acompanha o aumento da população do DF e a criação de novos polos habitacionais.

2017

Devido às mudanças efetuadas no Sistema de Atendimento de Ocorrências do CBMDF na SSP para o ano de 2017, e conforme reuniões que estão sendo estabelecidas para solucionar os problemas decorridos dessas mudanças (incompatibilidade da replicação dos dados da SSP para o CBMDF), as informações relacionadas ao atendimento não poderão ser fornecidas, até que as informações replicadas sejam validadas.

2018

Espera-se alcançar essa Meta com a criação de aplicativos para que os comandantes de socorro possam acompanhar/complementar a ocorrência por meio de smartphones e/ou dispositivos embarcados, como tablets. Esses aplicativos devem auxiliar as guarnições na localização da ocorrência, diminuindo o Tempo Resposta.

Estudos para elaboração de projeto para aquisição de 20 Unidades de Resgate – UR, aumentando a capacidade de atendimento de ocorrências do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF). Com isso, devem-se diminuir os grandes deslocamentos, quando viaturas são deslocadas para atender ocorrências em áreas de outras OBMs que não possuam viaturas de atendimento pré-hospitalar no momento.

Distribuição de mais 09 viaturas ABSL, que são viaturas leves e rápidas, permitindo um atendimento mais ágil das ocorrências.

A forma de calcular o indicador sofreu alteração, devido às mudanças que ocorreram no Despacho das Ocorrências. Antes o tempo ocorrido entre o recebimento da chamada no CIADE e o encaminhamento da mesma para a mesa da CECOM no GBM fazia parte de outro indicador. Doravante, com a descentralização do Despacho, esse tempo fica incluído nesse indicador, pois não faz mais sentido separá-los. Assim, não faz sentido comparar os resultados do indicador a partir de 2018 com a série histórica.

2019

Fatores:

- 1) Em 2019 a meta para o Tempo Resposta foi estabelecida em 8 minutos e o resultado foi de 10 minutos e 05 segundos;
- 2) A retenção de macas das URs nos hospitais impedem que elas estejam disponíveis para o socorro, sendo acionada uma viatura de uma unidade mais distante;
- 3) As viaturas têm de resguardar o local da ocorrência até a chegada de órgão competente, fazendo com que uma viatura mais distante seja acionada para ocorrência na área;
- 4) As baixas de viaturas por motivos diversos reduzem o poder de atendimento na área;
- 5) Os grandes deslocamentos para atender a ocorrências fazem com que haja demora na liberação da viatura para a próxima ocorrência;
- 6) O crescimento populacional faz com que haja o aumento nas distâncias percorridas pelas viaturas;
- 7) A redução do efetivo do CBMDF faz com que as guarnições compartilhem/atuem em várias viaturas da OBM;
- 8) Os atendimentos aos trotes trazem transtornos ao emprego de viaturas.

Decisões:

- 1) Houve a distribuição de 24 URs, 19 ARFs – Auto Rápido Florestal –, 04 ARs – Auto Rápido –, 07 ASEs – Auto Salvamento e Extinção – e 04 ABSL – Auto Busca e Salvamento Leve –, aumentando a capacidade de atendimento de ocorrências do CBMDF. Tem-se a previsão de chegar mais 44 URs;
- 2) São distribuídas, sempre que necessário, macas reservas para as URs, evitando que fiquem baixadas nos hospitais;
- 3) Há a divulgação junto à imprensa sobre os problemas causados pelos trotes;
- 4) Está sendo revista a área de atendimento dos GBMs para que o atendimento fique mais próximo do limite de 8 minutos.

17. Reduzir os índices de acidentes de trânsito a níveis desejáveis para uma convivência harmônica e pacífica de toda a sociedade brasiliense; (PMDF)

2016

O índice de 2016 refere-se à quantidade de mortes em acidentes de trânsito e diz respeito a informações de novembro de 2016 até março de 2017, onde houve uma redução de 23 mortes em acidentes de trânsito para 11 mortes – Informações coletadas junto ao Batalhão de Trânsito.

Os índices de acidentes de trânsito tiveram uma redução, devido a várias ações da PMDF que intensificaram o policiamento e a fiscalização de trânsito. Só no ano de 2016, tem-se os seguintes números: 206.645 autuações de trânsito e 8.217 notificações por embriagues ao volante.

2017

No ano de 2017 houve uma redução de 21% no número de mortes e de acidentes de trânsito com vítimas. Esse índice é resultado do aumento do número de operações. Os casos de alcoolemia - uso do veículo após o consumo de álcool - aumentaram em 101%. Isto se deve, preponderantemente, ao aumento da operação álcool zero, que sai de 2.305 operações em 2016 para 3.580 operações, refletindo diretamente no resultado alcançado. Ressalta-se ainda o combate ao transporte irregular de passageiros – em 2017 foram 5.592 casos, um aumento de 71% em relação ao ano anterior.

2018

No ano de 2018 houve muitas ações visando reduzir os acidentes de trânsito a níveis desejáveis. Esse índice é resultado do aumento do número de operações. Quanto aos casos de alcoolemia - uso do veículo após o consumo de álcool - foram notificadas 17.685 pessoas, não havendo variação percentual em relação à quantidade de notificações aplicadas em 2017. Outros resultados obtidos: notificações por uso de celular: 53.374; notificações por falta de uso do cinto de segurança: 38.871; e transporte pirata: 7.211. Assim estes índices impactaram diretamente a redução nos acidentes de trânsito de uma forma geral, o que gerou paz no trânsito e uma qualidade de vida melhor para a sociedade tornando as relações pedestre veículo mais sociável.

2019

Inúmeras ações objetivam a redução dos acidentes de trânsito a níveis desejados. Nesse sentido, o número de condutores autuados por alcoolemia (conduzir veículo automotor após a ingestão de bebida alcoólica) teve um considerável aumento, tendo sido contabilizadas 3.720 autuações, significando dizer que houve incremento 140,31% de produtividade, em relação ao ano de 2018. Noutro sentido, houve um incremento de 3,43% na quantidade de acidentes de trânsito.

18. Atender uma média de 70.000 pessoas a cada ano pelo Teatro Rodovia. (PMDF)

2016

A meta não foi alcançada, visto que 70.000 pessoas é um número elevado, além do mais, a PMDF possui a necessidade de completar seu quadro de servidores. A previsão é de 18.000 policiais, porém o ano de 2016 encerrou-se com menos de 12.000.

2017

A meta não foi alcançada e deverá ser revista. A PMDF necessita recompor seu quadro de servidores.

2018

No ano de 2018 foram atendidas 26.755 pessoas pelo Teatro Rodovia, número que se encontra acima da média do que foi executado nos anos anteriores como já exposto, este índice impacta direta a prevenção primária ao crime e a violência.

2019

As apresentações do Teatro Rodovia foram assistidas por 14.864 pessoas, totalizando 80.190 expectadores durante o período de 4 anos (relativos ao plano plurianual). A meta não foi alcançada e deverá ser revista, inclusive pelo impacto da redução de efetivo da PMDF pela transferência de policiais militares para a inatividade, necessitando assim a recomposição de seus quadros.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	2019 Alcançado	Fonte Informação
1598	PROPORÇÃO DE MORTOS POR 10.000 VEÍCULOS NAS VIAS URBANAS DO DF (Indicador alterado, conforme Lei de revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	PROPORÇÃO	0,90	31/12/2014	0,85	0,88	0,80	0,52	0,75	0,50	0,70	0,54	GEREST/ DETRAN / UO 24201 / OE 4
1599	ABRANGÊNCIA DAS CAMPANHAS EDUCATIVAS - ACE	%			10	10	15	24	20	34,48	25	27,16	DIRECUC/ DETRAN / UO 24201 / OE 4
1600	SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)	NOTA			4,5	4,4	4,5	3,9	4,5	3,5	4,5	4,4	DIRCONV/ DETRAN / UO 24201 / OE 4
1736	PRAZO DE AGENDAMENTO DE VISTORIA VEICULAR (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	DIA	7	31/12/2016	-	-	4	9,4	4	9,6	3	9	DIRPOI/GERINSP/ 24201/ OE 4
1737	TEMPO MÉDIO DE ESPERA NO ATENDIMENTO DO DETRAN/DF (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	MINUTO	30	31/05/2017	-	-	25	31	23	69	20	43	DIRCONV/CGATE/ 24201/ OE 4

Justificativas 2016

Indicador1598 - O índice foi alcançado em razão da intensificação das campanhas educativas de trânsito, do planejamento das ações da engenharia de trânsito e das ações de policiamento e fiscalização de trânsito.

Indicador1599 - O índice foi alcançado em virtude da veiculação sistemática de campanhas educativas nos diversos meios de comunicação.

Indicador1600 - O índice alcançado é justificado mediante a reformulação tecnológica e treinamento de mão de obra implementada no callcenter, tornando o atendimento mais rápido e Dinâmico e consequentemente, agradando os usuários.

Justificativas 2017

Indicador1598 - O índice foi alcançado em razão da intensificação das campanhas educativas de trânsito com ampla divulgação nas maiores mídias, do planejamento das ações da engenharia de trânsito e das ações de policiamento e fiscalização de trânsito.

Indicador1599 - O índice de 2017 foi superado em virtude da intensificação e da veiculação sistemática de campanhas educativas nos diversos meios de comunicação de massa e ações nas escolas e em diversos pontos do DF.

Indicador 1600 - A metodologia deste indicador foi modificada em virtude da realização de pesquisa de satisfação que aconteceu em 2016 e, em 2017, quando foi calculada a nota média de satisfação do usuário do Detran/DF. Em 2016, a nota média foi de 3,81. O ano de 2017 apresentou uma melhora de 0,9 pontos.

Indicador 1620 - A metodologia deste indicador foi modificada em virtude da realização de pesquisa de satisfação que aconteceu em 2016 e, em 2017, quando foi calculada a nota média de satisfação do usuário do Detran/DF. Em 2016, a nota média foi de 3,81. O ano de 2017 apresentou uma melhora de 0,9 pontos.

Indicador 1736 - O sistema do Detran/DF, por motivos técnicos, ficou sem agendamento da vistoria por 13 dias consecutivos no início de julho, o que ocasionou uma demanda reprimida associada ao aumento sazonal da procura por esse serviço própria dos meses de novembro e dezembro refletindo, desta forma, no indicador.

Indicador 1737 - A devolução, em 2017, de 27 servidores do SLU que prestavam serviço nas unidades de atendimento presenciais do Detran/DF foi determinante para o aumento no tempo de espera dos usuários refletindo, desta forma, no indicador.

Justificativas 2018

Indicador 1598 O índice foi superado em razão da intensificação das campanhas educativas de trânsito, do planejamento das ações da engenharia de trânsito e das ações de policiamento e fiscalização de trânsito.

Indicador 1599 O índice foi superado em virtude da veiculação sistemática de campanhas educativas nos diversos meios de comunicação, sendo realizadas campanhas para um público alvo de 1.025.604, considerada a população do DF de 2.974.703 (Fonte: IBGE)

Indicador 1600 A nota apurada, menor que a dos anos anteriores, se deve em parte em virtude de o aumento expressivo da demanda (220 mil atendimentos) mais que em 2017), o que gerou aumento no tempo de espera, cuja avaliação da nota caiu de 3,1 para 2,7.

Indicador 1620 A nota apurada, menor que a dos anos anteriores, se deve em parte em virtude de o aumento expressivo da demanda (220 mil atendimentos) mais que em 2017), o que gerou aumento no tempo de espera, cuja avaliação da nota caiu de 3,1 para 2,7.

Indicador 1736 A meta não foi alcançada, visto que houve mudança no sistema informatizado o que dificultou o agendamento da vistoria por parte do usuário, bem como, redução do quadro de vistoriadores por motivos diversos, entre eles o de aposentadoria.

Indicador 1737 A nota apurada, menor que a dos anos anteriores, se deve em parte em virtude de o aumento expressivo do tempo de espera se deve especialmente a três fatores:1) Aumento da demanda (220 mil atendimentos) mais que em 2017), 2) Redução de servidores, que eram requisitados e que foram devolvidos e 3) Da dificuldade encontrada em utilizar o sítio do Detran, pelos os usuários.

Justificativas 2019

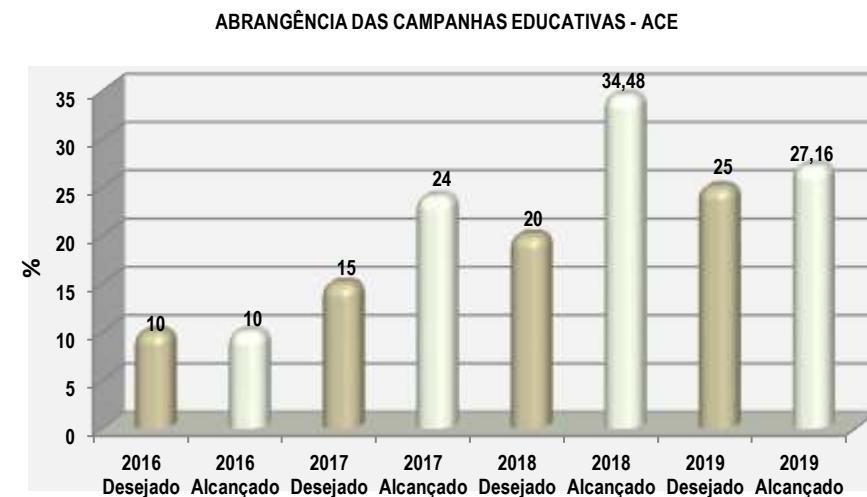
Indicador 1598 – O índice foi superado em razão da intensificação das campanhas educativas de trânsito, do planejamento das ações da engenharia de trânsito e das ações de policiamento e fiscalização de trânsito

Indicador 1599 – O índice foi superado em virtude da veiculação sistemática de campanhas educativas nos diversos meios de comunicação, sendo realizadas campanhas para um público alvo de 819.007, considerada a população do DF de 3.015.268 (Fonte: IBGE)

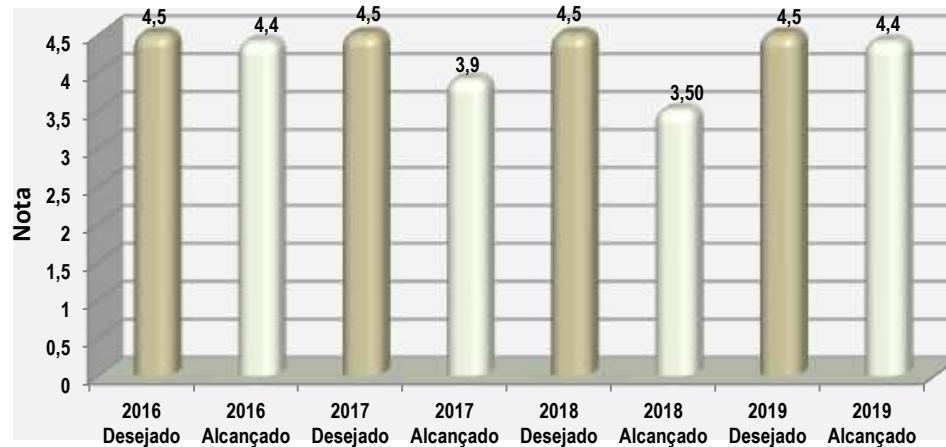
Indicador 1600 – A nota apurada, maior que a dos anos anteriores bem próximo da meta desejada, se deve em face à disponibilização de mais serviços online, redução de espera na unidade de atendimento presencial o que gerou redução em torno de 8min no tempo de espera, cuja avaliação da nota aumentou de 3,5 para 4,4.

Indicador 1736 – A meta não foi alcançada, pois não houve aumento no número de vistoriados nem foram criados novos postos de vistorias. Há de ressaltar que houve aumento na frota de veículos.

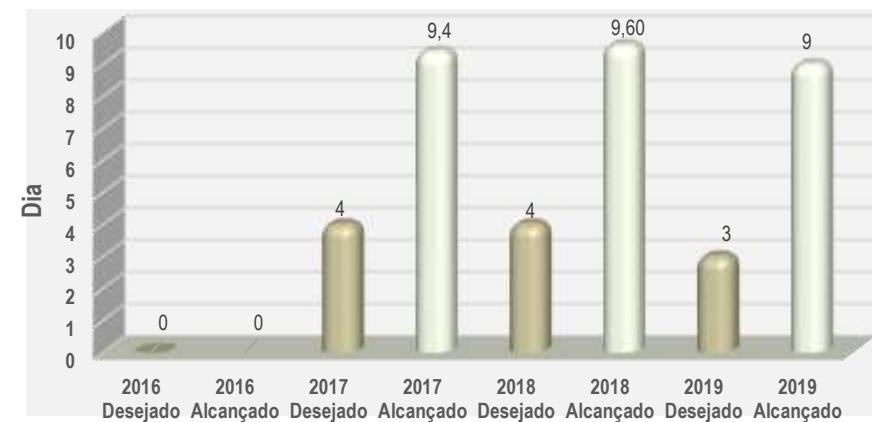
Indicador 1737 – Embora tenha havido redução de 8 minutos, como consequência da disponibilização de mais serviços online, o índice não foi alcançado em razão de não haver aumento no número de atendentes, nem foi possível a abertura de novas unidades de atendimento.



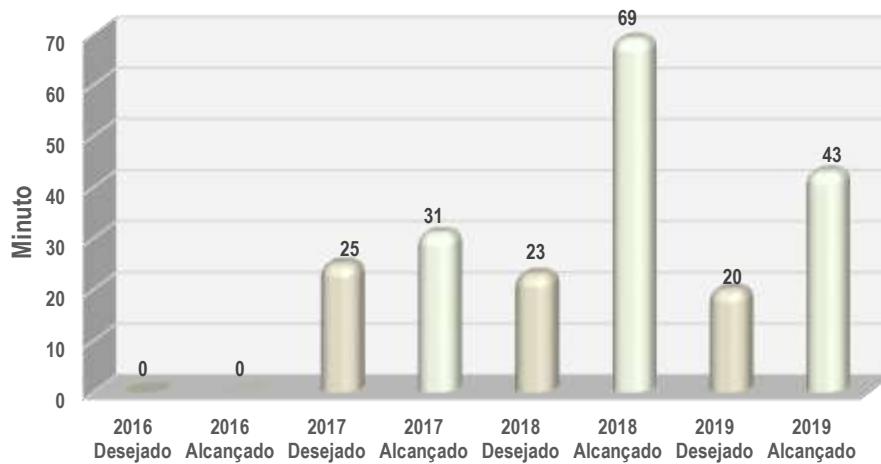
SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)



PRAZO DE AGENDAMENTO DE VISTORIA VEICULAR



TEMPO MÉDIO DE ESPERA NO ATENDIMENTO DE DETRAN/DF (Indicador incluído, conforme
Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRÍÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2019(%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	4	1	Funcionamento da Câmara Técnica de Paz no Trânsito; (SSP)	24101	0	<p>2016 - Ação não implementada.</p> <p>2017 - Ação não implementada.</p> <p>2018 - Ação não implementada.</p> <p>2019 - Ação não implementada.</p>
6217	4	2	Elaboração de projeto de atuação da educação para o transito; (DETRAN)	24201	95	<p>2016 Houve um grande aumento nas ações educativas nas escolas, porém, muitas ações estavam planejadas junto à UNESCO, que restou prejudicada, pois o processo de parceria ficou na Casa Civil devido a uma certidão positiva trabalhista, considerando que a UNESCO é organismo internacional, estando assim impossibilitada de fornecer a certidão em questão.</p> <p>2017 Houve um aumento importante de ações educativas, o início do Acordo de Cooperação Internacional com a Unesco, permitiu o complemento das atividades planejadas para o período.</p> <p>2018 As ações educativas foram ampliadas, sendo ofertadas mais vagas aos profissionais de magistério por meio do programa Detran nas Escolas. Implantou-se a primeira turma experimental para curso teórico de obtenção da CNH para alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal, como mais uma ação da reformulação pedagógica, e amplificou-se o número de pessoas atendidas pelas ações educativas nas campanhas, palestras e seminários. O acordo Internacional com a Unesco possibilitou a divulgação de práticas internacionais eficientes para a cultura de paz no trânsito.</p> <p>2019 Houve um grande esforço para implementar uma educação mais efetiva a pedestres e principalmente aos condutores com a publicação e lançamento do novo Manual do Aluno para Obtenção da CNH, instrumento de apoio totalmente reformulado com a nova metodologia pedagógica, focada na aprendizagem significativa. Aplicação de exame teórico experimental com as novas questões propostas com o novo manual aos CFCs parceiros, contendo questões formuladas para validação do novo modelo de prova baseada na Teoria de Resposta ao Item. Continuidade das etapas para a validação da nova proposta de reformulação pedagógica para o curso teórico de obtenção da CNH e demais cursos da EPT, que contou com mais duas turmas experimentais, com 25 e 27 alunos, respectivamente, estudantes de escolas públicas do DF. Foi inaugurada a sala para coleta de biometria. Realização de Cursos, dos quais destacamos: Curso de Superação do Medo de Dirigir, Curso de Mecânica para Mulheres, Formação em Examinador de Trânsito, Atualização para Renovação de CNH, Reciclagem para Condutor Infrator, no total de 267 turmas, capacitando cerca de 5.616 condutores de veículos. Criação da sala de realidade virtual contando com simuladores de direção para condutores de veículos e motociclistas, além dos óculos de realidade virtual e os óculos com percepção de estado de embriaguez, fadiga e drogas ilícitas.</p>
6217	4	3	Definição de política de atuação da fiscalização do DETRAN/DF; (DETRAN)	24201	100	<p>2016</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fiscalização constante em locais de acidentes com vítimas, para a redução de vítimas no trânsito; - Mapeamento as áreas com maiores retenções nas vias urbanas para planejamento e execução de ações de mobilidade e controle de tráfego com o objetivo de melhorar a fluidez das vias; - Adequação do efetivo nas regiões com maiores demandas de violência no trânsito e cometimento de infrações que geram riscos à segurança viária. - Desenvolvimento e ampliação das Unidades de Motociclistas, Logística Operacional e Aérea com o objetivo de melhorar a fiscalização, além das ações de mobilidade e fluidez nas vias; <p>2017</p> <ul style="list-style-type: none"> - Intensificação de Operações Específicas para combater irregularidades pontuais como veículos clonados, transporte irregular de passageiros, condutores com o direito de dirigir suspenso ou cassado, entre outros;

						<p>- Criação de operações com uso tecnológico: Uso dos Drones e do sistema de Monitoramento na identificação de irregularidades no trânsito.</p> <p>2018</p> <p>Readequação do efetivo colocando todos os agentes para cumprir a mesma escala do CIOB, demanda antiga da SSP. Instalação de novo sistema de rádio, dividindo a frequência em duas mesas no CIOB, melhorando a comunicação entre as equipes e o centro. Já foram instalados os rádios fixos e já existe a divisão no sistema SGO do CIOB; Intensificação na fiscalização com operações importantes, como as voltadas para a Lei Seca; Operação Athena; Operação Pontos para a Vida; Operação com Drones e demais operações integradas com a SSP/DF.</p> <p>2019</p> <p>Incremento da fiscalização, por meio de operações específicas para a diminuição do número de acidentes de trânsito com vítima, combatendo principalmente a ação de condutores de dirigir sob influência de álcool, bem como infrações cometidas por motociclistas, quais sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Operação "Cerco" cujo objetivo é coibir as irregularidades no trânsito, notadamente nos finais de semana. A estratégia é cercar com pontos de bloqueio todos os acessos à cidade. São priorizadas as regiões administrativas onde há grande cometimento de infrações e ocorrência de acidentes de trânsito com vítima. -Operação "Sossego" cujo objetivo da ação é retirar de circulação não somente as motocicletas com escapamento irregular que produzem barulho excessivo, mas também, aquelas que podem gerar fatores de risco no trânsito do Distrito Federal. Neste ano foi dada atenção especial às ações de fluidez no trânsito, especialmente com a implantação de "Piffs" (programa de intervenção e fluidez no trânsito) em regiões administrativas que apresentam grande fluxo de veículos.
6217	4	4	Remodelagem do sitio do Detran, inserindo-o no conceito de foco no usuário, aumentando os Serviços disponíveis; (DETRAN)	24201	100	<p>2016</p> <p>Foi implementada a 1ª fase do pré-atendimento de serviços de veículo com vistoria. Essa fase do projeto proporciona ao usuário do serviço um entendimento melhor sobre seu requerimento (serviço solicitado) e faz as consultas necessárias para habilitar ou não o atendimento para aquele veículo.</p> <p>Finalizado o mapeamento e desenho do macroprocesso de serviços online pelo planejamento estratégico do Detran.</p> <p>2017</p> <p>Foi desenvolvido uma plataforma onde os serviços serão oferecidos, o Portal de Serviços Online. O projeto foi dividido em fases sendo que os primeiros serviços ofertados neste módulo já estão em testes e devem ser disponibilizados ao público com o início do cadastro biométrico, até o fim de 2018.</p> <p>Outros projetos de serviços disponíveis em meio digital estão em andamento. Um deles é o agendamento de serviços médicos pelo sítio do Detran-DF. Serão disponibilizados inicialmente 2 serviços, e está em estudo a possibilidade de aumentar a oferta. O projeto tem previsão de início em 2019.</p> <p>Outro módulo que está em andamento é o agendamento de prova teórica pelo sítio do Detran-DF. O sistema está em adaptação para se adequar ao cadastro biométrico, e deve ficar pronto até o fim de 2018.</p> <p>2018</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alteração de endereço pelo próprio usuário, via site; - Implantação do sistema de identificação biométrica; - Integração com financeiras para o parcelamento de débitos aos usuários; - Protocolo de Circulação; - Implantação da CNH digital; - Implantação do CRLV digital <p>2019</p> <p>Foi colocado em produção o Portal de Serviços desenvolvido nos anos anteriores. Alguns ajustes foram feitos no serviço de emissão de 2 via de CRLV, alteração de endereço de veículo, atualização de endereço de habilitação. Foram desenvolvidos os serviços de solicitação de notificação de autuação em advertência e verificação de prontuário de condutor.</p>

6217	4	5	Realização de pesquisa de satisfação do cliente; (DETRAN)	24201	100	<p>2016 A pesquisa foi realizada com a aplicação de 1.325 questionários, pela manhã e a tarde em 20 unidades de atendimento ao usuário. A metodologia se baseou na premissa da adesão espontânea dos usuários em responder o questionário antes, durante e após a finalização do atendimento e teve uma margem de erro 05 pontos percentuais para mais e para menos e nível de confiança de 95%. A faixa etária dos usuários situou-se entre 18 e 60 anos de idade. Foi realizada entre pessoas de ambos os sexos e por escolaridade. Os quesitos foram: Tempo de espera, conforto, limpeza, tempo de atendimento, cordialidade, entre outros. Foi obtida a nota 3,81 dentre as variações: 1-péssimo e 5-ótimo.</p> <p>2017 A pesquisa de satisfação foi aplicada entre os meses de outubro e novembro de 2017, somando 1.881 questionários válidos, em vinte e quatro unidades de atendimento presencial do Detran-DF. A metodologia se baseou na premissa da adesão espontânea dos usuários em responder o questionário antes, durante e após a finalização do atendimento nas unidades de atendimentos da Autarquia. O plano de amostragem e erro amostral teve por definição população infinita com base no número de atendimentos durante o ano 2017, uma margem de erro 5(cinco) pontos percentuais para mais e para menos e nível de confiança de 95%. A média das notas dadas em 2017 foi 3,9, superior à obtida em 2016, que foi de 3,8.</p> <p>2018 A pesquisa de satisfação foi aplicada entre os meses de novembro e dezembro de 2018, somando 1.246 questionários válidos, em vinte e três unidades de atendimento presencial do Detran-DF. A metodologia se baseou na premissa da adesão espontânea dos usuários em responder o questionário antes, durante e após a finalização do atendimento nas unidades de atendimentos da Autarquia. O plano de amostragem e erro amostral teve por definição população infinita com base no número de atendimentos durante o ano 2018, uma margem de erro 3(três) pontos percentuais para mais e para menos e nível de confiança de 95%. A média das notas dadas em 2018 foi de 3,5.</p> <p>2019 A pesquisa de satisfação foi aplicada entre os meses de novembro e dezembro de 2019, somando 1.065 questionários, em vinte unidades de atendimento presencial do Detran-DF. A metodologia se baseou na premissa da adesão espontânea dos usuários em responder o questionário antes, durante e após a finalização do atendimento nas unidades de atendimentos da Autarquia. O plano de amostragem e erro amostral teve por definição população infinita com base no número de atendimentos durante o ano 2019, uma margem de erro 3(três) pontos percentuais para mais e para menos e nível de confiança de 95%. A média das notas dadas em 2019 foi de 4,2.</p>
6217	4	6	Unificação do conhecimento junto as unidades de atendimento do DETRAN/DF;	24201	100	<p>2016 Implementado o Manual de Procedimento de Atendimento ao Público de Veículo. O servidor pode acessá-lo de modo rápido e fácil quando precisar, sendo sua atualização informada por meio de leitura obrigatória. O documento contempla os procedimentos de rotina que devem ser executados pelo servidor, seus conceitos e fundamentação legal. Falta a elaboração e publicação dos manuais dos setores de habilitação e multa.</p> <p>2017 O Manual de Procedimento de Atendimento ao Público de Veículos está em pleno funcionamento. É constantemente atualizado e dessa forma mantém a uniformização dos procedimentos nesta área. O manual do Depósito está sendo construído e deve finalizar até o final de 2018. Os manuais de habilitação e multas ainda não foram elaborados devido às diversas modificações que estas áreas sofreram recentemente. A previsão é de que uma comissão seja montada até 2019 para desenvolver esse trabalho.</p> <p>2018 Houve unificação do conhecimento na área de veículo com a implantação do manual de procedimentos, e como forma de agregar outras áreas está sendo desenvolvido o SISMAN (Sistema de Manual) junto à Gerplan, que agregará todas as áreas do DETRAN/DF, consolidando assim uma única fonte de consulta e procedimentos.</p> <p>2019 O Manual de Procedimento de Atendimento ao Público de Veículo é amplamente difundido e atualizado constantemente, desde 2015. Foi publicado o Manual de Obtenção da Carteira Nacional de Habilitação em 2019, trabalho que vem sendo aperfeiçoado desde 2016. A Carta de Serviços com orientações ao cidadão está publicada no sítio do Detran e vem sendo atualizada pelas áreas, inclusive com uma comissão atuando nesse sentido.</p>

6217	4	7	Operação Avançar o Socorro do CBMDF. (CBMDF)	24104	100	<p>2016 Desde muitos anos é uma rotina dos quartéis operacionais adiantarem o socorro nos horários de maior movimento nas rodovias do DF. Apenas as regiões administrativas onde ainda não foi implantada unidade operacional que a operação não acontece.</p> <p>2017 O programa que posiciona as viaturas e o socorro em prontas condições de atendimento em pontos estratégicos em horários de pico do tráfego automotivo manteve o alcance de 60%.</p> <p>2018 Houve 9.397 Operações Bombeiros Avançar em 2018, segundo informações colhidas do Sistema FÊNIX.</p> <p>2019. Houve 7.312 Operações Bombeiros Avançar em 2019, segundo informações colhidas do Sistema FÊNIX</p>
------	---	---	--	-------	-----	--

Análise dos Resultados do Objetivo Específico

2016/2019

SSP

Em 2016, o Objetivo Específico “Paz no Trânsito: *promover a paz no trânsito como uma política permanente de educação ampliando, modernizando e aperfeiçoando a fiscalização, a engenharia e a segurança viária de forma a prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços de modo a reduzir os índices de acidentes*”, caracteriza-se pelo complexo desafio do Departamento de Trânsito do DF em reduzir o índice de morte em acidentes de trânsito, focando suas ações na intensificação da educação para o trânsito, na agilidade nos procedimentos de atendimento ao público e na adoção de critérios eficientes e eficazes de fiscalização e engenharia de trânsito.

Em relação ao atendimento prestado às vítimas envolvidas em acidentes de trânsito, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em face de suas atribuições constitucionais, assume o papel de protagonista máximo. O atendimento destas ocorrências, via de regra, iniciam-se com um deslocamento de viatura até o local do evento e não raramente do local do evento até um dos hospitais do DF e entorno.

Noutro passo, a Polícia Militar do Distrito Federal, sendo uma das instituições que compõe o sistema de segurança pública, tem papel fundamental na Educação para o Trânsito, haja vista que executa o policiamento ostensivo geral, inclusive o policiamento ostensivo de trânsito previsto no Código de Trânsito Nacional (Lei no 9503/1997), contando atualmente com duas Unidades destinadas para esse fim: BPTran e BPRv.

Assim, tal objetivo visa disciplinar o cidadão para o uso compartilhado das vias terrestres, como ruas, rodovias, estradas, etc, a condução responsável de veículo automotor, bem como a promoção de harmonia no trânsito.

Portanto, a pacificação do trânsito, por meio da priorização na redução significativa dos índices relacionados aos acidentes automobilísticos, passa por uma série de ações articuladas e integradas voltadas para a política de prevenção no trânsito, assim como a implementação continuada de projetos de educação e conscientização dos condutores acerca de seu papel e sua responsabilidade no sistema de trânsito do Distrito Federal.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) a modernização da sinalização e do monitoramento das vias e II) implantação do plano de educação no trânsito.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social e DETRAN-DF tem o entendimento de que as realizações de 2016 foram bem positivas para o anseio desta Autarquia que é o reconhecimento pela excelência no atendimento e na gestão de trânsito, por meio da promoção de um trânsito seguro e civilizado com o objetivo de proporcionar segurança e fluidez do trânsito viário à sociedade, contribuindo para melhor qualidade de vida.

Em se tratando da maior missão do DETRAN-DF que é a de salvar vidas, apresenta-se o índice de mortos por 10 mil veículos, nas vias urbanas, em 0,88. Destaca-se que este índice vem melhorando ano após ano e que se encontra abaixo do valor considerado aceitável pela ONU para países em desenvolvimento que é de até três mortes a cada 10 mil veículos.

Em 2017, em relação ao atendimento prestado às vítimas envolvidas em acidentes de trânsito, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em face de suas atribuições constitucionais, assume o papel de protagonista máximo. O atendimento destas ocorrências, via de regra, inicia-se com um deslocamento de viatura até o local do evento e não raramente do local do evento até um dos hospitais do DF e entorno.

Em outro passo, a Polícia Militar do Distrito Federal, sendo uma das instituições que compõe o sistema de segurança pública, tem papel fundamental na Educação para o Trânsito, haja vista que executa o policiamento ostensivo geral, inclusive o policiamento ostensivo de trânsito previsto no Código de Trânsito Nacional (Lei no 9503/1997), contando atualmente com duas Unidades destinadas para esse fim: BPTran e BPRv.

Assim, tal objetivo visa disciplinar o cidadão para o uso compartilhado das vias terrestres, como ruas, rodovias, estradas, entre outros, à condução responsável de veículo automotor, bem como a promoção de harmonia no trânsito.

Portanto, a pacificação do trânsito, por meio da priorização na redução significativa dos índices relacionados aos acidentes automobilísticos, passa por uma série de ações articuladas e integradas voltadas para a política de prevenção no trânsito, assim como a implementação continuada de projetos de educação e conscientização dos condutores acerca de seu papel e sua responsabilidade no sistema de trânsito do Distrito Federal.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) a modernização da sinalização e do monitoramento das vias e II) implantação do plano de educação no trânsito.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social e DETRAN-DF tem o entendimento de que as realizações de 2017 foram bem positivas para o anseio desta Autarquia que é o reconhecimento pela excelência no atendimento e na gestão de trânsito, por meio da promoção de um trânsito seguro e civilizado com o objetivo de proporcionar segurança e fluidez do trânsito viário à sociedade, contribuindo para melhor qualidade de vida.

Em se tratando da maior missão do DETRAN-DF, que é a de salvar vidas, apresentamos o índice de mortos por 10 mil veículos nas vias urbanas em 0,52, índice que vem melhorando ano após ano e que se encontra abaixo do valor considerado aceitável pela ONU para países em desenvolvimento que é de até três mortes a cada 10 mil veículos.

Destaque para a atuação do Detran/DF, cujas ações contribuíram para a redução das mortes no trânsito em 35%. Em 2016, 390 pessoas envolveram-se em acidentes fatais, enquanto em 2017 foram 254 casos, ou seja, 136 a menos. A queda é resultado da grande quantidade de ações educativas desenvolvidas pelo órgão (826 apenas em 2017) e fiscalização, com a autuação de 24.425 condutores que insistiam em dirigir embriagados. Além disso, 6.808 placas de trânsito foram recuperadas, implantadas e substituídas ao longo do ano.

Esta redução das mortes nas vias do DF é consequência da maior conscientização dos motoristas e está ligada às punições que o órgão impõe aos que insistem em dirigir mesmo com a CNH cassada ou suspensa. Durante todo o ano, quase cinco mil condutores tiveram a carteira de motorista suspensa ou cassada, e nas ações da PMDF e do Detran/DF foram mais de 24 mil autuações por alcoolemia e o mais importante é que 98% dessas autuações foram feitas antes do envolvimento dos condutores com acidentes de trânsito.

O Objetivo Específico “Paz no Trânsito: promover a paz no trânsito como uma política permanente de educação ampliando, modernizando e aperfeiçoando a fiscalização, a engenharia e a segurança viária de forma a prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços de modo a reduzir os índices de acidentes”, caracteriza-se pelo complexo desafio do Departamento de Trânsito do DF em reduzir o índice de morte em acidentes de trânsito, focando suas ações na intensificação da educação para o trânsito, na agilidade nos procedimentos de atendimento ao público e na adoção de critérios eficientes e eficazes de fiscalização e engenharia de trânsito.

Em se tratando da maior missão do DETRAN-DF que é a de salvar vidas, apresenta-se o índice de mortos por 10 mil veículos, nas vias urbanas, em 1,6. Destaca-se que este índice vem melhorando ano após ano e que se encontra abaixo do valor considerado aceitável pela ONU para países em desenvolvimento que é de até três mortes a cada 10 mil veículos.

Destaque para a atuação do Detran/DF, cujas ações contribuíram para a redução das mortes no trânsito. No período de 2015 a 2018 o número de vítimas fatais reduziu 24% nas vias do DF comparado com os anos de 2011 a 2014. Dados mostram que no período de 2015 a 2018 foram registradas 1.277 vítimas fatais em acidentes de trânsito, contra 1.673 ocorridas no período 2011 a 2014. E para as vítimas feridas uma redução de 22%, de 48.541 para 37.649.

A queda é resultado da grande quantidade de ações educativas desenvolvidas pelo órgão (558 apenas em 2018) e fiscalização, com a autuação de 7.638 condutores por alcoolemia. Além disso, 4.142 placas de trânsito foram recuperadas, instaladas e substituídas ao longo do ano.

O Objetivo Específico “Paz no Trânsito: promover a paz no trânsito como uma política permanente de educação ampliando, modernizando e aperfeiçoando a fiscalização, a engenharia e a segurança viária de forma a prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços de modo a reduzir os índices de acidentes” caracteriza-se pelo complexo desafio do

Departamento de Trânsito do DF em reduzir o índice de morte em acidentes de trânsito, focando suas ações na intensificação da educação para o trânsito, na agilidade nos procedimentos de atendimento ao público e na adoção de critérios eficientes e eficazes de fiscalização e engenharia de trânsito.

Em se tratando da maior missão do DETRAN-DF, que é a de salvar vidas, apresenta-se o índice de 0,54 mortos por 10 mil veículos, nas vias urbanas. Destaca-se que este índice vem melhorando ano após ano e que se encontra abaixo do valor considerado aceitável pela ONU para países em desenvolvimento, que é de até três mortes a cada 10 mil veículos.

Em 2019 o número de vítimas fatais foi reduzido em 0,4% se comparado aos números de 2018. Até dezembro foram 273 vítimas fatais, contra 274 vítimas em 2018. Com relação a vítimas de ferimentos, a redução foi de 0,9%.

A queda é resultado da grande quantidade de ações educativas desenvolvidas pelo órgão, tais como "Capanha Volta às Aulas", "Carnaval", "Faixa de Pedestre", "Educação de Trânsito em Escolas", "Maio Amarelo", "Semana Nacional de Trânsito", entre outras, com público total atendido estimado em aproximadamente 819.000 pessoas. Ações de Policiamento e Fiscalização de Trânsito, tais como: bafômetro, blitz, carro de som, escolar, transporte irregular, entre outras com um total de 123.030 autuações. Além disso, recuperação de 1.818 placas no local (amassadas e caídas); limpeza de 325 Placas Pichadas no local "Com Thinner"; implantação de 3.452 novas placas; 564 placas substituídas e 1.098 placas recicladas.

CBMDF

A Operação Bombeiros Avançar foi implementada com os seguintes objetivos: diminuir o Tempo-Resposta para o atendimento às ocorrências de trânsito nas vias do Distrito Federal, por meio de recursos do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal estabelecidos em pontos estratégicos e proporcionar à população do Distrito Federal a sensação de segurança ao visualizar viaturas do CBMDF ao longo das vias.

Em 2019 a operação Bombeiros Avançar tem por objetivo a diminuição do tempo-resposta no atendimento às ocorrências com vistas à redução do número de mortos e feridos por acidentes de trânsito no Distrito Federal, conforme preconiza o "Programa Brasília Vida Segura". A premissa é estabelecer as viaturas em pontos estratégicos e em horários de maior incidência, com base em dados estatísticos, uma vez que o grande fluxo de veículos em horários de rush acarreta dificuldades de deslocamento das viaturas de socorro. A operação envolve a participação de 28 unidades operacionais, cada uma com 2 pontos estratégicos estabelecidos dentro dos limites de suas respectivas áreas de atuação e aproximadamente 56 viaturas e 252 Bombeiros Militares, diariamente. Dessa forma, há uma maior cobertura das respectivas áreas com a descentralização do socorro, que sai do regime de aquartelamento durante a execução da Operação.

PMDF

Como contribuição para o alcance do Objetivo Específico, a PMDF focou em várias ações que intensificaram o policiamento e a fiscalização de trânsito. Só no ano de 2016, temos os seguintes números: 206.645 autuações de trânsito e 8.217 notificações por embriaguez ao volante, além de realizar campanhas educativas, a fim de promover a paz no trânsito, com o escopo de prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços.

No ano de 2018 houve diversas ações visando reduzir os acidentes de trânsito a níveis desejáveis. Esse índice é resultado do aumento do número de operações. Quanto aos casos de alcoolemia - uso do veículo após o consumo de álcool - foram notificados 17.685 pessoas, não havendo variação percentual em relação a quantidade de notificações aplicadas em 2017. Outros resultados obtidos: notificações por uso de celular: 53.374, notificações por falta de uso do cinto de segurança: 38.871 e transporte pirata: 7.211.

Em 2019 foram realizadas inúmeras ações objetivam a redução dos acidentes de trânsito a níveis desejados. Nesse sentido, o número de condutores autuados por alcoolemia (conduzir veículo automotor após a ingestão de bebida alcoólica) teve um considerável aumento, tendo sido contabilizadas 3.720 autuações, significando dizer que houve incremento 140,31% de produtividade, em relação ao ano de 2018. Noutro sentido, houve um incremento de 3,43% na quantidade de acidentes de trânsito.

DETRAN

Em 2016, foi desenvolvido dois softwares para otimização dos serviços de engenharia. O primeiro diz respeito à gestão da sinalização horizontal, e o segundo trata das autorizações para de obra e evento em via pública. Os sistemas estão em fase de teste. O primeiro permitirá um maior controle das garantias das sinalizações e possibilitará uma gestão mais eficiente no tocante as

repinturas, evitando que as vias fiquem com a sinalização apagada por falta de manutenção. Já o segundo possibilitará um maior controle sobre os acontecimentos, obras e eventos, nas vias, evitando sobreposições de eventos e/ou autorizações de eventos além da capacidade operacional da SSP/DF.

Dois retrorefletômetros foram adquiridos para auxiliar na conferência das especificações das sinalizações verticais e horizontais. Evitando a utilização de materiais de baixa qualidade ou materiais com especificações diversas das contratadas. Está em andamento o processo de contratação de manutenção semafórica, no qual está previsto também uma ata de registro de preços com vistas a implantação de 30 novos cruzamentos semafóricos, a interligação dos semáforos (criação da rede (subárea)) de Águas Claras e padronização, finalização das obras de sentido único das Avenidas Comercial e Samdu de Taguatinga e melhoramento dos aspectos físicos do Parque Semafórico Urbano do Distrito Federal como todo.

Está em andamento também a modernização da Central de Controle de Semáforos em duas frentes: a primeira com a mudança da Diren para o prédio da 906 Sul, com vistas ao melhor acompanhamento das rotinas de gestão do tráfego e centralização de seus Núcleos, e a segunda frente é a contratação da consultoria técnica para definição da estratégia, tecnologia e infraestrutura necessária para a modernização da Central.

A área de Educação contribuiu atendendo um total de 499.104 pessoas, em 600 ações durante o ano, um grande aumento em comparação com 2015, em que 103.056 pessoas foram atendidas num total de 165 ações.

Em 2017, o software para controle dos serviços de sinalização horizontal foi desenvolvido e está sendo utilizado pelos executores e pelas empresas contratadas com bastante êxito, possibilitando uma melhor gestão e controle dos serviços executados até o controle e emissão da ordem de pagamento. Com a utilização dos retrorefletômetros adquiridos a equipe consegue manter um melhor controle de qualidade dos serviços executados. Estamos fazendo levantamentos para alimentar a base de dados do sistema a fim de complementá-lo e disponibilizá-lo de forma remota a outros órgãos. Quanto ao segundo sistema que possibilitará um maior controle sobre as obras e eventos em vias, será encaminhado Termo de Referência para a contratação. A licitação para a contratação da manutenção semafórica e modernização do sistema foi aberta em fevereiro/2018, mas está suspensa por ordem do Tribunal de Contas do Distrito Federal. A mudança do núcleo de manutenção de equipamentos eletrônicos - Numeq está sendo providenciada, com a execução de pequenas obras de adaptação no prédio do Detran-DF na 906 sul. A intenção é implementar o Centro de Controle Semafórico no prédio, e a proximidade do executor e da equipe é essencial para uma melhor gestão dos serviços visando um melhor acompanhamento das rotinas que envolvem a gestão do tráfego.

Intensificação nas operações de fiscalização com o intuito de reduzir as mortes no trânsito e atingir a menor quantidade de óbitos em vinte anos.

As ações sofreram ajustes no planejamento e na execução de forma a garantir mais segurança a todos os usuários das vias no Distrito Federal, com o mapeamento de locais de acidentes com vítimas, para a redução de vítimas no trânsito, bem como das áreas com maiores retenções nas vias urbanas para ações de mobilidade e controle de tráfego com o objetivo de melhorar a fluidez das vias.

Além disso, houve uma grande adequação do efetivo nas regiões com maiores demandas de violência no trânsito e cometimento de infrações que geram riscos à segurança viária.

Foram criadas as Unidades de Motociclistas, Inteligência e Logística Operacional, além da melhoria de alguns setores como a Unidade Aérea e Depósitos. Criação de operações com uso tecnológico: Uso dos Drones e do sistema de Monitoramento na identificação de irregularidades no trânsito.

As ações educativas de trânsito foram de fato ampliadas, e atendidas no ano de 2017 o quantitativo de 727.465 pessoas, em 826 ações durante o ano. O Detran-DF foi premiado pelo Observatório Nacional de segurança Viária, em São Paulo pelas atividades de educação e fiscalização desenvolvidas no "Maio Amarelo".

As ações educativas em 2018 foram intensificadas e voltadas para a transformação de comportamentos, potencializando a cultura de paz no trânsito. Com esse objetivo foram realizadas 1.117 ações e atendidas 1.053.490 pessoas.

A Fiscalização de Trânsito permaneceu empenhada na missão de preservar vidas e no compromisso de dar à população um trânsito mais seguro e ordeiro. Melhorias no trabalho das Gerências e Unidades contribuíram para a entrega de melhores serviços. Foram mantidas as políticas de adequação de efetivo nas áreas e nos horários de maior necessidade e houve um grande aumento nos cursos de capacitação para os agentes de trânsito para um atendimento de maior qualidade à população. O sistema de gestão de sinalização horizontal foi aperfeiçoado e o levantamento das faixas de pedestres instaladas em todo o DF, proposto em 2017 para alimentar a base de dados, foi concluído levando a um maior controle sobre parte dos ativos existentes das vias urbanas do Distrito Federal. Este instrumento também serve para balizar os executores da sinalização horizontal sobre os serviços a serem executados, sua garantia e necessidade de manutenção. Todo o mapeamento das faixas de pedestres está disponível também ao público. Não houve avanço no desenvolvimento do sistema para controle das obras e eventos em vias públicas, restando à Diren aguardar. A licitação para a contratação da manutenção semafórica e modernização do sistema, que estava suspensa por ordem do Tribunal de Contas do Distrito Federal, foi liberada e encaminhada

em dezembro/2018 à Gerência de licitações para os demais encaminhamentos. A continuidade dos trabalhos de implementação do Centro de Controle é essencial para uma melhor gestão dos serviços, sempre em busca do acompanhamento das rotinas que envolvem a gestão do tráfego.

As ações educativas de trânsito realizadas em 2019 tiveram uma contagem diferenciada de anos anteriores, não sendo computado o público atingido pelas nossas campanhas de mídia eletrônica e internet. Computou-se apenas o público abordado diretamente com as palestras, cursos e ações de rua. Com isso realizamos 802 atividades, para um público de 312.005 pessoas. Porém, houve um esforço maior para implementar ações educativas de trânsito nas várias regiões administrativas com o objetivo de reforçar a educação de trânsito junto à comunidade do DF com a elaboração de projetos voltados para os vários modais do trânsito (pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas).

Gerenciamento de relatórios mensais das demandas da engenharia: sinalização horizontal, manutenções semafóricas, manutenções dos equipamentos eletrônicos; publicação das faixas de pedestre georreferenciadas no Geoportal; publicação dos cruzamentos semafóricos no Geoportal; correções e atualização dos desenhos dos cruzamentos semafóricos. Também não houve avanço no desenvolvimento do sistema para controle das obras e eventos em vias públicas, restando à Área de Engenharia aguardar novamente.

O policiamento e a fiscalização de trânsito promoveram ações no intuito de preservar vidas e diminuir o número de acidentes de trânsito com vítima, através da realocação do efetivo nas regiões administrativas nas quais se identificou maior carência de atuação do Estado. Para tanto, implementou-se, também, o serviço de fiscalização de trânsito gratificado, com o aumento substancial do efetivo empregado nas ações de policiamento e fiscalização de trânsito, nas vias urbanas do Distrito Federal.

No Distrito Federal, observe-se que houve uma diminuição de 390 para 277 mortes por acidentes de trânsito no Distrito Federal, do ano de 2016 para 2019 (passou o índice de 2,3 para 1,50 respectivamente).

Vias Urbanas - Houve uma diminuição de 143 para 100 mortes por acidentes de trânsito, do ano de 2016 para 2019 (passou o índice de 0,88 para 0,54 respectivamente).

PCDF

A partir de setembro de 2019, o Termo de Cooperação - firmado entre a Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil e o Departamento de Trânsito do DF -DETRANDF - permitiu aos agentes de trânsito confeccionar ocorrências policiais relativas a algumas infrações de menor potencial ofensivo, verificadas durante as atividades de segurança viária, proporcionando celeridade nos serviços ofertados ao cidadão do Distrito Federal.

A Polícia Civil desenvolveu solução tecnológica móvel (TCNET) que permite ao agente de trânsito registro de ocorrência policial no próprio local da infração, sem necessidade de deslocamento à delegacia de Polícia, garantindo eficácia na atividade de segurança. Trata-se de relevante contribuição para o atingimento deste objetivo específico, por modernizar e aperfeiçoar a fiscalização do sistema viário do Distrito Federal.

Na avaliação dessa Unidade, o Objetivo ESPECÍFICO previsto, ora avaliado, foi alcançado? Considerar todas as realizações ao longo dos quatro anos de vigência do PPA 2016-2019.

- Objetivo integralmente alcançado
- Objetivo parcialmente alcançado, com número satisfatório de entregas relevantes.
- Objetivo parcialmente alcançado, com reduzido número de entregas relevantes.
- as entregas não contribuíram para o alcance do Objetivo.

Justifique a resposta: Diante da análise qualitativa e quantitativa das metas entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública atingiu integralmente o objetivo proposto para o período 2016-2019. Pois ao longo do período de execução do PPA a SSP/DF, por meio do DETRAN/DF realizou inúmeras ações inerentes a sua missão, tais como: ações de formação, habilitação e reciclagem de condutores; de educação para o trânsito; de engenharia de trânsito e operação do sistema viário urbano; de policiamento e fiscalização de trânsito; além de apoio técnico em parceria com órgãos e entidades cujas atividades se relacionem direta ou indiretamente com o trânsito, com vistas à melhoria no atendimento, tecnologia de ponta e segurança de trânsito.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – CULTURA DE PAZ: Enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater o racismo, sexism, homofobia, lesbofobia, transfobia, tráfico de pessoas, trabalho infantil, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade. Fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	Descrição da Meta	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (E/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	1	Realizar intervenções ambientais e urbanísticas em espaços públicos degradados; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	2	Implantar Centros Especializados de Atendimento à Mulher – CEAMs; (SSP) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	X	X	0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	3	Fortalecer as redes de enfrentamento à violência; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	4	Implementar ações de prevenção e combate ao racismo; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	5	Ampliar e reformar os postos de acolhimento às vítimas de violência (SEJUS) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	100	0	0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	6	Ampliar a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas (SEJUS) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0	20	20,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	7	Implantar o Centro Integrado de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	8	Fortalecer a gestão da estratégia preventiva de segurança cidadã. (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	100,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (E/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	9	Manter a média da soma anual de atendimentos por trimestre de 9000 pessoas atendidas. (CBMDF)	144.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	18.568	-	134.593	133.570	92,8
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	10	Manter a média anual de 13.586 litros de coleta de leite humano; (CBMDF)	54.344	LITRO	ACUM	MAIOR, MELHOR	16.387	17.081	19.389	69.871	128,57
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	11	Capacitar todos os profissionais da área multidisciplinar do Pró-Vítima, educadores, servidores, por meio de cursos, palestras, campanhas educativas e atualização Ead; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	100	0	20	20,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	12	Realizar 01 (um) seminário nacional sobre os direitos das vítimas de violência por ano; (SEJUS)	4	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0	20	50,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	13	Criar o Portal Pró-Vítima e um aplicativo para celular; (SEJUS) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	14	Implantar o Projeto Ônibus Itinerante (SEJUS) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0	0	0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	15	Realizar parcerias com órgãos ocupantes de prédios públicos para a instalação de postos de atendimentos do Pró-Vítima em regiões atualmente não atendidas (SEJUS) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	33,3	10	10,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	16	Criar espaços físicos como brinquedotecas e salas individuais (com vedação acústica) para terapia em grupo, atendimento jurídico-social e psicológico, tornando o atendimento multidisciplinar mais humanizado (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	50	0	0	0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	17	Realizar palestras, distribuir folders e cartilhas informativas nos atendimentos às vítimas de violência, em escolas públicas, em delegacias, na rede social de atendimento, no Ministério Público do DF, no Tribunais de Justiça do DF, nas ações sociais e seminários; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	18	Realização de Seminário, Simpósio, Oficinas, Encontro, Capacitação, Ações, Caminhada e Palestras sobre Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos e Políticas Migratórias do DF para os diversos públicos do Distrito Federal; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	10	20	20,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	19	Apoio ao lançamento de trabalhos acadêmicos em tráfico de pessoas; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	0	0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	20	Implantação do Posto Humanizado de Atendimento ao Migrante em local estratégico de mobilidade humana; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0	0	0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	21	Formalizar de Acordo de Cooperação Técnica entre SEJUS e Instituto Federal de Brasília (IFB) para projeto de atendimento ao migrante e refugiado residente no DF; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0	10	10,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	Descrição da Meta	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (E/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	22	Reducir a taxa de Feminicídio para 5 (quantidade de óbitos por feminicídios X 100.000 / população de mulheres do DF); (SETRAB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	5	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	23	Reducir a taxa de jovens negros de 15 a 29 anos assassinados para 12 (quantidade de óbitos por assassinato de jovens negros de 15 a 29 anos X 100.000 / população de jovens de 15 a 29 anos do DF); (SETRAB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	12	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	24	Reducir para metade a taxa de negros/as vítimas de violência racial (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SETRAB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	25	Reducir para metade a taxa de mulheres vítimas de violência de gênero (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SETRAB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	26	Taxa de pessoas idosas vítimas de violência (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SETRAB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	27	Taxa de pessoas com deficiência vítimas de violência (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SETRAB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	28	Taxa de pessoas LGBT vítimas de violência (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SETRAB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	29	Sensibilizar 300 profissionais de Segurança Pública em Direitos Humanos; (SEDESTMIDH)	300	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	85	-	685	228,33
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	30	Formar 300 novos profissionais de Segurança e Paz Social como multiplicadores de Direitos Humanos (SEDESTMIDH) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	300	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	-	400	133,33
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	31	Realizar 16 rodas de conversa sobre Direitos Humanos; (SEDESTMIDH)	16	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	15	4	-	45	281,25

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	Descrição da Meta	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (E/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	32	Formar 400 mulheres negras de comunidades carentes como multiplicadoras dos direitos raciais; (SETRAB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	400	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	33	Publicar um Protocolo de ação elaborado junto com a Secretaria de Segurança Pública para denúncias de crimes raciais; (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100	.	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	34	Promover os direitos da primeira infância. (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	35	Desenvolver campanhas, mobilizar a sociedade e fomentar atividades que promovam os direitos de crianças e adolescentes na perspectiva do enfrentamento às violações de direitos; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	36	Realizar eventos com o objetivo de difundir o sistema de garantias de direitos das crianças, adolescentes e juventude do Distrito Federal; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	37	Capacitar 100% dos servidores; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	40	92,18	92,18	90	90,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	38	Atender uma média de 9.000 pessoas, a cada ano, em Projetos Sociais; (CBMDF)	36.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	15.954	28.186	45170	64.252	178,47
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	39	Coletar uma média de 13.586 litros de leite materno a cada ano; (CBMDF)	54.344	LITRO	ACUM	MAIOR, MELHOR	16.387	33468	52857	69.871	128,57
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	40	Capacitar uma média de 175 profissionais da rede de proteção e promoção social, acerca do tema violência sexual contra crianças e adolescentes, a cada ano; (SEJUS)	700	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	160	285	277	100	14,2
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	41	Atender uma média de 85 crianças e adolescentes a cada ano no Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes vítimas de violência sexual. (SEJUS)	340	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	257	289	100	29,40

Análise Qualitativa

1. Realizar intervenções ambientais e urbanísticas em espaços públicos degradados (SSP);

2016

O modelo de gestão do “Viva Brasília” foi idealizado a partir de compilação de diferentes estratégias de políticas nacionais e internacionais de segurança pública consideradas exitosas. A adequação e aprovação dos indicadores da divisão territorial em áreas (AISPs) e regiões integradas (RISPs) de segurança pública e do monitoramento e avaliação do programa foram realizadas mediante a implantação de grupos de trabalho com representantes dos órgãos de segurança pública, de vários outros órgãos do governo e da sociedade civil.

A Região Integrada de Segurança Pública – RISP consiste na divisão geográfica do território do Distrito Federal para fins de segurança pública que permite a articulação e integração regional, no nível tático e operacional, das Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e o Departamento de Trânsito, entre si e com os demais atores internos e externos que possuam interfaces com o tema.

A Área Integrada de Segurança Pública – AISPs consiste na divisão geográfica de uma RISP e se caracteriza por um espaço geográfico comum, urbano ou rural, destinado à articulação e à integração.

Tabela 1 – Regiões e Áreas de Segurança Pública

RISP	AISPs
Metropolitana	Plano Piloto, Cruzeiro, Octogonal, Sudoeste, Guará, SIA, SCIA, Estrutural e Lago Sul
Sul	Gama, Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Park Way, Santa Maria e Jardim Botânico
Oeste	Taguatinga, Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Águas Claras e Vicente Pires
Leste	Planaltina, Lago Norte, Varjão, Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal.

Fonte: SGI/SSP/DF

Assim, para cada uma das AISPs considerada prioritária, foi elaborado um Plano Integrado de Ação, em que foram especificados: a situação-problema, a ação-resposta, o responsável e o prazo. (Na reunião devolutiva dos Planos Integrados, uma nova coluna, de status da ação, foi inserida). Com a pactuação dos Planos, a equipe da UCPPV passou a realizar o monitoramento de todas as ações, fazendo, operacionalizando reuniões e realizando bilaterais, quando os órgãos responsáveis tinham dificuldades nessas articulações, ao mesmo tempo que monitorava, junto a SGI, o efeito das ações sobre os índices de segurança a cada dez dias.

Por isso, vale retomar aqui os resultados positivos encontrados a partir da elaboração, pactuação e monitoramento dos Planos Integrados de Segurança (“intervenção”):

Tabela 2 – Comparação CCP nas AISPs Prioritárias (Antes e Depois da Implementação do Plano Integrado, atualizado em 21/11/2016)

Área crítica	Crime com maior incidência	Antes da intervenção	Após a intervenção	Diferença percentual
Estrutural	Roubo a transeunte	164	73	-55,50%
Samambaia	Roubo a transeunte	736	595	-19,20%
Santa Maria	Roubo a transeunte	475	388	-18,30%
Taguatinga	Roubo a transeunte	511	442	-13,50%
Ceilândia	Roubo a transeunte	881	784	-11,00%
Brasília	Furto em veículo	847	768	-9,30%
São Sebastião	Roubo a transeunte	221	205	-7,20%
Planaltina	Roubo a transeunte	371	417	12,40%

Fonte: SGI/SSP/DF

A SSP/DF também participou da Ação Centro Legal - iniciada em 11 de janeiro de 2016, a ação revitalizou o Setor Comercial Sul. Além da presença do policiamento preventivo permanente por meio de rondas, o governo melhorou a iluminação pública, levou eventos socioculturais para o local, mudou a sinalização do trânsito, coibiu o comércio irregular e retirou dali pessoas que vivem nas ruas. Com ações integradas entre governo e sociedade civil organizada em 2016, o Setor Comercial Sul é o principal exemplo dos resultados da metodologia do “Viva Brasília — Nosso Pacto pela Vida”. Desde outubro de 2015 até dezembro de 2016, nenhum homicídio foi registrado na área, e crimes como tráfico, uso e porte de drogas diminuíram consideravelmente.

2017

Ao longo de 2017 a SSPDF, por meio da Subsecretaria de Segurança Cidadã – SUSEC, participou da organização e realizou o acompanhamento de reuniões nas Regiões Administrativas do DF com profissionais de segurança pública e comunidade para discutir, priorizar e solucionar problemas de segurança pública locais. Esses encontros visavam promover a organização e integração das comunidades locais com os órgãos governamentais e ocorreram no âmbito dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) e Comitês de Área Integrada de Segurança Pública (CAISPs).

A SUSEC possui quatro diretorias responsáveis por coordenar e acompanhar tais reuniões: Diretorias da Rede Colaborativa Leste, da Rede Colaborativa Metropolitana, da Rede Colaborativa Oeste e Rede Colaborativa Sul.

Nas reuniões de CONSEG, a comunidade leva ao conhecimento das autoridades locais os principais problemas enfrentados na região. Já nos encontros de CAISP, os dirigentes dos órgãos de segurança pública priorizam as demandas a serem atendidas e discutem as soluções possíveis para a resolução dos problemas apresentados.

Abaixo, seguem consolidadas tabelas informando as principais demandas apresentadas nas reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança realizadas em 2017, organizadas por Região Integrada de Segurança Pública (RISP):

Diretoria da Rede Colaborativa Leste - RISP LESTE

	Infraestrutura	Segurança Pública	Trânsito	Fiscalização	SSP	Total
Demandas	544	274	162	144	12	1.136
Demandas Resolvidas	403	217	125	99	5	750
Demandas Pendentes	141	57	37	45	7	386
Quantidade e Tipo de Público	1.620 (Moradores, Associações e Lideranças comunitárias, síndicos e representantes dos órgãos governamentais)					

Diretoria da Rede Colaborativa Metropolitana - RISP METROPOLITANA

	Infraestrutura	Segurança Pública	Trânsito	Fiscalização	SSP	Total
Demandas	344	216	164	152	-	876
Demandas Resolvidas	179	154	72	82	-	487
Demandas Pendentes	165	62	92	70	-	389
Quantidade e Tipo de Público	2.861 (Moradores, Associações e Lideranças comunitárias, síndicos e representantes dos órgãos governamentais)					

Diretoria da Rede Colaborativa Oeste - RISP OESTE

	Infraestrutura	Segurança Pública	Trânsito	Fiscalização	SSP	Total
Demandas	196	227	234	64	1	722
Demandas Resolvidas	75	149	186	6	-	416
Demandas Pendentes	121	78	48	58	-	305
Quantidade e Tipo de Público	2.402 (Líderes comunitários, associações, moradores e síndicos)					

Diretoria da Rede Colaborativa Sul - RISP SUL

	Infraestrutura	Segurança Pública	Trânsito	Fiscalização	SSP	Total
Demandas	168	201	96	49	2	516
Demandas Resolvidas	79	147	45	26	1	298
Demandas Pendentes	89	54	51	23	1	218
Quantidade e Tipo de Público	2.654 (Moradores, Associações e Lideranças comunitárias, síndicos e representantes dos órgãos governamentais)					

2018

Meta parcialmente atingida. O objeto do Programa Viva Brasília nas Escolas consiste no estabelecimento de mútua cooperação entre SSP e SEEDF visando prevenir e reduzir vulnerabilidades sociais e criminais nas escolas públicas do Distrito Federal e seus perímetros, por meio do desenvolvimento de diagnóstico da situação de violência no ambiente escolar, valorização dos profissionais de educação e segurança, formação da comunidade escolar e articulação de políticas sociais, programas, projetos e ações que promovam a Cultura de Paz.

Diante da impossibilidade de executar o projeto em questão ainda em 2018, em razão da necessidade de produção e aprovação de documentos por diversas instâncias deste e outros órgãos, esta Secretaria em parceria com a Secretaria de Educação realizou intervenções pontuais em duas escolas do DF: Escola Parque da Cidade - PROEM e Centro de Ensino Médio 03 (Ceilândia), escolhidas com base no público alvo beneficiário do projeto, ou seja, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e criminal. O Objetivo das intervenções foi sensibilizar os alunos para a pauta da segurança cidadã, adquirir experiência prévia e conhecer melhor o território onde se pretende atuar, bem como avaliar a receptividade dos alunos ao projeto, por meio da realização de atividades de direitos humanos e segurança cidadã entre os dias 24 e 26 de outubro de 2018 no Centro de Ensino Médio de Ceilândia e na Escola do Parque da Cidade – PROEM.

Foram dois dias de atividades em cada escola: um destinado ao tema de segurança cidadã e outro para abordar o tema direitos humanos. No PROEM, participaram das atividades aproximadamente 30 estudantes em cada dia de intervenção. Já no CEM 03, estiveram presentes cerca de 40 alunos no primeiro dia de atividade e 90 estudantes no último dia de intervenção. Ao total houve a participação de 160 alunos nas duas escolas envolvidas.

Na primeira quinzena de outubro de 2018 foi realizado pregão para contratação de empresa que irá capacitar em mediação de conflitos para 150 pessoas das Instituições de Segurança Pública e comunidade escolar. O curso ocorreu nos dias 22 e 23 de novembro. A capacitação fez parte do planejamento de ações preparatórias para a implementação do novo projeto em 2019.

Além disso, A SUSEC realizou intervenção na Escola Maria do Carmo Lima, localizada em Águas Lindas - GO com a parceria da Faculdade IESB, campus Ceilândia, em decorrência do fato de um dos alunos da instituição ter sido assassinado na escola, o que deixou os professores amedrontados e desmotivados com o trabalho. Nesse sentido, uma psicóloga do IESB e seus alunos, acompanhados de um policial da SUSEC, foram até o local para uma conversa com os docentes. A atividade foi realizada no dia 31 de outubro, no período da tarde, e reuniu aproximadamente 38 professores (18 do IESB).

As atividades desenvolvidas pela SUSEC relacionadas às intervenções nas escolas públicas estão descritas no quadro abaixo:

Atividades Realizadas do Teatro Pátria Minha/ Teatro Comunitário

Atividades	Público Atendido
Intervenção no Proem	30 estudantes
Intervenção no CEM 03	130 estudantes
Total	160 estudantes

Fonte: SUSEC/SSP/DF

2019

A SSP/DF, por meio do **Comitê de Áreas Integradas de Segurança Pública**, que é o nível operacional de governança da política de segurança pública, dedicou-se ao planejamento das ações integradas de acordo com os tipos criminais indicados com base em estatística criminal, mapeando as desordens públicas e estabelecendo diálogo com seguimentos representativos da sociedade e do governo.

As reuniões são realizadas mensalmente, na segunda semana do mês, para a avaliação dos resultados do mês anterior, para o planejamento operacional das ações integradas, e para o levantamento de desordens sociais e ambientais. Nas reuniões, além das forças de segurança, participam também outros órgãos do governo (Administrador Regional, representante do DF Legal, DER etc.) e o presidente do Conselho de Segurança Comunitário - CONSEG, a fim de que as operações integradas sejam planejadas e as desordens encaminhadas para resolução. Entretanto, na ocasião da pactuação das ações as IOA's convidadas não participam, vez que se trata do segundo momento da reunião. Cada mês é denominado de ciclo e é coordenado pelas forças de forma alternada. Para tanto, o ciclo é iniciado no dia 15 do mês de referência e vai até o dia 14 do mês seguinte. Havendo necessidade de qualquer esclarecimento das questões afetas a esta metodologia, o respectivo Assessor responsável pela RISP procura o coordenador para esclarecer as rotinas e práticas da reunião do Comitê. Durante as reuniões, com base nos dois tipos criminais apontados na ficha-problema (fundamentada pelo princípio de Pareto), o coordenador apresenta questões aos representantes das forças: Delegado-Chefe da delegacia da área, Comandante do Batalhão da PM, Comandante do Grupamento do CBMDF e o Coordenador Regional do DETRAN, para anuência e indicação de suas ações, conforme competência de cada instituição. Para o planejamento das ações, são considerados os dias, horas e locais com maior incidência criminal (áreas quentes). Ao final, lava-se o Protocolo de Ações Integradas de Segurança – PAIS, que deve ser registrado no Sistema SEI (restrito) e encaminhado para as forças de segurança participantes. A cada quinze dias, as forças devem remeter, via Sistema SEI, as ações realizadas, devidamente registradas no Formulário de Ação-Resposta que foi reformulado e simplificado junto com o Protocolo. Quando há um fenômeno criminal que envolva mais de uma Região, a Unidade convoca a reunião do Comitê de Regiões Integradas de Segurança Pública – CRISP (nível tático), para tratar de temas não resolvidos nas reuniões do Comitê de Áreas Integradas de Segurança Pública – CAISP.

No ano de 2019, para alcançar os objetivos estabelecidos pela política de segurança pública foram realizadas 239 reuniões das 240 previstas sob a coordenação das forças de segurança do Distrito Federal.

Tomando-se por base os dados criminais extraídos do Sistema de Georreferenciamento – SIGEO e dos Relatórios de análise dos fenômenos criminais, disponibilizados pela Subsecretaria de Gestão da Informação - SGI, destacaram-se as seguintes modalidades criminais monitoradas nos doze ciclos ocorridos nas quatro Regiões Integradas de Segurança Pública:

NATUREZAS CRIMINAIS MAIS DISCUTIDAS NO CAISP/2019					
Natureza criminal	RISP OESTE	RISP SUL	RISP LESTE	RISP METRO	TOTAL
Roubo a transeunte	49	53	57	57	216
Furto em veículo	48	33	41	45	167

Roubo em coletivo	10	11	1	11	33
Roubo de veículo	4	10	11	3	28
Roubo em comércio	3	8	6	0	17

Quanto às desordens físicas e sociais, os Assessores Técnicos da Unidade de Políticas Públicas realizaram mapeamentos e checagens, com ênfase nos locais de manchas criminais, conforme abaixo discriminado, visto que a intervenção do Estado pode influenciar o comportamento da sociedade (teoria das janelas quebradas):

TIPO DEORDEN	DESORDENS URBANAS GERAIS						TOTAL	
	SITUAÇÃO							
	Com problemas		Em resolução	Resolvido				
Desordens físicas	4.788	82%	98	80%	3.224	87%	8.110	
Desordens sociais	1.064	18%	25	20%	488	13%	1.577	
TOTAL	5.852	-	123	-	3.712	-	9.687	

Vale ressaltar que as desordens mapeadas são encaminhadas para os órgãos responsáveis pela resolução do problema. Com isso, os Assessores Técnicos retornam aos locais já mapeados para fazer a checagem das desordens anteriormente identificadas. Diante da informação acima prestada pela SGI/SSP, percebe-se que 8.110 das desordens são físicas e 1.577 são desordens sociais.

2. Implantar Centros Especializados de Atendimento à Mulher – CEAMs; (SSP) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Meta não atingida.

2017

Para o atingimento da meta, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF desenvolveu ações pontuais em parceria com os CEAMs, tais como: oficina de Desenho e Pintura/Grafite em Planaltina. Também entende que as ações a serem desenvolvidas para o seu alcance estão intrinsecamente vinculadas as atividades desenvolvidas pela SEDESTMIDH/SAMIDH. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

3. Fortalecer as redes de enfrentamento à violência (SSP);

2016

Foi instituído no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social, o Núcleo de Enfrentamento ao Feminicídio (NEF), diretamente subordinado ao Comitê Executivo do Viva Brasília: Nosso Pacto pela Vida, por meio da Portaria nº 32, de 27/06/2016: Considerando que o Decreto nº 36.619, de 21 de julho de 2015, instituiu o “Pacto pela Vida - PPV como um conjunto de estratégias e ações do Governo do Distrito Federal voltados à segurança pública e à paz social, que será conduzido pelo Governador do Distrito Federal e coordenado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social.

Foi constituído Grupo de Trabalho encarregado de realizar completo, detalhado e analítico levantamento da execução do Termo de Adesão ao Programa "Crack é Possível Vencer", celebrado pelo Distrito Federal em 07/12/2012, cujo objeto é além da adesão ao referido programa a atuação integrada junto à União com vistas a implementação de ações Inter setoriais de enfrentamento ao crack e outras drogas, nos termos do art. 5º-A do Decreto 7.179, de 20 de maio de 2010, por meio da Portaria nº 66, de 09 de setembro de 2016, DODF Nº 173, de 13/09/16.

2017

Em 2017 foi lançado o programa Viva Flor, voltado para mulheres vítimas de violência. Trata-se de um aplicativo instalado no celular da ofendida que poderá ser acionado quando ela se sentir ameaçada pelo agressor. Em caso de acionamento, uma viatura da Polícia Militar se deslocará até o endereço onde a mulher estiver. A partir deste programa, a rede de enfrentamento à violência contra a mulher foi fortalecida com atores trabalhando conjuntamente, tais como SEDESTMIDH, SSPDF, PMDF, PCDF, CBMDF, TJDF e MP, por meio de reuniões de Grupo de Trabalho e assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre os partícipes.

Ademais, reuniões do Núcleo de Enfrentamento ao Feminicídio (NEF) foram realizadas, dando continuidade ao trabalho iniciado em 2016.

2018

Meta atingida. O Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência inclui o Projeto Viva Flor que é voltado à proteção de mulheres vítimas de violência. Trata-se de um aplicativo instalado no celular da ofendida que poderá ser acionado quando ela se sentir ameaçada pelo agressor. Em caso de acionamento, uma viatura da Polícia Militar se deslocará até o endereço onde a mulher estiver. O projeto beneficiará inicialmente até cem mulheres.

No ano 2018 foram recebidas 25 (vinte e cinco) para Cadastro no programa e incluídas no Sistema de Georreferenciamento - SGO da SSP. Deste montante, 02 (dois) mulheres foram substituídas, totalizando o número de 23 (vinte e três) usuárias. Em outubro do mesmo ano encontram-se ativas no Programa 15 (quinze) usuárias. Das 08 (oito) usuárias restantes, houve 03 (três) desistências e 05 (cinco) mulheres que constavam com pendências, foram acompanhadas e finalizado o processo de instalação.

Ainda em 2018 a SSPDF criou a Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios – CTMHF, que é uma instância de apoio técnico e estratégico à governança da política do Viva Brasília: Nosso Pacto pela Vida, criada no âmbito da Secretaria de Segurança Pública com natureza propositiva e deliberativa nas questões afetas a casos de homicídios e feminicídios, composta por integrantes da SSP, PMDF, PCDF, CBMDF e DETRAN.

São atribuições da CTMHF, conforme Portaria nº 176, de 13/09/2018, publicada no DODF nº 179, de 19/09/2018: 1. elaborar diagnósticos criminais e criminológicos específicos sobre a dinâmica dos homicídios e feminicídios no Distrito Federal; 2. realizar e propor a realização de estudos e pesquisas; 3. propor operações integradas dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal e de outras IOA's; 4. propor medidas de prevenção e repressão voltadas ao enfrentamento do homicídio e feminicídio; 5. subsidiar o Comitê Executivo do Viva Brasília: Nosso pacto Pela Vida com informações gerenciais; 6. aprimorar o fluxo de trabalho do Sistema de Segurança Pública para o monitoramento dos homicídios e feminicídios no Distrito Federal; 7. articular a cooperação interagências para o monitoramento dos homicídios e feminicídios no Distrito Federal.

A CTMHF realizou as seguintes atividades, dentre outras: a) elaboração de questionário criminal e criminológico de homicídio e feminicídio; b) realização de estudo criminal e criminológico individualizado, caso a caso, das 73 ocorrências de feminicídio consumado e das ocorrências de tentativa, desde a entrada em vigor da Lei nº 13.104, de 9 de março de 2.015 (concluído), dos 40 casos mais graves envolvendo tentativa de feminicídio com reincidência na Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) e dos casos de homicídios do ano de 2018; c) escolha técnica das cidades de Ceilândia e Planaltina como vetores que impulsionam em dados absolutos, naquela ocasião, os números de homicídio no Distrito Federal em 32% do total; d) identificação a partir de estudos das Subsecretarias de Gestão da Informação – SGI e Inteligência – SI, em particular o case da Ceilândia, de 32 estabelecimentos comerciais (depósitos de bebidas ou bares) que possuem algum vínculo com as manchas criminais de homicídios, inclusive com mortes ocorridas dentro do próprio estabelecimento; e) planejamento conjunto de operações integradas com as forças de segurança pública e outras IOAs (instituições, órgãos e agências) nas cidades de Ceilândia e Planaltina, sendo possível constatar por meio de dados da SGI que nos dias das operações em Ceilândia não houve ocorrência de homicídio; f) indução do modelo de sucesso das operações integradas para outras cidades, mediante planejamento do Comitê de Áreas Integradas de Segurança Públicas – CAISP: Taguatinga, Águas Claras, Samambaia, Paranoá e Recanto das Emas; g) realização de curso EAD disponibilizado às forças de segurança promovido pela SENASP/MJ a respeito do tema de preservação do local de crime; h) estudo de caso a respeito da ocorrência de violação do equipamento de monitoração eletrônica (tornozeleira), que culminou com a tentativa de feminicídio contra a mulher que estava sob medida protetiva; i) visita aos Batalhões da Polícia Militar e às Delegacias de Polícia da RA de Ceilândia no dia 12/8, ao Batalhão de Polícia Militar, ao Grupamento do Corpo de Bombeiros e às Delegacias de Polícia da RA de Planaltina no dia 13/8.

2019

A Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios é uma instância de apoio técnico e estratégico à governança da política de segurança pública. Nesse sentido, a Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios – CTMHF (interna) foi criada no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, por meio da Portaria nº 176, de 13 de setembro de 2018, com natureza propositiva e deliberativa nas questões afetas aos casos de homicídios e feminicídios. Entretanto, não é substitutiva da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios, a qual tem a participação de membros do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT. Como principais ações realizadas, destacam-se:

- a) Retomada das reuniões da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios, com a participação de representantes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT e do Ministério Pública do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, além dos representantes das Forças de Segurança, que também participam da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios;
- b) Realização de reuniões da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios (interna);
- c) Realização de várias palestras sobre os dados criminais e criminológicos de feminicídios no DF: Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Academia do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Associação dos Delegados de Polícia Federal, Departamento de Polícia Federal, Polícia Civil do Distrito Federal, Seminário Brasil-África etc.;
- d) Encaminhamento do Relatório Mensal sobre Feminicídio no Distrito Federal a autoridades do Poder Legislativo local e Federal e do Poder Judiciário;
- e) Conclusão do Questionário Eletrônico de Homicídio e Feminicídio;
- f) Lançamento dos dados de feminicídio (consumados 2015 a 2019 e boa parte dos tentados 2019) no Questionário Eletrônico;
- g) Utilização de ferramenta de Business Intelligence - BI para a análise dos dados estruturados do Questionário Eletrônico de Homicídio e Feminicídio;
- h) Proposição para a realização da campanha “Meta a Colher”;
- i) Estudo de todos os casos de feminicídio consumado, desde 2015 a 2019, com base nos boletins de ocorrência registrados pela PCDF; nos laudos periciais produzidos sobre autores, vítimas e local de crime; nos processos judiciais que tramitam no TJDFT; e nos dados coletados por ocasião das visitas às Varas do Tribunal do Júri e aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher;
- j) Estudo dos casos de feminicídios tentados, ocorridos em 2019 (bem adiantado: 91 casos de 135 já foram lançados no Questionário Eletrônico);
- k) Disponibilização de tokens para o acesso eletrônico aos processos judiciais;
- l) Estudo (início) para a proposição de matriz de risco representativa do grau de vulnerabilidade da vítima de violência doméstica;
- m) Estudo situacional dos órfãos de vítimas de feminicídio;
- n) Utilização (em andamento) de ferramenta preditiva: cálculo da distância necessária para o atendimento efetivo da denúncia de violência doméstica;
- o) Disponibilização de dispositivo de monitoramento eletrônico de proteção às mulheres sob medidas protetivas de urgência (falta validação do fluxo de atendimento pelo TJDFT, que está em análise na Corregedoria do Órgão);
- p) Expansão do número de mulheres atendidas pelo Viva Flor; entre outras.

4. Implementar ações de prevenção e combate ao racismo (SSP);

2016

Meta parcialmente atendida. Foi criada Câmara Técnica Segurança: Juventude e Igualdade Racial, vinculada ao Comitê Executivo de Cultura de Paz com foco nas Vulnerabilidades Sociais, conforme Portaria nº 06 de 18 de março de 2016, publicada no DODF nº 54, de 21 de março de 2016.

2017

Meta atingida. Em 2017, por meio da articulação com a Escola de Governo do Distrito Federal foram indicados servidores, inclusive administrativos, que estão lotados na estrutura da Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social, para o curso de Promoção de Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo: realizado de 27 a 31 de março, com 9 concluentes da SSP/DF.

2018

Meta atingida em 2017. Nenhuma ação realizada em 2018.

2019

As atividades desempenhadas pela Companhia Artística da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade - SUPREC, por meio das oficinas e encenações teatrais, permitiram trabalhar junto aos jovens os problemas vivenciados em seus lares e no âmbito escolar.

No ano de 2019 o espetáculo SÓHNÓS, resultante de oficina teatral na Escola do Parque – PROEM (Asa Sul), trouxe para a cena o racismo institucional e social, entre outros temas, a partir de uma situação trazida por um dos estudantes. Após a apresentação, foi realizada conversa entre público e elenco sobre o racismo e seus efeitos propulsores de episódios criminosos e/ou violentos, especificamente no âmbito escolar, por meio de ferramentas de mediação de conflitos.

Quantidade de beneficiários do Programa e localidades:

- (i) Oficina de Iniciação Teatral – PROEM: 20 estudantes;
- (ii) 85 pessoas no público do espetáculo SÓHNÓS.

Órgãos envolvidos:

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF;

Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF – transporte (Festival); Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF;

Universidade de Brasília – UnB;

Promotoria de Infância e Juventude do Distrito Federal - MPDFT.

5. Ampliar e reformar os postos de acolhimento às vítimas de violência (SEJUS) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019;

2016

Meta não atingida.

2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTMIDH. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

2018

O PPA 2016-2019 prevê a instalação de três novos núcleos nas regiões administrativas de Taguatinga, Samambaia e Sobradinho. Em 2018, daqueles previstos, apenas o núcleo de Taguatinga foi instalado. Embora sem previsão, as cidades satélites de São Sebastião, Planaltina e Santa Maria também foram contempladas. Reformas e melhorias nos núcleos existentes não foram realizadas.

2019

Com as alterações estruturais ocorridas em 2019, houve a necessidade de redistribuição de profissionais e reorganização do Programa Pró-Vítima, sendo mantidas as atividades em seis núcleos, que estão localizados em Planaltina, Taguatinga, Ceilândia, Paranoá, Guará e Sede. Não foi atingida a meta de instalação em São Sebastião e Santa Maria. No entanto, vem aumentando esforços no desenvolvimento de ações que visem contribuir para autonomia econômica do público atendido, principalmente mulheres, para que possa contribuir com o enfrentamento da feminilização da pobreza. Assim, no âmbito Programa "SEJUS MAIS PERTO DO CIDADÃO" em diversas Regiões administrativas do Distrito Federal, foram realizadas 7 (sete) edições da Feira de Talentos, nas quais foram alcançados o valor de R\$14.204,90 (quatorze mil, duzentos e quatro reais e noventa centavos) em vendas, demonstrando um grande potencial.

6. Ampliar a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas (SEJUS) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019;

2016

Meta não atingida.

2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – SEJUS. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

2018

Embora tenham ocorrido articulações para parcerias com órgãos e entidades ligados à temática, pouco se avançou para promover a ampliação da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas. As ações exercidas limitaram-se à coordenação das atividades do Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, bem como à realização de palestras em eventos organizados por entidades parceiras e a participação em ações e encontros temáticos.

2019

Embora tenham ocorrido articulações para parcerias com órgãos e entidades ligados à temática, pouco se avançou para promover a ampliação da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas. As ações exercidas em 2019 limitaram-se ao esforço para a recomposição e retomada das atividades do Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, bem como à realização de palestras em escolas com os servidores da SEJUS, além da participação em eventos organizados por órgãos e entidades parceiras.

Cumpre salientar, que foi realizada capacitação sobre o tema Tráfico de Pessoas para os servidores da SEJUS e membros do Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos. Além disso, uma mobilização foi promovida nas escolas públicas da rede de ensino do Distrito Federal, em alusão à Semana Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, nos turnos matutino e vespertino, a atividade contou com a parceria da Secretaria de Estado de Educação do DF (SEE/DF) e do Ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

7. Implantar o Centro Integrado de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual (SSP);

2016

Meta atingida. O GDF inaugurou no dia 25 de outubro de 2016 o primeiro espaço do Centro Oeste dedicado a integrar os serviços de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio está funcionando na 307 sul, área central de Brasília, contando com profissionais treinados para o atendimento especializado na área de saúde e assistência da Secretaria da Criança, da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Criança – SECRIA. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

2018

Meta atingida. O GDF inaugurou no dia 25 de outubro de 2016 o primeiro espaço do Centro Oeste dedicado a integrar os serviços de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio está funcionando na 307 sul, na área central de Brasília, contando com profissionais treinados para o atendimento especializado na área de saúde e assistência da Secretaria da Criança, da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

2019

Meta atingida no ano de 2018.

Implantação do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio, que consiste num equipamento público de atendimento integrado e humanizado a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, visando a proteção integral. Este serviço foi estruturado para atuação conjunta da rede, num mesmo espaço de atendimento, com o objetivo de integrar a proteção e a responsabilização, evitando a revitimização das crianças e adolescentes nos diversos atendimentos até então ofertados pela rede de proteção existente.

O Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio está funcionando na 307 sul, na área central de Brasília, contando com profissionais treinados para o atendimento especializado na área de saúde e assistência da Secretaria da Criança, da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

8. Fortalecer a gestão da estratégia preventiva de segurança cidadã (SSP);

2016

Ao longo do período, no Projeto Esporte à Meia Noite, foram desenvolvidas atividades em 10 núcleos, nas seguintes Regiões Administrativas: 1) Ceilândia; 2) Estrutural; 3) Gama; 4) Itapoã; 5) Jardim Roriz (Planaltina); 6) Vila Buritis (Planaltina); 7) Samambaia; 8) Santa Maria; 9) São Sebastião; e 10) Sobradinho II. De acordo com os dados fornecidos pela Gerência de Programas de Prevenção à Violência e à Criminalidade, estão sendo atendidas 300 adolescentes e jovens, em média, mensalmente.

No Projeto Picasso não Pichava foram realizadas oficinas de Serigrafia, Desenho e Pintura/Grafite, DJ, Audiovisual/Cinema e Capoeira. O Projeto está presente nas Regiões Administrativas de Planaltina, Ceilândia, Estrutural, Itapoã, Cruzeiro e Plano Piloto, e atendeu cerca de 165 adolescentes, jovens e mulheres sob medida protetiva por mês.

Ainda em 2016 foi firmada Parceria por meio desta Subsecretaria de Segurança Cidadã com a Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente para o oferecimento de oficina de audiovisual, com duração de 3 meses, para jovens atendidos pelas seguintes UAMA's do Distrito Federal: Samambaia, Taguatinga, Recanto das Emas, São Sebastião, Paranoá, Ceilândia, Gama e Santa Maria.

Durante o ano de 2016, foi realizada parceria com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, de modo a expandir as atividades do Projeto para as Unidades de Meio Aberto do Sistema Socioeducativo - UAMAS, sendo os atendimentos ampliados para os jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. Atualmente, cerca de 60 adolescentes aderiram às atividades e são vinculados a 07 (sete) UAMAS, quais sejam: Ceilândia – 2 UAMAS, Estrutural, São Sebastião, Samambaia, Santa Maria e Paranoá. Com exceção da Região Administrativa do Paranoá, as atividades são desenvolvidas em Centros Olímpicos.

2017

Meta atingida. No ano de 2017, foram realizadas atividades do Projeto "Picasso não Pichava" nas Regiões Administrativas do Itapoã, Paranoá, Ceilândia, Planaltina, Samambaia, São Sebastião e Recanto das Emas, com oferta de oficinas de cinema, discotecagem/DJ, pintura, capoeira, serigrafia, música, fotografia e intervenções de grafite. Durante o ano, foram atendidos 344 adolescentes e jovens, desses, 104 em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

As atividades são realizadas em parceria com Espaço Cultural Céu das Artes do Recanto das Emas, Casa do Cantador, em Ceilândia, Horta Comunitária do Itapoã, Centro Especializado de Atendimento à Mulher – CEAM/ Planaltina, Centro Cultural Imaginário de Samambaia e com as Unidades de Atendimento em Meio Aberto – UAMAs e Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – UNAC.

O quadro abaixo apresenta informações das oficinas realizadas durante o ano:

Atividade	Localidade	Frequência	Quantidade de alunos atendidos
Oficina de Capoeira	Horta Comunitária – Itapoã	3 ^a e 5 ^a	26
	Casa do Cantador – Ceilândia	2 ^a e 4 ^a	26
Oficina de Serigrafia	FUNAP/CIR – São Sebastião	3 ^a e 5 ^a	10
	CED 02 – Cruzeiro	2 ^a e 5 ^a	30
Oficina de Desenho e Pintura/Grafite	CEAM – Planaltina	3 ^a	85
Oficina de Audiovisual/ Cinema	Espaço Imaginário – Samambaia	2 ^a e 4 ^a	70

	Céu das Artes – Recanto das Emas	3 ^a e 5 ^a	17
	UAMA – Paranoá	3 ^a e 5 ^a	17
	Casa da Criança Batuira – Ceilândia	3 ^a e 5 ^a	11
	Secretaria de Segurança Pública Asa Norte Auditório – Jovens da UAMA	3 ^a e 5 ^a	17
Oficina de DJ	Céu das Artes – Recanto das Emas	2 ^a e 4 ^a	15
Oficina de Música	Céu das Artes – Recanto das Emas	3 ^a e 5 ^a	20
Total de Alunos			344

O Projeto Picasso Não Pichava também realiza parcerias com organizações governamentais e da sociedade civil para oferta de suas atividades em eventos comemorativos, para fortalecimento de vínculos comunitários e/ou para ocupação do espaço público. São ofertadas oficinas de Pintura em Tela, Serigrafia, intervenções de grafite, apresentação de roda de capoeira, exposição de telas, entre outras ações. Ao longo de 2017 mais de 3000 pessoas tiveram acesso às atividades do "Picasso Não Pichava" em eventos realizados nas regiões administrativas do DF.

Outro importante Projeto é o "Esporte à Meia Noite" que conta com 10 (dez) núcleos onde são realizadas as atividades e dispõe de 18 (dezoito) professores de Educação Física da Secretaria de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas. As atividades ocorrem, em geral, no período noturno (22h às 02h) e são organizadas em esportivas coletivas (futsal, voleibol, basquetebol) e individuais (jogos de tabuleiros – dama, xadrez e tênis de mesa)

Visando a qualificação do trabalho desenvolvido, os professores passaram por duas capacitações em 2017:

- Curso "Primeiros Socorros". Ofertado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, por meio do Grupamento de Atendimento Pré-hospitalar – GAEPH com o objetivo de atualizar e aprimorar os conhecimentos quanto à aplicação dos primeiros socorros e alguns cuidados a serem tomados para prestação de auxílio imediato aos participantes do projeto. Realizado entre os dias 29 e 31 de março.
- Metodologia de prevenção ao crime por meio do esporte. Parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes para capacitar em abordagem de prevenção ao crime, à violência e ao abuso e uso de drogas por meio de prática esportiva. Realizada entre os dias 30, 31 de outubro e 01 de novembro.

Durante o ano, foram realizados mais de oito mil atendimentos pelo "Esporte à Meia Noite", conforme demonstra tabela abaixo:

Tabela – Atividades do Esporte à Meia Noite

NÚCLEOS	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	MÉDIA DE ATENDIMENTOS POR MÊS -2017
Ceilândia	21h às 01h, de segunda a sexta-feira.	100
Estrutural	22h às 01h, de segunda a sexta-feira	120
Gama	22h às 01h, de segunda a sexta-feira	150
Planaltina (Jardim Roriz)	22h às 01h, de segunda, terça, quinta e sexta-feira (exceto a quarta-feira).	60
Planaltina (Vila Buritis)	19h às 22h, de segunda a sexta-feira.	90
Samambaia	22h às 01h, de segunda a sexta-feira.	60
São Sebastião	22h às 01h, de segunda a sexta-feira.	110
Recanto das Emas	14h às 18h, as segundas, terças e quintas.	50
Média de público atendido por mês		740
Média de atendimentos por ano		8.880

FONTE: SUSEC/SSPDF

Destacamos também o objeto da atual proposta do Viva Brasília nas Escolas que consiste no estabelecimento de mútua cooperação entre SSPDF e SEEDF visando prevenir e reduzir vulnerabilidades sociais e criminais nas escolas públicas do Distrito Federal e seus perímetros, por meio do desenvolvimento de diagnóstico da situação de violência no ambiente escolar, valorização dos profissionais de educação e segurança, formação da comunidade escolar e articulação de políticas sociais, programas, projetos e ações que promovam a Cultura de Paz.

O programa está organizado em quatro eixos:

- Diagnóstico da situação de violência no ambiente escolar. Atingiu até o momento 50% das escolas públicas do Distrito Federal;
- Valorização dos Profissionais de Educação e Segurança. Em fase de elaboração da minuta de desenho curricular para workshop/curso de capacitação com os profissionais de educação e segurança. Previsão: março de 2018;
- Formação da Comunidade Escolar. Em fase de construção o planejamento para metodologia de trabalho, que inclui a proposta de formação da comunidade escolar (alunos, famílias, equipe gestora da escola, entre outros) e de Comitês de Paz com os alunos;
- Articulação de Políticas Sociais, Programas, Projetos e Ações que promovam a Cultura de Paz nas escolas: Em fase de construção do planejamento para mapeamento e articulação de políticas sociais, programas, projetos e ações que promovam a Cultura de Paz nas Escolas.

Dos novos projetos, destaca-se o lançamento do "Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência - Sistema Viva Flor", voltado para mulheres vítimas de violência. Trata-se de um aplicativo instalado no celular da ofendida que poderá ser acionado quando ela se sentir ameaçada pelo agressor. Em caso de acionamento, uma viatura da Polícia Militar se deslocará até o endereço onde a mulher estiver. O projeto piloto beneficiará, em seu primeiro ano, até cem mulheres.

Ainda em 2017, foram desenvolvidas ações de sensibilização de cultura de paz e formação de vínculos com os alunos da escola Zilda Arns, localizada na Região Administrativa do Itapoã, para a formação de Comitê de Paz. Também foram realizadas diversas atividades no Centro de Ensino Médio – CEM 02, em Planaltina, conforme informações na tabela abaixo:

Tabela – Atividades do Viva Brasília nas Escolas

Atividade	Professor/Responsável	Localidade	Participantes
Oficina de Teatro	Teatro Comunitário do Itapoã – órgão responsável.	CEM 02	
Palestras de Direitos Humanos (Parte I)	Comissão Especial de direitos da criança, adolescentes da OAB DF. União Brasileira de Estudantes Secundaristas - UBES PROMODEF	CEM 02	40 alunos
Painel de Direitos Humanos (Parte II)	Subsecretaria de Igualdade Racial/SEDESTMIDH	CEM 02	
Painel sobre bullying e cultura de paz	Equipe da Subsecretaria de Segurança Cidadã /SUSEC/SSP/DF com psicóloga voluntária e Subsecretaria de Educação Básica / SUBEB/SEEDF	Escola Zilda Arns	40 alunos
Total de Participantes 2017			80 ALUNOS

FONTE: SUSEC/SSP/DF

Para 2018 a SSPDF pretende manter os atuais projetos em atividade e regulamentar a atividade voluntária na Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social. A captação de voluntários justifica-se pela necessidade de ampliação e qualificação dos projetos desenvolvidos pela SUSEC, bem como pelo incentivo a participação cidadã em projetos do estado. A presente minuta de Portaria autoriza e regulamenta o serviço voluntário social e profissional, não remunerado, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, adotando como princípios fundamentais. Os voluntários se inscreverão nos projetos de prevenção às violências da SSP, por meio do Portal do Voluntariado, parte do Programa Brasília Cidadã do GDF.

2018

Meta atingida. Em funcionamento desde o ano de 1999 por meio do Decreto nº 20.610 de 20 de setembro de 1999, o Esporte à Meia Noite oferece a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e criminal, atividades esportivas coletivas e individuais. Atualmente, o Projeto contempla 08 (oito) Regiões Administrativas do Distrito Federal e dispõe de 09 (nove) núcleos fixos e as atividades ocorrem de segunda- feira à sexta-feira, no período noturno, de 22h às 02h. O Programa atende, ainda, jovens que cumprem medidas socioeducativas em 04 (quatro) Unidades de Meio Aberto – UAMAS, no período vespertino, uma vez por semana.

Em 2018 o Programa Esporte a Meia Noite realizou 21. 948 atendimentos noturnos, 90 Atendimentos diurnos e contou ainda com 6.760 participantes em eventos externos.

O Programa Picasso não Pichava realizou oficinas educativas, artísticas e culturais voltadas às crianças, adolescentes, jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade social e criminal. O atendimento ao público ocorreu conforme a abertura de turmas específicas para cada área.

No 1º Semestre de 2018 foram ofertadas 08 (oito) modalidades de oficinas nas áreas de Serigrafia, DJ, Audiovisual, Cinema, Pintura em Tela, Rimas, Grafite e Capoeira, nas Regiões Administrativa de Ceilândia, Brasília (Asa Sul), Estrutural, Gama, Itapoá, Paranoá, Planaltina, Recantos das Emas e Samambaia, conforme quadro 16 abaixo 253 alunos concluíram as atividades.

Já no 2º Semestre de 2018 foram ofertadas 06 (seis) modalidades de oficinas, quais sejam: Audiovisual, Cinema, Grafite, Rimas e Poesias, Pintura em Tela e Serigrafia nas Regiões Administrativas de Brasília (Asa Sul), Ceilândia, Gama, Estrutural, Planaltina, Recanto das Emas e Samambaia, com a conclusão de 275 alunos.

Resumo Anual da Execução do Picasso Não Pichava

Descrição	1º semestre	2º semestre	Total
Turmas	20	20	40
Alunos Inscritos (vagas)	308	331	639
Alunos Certificados/atendidos	253	275	528

2019

Meta atingida. As Oficinas do Programa Picasso Não Pichava possuem conteúdo artístico e sociocultural, de cunho educativo e/ou formativo – técnicas artísticas e profissionais, sendo voltado às crianças, adolescentes, jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade social e criminal. Integram as políticas de segurança com as de proteção social existentes em outros órgãos públicos, estabelecendo redes de atuação intersetoriais. O foco do programa é a prevenção primária e terciária, a partir de valores de cultura de paz.

a. Quantidade de beneficiários do Programa

No ano de 2019 o Programa atendeu um público de 865 pessoas em 10 Regiões Administrativas, desenvolvendo as seguintes oficinas: Audiovisual (Cinema), Fotografia, Ilustração, Pintura em Tela e Serigrafia, com a carga horária média de 40h/a cada turma, a depender das especificidades das ementas dos cursos e características do público, levando-se em consideração também as tratativas estabelecidas com os parceiros da rede de proteção social.

Houve também a implementação da Companhia Artística da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade, que corresponde à atualização da nomenclatura e reestruturação da funcionalidade da Companhia de Teatro Pátria Amada – CTPA.

Os objetivos da Companhia consistem em:

• Aproximar a polícia da comunidade, conforme os princípios de Segurança e Política Comunitária para aumento da confiabilidade nos serviços prestados pelas Forças de Segurança Pública;

• Criação de produtos artísticos (cênico, audiovisual e intermidiático) de cunho pedagógico e preventivo social às situações violentas e/ou criminosas a públicos em situação de vulnerabilidade social e/ou criminal; e

• Redução de violações e crimes sofridos e praticados, especialmente entre jovens compreendidos na faixa etária de 15 a 24 anos de idade, moradores e moradoras de regiões periféricas;

Quantidade de beneficiários do Programa e localidades:

• Público das apresentações da peça Baby - Cena Fórum: 1100 pessoas;

• Oficina de Iniciação Teatral – CEU das ARTES: 16 estudantes;

• Oficina de Iniciação Teatral – PROEM: 20 estudantes;

- Oficina de Iniciação Teatral – CCM CED 308: 40 estudantes;
- Público das apresentações do Espetáculo A Coisa Impetuosa: 460 pessoas
- Público das apresentações do I Festival de Teatro Segurança EnCENA: 1.125 estudantes

Por fim, ainda em 2019 iniciou-se o Projeto-Piloto de Segurança Comunitária e Resolução Pacífica de Conflitos, com o objetivo de desenvolver atendimento interdisciplinar e intersetorial à comunidade escolar dos Colégios Cívico-Militares, mediante a oferta de capacitação nos temas Mediação de Conflito e Segurança Comunitária, atividades formativas no contra turno escolar e atendimento psicossocial aos estudantes.

Quantidade de público atendido: 100 estudantes do CPM CEF 308 do Recanto das Emas nas Oficinas de Teatro, Rodas de Conversas e Grupo Terapêutico.

9. Manter a média da soma anual de atendimentos por trimestre de 9000 pessoas atendidas. (CBMDF)

2016

Tomando apenas os atendimentos às urgências urbanas (acidente de trânsito, atendimento pré-hospitalar, ocorrências de socorro, busca e salvamento e combate a incêndio) totalizam-se 74.274 intervenções da Corporação. Existem muitos outros atendimentos prestados e o intuito é de impor excelência em cada atuação. Para tanto, o empenho em bem atender se inicia no planejamento institucional, perpassando toda a gestão de recursos para proporcionar o atendimento mais apropriado, digno e devido. Assim o esforço de capacitação tem o foco na qualidade do atendimento, na seriedade da atuação e o foco no cidadão.

2017

Devido às mudanças efetuadas no Sistema de Atendimento de Ocorrências do CBMDF na SSP para o ano de 2017, e conforme reuniões que estão sendo estabelecidas para solucionar os problemas decorridos dessas mudanças (incompatibilidade da replicação dos dados da SSP para o CBMDF), as informações relacionadas ao atendimento não poderão ser fornecidas, até que as informações replicadas sejam validadas.

2018

Segundo o Sistema FÊNIX, em 2018 o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal atendeu a 134.593 ocorrências, sendo assim distribuídas: 34.309 acidentes com veículos, 16.535 atividades preventivas, 43.593 emergências médicas, 16.212 incêndios, 23.852 operações e 92 atendimentos no Estado de Goiás.

2019

Fatores:

- 1) A meta para a Demanda Reprimida em 2019 foi de 4%; o resultado obtido foi de 7,4%, próximo ao resultado de 2018 que foi de 7,6%;
- 2) A retenção de macas das URs nos hospitais impedem que elas estejam disponíveis ao atendimento de ocorrências;
- 3) As viaturas têm de resguardar o local da ocorrência até a chegada de órgão competente, ficando indisponível para o socorro;
- 4) As baixas de viaturas por motivos diversos reduzem o poder de atendimento na área;
- 5) Os grandes deslocamentos para atender as ocorrências fazem com que a área fique desguarnecida;
- 6) O crescimento populacional faz com que haja aumento nas solicitações de atendimento;
- 7) A redução do efetivo do CBMDF faz com que as guarnições compartilhem as viaturas da OBM;
- 8) O atendimento aos trotes traz transtornos no atendimento às ocorrências reais.

Decisões:

- 1) Houve a distribuição de 24 URs, 19 ARFs, 04 ARs, 07 ASEs e 04 ABSL, aumentando a capacidade de atendimento de ocorrências do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF). Tem-se a previsão de chegar mais 44 URs;
- 2) São distribuídas, sempre que necessário, macas reservas para as URs, evitando que fiquem baixadas nos hospitais;

3) Há a divulgação junto à imprensa sobre os problemas causados pelos trotes.

10. Manter a média anual de 13.586 litros de coleta de leite humano (CBMDF);

2016

Nos termos da parceria entre o CBMDF e a Secretaria de Saúde, é realizada a coleta de leite humano em todo o Distrito Federal e entorno. A coleta atende aos 12 bancos de leite contando com 24 militares e 10 viaturas. Esses veículos são locados pelo GDF e a corporação cede os motoristas e as coletoras de leite.

2017

A coleta de leite humano realizada pelos militares da Assessoria de Programas Sociais em parceria com a Secretaria de Saúde do DF atingiu a meta desejada. O programa continua com o número de 24 militares disponíveis para a execução das coletas em domicílio. A meta de coleta de leite humano foi superior ao número esperado para o período.

2018

A coleta de leite humano realizada pelos militares da Assessoria de Programas Sociais em parceria com a Secretaria de Saúde do DF atingiu a meta desejada. O programa continua com o mesmo quantitativo de militares (24) disponíveis para a execução das coletas em domicílio.

2019

O serviço de coleta de leite humano continua sendo realizado pelos militares do CBMDF, em parceria com a Secretaria de Saúde. O Programa de Aleitamento Materno permanece com o quantitativo de 24 militares que fazem parte da Assessoria de Programas Sociais (GABCG/APROS). No ano de 2019 a coleta atingiu mais que a meta estimada.

11. Capacitar todos os profissionais da área multidisciplinar do Pró-Vítima, educadores, servidores, por meio de cursos, palestras, campanhas educativas e atualização EaD (SEJUS);

2016

Durante o Exercício de 2016, 30% dos servidores da SEJUS foram capacitados por meio de cursos presenciais e à distância oferecidos pela rede de atendimento, a saber: Escola de Governo do Distrito Federal, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH, Universidade de Brasília – UNB, Rede Multidisciplinar das RA's (onde há postos do Pró-Vítima) e os cursos organizados e promovidos pela própria Subsecretaria.

Entretanto, os cursos especializados que tinham custo e demandavam providências quanto à elaboração de projeto básico e verificação de dotação orçamentária não se concretizaram em razão de diversas restruturações administrativas que levaram à alta rotatividade de servidores. Assim, não foi possível a Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência – PRÓ-VÍTIMA/SEJUS alcançar a Meta nº 11 que indicou inicialmente a capacitação e 25 servidores em 2016, sendo possível capacitar apenas 07 servidores do total, perfazendo um total de 30% no Exercício/2016.

2017

Durante o Exercício de 2017, servidores da SEJUS/ PRÓ-VÍTIMA foram capacitados por meio de cursos presenciais e à distância oferecidos pela rede de atendimento, a saber: Escola de Governo do Distrito Federal, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH, Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude - SECRIANÇA, Secretaria de Estado de Saúde do DF - SES, Universidade de Brasília – UNB, Rede Multidisciplinar das Regiões Administrativas (onde há postos do Pró-Vítima). Não houve cursos de capacitação organizados e promovidos pela própria Subsecretaria.

Os cursos especializados que tinham custo e demandavam providências quanto à elaboração de projeto básico e verificação de dotação orçamentária não se concretizaram em razão de diversas restruturações administrativas e extinção da Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência – PRÓ-VÍTIMA/SEJUS em maio de 2017, que foi incluída nas atividades geridas pela SUBJUSPRED/SEJUS.

Devido à capacitação oferecida pela Rede de Atendimento, a Meta nº 11 foi alcançada plenamente, considerando-se que todos os servidores do psicossocial participaram de, pelo menos, um curso de capacitação, dos 56 cursos realizados em 2017, entre seminários, palestras, jornadas e conferências. Assim, garantiu-se 100% de aproveitamento da meta.

2018

Não foi possível alcançar o percentual satisfatório em relação à capacitação da equipe técnica do Pró-Vítima, uma vez que as estruturas dos núcleos estavam em fase de consolidação e o Programa passou por uma expressiva expansão, por meio da implementação de novos núcleos em quatro cidades satélites. Desta forma, o cumprimento da meta restou prejudicado, em razão da insuficiência de recursos para fazer frente à necessidade de capacitação. Contudo, considerando que a Meta é acumulada e que em 2017 atingiu-se 100%, quando da análise quantitativa, considera-se Meta atingida.

2019

Não foi possível alcançar percentual satisfatório em relação à capacitação da equipe técnica do Pró-Vítima, uma vez que o Programa passou por diversas mudanças e reestruturações. Além disso, o cumprimento da meta ficou prejudicado, em razão da insuficiência de recursos para fazer frente à necessidade de capacitação. No entanto, de modo a qualificar o serviço disponibilizado pelo Programa. Esforços estão sendo feitos para a construção de procedimentos de atendimento às vítimas: Protocolos de atendimento, padronização do fluxo de encaminhamento e monitoramento junto aos órgãos integrantes do sistema de garantia de direitos humanos, objetivando maior celeridade no rompimento do ciclo da violação de direito. Insta ainda consignar que, para sanar a problemática da ausência de dados em relação aos atendimentos realizados pelo Pró-Vítima e evitar a ausência de registros como nos exercícios anteriores, está sendo desenvolvido na SEJUS o Sistema Integrado de Informações Sobre Vítimas de Violência, essa ferramenta de gestão possibilitará o gerenciamento adequado de dados e informações, bem como de indicadores estatísticos sobre os casos de violência atendidos.

12. Realizar 01 um seminário nacional sobre os direitos das vítimas de violência por ano (SEJUS);

2016

Apesar das tratativas desta Secretaria de Justiça e Cidadania com os órgãos parceiros (Banco de Brasília – BRB, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios TJDF, Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP/DF, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, Secretaria de Estado da Mulher) não foi possível a realização do Seminário Nacional Sobre os Direitos das Vítimas de Violência que almejava, entre outros objetivos, alcançar um público estimado de 400 pessoas e, por conseguinte, a produção de documento oficial (cartilha) que reuniria as propostas de melhorias no atendimento dos serviços prestados às vítimas de violência.

Mudanças no secretariado do Governo do Distrito Federal impactaram nas atividades e nas rotinas administrativas da Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência – PRÓ-VÍTIMA/SEJUS (somente em 2016, 03 Secretários ocuparam a pasta da SEJUS) o que ocasionou a descontinuidade das ações e inviabilizou o alcance da Meta nº 12 no Exercício/2016.

2017

Não foi possível a realização do Seminário Nacional Sobre os Direitos das Vítimas de Violência, entre outros objetivos, como alcançar um público estimado de 400 pessoas e, por conseguinte, a produção de documento oficial (cartilha) que reuniria as propostas de melhorias no atendimento dos serviços prestados às vítimas de violência.

Mudanças no secretariado da SEJUS impactaram nas atividades e nas rotinas administrativas, bem como a alteração da estrutura administrativa da SEJUS, na qual a Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência foi extinta e os serviços ofertados continuaram na SUBJUSPRED, o que ocasionou a descontinuidade das ações e inviabilizou o alcance da Meta nº 12 no Exercício/2017.

2018

Embora haja a previsão de realização anual do Seminário Nacional Sobre os Direitos das Vítimas de Violência, não foi possível a sua concretização em 2018, em virtude das alterações estruturais, administrativas e restrições orçamentárias, que impactaram diretamente na realização das atividades.

2019

Dada a restrição orçamentária, bem como mudanças estruturais de gestão na pasta, não foi possível realizar o Seminário Nacional Sobre os Direitos das Vítimas de Violência, em 2019. No entanto, com o apoio da Embaixada da Bélgica no Brasil foi realizado o encontro "Diálogos: pelo enfrentamento às violências", cujo objetivo foi debater o tema estupro contra mulheres, a partir do

documentário belga "O que não mata", produzido pela cineasta francesa Alexi Poukine, que esteve presente ao evento para responder questionamentos dos participantes. O evento foi realizado na Residência Oficial da Bélgica e contou com a presença de aproximadamente 70 pessoas, entre servidores do GDF, parceiros, autoridades e palestrantes.

Cumpre ressaltar que foi realizada a Roda de Diálogos "Avanços e desafios da política de prevenção, enfrentamento e atendimento as mulheres vítimas de violência do Distrito Federal e a Importância da perspectiva educacional da Lei Maria da Penha", o evento foi voltado para profissionais de escolas públicas do GDF e representantes de órgãos que integram o sistema de garantias de direito. O evento contou com aproximadamente 90 pessoas.

13. Criar o Portal Pró-Vítima e um aplicativo para celular (SEJUS). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Trata o PORTAL PRÓ-VÍTIMA de uma ferramenta que servirá para armazenar os registros de atendimento de pessoas vitimadas, garantindo ao usuário acesso aos processos judiciais, realização de downloads de cartilhas, de leis e de matérias relativas ao programa. A meta proposta no PPA 2016/2019 – Ano-Base 2016 era alcançar uma marca de 200.000 acessos. Infelizmente, a meta não foi alcançada.

Os custos e a carência de profissionais habilitados para operar o Portal conduziram os gestores, à época, a estudar a possibilidade de utilizar o próprio site da SEJUS. Entretanto, a ideia também não se consolidou em razão da descontinuidade das ações promovidas pela alta rotatividade de pessoal em postos estratégicos da Secretaria.

A meta proposta no PPA 2016/2019 relativa à implementação do Botão do Pânico (aplicativo de celular para chamadas urgentes em situações de violência), indicava uma projeção de 90 acessos no primeiro ano do Plano Plurianual (Ano-Base 2016), entretanto, como o aplicativo não foi criado e a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP/DF implementou a meta e a executou por meio de sua central de atendimentos, ressalte-se que esta Subsecretaria oficiará suas unidades superiores para que se manifestem acerca da manutenção ou retirada da Meta nº 13 do rol de metas da SEJUS.

2018

Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17.

14. Implantar o Projeto Ônibus Itinerante (SEJUS). (Item alterado, conforme Lei nº 6061/2017 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Em 2016 a Assessoria da Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência elaborou uma minuta de projeto básico e realizou tomadas de preços, com vistas à implementação do PRÓ-VÍTIMA ITINERANTE, entretanto, nenhum outro andamento foi dado no sentido de consolidar a transferência de recursos do BID para o GDF (Vide Mapeamento de Ação Orçamentária) o que inviabilizou a contratação de empresa para aquisição do ônibus adaptado. O repasse, que corresponde à R\$ 773.000,00 não ocorreu. Nem mesmo autuou-se processo para solicitar providências em direção à Meta nº 14.

2017

O projeto básico para a implantação do Ônibus Itinerante não foi finalizado em 2017 por razões de diversas trocas de gestores o que inviabilizou dar continuidade às ações iniciadas em 2016. Deste modo, a meta não se consolidou.

2018

Embora tenham sido realizadas articulações, estudos e parcerias para viabilizar a instituição do núcleo móvel, a implantação do ônibus itinerante não foi concretizada. Por motivo de alterações estruturais e mudança de servidores, não há maiores informações sobre a meta nos históricos da área responsável.

2019

Embora tenham sido realizadas articulações, estudos e parcerias para viabilizar a instituição do núcleo móvel, a implantação do ônibus itinerante não foi concretizada por razões diversas, que devido às alterações estruturais, não constam na memória institucional da unidade responsável pela meta.

Contudo, importa ressaltar que a SEJUS está envidando esforços para adquirir, por meio de Emendas Parlamentares, recurso para contribuir com o alcance desta meta.

15. Realizar parcerias com órgãos ocupantes de prédios públicos para a instalação de postos de atendimentos do Pró-Vítima em regiões atualmente não atendidas (SEJUS). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não houve instalação de nenhum dos três postos indicados na Meta. Em relação à Taguatinga, houve tratativas no sentido de adaptar um espaço de atendimento à vítima de violência nas dependências da unidade NA HORA de Taguatinga, entretanto, a Meta nº 15 não se consolidou porque, devido à rotatividade de pessoal dentro do Programa (que incluiu a substituição do Subsecretário do PRÓ-VÍTIMA por duas vezes em 2016), as negociações não avançaram. O objetivo desta instalação visa otimização de custos e a facilidade de acesso.

Relativo à instalação do Posto de Sobradinho, informe-se que houve conversas informais entre o então Subsecretário do Pró-Vítima e o representante do Fórum do Tribunal do Justiça do Distrito Federal e Territórios daquela Região Administrativa, mas o acordo não foi finalizado por motivos de substituição de pessoal, e a gestão que assumiu ultimamente decidiu pela paralização das tratativas.

Relativa à instalação do Posto de Samambaia, não há nenhum registro, nem processo formal que apontem andamentos em direção ao alcance da Meta.

Para efeito de esclarecimentos, informamos que há servidores nomeados para atuar nos postos nas RA's de Taguatinga, Sobradinho e Samambaia desde 2015 (conforme Decreto nº 37.032, de 30 de dezembro de 2015, relativo à estrutura da SEJUS, mas os postos não foram instalados até a presente data).

2017

Em 2017, não houve parcerias com outros órgãos para a instalação de mais postos do Pró-Vítima, mantendo-se em funcionamento os postos já existentes nas cidades de, Ceilândia, Asa Sul, Paranoá , Guará e uma unidade na sede da SEJUS, no SAIN/DF.

2018

O PPA 2016-2019 prevê a instalação de três novos núcleos nas regiões administrativas de Taguatinga, Samambaia e Sobradinho. Em 2018, daqueles previstos, apenas o núcleo de Taguatinga foi instalado. Embora sem previsão, as cidades satélites de São Sebastião, Planaltina e Santa Maria também foram contempladas. Não foram localizados registros das tratativas e do procedimento administrativo que visou a implantação de demais unidades em Sobradinho e Samambaia.

2019

O PPA 2016 -2019 prevê a instalação de três novos núcleos nas regiões administrativas de Taguatinga, Samambaia e Sobradinho. Desses, apenas o de Taguatinga foi implementado.

Em 2019, em razão da redução do quadro de pessoal em virtude da publicação do Decreto n. 39.807, de 06 de maio de 2019, não foram inaugurados novos núcleos.

Cumpre ressaltar que está em vias de aprovação, o Termo de Cessão de Uso entre a SEJUS e a Região Administrativa de Samambaia, Recanto das Emas e Santa Maria. Salienta-se ainda, que outras Regiões Administrativas do Distrito Federal estão almejando ter o programa em suas localidades. Ademais, a SEJUS mantém conversas avançadas com o TJDFT, a fim de realocar o Núcleo do Pró-Vítima Paranoá nas instalações do Tribunal.

16. Criar espaços físicos como brinquedotecas e salas individuais (com vedação acústica) para terapia em grupo, atendimento jurídico-social e psicológico, tornando o atendimento multidisciplinar mais humanizado (SEJUS);

2016

A meta proposta no PPA 2016/2019 relativa à reforma e ampliação dos Postos do Pró-Vítima indicava uma projeção de reforma/ampliação de 01 (um posto) no primeiro ano (Ano-Base 2016), entretanto, a Meta nº 16 não foi alcançada.

Posto Paranoá: em virtude das condições precárias do espaço situado à Quadra 05, conjunto 03 – AE D, Parque de Obras – Paranoá/DF, foi elaborado projeto básico com descrições de etapas, objetivos, custos e cronograma de execução para a celebração de um convênio entre a SEJUS e a NOVACAP, entretanto, a ação não se consolidou.

Para a referida celebração, era necessário um repasse desta Secretaria à NOVACAP no valor de R\$ 1.556.869,22 e, com a substituição de chefia, a nova gestão manifestou-se pela não continuidade das tratativas, por considerar que o alto valor apreçado para aquela reforma não se justificava já que o prédio utilizado pelo Posto Paranoá é apenas cedido pela Administração Regional ,

podendo a RA não renovar o Termo quando do término de sua vigência. Este fato levou a então Subsecretaria a repensar a relação custo-benefício quanto à celebração do convênio com a NOVACAP, para a reforma do espaço.

Posto Guará e Posto Ceilândia: não houve nenhuma ação ou autuação de processo com andamentos para a ampliação e reforma destes postos.

Postos Samambaia, Posto Taguatinga e Posto Sobradinho: estes postos sequer foram instalados, não havendo que se falar em ampliação/reforma.

Posto 114 Sul: apesar de não constar do rol da Meta nº 16, haverá necessidade de sua inclusão para possíveis ampliações e/ou reformas ao longo do quadriênio 2016/2019. Informamos que esta Subsecretaria de Proteção à Vítima de Violência enviará solicitação de inclusão deste posto na Meta em tela.

2017

A meta proposta no PPA 2016/2019 relativa à criação de espaços físicos como brinquedotecas e salas individuais para terapia e atendimento psicológico foi alcançada em 2017 haja vista a inauguração de 02 (duas) ludotecas nos Postos de Atendimento da Ceilândia e do Paranoá, fruto do Termo de Cooperação assinado entre a SEJUS e o Instituto SABIN. As ludotecas (espaços lúdicos para atendimentos psicológicos infantis às vítimas de violência) foram inauguradas nos dias 14/09/2017 e 17/11/2017, respectivamente. E, considerando-se a média de criação destes espaços de uma por ano (pelo menos), em 2017 o acumulado percentual da meta alcançou 50%, em relação aos quatro anos do PPA 2016/2019.

2018

Não foram criados espaços físicos como brinquedotecas e salas individuais para terapia e atendimento psicológico nos núcleos do Pró-Vítima.

2019

Embora a SEJUS tenha envidado esforços para a retomada da parceria com o Instituto SABIN, não foram criados espaços físicos como brinquedotecas e salas individuais para terapia e atendimento psicológico nos Núcleos do Pró-Vítima, tendo em vista que o Termo de Cooperação firmado com o Instituto Sabin para tal finalidade expirou em dezembro de 2018.

17. Realizar palestras, distribuir folders e cartilhas informativas nos atendimentos às vítimas de violência, em escolas públicas, em delegacias, na rede social de atendimento, no Ministério Público do DF, nos Tribunais de Justiça do DF, nas ações sociais e seminários (SEJUS);

2016

Atingimos com êxito a Meta nº 17 no que tange à quantidade de pessoas atendidas nas ações do Pró-Vítima por meio de palestras, ações sociais e seminários. A meta proposta no PPA 2016/2019, indicava uma projeção de cerca de 480 atendimentos. Tal expectativa foi superada porque apenas nas escolas o Pró-Vítima atingiu mais de 1.300 crianças, além de pais, professores e corpo técnico. Além disso, o Programa também realizou ações conjuntas (entes públicos e privados) nas RAs do Ipanuã, Paranoá, Recanto das Emas, Arapoanga, Fercal, Sobradinho, Taguatinga, Plano Piloto, perfazendo um estimado de mais de 3.000 atendimentos.

Em parceria com as Varas de Violência Doméstica foi distribuído, nas 957 audiências, material gráfico com orientações do Programa (cartilhas e folders). Considerando-se que em cada audiência distribuía-se, uma média de 03 cartilhas/folders aos vitimados e acompanhantes, temos um estimado de distribuição de cerca de 2.870 materiais gráficos. Além disso, também promoveu-se a publicidade do Programa nas seguintes ações: Campanha 18 de Maio; Encontro com a Rede (encontros mensais que acontecem em fóruns, nos conselhos tutelares, CREAs, CRAs); Pro-Vítima nas Escolas; Papo de Mulher pra Mulher; Pedala pra Vida, Ação Global (participação do Pró-Vítima), Mutirão da Cidadania, com distribuição de pelo menos 200 folders/cartilhas por evento, perfazendo um total aproximado de 1.400 unidades distribuídas.

Também houve ações de publicidade por meio da confecção de material gráfico em parceria com o Exército Brasileiro.

2017

Atingiu-se com êxito a Meta nº 17 no que tange à quantidade de pessoas atendidas nas ações do Pró-Vítima por meio de palestras, ações sociais e seminários. A meta proposta no PPA 2016/2019, indicava uma projeção de cerca de 480 atendimentos. Tal expectativa foi superada porque apenas no Projeto Pró-Vítima nas Escolas foram oferecidas palestras a 3.100 alunos, além de pais, professores e corpo técnico.

Além disso, o Programa também realizou ações conjuntas (entes públicos e privados) perfazendo um estimado de mais de 3.000 atendimentos, com o Mutirão da Criança no Paranoá em 21/10/2017, o Mutirão da Criança em Ceilândia, nos dias 28/10/2017, os Mutirões da Cidadania, Papo de Mulher nos 05 (cinco) postos de atendimentos. Também ocorreram caminhadas em prevenção ao abuso sexual infantil, participações em ações sociais públicas e privadas e outros.

Em 2017 também promoveu-se a publicidade do Programa nas seguintes ações: Campanha 18 de Maio; Encontro com as Redes Sociais (encontros mensais que acontecem em fóruns, nos conselhos tutelares, CREAs, CRAs); Mutirão da Cidadania com a distribuição de folders bem como atendimentos e encaminhamentos.

2018

Dentre as atividades promovidas sobre a temática de enfrentamento à violência, destaca-se a realização de quatro Mutirões da Criança; cinco encontros do Papo de Mulher; um Papo de Homem e três Pró-Vítima nas escolas, além da participação em cursos, palestras e seminários afetos ao tema, bem como em reuniões com as redes assistenciais locais para a divulgação do programa. Dessa forma, garantiu-se a divulgação e publicidade ao Programa, tanto por meio das atividades concretas quanto pelo material informativo distribuído durante as atividades mensuradas.

2019

Foi garantida a divulgação e a publicidade ao Programa, por meio da realização de atividades como palestras, rodas de conversa, diálogos, orientações no âmbito do Programa "SEJUS mais perto do cidadão" e "Maria da Penha vai à Escola", bem como pela distribuição de material informativo durante as referidas ações e junto aos órgãos que integram a rede de garantia de direitos.

Cumpre ressaltar que o Pró-Vítima conta com o Projeto "Mentes em Movimento" o qual tem o foco em promover atividades terapêuticas em grupo (livres e/ou temáticas) para as mulheres vítimas de violência atendidas pelo Programa Pró-Vítima. No ano de 2019, foram contempladas 469 pessoas.

Importa consignar que foram realizados 09 diálogos nas escolas da rede pública do DF, sobre temas relacionados às violências, utilizando a metodologia do Projeto Maria da Penha vai à Escola, além de orientações quanto ao funcionamento do Pró-vítima e formas de ingresso, alcançando 5.943 participantes.

18. Realização de Seminário, Simpósio, Oficinas, Encontro, Capacitação, Ações, Caminhada e Palestras sobre Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos e Políticas Migratórias do DF para os diversos públicos do Distrito Federal (SEJUS);

2016

Conforme relato da Diretoria de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Apoio ao Migrante e Refugiado, as ações desenvolvidas em 2016 alcançaram de forma direta 2.439 pessoas, que participaram de palestras, oficinas, capacitações, seminário, simpósio, caminhada, etc, e foram distribuídos cerca de 8.000 materiais informativos sobre as temáticas atinentes a suas competências como folders, panfletos, cartilhas.

No sentido de ampliar a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no DF será publicado em janeiro de 2017, o Edital de Chamada de entidades não governamentais da sociedade civil organizada interessadas em participar como membros representantes consultivos no Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos.

2017

A SEJUS realizou em 2017 mais de trinta ações preventivas acerca do enfrentamento ao tráfico de pessoas no Distrito Federal entre seminários, simpósios, oficinas, palestras e capacitações. Estas atividades alcançaram um público de cerca de 6 mil pessoas. Também foram distribuídos cerca de 7.500 materiais informativos durante as atividades realizadas no Exercício/2017.

2018

Houve a participação no Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos e a realização de um simpósio, em parceria com a UnB, por ocasião da quinta semana nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas no DF.

2019

Foi realizada capacitação sobre o tema Tráfico de Pessoas para os servidores da SEJUS e membros do Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos. Além disso, uma mobilização foi promovida nas escolas públicas da rede de ensino do Distrito Federal, em alusão à Semana Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, nos turnos matutino e vespertino, a atividade contou com a parceria da Secretaria de Estado de Educação do DF (SEE/DF) e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

Cumpre salientar que foi realizado capacitação para servidores membros do Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, integrantes da rede de garantias de direito e sociedade civil.

19. Apoio ao lançamento de trabalhos acadêmicos em tráfico de pessoas (SEJUS);

2016

A Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania realizou o I Simpósio da Rede de Atenção ao Migrante, Refugiado e Vítimas de Tráfico de Pessoas, nos dias 26 e 27 de julho de 2016, no auditório da Defensoria Pública da União – DPU, oportunidade em que foram apresentados 09 trabalhos acadêmicos, entre os quais: 07 destes em formato de artigos científicos e 02 em formato pôster, ambos relacionados às temáticas de migrações, refúgio e tráfico de pessoas. Os estudos apresentados foram realizados por estudantes de universidades públicas e privadas do Distrito Federal e de outros estados, além de pesquisadores ligados às áreas mencionadas.

2017

A SEJUS realizou o II Simpósio da Rede de Atenção ao Migrante, Refugiado e Vítimas de Tráfico de Pessoas, dias 26 e 27 de julho de 2017, no Auditório da UPIS, com o apoio da DPU, MJ, UNODC, MPDFT, TJDFT. Na oportunidade, foram apresentados seis artigos científicos para um público multiplicador de 70 pessoas. Um dos objetivos desta ação é a perspectiva de publicação dos trabalhos, por meio de parceria com a Universidade de Brasília - UNB. Considerando-se a realização de atividade que cooperou para o apoio ao lançamento de trabalhos acadêmicos ligados à temática do tráfico de pessoas, considera-se o alcance da Meta em sua integralidade para o exercício/2017.

2018

Apoio à publicação do livro "Tráfico de Pessoas e Mobilidade Urbana". A coletânea de artigos foi resultado de esforço multilateral, construído por intermédio de trabalhos de valorização da temática, viabilizado pelo Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam/UnB) e pela Editora Universidade de Brasília, com o apoio da Subsecretaria de Apoio a Vítimas de Violência.

2019

A meta não foi atingida em 2019, tendo em vista o reduzido quadro de pessoal para gerenciar o tema em questão.

20. Implantação do Posto Humanizado de Atendimento ao Migrante em local estratégico de mobilidade humana (SEJUS);

2016

Quanto à implantação do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante em local estratégico de mobilidade humana, até o presente momento, não foi possível efetivá-lo devido à indisponibilidade orçamentária, insuficiência de recurso humano e cessão de espaço para tal finalidade.

2017

A implantação do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante ainda não se efetivou em razão das mesmas questões apresentadas em 2016. Ausência de disponibilidade orçamentária e de insuficiência de pessoal impossibilitaram a implantação no referido Exercício.

2018

Em 2018, com vistas a buscar parcerias para disponibilização de espaço físico e implementação do Posto, foram realizadas reuniões com a Polícia Civil, Administração Regional da Rodoviária Interestadual de Brasília, Inframérica (administradora do aeroporto de Brasília) e Polícia Federal. Embora se tenha realizado tais articulações, a implantação do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante não foi concretizada em razão da ausência de disponibilidade orçamentária, insuficiência de pessoal e indisponibilidade de local adequado para sua implantação.

2019

A implantação do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante não foi concretizada em razão da ausência de disponibilidade orçamentária, insuficiência de pessoal e indisponibilidade de local adequado para sua implantação.

21. Formalizar de Acordo de Cooperação Técnica entre SEJUS e Instituto Federal de Brasília (IFB), para projeto de atendimento ao migrante e refugiado residente no DF (SEJUS);

2016

No que diz respeito à formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre a SEJUS e o Instituto Federal de Brasília (IFB), para projeto de atendimento a migrante estrangeiro e refugiado residente no DF, encontra-se em fase avançada carecendo apenas de pequenos ajustes para a sua concretização. A despeito disto, foi realizado o I Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para o referido público, de 16/11/16 a 07/03/17, em parceria como o IFB, Instituto de Migração e Direitos Humanos (IMDH) e Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), via PRONATEC, que contou com a participação de 36 alunos 2017.

2017

Em 2017 foram retomadas as tratativas para a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica - ACT entre a SEJUS e o Instituto Federal de Brasília - IFB, mas em razão das mudanças de gestão, impossibilitou-se sua finalização. Mas, considerando o interesse do IFB em prosseguir com a parceria, deverá a SEJUS continuar com os ajustes à Minuta do ACT. Informe-se que assinatura está prevista para o 1º semestre de 2018, conforme delineado no Processo nº 0400-000240/2016.

A SEJUS solicita a alteração para 0% do percentual relativo a 2016, tendo em vista que o Acordo de Cooperação Técnica entre SEJUS e o IFB não foi realizado. Ademais, trata-se de meta percentual, e não unitária. Portanto, a informação 36 no ano de 2016 estava incorreta.

2018

Meta não alcançada, visto que no processo de formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre a SEJUS e o Instituto Federal de Brasília (IFB), visando o atendimento e capacitação ao migrante e refugiado, foi possível verificar que, apesar de o procedimento administrativo ter observado a tramitação regular e, embora tenham sido realizadas diligências e tratativas para a sua assinatura, a formalização não foi concretizada

2019

Em consulta aos autos do processo que possui como objeto a formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre a SEJUS e o Instituto Federal de Brasília (IFB), visando o atendimento e capacitação ao migrante e refugiado, foi possível verificar que, apesar do procedimento administrativo ter observado a tramitação regular e embora tenham sido realizadas diligências e tratativas para a sua assinatura, a formalização não foi concretizada, sendo a última documentação anexada aos auto em outubro de 2018. No entanto, foram realizados vários contatos iniciais com diversas instituições educacionais como a UNB e ACNUR para execução da referida capacitação.

No entanto, foi realizada, em parceria com o IFB, a Oficina "Pedagogia do Corpo reestruturado, práticas artísticas no enfrentamento a violência contra mulheres", como forma de fortalecer as ações afirmativas de enfrentamento no âmbito do Distrito Federal. Dado ao volume de ações previstas a serem executadas pela referida Instituição, tal meta ficará para 2020.

22. Reduzir a taxa de Feminicídio para 5 (quantidade de óbitos por feminicídios X 100.000 / população de mulheres do DF); (SETRAB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

23. Reduzir a taxa de jovens negros de 15 a 29 anos assassinados para 12 (quantidade de óbitos por assassinato de jovens negros de 15 a 29 anos X 100.000 / população de jovens de 15 a 29 anos do DF) (SETRAB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

24. Reduzir para metade a taxa de negros/as vítimas de violência racial (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SETRAB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

25. Reduzir para metade a taxa de mulheres vítimas de violência de gênero (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SETRAB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

26. Taxa de pessoas idosas vítimas de violência (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SETRAB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

27. Taxa de pessoas com deficiência vítimas de violência (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SETRAB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

28. Taxa de pessoas LGBT vítimas de violência (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SETRAB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

29. Sensibilizar 300 profissionais de Segurança Pública em Direitos Humanos (SEDESTMIDH);

2016

Não houve implementação da meta pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.

2017

Foi proposto pela Secretaria a Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV), uma capacitação na temática étnico-racial aos servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social. O curso de Promoção de Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo, foi oferecido em março de 2017 pela EGOV, com a participação de 85 agentes de segurança pública.

2018

Meta não avaliada pela unidade responsável, apresentando como justificativa alteração na estrutura do Órgão - remanejado para a SEJUS, conforme Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº00400-00012624/2019-11.

2019

Foram capacitados/sensibilizados 600 Servidores Públicos do GDF para temáticas de direitos humanos, em especial nas temáticas LGBT e igualdade racial.

30. Formar 300 novos profissionais de Segurança e Paz Social como multiplicadores de Direitos Humanos (SEDESTMIDH). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Ação corresponde ao projeto Multiplicadores contra o Racismo Institucional, aprovado em 2015 para financiamento no âmbito do Programa Viva Brasília – Pacto pela Vida em 2016, cujo o financiamento (carta consulta BID) foi inviabilizado uma vez que o Programa Viva Brasília deixou de ser projeto prioritário no Plano de Assistência à Família - PAF do DF junto ao MPOG. Ressalta-se a importância de verificação e articulação intersecretarial no que tange à previsão de liberação dos recursos do Viva Brasília – Pacto pela Vida para nova avaliação técnica de projetos da Secretaria aprovados no mesmo, em que pese o tempo que ainda sobra para suas execuções e a adequação da equipe remanescente para o pleno desenvolvimento das ações.

2017

Não foi realizado.

2018

Meta não avaliada pela unidade responsável, apresentando como justificativa alteração na estrutura do Órgão - remanejado para a SEJUS, conforme Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº00400-00012624/2019-11.

2019

A Subsecretaria realizou a oficina "Ações Educativas em relações Raciais" em Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo e ainda capacitação para docentes civis e militares, no Colégio Militar Pedro II, as formações qualificaram cerca de 400 cidadãos

31. Realizar 16 rodas de conversa sobre Direitos Humanos (SEDESTMIDH);

2016

Foram realizadas 15 rodas de conversa sobre o projeto Por Dentro da Lei Maria da Penha, focada nas mulheres dos territórios e servidores das administrações regionais

2017

No ano de 2017 foram realizadas 4 (quatro) rodas de conversa no âmbito do Projeto Por Dentro da Lei Maria da Penha, focado em levar informações às mulheres dos diversos territórios do DF e aos servidores das Administrações Regionais.

2018

Meta não avaliada pela unidade responsável, apresentando como justificativa alteração na estrutura do Órgão - remanejado para a SEJUS, conforme Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº00400-00012624/2019-11.

2019

Foram realizadas no âmbito do Programa Sejus Mais Perto do Cidadão 19 (dezenove) palestras, abarcando a temática de Direitos Humanos e Igualdade Racial para alunos e professores da rede pública de ensino do Distrito Federal. Além destas, foram ministradas oficinas e grupos focais, na supramencionada temática, em escolas públicas de ensino médio, unidades socioeducativas, instrumentais Centro de Artes Unificadas- Céu das Artes, templos religiosos de matriz africana, atingindo um público de aproximadamente de 5 (cinco) mil participantes.

32. Formar 400 mulheres negras de comunidades carentes como multiplicadoras dos direitos raciais; (SETRAB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

Não houve implementação da meta pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.

33. Publicar um Protocolo de ação elaborado junto com a Secretaria de Segurança Pública para denúncias de crimes raciais (SEDESTMIDH);

2016

No ano de 2016, foi elaborada minuta de instrução normativa que regulamenta o fluxo da coleta das manifestações oriundas do Disque Racismo e o Protocolo de Atendimento a ser utilizados pelos atendentes do Disque Racismo. A minuta foi elaborada com a participação da representante da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes, por Discriminação Racial, religiosa, ou por Orientação Sexual, ou Contra a Pessoa Idosa ou Com Deficiência (DECRIN). Neste sentido, tal protocolo poderá servir de indicativo às outras Delegacias e deverá ser objeto de diálogo com representante da SSP.

2017

Em 2017 foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº158, 17 de agosto de 2017, pág. 10, a Instrução Normativa nº 02, a qual institui o fluxo de demandas do Disque Racismo e o protocolo de atendimento para melhoria na prestação de serviços ao cidadão.

2018

Meta não avaliada pela unidade responsável, apresentando como justificativa alteração na estrutura do Órgão - remanejado para a SEJUS, conforme Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº00400-00012624/2019-11.

2019

A Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos e de Igualdade Racial realizou, ao longo do ano de 2019, tratativas junto a Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência- DECRIN para a construção do Procedimento Operacional Padrão (POP) em Igualdade Racial. O referido protocolo, em elaboração, contém orientações básicas, não vinculativas, de como delimitar a ação da/o agente de segurança pública, no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal, no trato com a população negra, sem racismo ou discriminação racial, contribuindo para a promoção dos direitos humanos e as garantias fundamentais de tal grupo na aplicação da lei.

34. Promover os direitos da primeira infância (SEJUS);

2016

Para promover os direitos da primeira infância, a SECRIANÇA deu continuidade a coordenação do Comitê Distrital pela Primeira Infância, tendo realizado cerca de 12 reuniões com seus integrantes, a promoção da 1º Semana do Bebê do DF, levantando de informações sobre a situação da primeira infância no DF e advocacy na Câmara legislativa sobre o Projeto de Lei do Marco legal da Primeira Infância no DF.

Sendo uma ação incentivada pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância, a semana do Bebê mobilizou 396 atividades entre os dias 18 a 28/10/2016 envolvendo a comunidade, escolas de educação básica e os profissionais da rede de atendimento a primeira infância. Elas foram promovidas pela rede que compõe o Comitê e a Secriança esteve envolvida diretamente na organização da atividade de abertura no dia 24/10/2016 com a Apresentação e debate do Filme “O Começo da Vida” e Lançamento do Guia Metodológico de fomento à Participação Infantil nas Políticas Públicas, além da Audiência Pública “O Bebê Sujeito de Direitos no contexto do Plano Distrital pela Primeira infância”, no dia 27/10/16.

O Projeto de Lei nº 821/2015 foi construído no âmbito do Comitê em consonância com as discussões nacionais e o processo de elaboração da Lei nº 13.257, marco legal para primeira Infância no Brasil. O Projeto de Lei (PL) foi apresentado à Câmara Legislativa do DF em Dezembro de 2015 e durante o ano de 2016 a SECRIANÇA acompanhou seu trâmite. Após sofrer 03 emendas supressivas, 01 substitutiva e apensamento de outros dois PLs, foram realizadas negociações com os Deputados e Casa Civil para negociar sua viabilidade, no entanto ele ainda está em discussão.

2017

Com o intuito de promover os direitos da primeira infância (crianças de 0 a 6 anos de idade) do DF, a SECRIANÇA deu continuidade ao trabalho de coordenação do Comitê Distrital pela Primeira Infância, conforme Decreto 34.136 de 05/02/2013 e Decreto 36.509 de 22 de maio de 2015. Em 2017 o Comitê realizou suas reuniões ordinárias regularmente, levantou informações sobre a situação da primeira infância no Distrito Federal, acompanhou os trâmites do programa do Governo Federal, o Criança Feliz, realizou a 1º e a 2º Semana do Bebê do DF, além da articulação e acompanhamento do Projeto de Lei do Marco Legal da Primeira Infância do DF apresentado na Câmara Legislativa no final de 2015.

A Semana do Bebê é uma ação incentivada pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância para que os Estados e Municípios deem visibilidade para a primeira infância, propondo, discutindo e avaliando a política pública e a realidade desta população. Em 2017 a semana aconteceu entre os dias 24/06 a 02/07, com **31 atividades que mobilizaram uma média de 6.578 pessoas, com a temática “O desenvolvimento infantil”**. Durante a Semana do Bebê foram realizadas atividades de lazer para a comunidade, contação de histórias, oficina de shantala, pinturas de rosto, oficina de sling, roda de amamentação, formação dos profissionais da rede de educação infantil, saúde, apresentação e debate de Filmes sobre a temática, Lançamento de material didático; Audiências Públicas, Seminário e Oficina sobre Violência.

O Projeto de Lei nº 821/2015 foi construído no âmbito do Comitê em consonância com as discussões nacionais e o processo de elaboração da Lei nº 13.257, marco legal para primeira Infância no Brasil. O Projeto de Lei (PL) foi apresentado à Câmara Legislativa do DF em Dezembro de 2015, durante o ano de 2017 a SECRIANÇA acompanhou seu trâmite. Após sofrer 03 emendas supressivas, 01 substitutiva e apensamento de outros dois PLs foram realizadas negociações com os Deputados e Casa Civil para negociar sua viabilidade, no entanto no dia 28 de julho de 2017 a Câmara Legislativa aprovou a Lei Nº 5.936, que tratava da mesma temática, inviabilizando a proposta apresentada pelo Governo do DF.

2018

A fim de promover os direitos da primeira infância (crianças de 0 a 6 anos de idade) do DF, a SECRIANÇA deu continuidade ao trabalho de coordenação do Comitê Distrital pela Primeira Infância, conforme Decreto nº 34.136 de 05/02/2013 e Decreto 36.509 de 22/05/2015. Coordenado pela Secriança, o Comitê organizou a 3ª Semana do Bebê do Distrito Federal, apoiou na organização

do Seminário do Programa Criança Feliz e vem acompanhando a implementação do Programa no Distrito Federal. Em 2018 realizou a terceira edição da Semana do Bebe, nos dias 13 a 22 de abril, com o tema “O Direito de Brincar!”. Foi novamente organizada pelo Comitê Distrital pela Primeira Infância em parceria com as Secretarias de Estado, Sociedade Civil, Sistema de Justiça e Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, a III Semana do Bebê do DF contou com uma programação de lazer para crianças e famílias, formação profissional, atendimento jurídico e ações em saúde. Foram realizadas 6 atividades específicas que mobilizaram uma média de 2.280 pessoas, além da adesão das 540 equipes de saúde que atenderam 2.023 crianças sob a perspectiva do brincar para o desenvolvimento infantil.

2019

Com o objetivo de promover os direitos da Primeira Infância, a Secretaria de Justiça realizou a IV Semana do Bebê, que aconteceu em 7 Regiões Administrativas do Distrito Federal, no mês de junho. A Semana do Bebê é uma importante estratégia para assegurar a atenção adequada a crianças de até 6 anos de idade, gestantes e mães. O tema escolhido foi: O Direito ao Abraço, entendendo o abraço como um gesto absolutamente fundamental para a constituição do primeiro vínculo a se formar na existência de qualquer ser humano. A Semana contou com uma programação para disseminação de informações sobre o desenvolvimento do bebê, atividades culturais, de lazer para crianças e famílias, de atendimento jurídico e psicossocial, ações em saúde, entre outras atividades. Ainda como forma de promoção dos direitos da Primeira Infância, a SEJUS participa do Comitê Gestor do Programa Criança Feliz Brasiliense, ofertando oficinas de brinquedos criativos com material reciclável, dentre outras contribuições.

35. Desenvolver campanhas, mobilizar a sociedade e fomentar atividades que promovam os direitos de crianças e adolescentes na perspectiva do enfrentamento às violações de direitos (SEJUS);

2016

Conforme planejamento da SECRIANÇA foram realizadas diversas campanhas de mobilização com o objetivo de sensibilizar a sociedade e articular as entidades do Poder Público e da Sociedade Civil sobre o enfrentamento às violações de direitos, tais como o trabalho infantil e o abuso e exploração sexual, dentre outras, e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Trata-se de uma ação contínua, com calendário definido e ampliado anualmente.

Campanha de Proteção à Criança e ao Adolescente no Carnaval, com mobilização dos Conselhos Tutelares e distribuição de material; Campanha de Enfrentamento a Violência Sexual - 18 de maio: Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 37 ações com a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente; Campanha de Mobilização para o Dia 12 Junho - Trabalho Infantil, cerca de 20 ações com a rede de proteção; Mês da Criança, ação de lançamento da campanha ‘Direito de ser criança. Direito de ser feliz.’, festa do dia das crianças e Campanha de Arrecadação de Brinquedos 2016.

2017

Conforme planejamento da SECRIANÇA, foram realizadas campanhas de mobilização com o objetivo de sensibilizar a sociedade e articular as entidades do Poder Público e da Sociedade Civil sobre o enfrentamento às violações de direitos, tais como o trabalho infantil e a violência sexual e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Trata-se de uma ação contínua, com calendário definido e ampliado anualmente. Em 2017 a SECRIANÇA trabalhou com cerca de 80 parceiros para a adesão e divulgação das campanhas nas diferentes regiões administrativas do DF e RIDE com fomento de informações sobre as temáticas, mapeamento das atividades locais, distribuição de materiais gráficos, atividades educativo-culturais, solenidades de abertura das campanhas, seminários e oficinas.

São as campanhas: Campanha de Proteção à Criança e ao Adolescente no Carnaval; Campanha da Ação Coletiva para a Proteção de Crianças e Adolescentes durante as Olimpíadas de 2016 - “Respeitar, Proteger, Garantir - Todos Juntos pelos Direitos das Crianças e Adolescentes”; Campanha de Enfrentamento a Violência Sexual - 18 de maio: Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Campanha de Mobilização para o Dia 12 Junho - Dia Mundial contra o Trabalho Infantil; Semana do Bebê - Mobilização pelos Direitos na Primeira Infância, Mês da Criança – “Direito de Ser Criança, Direito de Ser Feliz” e “Direito de Ser Criança, Direito de Brincar”, e Campanha de Arrecadação de Brinquedos para os Conselhos Tutelares e as crianças vinculadas ao Banco de Alimentos da Central de Abastecimento do DF que reuniu 17.000 brinquedos em 2016 e 23.000 brinquedos em 2017.

2018

Em 2018 foram realizadas campanhas de mobilização com o intuito de sensibilizar a sociedade e articular as entidades do Poder Público e da Sociedade Civil sobre o enfrentamento às violações de direitos, tais como o trabalho infantil, a violência sexual e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Trata-se de uma ação contínua, com calendário definido. As campanhas

realizadas durante o ano de 2018 foram: Campanha de Carnaval 2018, Campanha - 18 de Maio: Dia Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Campanha - 12 de junho: Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, Campanha de Arrecadação de Brinquedos 2018. Entretanto, no referido ano a Campanha de Arrecadação de Brinquedos não pôde ter divulgação ampla à sociedade, em razão de óbice da legislação eleitoral.

2019

Na perspectiva do enfrentamento às violações de direitos de crianças e adolescentes, a SEJUS realizou campanhas de prevenção às violações de direitos, como por exemplo: Campanha de Prevenção à Gravidez na adolescência; Campanha de enfrentamento à violência sexual; Campanha de erradicação do trabalho infantil; e Campanha de identificação infantil e proteção aos direitos de crianças e adolescentes no carnaval. Tivemos também uma campanha de promoção dos direitos, que foi uma campanha de arrecadação de brinquedos para distribuição no mês das crianças às instituições cadastradas nos Conselhos dos Direitos de Crianças e Adolescentes. A SEJUS promoveu ainda, durante o mês de setembro: Campanha "Setembro Amarelo - Vamos dar as mãos?" relacionada ao tema de prevenção ao suicídio de crianças e adolescentes, em que ocorreram 7 eventos entre palestras, rodas de conversa e contação de história, além da inauguração do Jardim da Vida no Parque da Cidade Sarah Kubitscheck, um lugar permanente para reflexão sobre prevenção ao suicídio, ocasião no qual crianças e adolescentes plantaram 32 ipês amarelos, número que corresponde às mortes diárias por suicídio no Brasil.

36. Realizar eventos com o objetivo de difundir o sistema de garantias de direitos das crianças, adolescentes e juventude do Distrito Federal (SEJUS);

2016

- ✓ Semana do Bebe - Apresentação e debate do filme "O Começo da Vida" e Lançamento do Guia Metodológico de Fomento à Participação Infantil nas Políticas Públicas e Audiência Pública: "O Bebe sujeito de direitos no contexto do plano distrital pela primeira infância".
- ✓ 18 de maio - Show pela Vida em parceria com o Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, CDCA/ DF e Fórum nacional PETI,
- ✓ Trabalho Infantil - Seminário Trabalho Infantil - Diálogos Sobre uma Experiência Coletiva em parceria com o CEASA e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.
- ✓ Construção do Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente - foram realizadas 04 Oficinas Abertas com a participação da rede de atendimento, organizações da sociedade civil e adolescentes para discussão e elaboração do Plano.
- ✓ Conferências foram realizadas 04 Conferências Regionais e 01 Conferência Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- ✓ 2º Encontro Nacional de Centros de Atendimento Integrado e Capacitação da Rede - Curso promovido pela SECRIANÇA em parceria com a Childhood Brasil e UNICEF para a capacitação da rede de atendimento a criança e adolescente vítima de violência sexual. Foi realizado nos dias 21 a 24 de março de 2016 com a participação de 260 pessoas.

2017

A Secriança realizou diversos eventos com os parceiros da rede de atenção a criança e ao adolescente no intuito de difundir o sistema de garantia de direitos, tais como:

- ✓ Ação do trem da proteção no Metro DF por ocasião do 18 de maio; 2º e 3º Encontros Nacionais de Centros de Atendimento Integrado e Capacitação da Rede; Festa do dia das crianças; Lançamento da Campanha de Arrecadação de Brinquedos; Atividade de Lançamento da Semana do Bebê, entre outras.
- ✓ Lançamento da Campanha de Proteção no Carnaval na atividade de pré-carnaval do Bloco Suvaquinha da Asa; Seminário Distrital de Enfrentamento a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Lançamento do Programa Criança Candanga, 3 reuniões com o Comitê executivo do Programa, 13 reuniões bilaterais com órgãos e empresas do GDF e 1 reunião com conselhos de direitos e setorias referentes a área da infância. Inauguração do Centro Integrado 18 de Maio, Atividade de lazer para famílias e bebês no parque da Cidade, Audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 821/2015 que trata o Marco Legal da Primeira Infância no DF; Oficina Crescer sem Violência; 04 Rodas de Conversas sobre os Direitos da Criança e do Adolescente na Semana Universitária da UnB; 02 Encontros de fortalecimento de redes na Universidade UNIP; 02 Palestras sobre violência contra mulheres Crianças e adolescentes em escolas e Universidades, Participação nas atividades dos 16 dias de ativismo contra a violência de mulheres e meninas! Seminário sobre a Lei 13.431/2017 e o Atendimento Integrado às Crianças e Adolescentes Vítimas de

Violências; Aniversário do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio; Apresentações da Experiência do Centro Integrado 18 de Maio em 02 cidades do Brasil; Festa do dia das crianças com 03 ações descentralizadas; entre outras.

2018

A Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal realizou diversos eventos com os parceiros da rede de atenção à criança e ao adolescente no intuito de difundir o sistema de garantia de direitos, tais como:

- ✓ III Semana do Bebê
- ✓ 8º Fórum Mundial da Água (Programa Criança Candanga)
- ✓ Carnaval 2018: Bloco de Carnaval Baratinha
- ✓ “Uma Ação Pela Proteção”, em comemoração à campanha do 18 de Maio e 12 de Junho
- ✓ Blitz da Proteção: 18 de Maio, evento para conscientização de enfrentamento à violência Sexual
- ✓ Assinatura, pelo Governador, do Decreto nº 39.087, de 29 de maio de 2018, que institui a Política Inter setorial de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal
- ✓ II Congresso Brasileiro de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes Eventos
- ✓ Seminário da Política Distrital de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e Escuta Especializada.
- ✓ 4ª Reunião do Comitê Executivo do Programa Criança Candanga.

2019

A Secretaria de Justiça e Cidadania, com o objetivo de difundir o sistema de garantias de direitos das crianças e adolescentes, realizou circuito de palestras com temas de prevenção às violações e também de promoção dos direitos, que aconteceu em escolas públicas, dentro do Programa "Sejus mais perto do cidadão". Foi coordenada e organizada também a Conferência Distrital dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

37. Capacitar 100% dos servidores (SEJUS);

2016

A SECRIANÇA tem oferecido muitos cursos, a maioria voltada para o Sistema Socioeducativo, área que conta com o maior número de servidores da Secretaria e de grande importância para as políticas públicas a crianças e adolescentes. Outros cursos foram ofertados pela Escola de Governo – EGOV, a maioria direcionada a atividades administrativas.

2017

A SECRIANÇA ofereceu diversos cursos, seminários e workshops voltados para atividades administrativas e de gestão, bem como para as políticas públicas a crianças e adolescentes, como podemos citar: capacitação de Conselheiros Tutelares, capacitação para a equipe especializada em atendimento às vítimas de violência sexual no Centro de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes e capacitação voltado para o Sistema Socioeducativo.

Além dos organizados pela Pasta, foram oferecidos cursos pela Escola de Governo do DF – EGOV e outras instituições governamentais. Os servidores desta pasta participaram de 60 daqueles ofertados.

2018

Foram capacitados 1.084 servidores (de 2590 servidores o total) na Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do DF, configurando 41,85% dos servidores a serem capacitados.

2019

Com a nova estrutura de cargos da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, criada por meio do Decreto Nº 39.807, de 06 de maio de 2019, a Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas, passou a ser o setor responsável pela promoção de ações voltadas ao Treinamento, Desenvolvimento e Educação dos servidores da Secretaria.

No ano de 2019, 90 % (noventa) dos servidores da SEJUS foram alcançados por ações de capacitação internas e externas promovidas pela SEJUS em parceria com outras instituições – Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV), Escola Virtual de Governo, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), o Sistema Penitenciário do Distrito Federal, a Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), dentre outras.

As temáticas trabalhadas foram voltadas ao Sistema Socioeducativo, Direitos Humanos de crianças e adolescentes, ao Conselho Tutelar, à ética e cidadania, ambientação de novos servidores, Gerenciamento de Crise, Finanças Pessoais, Saúde Emocional no Trabalho, Comunicação Empática baseada na Comunicação Não Violenta, bem como outros temas voltados para a área de atuação da SEJUS.

38. Atender uma média de 9.000 pessoas, a cada ano, em Projetos Sociais (CBMDF);

2016

O programa Bombeiro Mirim é voltado para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos realizando atividades da cultura de prevenção a acidentes domésticos em instruções semelhantes às atividades de bombeiro quanto a prevenção de incêndio, primeiros socorros, salvamento e instrução militar. Acontecem ainda atividades educativas de música, artesanato, artes, cidadania, educação de trânsito e vídeos, bem como atividades esportivas com as modalidades de futebol, futsal, voleibol, basquete, karatê, natação e atletismo. Acontecem ainda atividades recreativas e culturais por meio de visitas, passeios e gincanas e comemorações.

As atividades acontecem em 12 regiões administrativas de segunda a sexta-feira nos turnos matutino e vespertino coordenadas por bombeiros militares e auxiliadas por voluntários.

2017

Os Programas Sociais do CBMDF atenderam, em 2017: 5.773 doadoras de leite humano; 1.600 crianças e adolescentes no Programa Bombeiro Mirim; 81 crianças no programa de Taekwondo; 910 idosos no Programa Bombeiro Amigo; 3 pessoas no Programa Cão Guia; e 3.868 usuários no Programa Caminhando com a Saúde. As ações totalizaram um número de 12.232 pessoas atendidas em 2017, o que corresponde a um aumento de 35,91% da meta projetada para o ano de 2017.

A Assessoria de Programas Sociais manteve todas as unidades de atendimento dos Programas em funcionamento em 2017 e os objetivos previstos para o período foram atingidos de acordo com as metas projetadas.

2018

Os Programas Sociais do CBMDF atenderam, em 2018: 6.090 doadoras de leite humano; 1.827 crianças e adolescentes no Programa Bombeiro Mirim; 63 crianças no programa de Taekwondo; 880 idosos no Programa Bombeiro Amigo; 2 (duas) pessoas no Programa Cão Guia; e 9.002 usuários no Programa Caminhando com a Saúde.

As ações totalizaram um número de 16.984 pessoas atendidas em 2018, o que corresponde a um aumento de 38,84% da meta projetada para o ano de 2018. A Assessoria de Programas Sociais manteve todas as unidades de atendimento dos Programas em funcionamento em 2018 e os objetivos previstos para o período foram atingidos de acordo com as metas projetadas.

A coleta de leite humano realizada pelos militares da Assessoria de Programas Sociais em parceria com a Secretaria de Saúde do DF atingiu a meta desejada. O programa continua com o nº de 24 militares disponíveis para a execução das coletas em domicílio. A meta de coleta de leite humano foi superior ao número previsto para o período.

2019

A soma de pessoas atendidas pelos Programas Sociais no ano de 2019 corresponde a 19.082. Esse número inclui: crianças e adolescentes atendidos no Programa Bombeiro Mirim e Taekwondo, pessoas idosas atendidas no Programa Bombeiro Amigo, doadoras de leite humano e pessoas atendidas no Programa Caminhando com a Saúde. Esse ano não foi entregue nenhum cão adestrado pelo Programa Cão Guia.

39. Coletar uma média de 13.586 litros de leite materno a cada ano (CBMDF);**2016**

Essa meta reflete os mesmos interesses da meta 10.

2017

A coleta de leite humano realizada pelos militares da Assessoria de Programas Sociais em parceria com a Secretaria de Saúde do DF atingiu a meta desejada. O programa continua com o nº de 24 militares disponíveis para a execução das coletas em domicílio. A meta de coleta de leite humano foi superior ao número esperado para o período.

2018

A coleta de leite humano realizada pelos militares da Assessoria de Programas Sociais em parceria com a Secretaria de Saúde do DF atingiu a meta desejada. O programa continua com o mesmo quantitativo de militares (24) disponíveis para a execução das coletas em domicílio.

2019

O serviço de coleta de leite humano continua sendo realizado pelos militares do CBMDF, em parceria com a Secretaria de Saúde. O Programa de Aleitamento Materno permanece com o quantitativo de 24 militares que fazem parte da Assessoria de Programas Sociais (GABCG/APROS). No ano de 2019 a coleta atingiu mais que a meta estimada.

40. Capacitar uma média de 175 profissionais da rede de proteção e promoção social, acerca do tema violência sexual contra crianças e adolescentes, a cada ano (SEJUS);**2016**

Para a realização dessa meta foram realizadas três atividades de capacitação em parceria com a rede de atendimento a criança e o adolescente.

No primeiro Semestre de 2016, no contexto do processo de implantação do Centro de Atendimento Integrado 18 de maio, foi realizado em parceria com a Childhood/Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, o *II Encontro Nacional dos Centros de Atendimento Integrado e Capacitação da Rede* com o objetivo de capacitar os profissionais da rede de proteção para atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O evento teve três dias de duração e contou com 190 participantes.

No segundo semestre de 2016 foi realizada a 4ª edição do Curso de Formação Continuada em Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes para os profissionais da rede de promoção e proteção, em parceria com Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE, com carga horária de 60 horas.

O curso formou 103 profissionais e trabalhou os conceitos teóricos sobre abuso e exploração sexual; a compreensão do funcionamento da rede de proteção de crianças e adolescentes no DF envolvendo as violações de direito; o conhecimento das principais características das crianças e/ou adolescentes vítimas de violência sexual e estabelecimento no âmbito da comunidade escolar, assistência social, justiça e Conselhos Tutelares de estratégias de enfrentamento à violência sexual de forma preventiva com o apoio da rede de proteção local.

Também no segundo semestre aconteceu a Oficina Crescer sem Violência como fruto da parceria entre a Secretaria da Criança, o Canal Futura e o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, tendo como objetivo o fortalecimento da rede de proteção local na defesa dos direitos da criança e do adolescente para atuar na prevenção e no enfrentamento às violências sexuais, por meio do uso pedagógico do kit educativo Crescer sem Violência. A oficina atendeu 21 participantes. Foram contemplados no total de 314 profissionais.

2017

Com o intuito de capacitar a rede sobre esta temática, a Secriança realiza desde 2012 o Curso de Formação Continuada em Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE possibilitando aos servidores, conselheiros tutelares, professores e demais membros da rede de atenção à crianças e ao adolescente, o alinhamento teórico e prático sobre a sua atuação no enfrentamento a violência sexual contra essa população, assim como o entendimento dos conceitos básicos dos direitos humanos de crianças, adolescente e juventude e a perspectiva de enfrentamento àquela violação de direitos na abordagem de redes. Em 2017 o curso aconteceu em sua 5ª edição, tendo carga-horária total de 60 horas. Em 2017 foram dois turnos, 118 inscritas e 55 que o finalizaram.

Em 2017 foi realizado o I Seminário sobre a Lei 13.431/2017 e o Atendimento Integrado às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violências e III Encontro Nacional dos Centros de Atendimento Integrado e contou com a participação de 329 pessoas. Essas atividades foram um momento de aprimoramento das metodologias de trabalho para o atendimento integrado às crianças e

adolescentes vítimas de violências, e no advocacy da plataforma dos Centros Integrados para os novos gestores das capitais dos estados brasileiros, que iniciaram mandatos a partir de janeiro deste ano. Foi uma importante atividade para a capacitação, articulação e aproximação da rede do DF (Conselhos Tutelares, Polícia civil, sistema de justiça, servidores da saúde, etc) e Estados, além dos servidores do Centro Integrado 18 de maio.

Em 2017 houve também uma Formação dos Conselheiros Tutelares sobre a Lei 13.431/2017 e os Fluxos do Centro Integrado 18 de Maio. A formação foi criada com o intuito de formar os conselheiros para a atuação frente à nova legislação que trata da proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência, alinhando o trabalho e a parceria do Centro com os Conselhos. A formação aconteceu em dois dias e contou com 70 conselheiros.

2018

Neste ano ocorreram duas edições do curso de natureza presencial com carga horária de 60 horas. No primeiro semestre as aulas iniciaram no dia 16 de março e foram até 18 de junho de 2018, todas às segundas-feiras na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação - EAPE. As aulas foram ministradas por profissionais especialistas em diferentes temáticas convergentes ao curso. Como resultado ocorreu a formação de 57 profissionais de diferentes áreas. No segundo semestre as aulas iniciaram no dia 27 de Agosto de 2018 e a EAPE disponibilizou 60 vagas, formando 35 profissionais de diferentes áreas.

Ocorreu também o Seminário da Política Distrital de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e Escuta Especializada. Este evento foi de grande importância e teve o intuito de divulgar a Política Distrital de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e a metodologia de Escuta Especializada no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, bem como construir o Plano Distrital de Enfrentamento a Violência Sexual a ser encaminhado pelo comitê ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal.

2019

O Centro Integrado 18 de maio realizou capacitação com o tema violência sexual contra crianças e adolescentes para 1800 profissionais da rede de proteção, entre Coordenações Regionais de Ensino, Polícia Militar, Secretaria de Saúde, Instituto Federal de Brasília e gestores das escolas do Distrito Federal. Essas capacitações tratam sobre o fluxo de atendimento do Centro Integrado e ajuda a divulgar a Política Distrital de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e a metodologia de Escuta Especializada no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

41. Atender uma média de 85 crianças e adolescentes a cada ano no Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes vítimas de violência sexual (SEJUS).

2016

O Centro de atendimento integrado de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, denominado Centro de Atendimento integral 18 de Maio, foi inaugurado pelo Governador do Distrito Federal em outubro de 2016. A partir de sua inauguração, em novembro, os servidores iniciaram um processo de capacitação, realizado em parceria com a Childhood Brasil e o TJDFT, na escuta especializada de crianças e adolescentes. Como o atendimento do Centro requer uma especialização em seu atendimento a gestão optou pela formação inicial de seu corpo de servidores para depois iniciar o atendimento a comunidade. Neste sentido, os últimos dois meses do ano de 2016 foram concentrados na capacitação dos servidores e no mapeamento e articulação da rede de atendimento para que em janeiro de 2017 o Centro iniciasse os atendimentos.

2017

O Centro tem como objetivo atender crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias, de uma forma integrada e especializada, evitando a revitimização. Nesse sentido a equipe realiza diversos procedimentos: escuta especializada, estudo psicossocial, acompanhamento das famílias ao hospital, acompanhamento das famílias ao IML, elaboração de relatório psicossocial e encaminhamentos para a rede de proteção. No ano de 2017 o Centro atendeu 257 crianças e adolescentes e suas respectivas famílias e realizou 1.354 procedimentos.

Outra vertente de trabalho do Centro é a aproximação da rede de atendimento e do Sistema de Garantia de Direitos e o nivelamento conceitual da rede de atendimento de forma que os casos tenham mais celeridade no atendimento. Nesse sentido foram realizados 11 estudos de casos, 121 reuniões com a rede de proteção, 22 supervisões ministradas pelo TJDFT, 44 conferências, seminários ou encontros, 7 cursos/palestras, 8 visitações de outros estados/países no Centro, duas reuniões entre os demais Centros do País e 2 viagens para a disseminação do Centro.

2018

Em 2018, o Centro realizou o atendimento de 289 crianças e adolescentes e de suas famílias, com o objetivo de realizar as primeiras ações de proteção, bem como de articular junto à rede proteção as ações necessárias para continuidade do acompanhamento desses usuários. Além disso, foram realizadas 25 reuniões de equipe com a participação dos servidores lotados no Centro.

Em relação à articulação junto à rede de atendimento e proteção do Distrito Federal, foram realizadas 58 reuniões com equipes diversas (Polícia Militar, equipes de apoio pedagógico da Secretaria de Educação do DF, equipe de saúde mental da Secretaria de Saúde do DF, equipe de atendimento do NAI/SECRIANÇA, Coordenadores dos Conselhos Tutelares do DF, entre outras) com vistas à aproximação dos serviços, pontuação e fortalecimento de fluxos de atendimento e encaminhamento, além da construção de metodologias de atendimento e de escuta especializada.

2019

Em 2019, o Centro Integrado 18 de maio atendeu 300 crianças e adolescentes, além de suas famílias, realizando o acolhimento, o procedimento de escuta especializada, o psicossocial com o responsável e o adolescente. Para cada criança ou adolescente atendido é elaborado um relatório multiprofissional a fim de dar os devidos encaminhamentos para cada caso

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	2019 Alcançado	Fonte Informação
1763	TAXADE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA PREVISTA NA LEI MARIA DA PENHA (Itens incluídos, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE	879,1	31/12/2016	-	-	-	-	861,50	-	844,3	1.252,2	SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO / SSP / UO 24101 / OE 5
1764	ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL GERAL (Itens incluídos, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE	5,61	30/10/2017	-	-	-	-	6,20	-	5,93	-	SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO / SSP / UO 24101 / OE 5
1765	ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL FEMININO (Itens incluídos, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE	7,09	30/10/2017	-	-	-	-	6,57	-	6,33	-	SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO / SSP / UO 24101 / OE 5
1766	ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL JUVENIL (Itens incluídos, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE	6,24	30/10/2017	-	-	-	-	6,41	-	6,18	-	SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO / SSP / UO 24101 / OE 5
1767	TAXA DE FEMINICÍDIO / 100.000 HABITANTES (Itens incluídos, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	TAXA/ 100.000	1,25	24/08/2018	-	-	-	-	1,1	1,93	1,0	-	SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO / SSP / UO 24101 / OE 5

Justificativas 2016

Indicador 1602 - Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal). Jovem: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil.

Indicador 1603 - Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) - Reincidência de Egressos: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social.

Indicador 1604 - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores.

Indicador 1605 - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores.

Indicador 1606 - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores.

Indicador 1608 - Taxa de satisfação ao atendimento às vítimas de violência sexual no Centro de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes, não alcançado por não se aplicar às diretrizes de gestão, tendo em vista que as crianças e os adolescentes atendidos no Centro encontram-se em uma situação extremamente delicada, tendo como causa de estarem sob atendimento, uma violência sexual, e suas famílias encontram-se em processo de reorganização, frente à revelação da violência.

Justificativas 2017

Indicador 1602 - 2017 - Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) jovens: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais está Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil.

Indicador 1603 - 2017 - Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) - Reincidência de Egressos: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais está Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes indicadores para o PPA 2016 -2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social.

Indicador 1604 - Não é possível calcular o índice alcançado, pois é um dado de apuração e responsabilidade da SSP/DF, cuja principal dificuldade é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existindo ainda, a cultura de não registrar a ocorrência

Indicador 1605 - Não é possível calcular o índice alcançado, pois é um dado de apuração e responsabilidade da SSP/DF, cuja principal dificuldade é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existindo ainda, a cultura de não registrar a ocorrência

Indicador 1606 - Não é possível calcular o índice alcançado, pois é um dado de apuração e responsabilidade da SSP/DF, contudo foram realizados 22.372 atendimentos a mulheres vítimas de violência de gênero em 2017 nas seguintes unidades: Casa da Mulher Brasileira, Casa Abrigo, Unidades Móveis, Centros Especializados de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento às Mulheres e aos Autores de Violência Doméstica.

Indicador 1608 - Não alcançado por não se aplicar às diretrizes de gestão, tendo em vista que as crianças e os adolescentes atendidos no Centro encontram-se em uma situação extremamente delicada, tendo como causa de estarem sob atendimento, uma violência sexual, e suas famílias encontram-se em processo de reorganização, frente à revelação da violência. Assim, questionar acerca do nível de satisfação após o atendimento não nos é possível como em outros serviços.

Justificativas 2018

Indicador 1763 - Índice não informado pela Unidade.

Indicador 1764 - Índice não informado pela Unidade.

Indicador 1765 - Índice não informado pela Unidade.

Indicador 1766 - Índice não informado pela Unidade.

Indicador 1767 - Segundo a SSP foram registrados 29 casos de feminicídio em 2018. Para calcular o Índice Alcançado, foi utilizado a fórmula: $\text{Número de Feminicídio} \times 100.000 / \text{População Feminina estimada no DF}$.

Justificativas 2019

Indicador 1763 - A meta ajustada para o ano de 2019 era de 983, 1 por grupo de 100 mil mulheres. A violência contra a mulher é um problema social e de saúde pública que atinge todas as etnias, religiões, escolaridade e classes sociais. É necessário conscientizar as pessoas de que a denúncia ajudará, e muito, a evitar futuras ocorrências; sem ela, a violência doméstica acaba se tornando feminicídio, que é um crime de difícil prevenção e fácil elucidação.

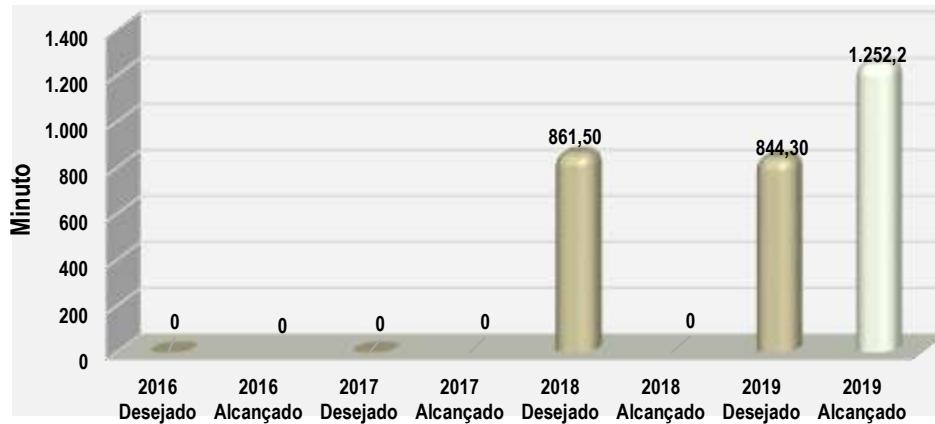
Indicador 1764 - O indicador foi reavaliado e optou-se por sua descontinuação, devido a envolver fatores que extrapolaram a alçada da SSP/DF e pela existência de indicadores outros que atendem melhor a demanda de trabalho das forças de segurança.

Indicador 1765 - O indicador foi reavaliado e optou-se por sua descontinuação, devido a envolver fatores que extrapolaram a alçada da SSP/DF e pela existência de indicadores outros que atendem melhor a demanda de trabalho das forças de segurança.

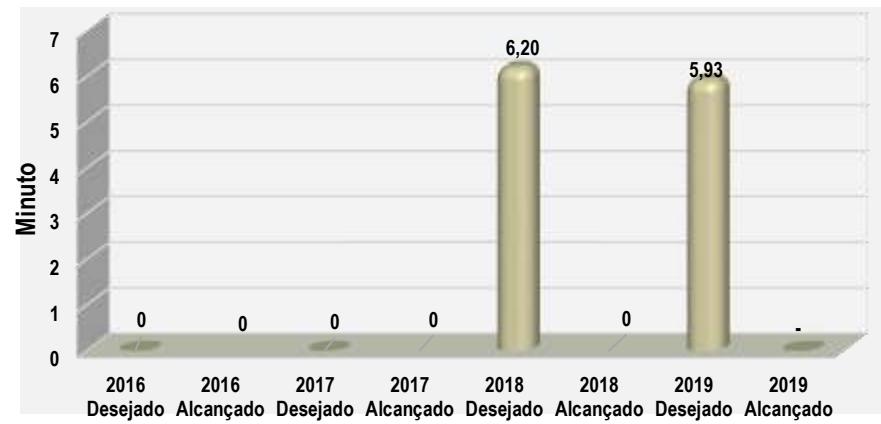
Indicador 1766 - O indicador foi reavaliado e optou-se por sua descontinuação, devido a envolver fatores que extrapolaram a alçada da SSP/DF e pela existência de indicadores outros que atendem melhor a demanda de trabalho das forças de segurança.

Indicador 1767 -

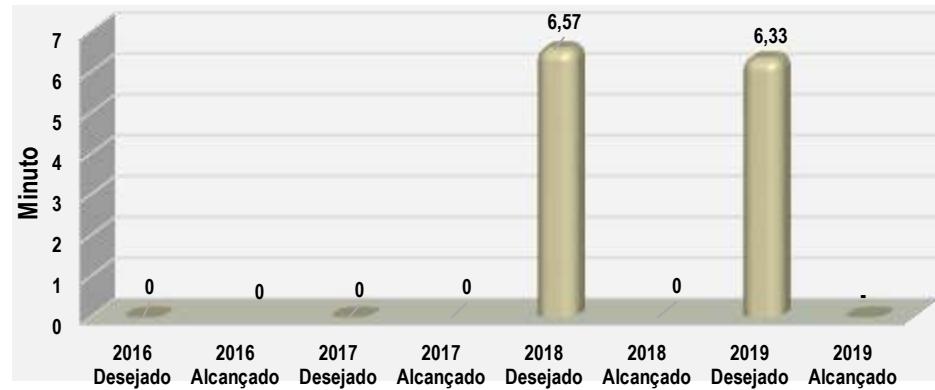
TAXA DE MULHERES VÍTIMAS DOMÉSTICAS PREVISTAS NA LEI MARIA DA PENHA



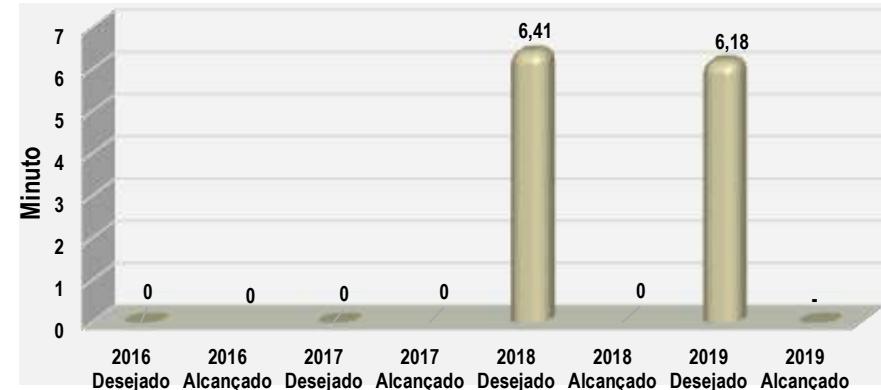
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL GERAL



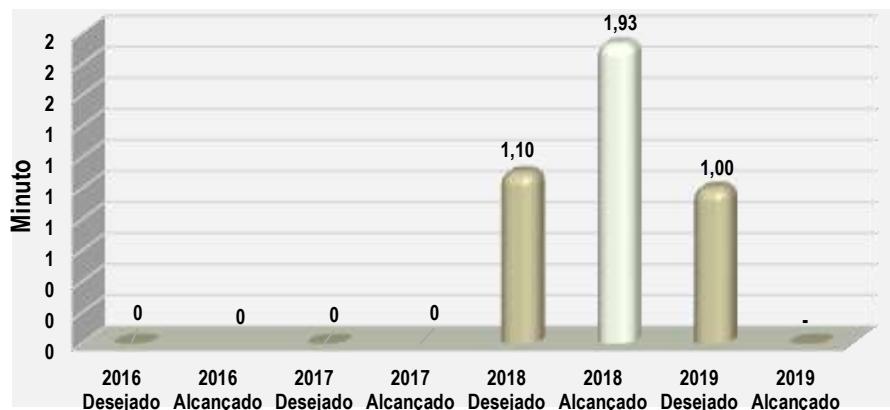
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL FEMININO



ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL JUVENIL



TAXA DE FEMINÍCIOS/ 100.000 HABITANTES



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIPÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	5	1	Criação do Conselho Distrital de Segurança Pública do DF; (SSP)	24101	100	<p>2016 Publicação do DECRETO Nº 37.554, DE 17 DE AGOSTO DE 2016. Altera o Decreto nº 36.909, de 25 de novembro de 2015, que cria o Conselho Distrital de Segurança Pública – CONDISP e Publicação da PORTARIA Nº 101, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016. Torna pública a composição do Conselho Distrital de Segurança Pública do Distrito Federal - CONDISP para o biênio 2016-2018.</p> <p>2017 A implementação da ação aconteceu no ano de 2016.</p> <p>2018 A implementação da ação aconteceu no ano de 2016.</p> <p>2019 Em 20 de dezembro de 2019 foi publicada no DODF Nº 242 - Suplemento a LEI Nº 6.430 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019. (Autoria do Projeto: Poder Executivo) que criou o Conselho Distrital de Segurança Pública – Condisp, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública do Distrito Federal - Susp, o Conselho Distrital de Segurança Pública - Condisp, nos termos da Lei federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018. O Condisp, como instância colegiada do Sistema Único de Segurança Pública, é órgão permanente, com competência consultiva, propositiva e de acompanhamento social das atividades de segurança pública, respeitadas as instâncias decisórias e as normas de organização da administração pública.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRÍÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	5	2	Revisão do Portfolio de Projetos Temáticos para a Cultura de Paz; (SSP)	24101	100	<p>2016 - A Carteira de Projetos Temáticos foi atualizada por meio da Matriz de Priorização de Projetos.</p> <p>2017 - A Carteira de Projetos Temáticos foi atualizada por meio da Matriz de Priorização de Projetos.</p> <p>2018 - A Carteira de Projetos Temáticos é anualmente atualizada por meio da Matriz de Priorização de Projetos.</p> <p>2019 - A Carteira de Projetos Temáticos é anualmente atualizada por meio da Matriz de Priorização de Projetos.</p>
6217	5	3	Funcionamento da Câmara Técnica de Combate à Violência contra a Mulher; (SSP)	24101	100	<p>2016 - Ação não orçamentária não implementada.</p> <p>2017 - Ação orçamentária não implementada.</p> <p>2018 - Ação implementada. A SSPDF criou a Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios – CTMHF por meio da Portaria Nº 176, de 13 de setembro de 2018 (DODF Nº 179, de 19 de setembro de 2018).</p> <p>2019 - Ação implementada no ano de 2018.</p>
6217	5	4	Funcionamento da Câmara Técnica de Atenção a Pessoas em Situação de Rua; (SSP)	24101	100	<p>2016 - Câmara Técnica Segurança: Pessoas em Situação de Rua e de Drogas, vinculada ao Comitê Executivo de Cultura de Paz com foco na segurança comunitária, conforme Portaria nº 06 de 18 de março de 2016, publicada no DODF nº 54, de 21 de março de 2016.</p> <p>2017 - Ação implementada em 2016.</p> <p>2018 - Ação implementada no ano de 2016.</p> <p>2019 - Ação implementada no ano de 2016.</p>
6217	5	5	Estabelecer articulação com a rede de serviços especializados e não especializados nas regiões onde os CEAMs serão implantados; (SEDESTMIDH)	25101	30	<p>2016 Ações e atividades realizadas em 2016: ✓ Roda de conversas com o IFB em Planaltina, com 20 professores participantes. ✓ Palestra no CECOSAL – Centro Comunitário São Lucas, com 30 pessoas.]</p> <p>2017 Em 2017 os servidores dos CEAMs, NAFAVDs, Casa Abrigo e Unidades Móveis participaram ativamente das reuniões mensais e das ações promovidas pelas redes locais, compostas por serviços como os CREAS, CRAS, o Pró-Vítima da SEJUS; os PAVs da SES-DF; a DEAM da PCDF; o PROVID da PMDF; o Núcleo de Defesa da Mulher da DPDF; o Centro Judiciário da Mulher do TJDF; o Núcleo de Gênero Pró- Mulher do MPDFT; e pela sociedade civil, como forma de aprimoramento do trabalho e atendimento global das demandas, visto o benefício do trabalho em rede, especialmente no atendimento às mulheres em situação de violência Doméstica.</p> <p>2018 Em 2018, assim como em 2017, os servidores dos CEAMs, NAFAVDs, Casa Abrigo e Unidades Móveis participaram ativamente das reuniões mensais e das ações promovidas pelas redes locais, compostas por serviços como os CREAS, CRAS, o Pró-Vítima da SEJUS; os PAVs da SES-DF; a DEAM da PCDF; o PROVID da PMDF; o Núcleo de Defesa da Mulher da DPDF; o Centro Judiciário da Mulher do TJDF; o Núcleo de Gênero Pró- Mulher do MPDFT; e pela sociedade civil, como forma de aprimoramento do trabalho e atendimento global das demandas, visto o benefício do trabalho em rede, especialmente no atendimento às mulheres em situação de violência Doméstica</p> <p>2019 Em 2019, assim como em 2018, os servidores dos CEAMs, NAFAVDs, Casa Abrigo e Unidades Móveis participaram ativamente das reuniões das ações promovidas pelas redes locais, compostas por serviços como os CREAS, CRAS, o Pró-Vítima da SEJUS; os PAVs da SES-DF; a DEAM da PCDF; o PROVID da PMDF; o Núcleo de Defesa da Mulher da DPDF; o Centro Judiciário da Mulher do TJDF; o Núcleo de Gênero Pró- Mulher do MPDFT; e pela sociedade civil, como forma de aprimoramento do trabalho e atendimento global das demandas, visto o benefício do trabalho em rede, especialmente no atendimento às mulheres em situação de violência Doméstica</p>
6217	5	6	Sensibilizar e qualificar para a temática do racismo, sob a perspectiva de direitos humanos, 800 profissionais da Secretaria de Estado de Segurança	25101	X	<p>2016 Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRÍÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			Pública e Paz Social; (SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)			
6217	5	7	Confeccionar protocolo de atendimento para o Disque Racismo e para Delegacias que recebam denúncias de racismo; (SEDESTMIDH)	25101	25	<p>2016 No ano de 2016, foi elaborada minuta de instrução normativa que regulamenta o fluxo da coleta das manifestações oriundas do Disque Racismo e o Protocolo de Atendimento a ser utilizados pelos atendentes do Disque Racismo. A minuta foi elaborada com a participação da representante da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes, por Discriminação Racial, Religiosa, ou por Orientação Sexual, ou Contra a Pessoa Idosa ou Com Deficiência (DECRIN). Neste sentido, tal protocolo poderá servir de indicativo às outras Delegacias e deverá ser objeto de diálogo com representante da SSP.</p> <p>2017 Publicação da Instrução Normativa nº 02, a qual institui o fluxo de demandas do Disque Racismo e o protocolo de atendimento para melhoria na prestação de serviços ao cidadão, no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº158, 17 de agosto de 2017, pág. 10.</p> <p>2018 A estrutura, na qual contém as unidades administrativas de que trata a solicitação, foi remanejada para a SEJUS, entre elas o acervo <i>documental e processual</i>, conforme dispõe o Parágrafo Único do artigo 53, do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº00400-00012624/2019-11.</p> <p>2019 Tendo em vista a otimização dos serviços de recepção de denúncias sobre discriminações, o Governo do Distrito Federal propôs a ampliação do Disque Direitos Humanos, 156, concentrando todos os serviços em uma plataforma única.</p>
6217	5	8	Elaborar material didático sobre racismo; (SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	X	<p>2016 - Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.</p>
6217	5	9	Fazer registro audiovisual do processo de formação em direitos humanos de 400 mulheres negras (projeto "mulheres negras"); (SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	X	<p>2016 O recurso da carta de consulta BID foi inviabilizado por não se tratar de prioridade no PAF DF.</p>
6217	5	10	Estabelecer parceria para a reformulação dos cursos formativos para as Polícias Militar e Civil com a inserção da temática racial e da importância de se trabalhar o racismo institucional nas práticas policiais; (SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	X	<p>2016 Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.</p>
6217	5	11	Sensibilizar policiais sobre direitos humanos e racismo, incluindo realização de atividades culturais que envolvam musicalidade, dramaturgia,	25101	X	<p>2016 Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRÍÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			práticas desportivas, artes gráficas e dança para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidades sociais (projeto "sou da sua rua"); (SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)			
6217	5	12	Promover rodas de conversa com a juventude e policiais voluntários do projeto de combate ao racismo para formação política conjunta e implementação de políticas de promoção de igualdade racial;(SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	X	<p>2016 Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.</p>
6217	5	13	Articulação intersetorial; (SEJUS)	44101	100	<p>2016 A promoção de políticas para crianças e adolescentes tem como uma das suas atribuições principais a articulação e o fomento para a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Neste sentido em 2016 a SECRIANÇA iniciou o processo de construção do Programa Criança Candanga, que visa articular e fomentar a Política da Criança e do Adolescente no governo, e na sociedade, com destaque para as áreas: Direitos Humanos; Saúde; Assistência Social; Educação; Cultura, Esporte e Lazer; Segurança e Paz Social e Meio Ambiente. O programa foi construído com as seguintes pastas responsáveis pelas áreas acima, bem como com a governadoria e a colaboradora do Governo de Brasília Marcia Rollemburg. O programa foi lançado em abril de 2017.</p> <p>2017 A SECRIANÇA vem trabalhando com a articulação intersetorial em todas as suas ações. Nesse sentido compõe comitês, GTs e conselhos, realiza campanhas de forma integrada as Secretarias, ONGs e demais parceiros, implementou o Centro Integrado 18 de Maio e lançou o Programa Criança Candanga em conjunto com a Governadoria.</p> <p>2018 A Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude fortaleceu a articulação setorial com as demais Secretarias de Estado do DF, organizações civis e famílias para a implementação e desenvolvimento das políticas públicas para crianças e adolescentes. Foram realizadas diversas reuniões com as autoridades das diversas pastas do Governo ligadas ao tema da infância, por meio das reuniões dos Comitês previstos através do Programa Criança Candanga.</p> <p>2019 O Programa DF Criança, de caráter intersetorial, vem desenvolvendo e implementando políticas públicas com a finalidade de ampliar o acesso, a promoção e a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes do Distrito Federal. Tem-se como foco o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, considerando a sua família e seu contexto social e de vida, além do combate a toda forma de violência e abandono. Nesse sentido, até outubro de 2019, foram realizadas várias ações com as temáticas de autismo infantil, atenção à saúde mental, prevenção ao suicídio, automutilação e bullying de crianças e adolescentes, cuja viabilidade foi alcançada mediante a parceria com órgãos do Governo do Distrito Federal e com a sociedade civil. Outras ações e projetos encontram-se em andamento e em fase de planejamento para os próximos anos como, por exemplo, o Projeto Cidadão Mirim, que objetiva reduzir a violência no ambiente escolar, o uso de entorpecentes e a prática de atos infracionais por intermédio do incentivo ao protagonismo social e do reconhecimento dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRÍÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	5	14	Monitoramento e avaliação das políticas públicas para crianças, adolescentes e juventude; (SEJUS)	44101	100	<p>2016 Para a criação do programa criança candanga, bem como para o comitê da primeira infância. Foi realizado um primeiro levantamento dos programas, ações e projetos de diversas secretarias. Importante ressaltar que a sistematização dessas ações não é fácil e com a implementação do Programa Criança Candanga essas informações serão coletados por um sistema de monitoramento.</p> <p>2017 - Este trabalho vem sendo realizado no âmbito do Programa Criança Candanga e está em andamento.</p> <p>2018 A Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude fortaleceu a articulação setorial com as demais Secretarias de Estado do DF, organizações civis e famílias para a implementação e desenvolvimento das políticas públicas para crianças e adolescentes. Foram realizadas diversas reuniões com as autoridades das diversas pastas do Governo ligadas ao tema da infância, por meio das reuniões dos Comitês previstos através do Programa Criança Candanga.</p> <p>SECRÍ O monitoramento e avaliação do Programa Criança Candanga foi publicado através do Caderno Criança Candanga em parceria da SECRÍANÇA com a SEPLAG e CODEPLAN, com os indicadores de todas as ações realizadas no GDF pelas diversas Secretarias de Estado.</p> <p>2019 O monitoramento e a avaliação das políticas públicas para crianças e adolescentes vem sendo realizado no âmbito do Programa DF Criança e ocorre mediante as entregas do programa, da comparação entre os resultados esperados daqueles efetivamente obtidos e dos indicadores do Caderno Criança Candanga.</p>
6217	5	15	Proposição de audiências públicas e participação em eventos regionais, nacionais e internacionais sobre direitos humanos de crianças e adolescentes; (SEJUS)	44101	100	<p>2016 Em 2016 a SECRÍANÇA participou ativamente da construção metodológica e da realização das 4º Conferências Regionais, com a participação de 295 adultos, 88 jovens e 279 adolescentes, totalizando 662 pessoas, bem como da Conferência Distrital aconteceu nos dias 11 e 12/03/16. Realizou o 2º encontro nacional dos Centros de Defesa em março de 2016 com parceria da Childhood Brasil e Unicef; Participou como delegada da conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes entre outras ações. Participou de quatro audiências públicas na câmara distrital. Participação em eventos relacionados à criança e aos adolescentes na Câmara Federal. Participação na Construção no protocolo de atendimento a vítimas de violência sexual promovido pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos.</p> <p>2017 Realizou 02 audiências públicas durante a Semana do Bebê, 02 seminários nacionais e 01 do DF na temática do enfrentamento a violência sexual, Lançamento do Programa Criança Candanga, 04 Conferências regionais e 01 Conferência Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, 01 Seminário do DF sobre trabalho infantil, 02 Apresentações da Experiência do Centro 18 de Maio no Brasil; Participação em 02 Seminários Nacionais sobre enfrentamento a violência sexual e nas atividades nacionais de comemoração ao dia mundial de enfrentamento ao trabalho infantil, 02 Seminários nacionais sobre a primeira infância, participação em diversas audiências públicas sobre enfrentamento a violência sexual na CLDF e nas RAs do DF, dentre outras.</p> <p>2018 Foi realizada Audiência Pública na CLDF sobre as políticas de enfrentamento ao Trabalho Infantil.</p> <p>2019 Em 2019 a SEJUS promoveu, participou e apoiou os seguintes seminários, audiências públicas e conferências. SEMINÁRIOS: Março 27/2019 - "Justiça e Primeira Infância: O futuro começa hoje"; Maio 02/2019 - " Da Infância e da Juventude", em parceria com a Defensoria Pública; Maio 28/2019 - Seminário Nacional "O Sistema de Garantia de Direitos na efetivação da Proteção à Crianças e Adolescentes em situação de violência sexual e os desafios da implementação da Lei 13.431/2017 (Lei da Escuta); Maio 30/2019 - "Seminário de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes". Promotoria de Justiça do Distrito Federal. Outubro 15/2019 - "Transversalidade das Políticas Públicas para Proteção e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente". Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. MDH; Outubro 21/2019 - " Seminário de 1ª Infância do Programa "Criança Feliz Brasiliense". Organização Pan Americana de Saúde. (OPAS/OMS); Novembro 6 e 7/2019 - "Debate - Janelas de Oportunidades da Primeira</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRÍÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>Infância". Câmara dos Deputados Federal; Novembro 12 e 13/2019 - "VII Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância Câmara dos Deputados Federal; Dezembro 17/2019 - " 30 Anos do ECA – Aplicação, avanços e as dificuldades existentes nos 30 anos de ECA." Câmara Legislativa Federal. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: Maio 20/2019 -"Enfrentamento a Violência Sexual"; Maio 23/2019 - "Saúde Mental"; Maio 24/2019 - " Situação emergencial da UNAC III"; Maio 27/2019 - " Agenda Nacional – " Enfrentamento à Violência Sexual, contra Crianças e Adolescentes"; Maio 12/08 - " Debate sobre a falta de vagas em creches na Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante"; Setembro 5/2019 - " Debate sobre Intersetoriedade das Políticas Públicas voltadas para primeira Infância". Câmara Federal; Novembro 1º/2019 – " Debater o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - FDCA/DF; Novembro 18/2019 - " Debate sobre Parir e Nascer se Violência". Sobre humanização do parto e o enfretamento das formas de violência no pré natal e pós parto. Câmara legislativa do Distrito Federal; Novembro 25/2019 - " Debate sobre a ampliação e a reestruturação dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal. Câmara Legislativa do Distrito Federal; Dezembro 05/2019 - "Debater demandas e desafios dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal, para efetivo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescentes". Câmara dos Deputados Federal; Dezembro 10/2019 – " Debater os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Câmara dos Deputados Federal. CONFERÊNCIAS: Agosto 16/2019 - Conferência livre do sistema Socioeducativo do DF: " As Políticas de Infância e Adolescência que queremos". Auditório da Câmara Legislativa; Agosto 23 e 24/2019 - Conferência Distrital do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - CDCA/DF.</p>
6217	5	16	Aprovar Projeto de Lei que dispõe sobre a política distrital da primeira infância. (SEJUS)	44101	0	<p>2016 Após a apresentação do Projeto de Lei nº 821/2015 na Câmara Legislativa do DF, foram feitas 03 emendas supressivas (Nºs01, 02 e 03); 01 emenda substitutiva; além de apensarem ao PL os projetos de Lei nº 295/2015 e nº 267/2015. Desde o início do ano foram realizados contatos telefônicos e 05 reuniões com a assessoria da Secretaria Adjunta de Assuntos Legislativos da Casa Civil, reuniões com deputados, solicitando seus apoios. O trabalho foi finalizado com a criação do Substitutivo nº 01 que não corresponde a todos os anseios da Secretaria e do Comitê, mas foi o documento possível para o contexto vivenciado na Câmara Legislativa do DF. No entanto até o final do ano passado o PL não tinha sido colocado para a aprovação.</p> <p>2017 O Projeto de Lei (PL) foi apresentado à Câmara Legislativa do DF em Dezembro de 2015 e durante o ano de 2016 e 2017 a SECRIANÇA acompanhou seu trâmite. Após sofrer 03 emendas supressivas, 01 substitutiva e apensamento de outros dois PLs, foram realizadas negociações com os Deputados e Casa Civil para negociar sua viabilidade, no entanto no dia 28 de julho de 2017 a Câmara Legislativa aprovou a Lei Nº 5.936, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que tratava da mesma temática, inviabilizando a proposta apresentada pelo Governo do DF.</p> <p>2018 O projeto de Lei foi inviabilizado em razão da publicação da Lei nº 5.936 que possuía a mesma temática, contudo a Política Distrital pela Primeira Infância continuou no âmbito da Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude para ser tratado no Comitê Distrital pela Primeira Infância. Coordenado pela SECRIANÇA, durante o ano de 2018, o Comitê organizou a 3ª Semana do Bebê do Distrito Federal, apoiou na organização do Seminário do Programa Criança Feliz e vem acompanhando a implementação do Programa no Distrito Federal.</p> <p>2019 A Secretaria de Justiça e Cidadania é responsável pela pauta da Primeira Infância no Distrito Federal e faz parte do Comitê Gestor do Programa Criança Feliz Brasiliense que foi implementado em 2019 no DF.</p>

Análise dos Resultados do Objetivo Específico

2016/2019

SSP

Objetivo Específico “Cultura de Paz”: enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater ao racismo, sexism, homofobia, lesbofobia, transfobia, tráfico de pessoas, trabalho infantil, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade. “Fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas”, caracteriza-se por expressar os elementos de ordem tática que devem nortear a coordenação de governo e a implementação eficaz da política pública de segurança e paz social. Também evidencia que a realidade posta é de violência de gênero, violência racial e violência contra segmentos sociais historicamente discriminados na sociedade. O foco na prevenção e na aproximação com esses segmentos historicamente discriminados e mais fortemente atingidos pela violência produzirá um efeito de cultura de paz em toda a sociedade. Em outras palavras, o escopo do objetivo cultura de paz é prevenir a violência com foco nos grupos mais fortemente atingidos por ela.

Todas as ações são voltadas para disseminar valores da tolerância e coexistência humana sem preconceitos no âmbito no Sistema de Segurança Pública e Paz Social e, assim, na sociedade do Distrito Federal. Para tanto, propõe-se qualificar e estreitar as relações institucionais entre agentes do Sistema de Segurança Pública e Paz Social e as comunidades historicamente discriminadas.

Dessa forma, as políticas públicas preventivas, além de contribuírem substancialmente para o atingimento dos objetivos do programa, são os canais efetivos e recomendados para sustentar a pacificação social conquistada pela atuação conjunta e integrada dos órgãos de segurança pública.

Em síntese, o Programa Cultura de Paz define estratégias para a redução das vulnerabilidades sociais que afetam as comunidades mais violentas do DF, além da efetivação de práticas que ajudem a combater a criminalidade e o ciclo da violência, e divide-se em oito Subprogramas:

1. Egressos e pessoas em conflito com a lei;
2. Segurança comunitária: cooperação social e prevenção às violências;
3. Pessoas em situação de rua e drogas;
4. Gênero e LGBT;
5. Criança, adolescente e idoso;
6. Paz nas escolas;
7. Pessoas com deficiência;
8. Juventude e igualdade racial.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto.

Destacam-se em 2016 as seguintes ações: I) articulação de ações nas Áreas Integrada de Segurança Pública – AISP; II) participação na ação Centro Legal (policimento ostensivo); III) criação do Núcleo de Enfrentamento ao Homicídio; desenvolvimento dos Projetos Esporte à Meia Noite, Picasso não Pichava, Oficina de Cinema e Peça de Teatro Baby; IV) assinatura do protocolo de intenções entre a SSP/DF, MPDFT e o TJDF para implantação do Programa de Segurança Pública Preventiva para Mulheres sob Medida Protetiva de Urgência; e V) publicação do Decreto 37.462, de 05 de julho de 2016, que dispõe sobre a denominação, finalidade, estrutura, composição, atribuições dos componentes, funcionamento, forma de atuação e criação de novos Conselhos Comunitários de Segurança do Distrito Federal.

Referente ao ano de 2017, são listadas as seguintes ações: I) Atividades desenvolvidas pelo Projeto Picasso não Pichava: Oficina de Capoeira, Oficina de Serigrafia, Oficina de Audiovisual/Cinema, entre outras. Público atendido: 344 (trezentos e quarenta e quatro) alunos; II) Atividades desenvolvidas pelo Projeto "Esporte a Meia Noite": Curso de Primeiros Socorros, atividades esportivas. Público atendido: 8.880 (oito mil, oitocentos e oitenta) alunos; III) Atividades desenvolvidas pelo Programa Viva Brasília nas Escolas: Palestras de Direitos Humanos, Bullying e Cultura de Paz. Público atendido: 80 (oitenta) alunos; IV) Criação da Diretoria de Segurança Comunitária; V) Realização do Seminário Internacional de Polícia Comunitária; VI) Lançamento do Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência - Sistema Viva Flor; e VII) Fortalecimento da articulação territorial por meio da realização de mais de 300 reuniões junto aos Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEGs.

Referente ao ano de 2018, são listadas as seguintes ações:

- I) Atividades desenvolvidas pelo Projeto Picasso não Pichava: oficinas nas áreas de Serigrafia, DJ, Audiovisual, Cinema, Pintura em Tela, Rimas e Pesias, Grafite e Capoeira, nas Regiões Administrativa de Ceilândia, Brasília (Asa Sul), Estrutural, Gama, Itapoá, Paranoá, Planaltina, Recantos das Emas e Samambaia: 528 (quinhentos e vinte e oito) alunos;
- II) Atividades desenvolvidas pelo Projeto "Esporte a Meia Noite": atividades esportivas. Público atendido: 22.038 (vinte e dois mil e trinta e oito) alunos;
- III) Atividades desenvolvidas pelo Programa Viva Brasília nas Escolas: atividades de direitos humanos e segurança cidadã. Público atendido: 160 (cento e sessenta) alunos;
- IV) Realização do Curso Segurança Comunitária;
- V) Atividades Realizadas pelo Teatro Pátria Amada (Teatro Comunitário). Público atendido em Oficinas e apresentações da Peça Baby: 630 (seiscentos e trinta) pessoas.)
- VI) Consolidação do Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência - Sistema Viva Flor;
- VII) Fortalecimento da articulação territorial por meio da realização de mais de 157 reuniões junto aos Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEGs; e
- VIII) Criação da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios – CTMHF.

Objetivo Específico "Cultura de Paz" caracteriza-se por expressar os elementos de ordem tática que devem nortear a coordenação de governo e a implementação eficaz da política pública de segurança e paz social. Também evidencia que a realidade posta é de violência de gênero, violência racial e violência contra segmentos sociais historicamente discriminados na sociedade. O foco na prevenção e na aproximação com esses segmentos historicamente discriminados e mais fortemente atingidos pela violência produzirá um efeito de cultura de paz em toda a sociedade. Em outras palavras, o escopo do objetivo cultura de paz é prevenir a violência com foco nos grupos mais fortemente atingidos por ela.

Referente ao ano de 2019, destaca-se as seguintes ações:

- I) Oficinas desenvolvidas pelo Programa Picasso não Pichava: Audiovisual (Cinema), Fotografia, Ilustração, Pintura em Tela e Serigrafia, com a carga horária média de 40h/a cada turma, a depender das especificidades das ementas dos cursos e características do público, levando-se em consideração também as tratativas estabelecidas com os parceiros da rede de proteção social;
- II) Implementação da Companhia Artística da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade;
- III) Projeto-Piloto de Segurança Comunitária e Resolução Pacifica de Conflitos
- IV) Fortalecimento das ações da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios – CTMHF; e
- V) Planejamento das ações integradas das forças de segurança de acordo com os tipos criminais indicados com base em estatística criminal e com as desordens públicas mapeadas

SEJUS

Referente ao ano de 2016: a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA) está alinhada com a Política Nacional de Direitos Humanos que tem como princípios norteadores o reconhecimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e que esses direitos são universais, com equidade e justiça social.

Nosso objetivo é a consolidação de uma Política que promova a garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, da sociedade e do Estado, respeitando as condições de pessoas com deficiência, as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.

Nossas ações seguem as diretrizes da Convenção sobre os Direitos da Criança, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fundamentadas na universalidade e indivisibilidade dos direitos, intersetorialidade e atuação em rede.

As Políticas para Crianças e Adolescentes atuam em três linhas estratégicas, são elas:

- 1) Política de Formação Continuada em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes
- 2) Política de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes
- 3) Política de Promoção de Direitos de Crianças e Adolescentes

Para garantia dessas políticas públicas foram realizadas diversas ações, em especial:

1) A inauguração do **Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio**, que visa o atendimento multidisciplinar e humanizado de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, foi realizado no dia 25 de outubro de 2016, está localizado na 307 Sul e veio consolidar as políticas públicas pretendidas no Programa Temático 6217, Objetivo Específico 005. O nome 18 de Maio é uma referência ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

A unidade disponibiliza uma estrutura de profissionais que possibilitam a intersetorialidade e centralidade no atendimento de forma a evitar a revitimização com a repetição do relato dos fatos, aproximando os atendimentos protetivos, com enfoque psicosocial, da responsabilização do autor. O objetivo é a escuta especializada da criança e do adolescente, com profissionais extremamente capacitados, em que a oitiva ocorre sempre com o acompanhamento de um agente da polícia civil. Em todas as etapas do processo — da oitiva da criança ou do adolescente à responsabilização do autor —, o foco é evitar a chamada revitimização, que acontece quando a pessoa que sofreu violação é obrigada a relembrar e recontar o fato. Os produtos do Centro são o relatório psicosocial encaminhado à rede após o estudo, o boletim de ocorrência para iniciar os processos investigativos, a oitiva gravada para fins legais e de consulta, quando necessário e respeitados os critérios de sigilo, o acompanhamento dessa família aos serviços emergenciais da rede e o monitoramento da situação da família.

Nas primeiras semanas de funcionamento, o Centro ofereceu capacitação para servidores. Os atendimentos começaram em 6 de novembro de 2016, a partir dos encaminhamentos feitos pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e pelos Conselhos Tutelares do DF.

Os atendimentos de profilaxia, bem como os demais exames e tratamentos de saúde necessários às vítimas são feitos no Hospital Materno-Infantil de Brasília (HMIB) e no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), unidades de saúde de referência nesses casos.

O Laboratório Sabin, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a organização Childhood são parceiros na ludoteca do Centro, nos equipamentos e mobiliários e na capacitação, respectivamente.

A expectativa é atender cerca de 360 pessoas por ano, atendendo a demanda atual, conforme dados de denúncias do Disque 100 no Distrito Federal. O diferencial do Centro 18 de Maio em relação às demais instituições é a possibilidade que tem a vítima de violência sexual de prestar depoimento apenas uma vez. A escuta qualificada permite o atendimento qualificado e integrado para que a criança não tenha que contar o que lhe ocorreu a cada instância da rede, revitimizando-a nesse processo.

Os maiores desafios para a implementação do Centro atualmente são: as ausências dos profissionais da Secretaria de Saúde que seriam cedidos para compor a equipe do Centro e ainda não foram, atrapalhando o processo de formação, a composição das equipes e o completo funcionamento do serviço; a disponibilização do sistema para o Registro de Ocorrências policiais a fim de garantir o atendimento previsto por parte dos agentes de polícia; a disponibilização de mais uma agente de polícia com a finalidade de compor a equipe no período da tarde, conforme tratativas; a ausência de equipamento próprio de gravação das oitivas, dependendo de equipamento emprestado e sem as características desejadas; e a ausência de um banco de dados interno para a armazenagem segura das informações de cada caso.

2) O **Comitê pela Primeira Infância**, criado pelo Decreto nº 34.136 de 05/02/2013 e reestruturado pelo Decreto nº 36.509 de 22 de maio de 2015, possui a atribuição precípua de aprimorar a integração das políticas distritais para criança de até seis anos de idade e monitorar, avaliar e fiscalizar a implementação do Plano Distrital pela Primeira Infância, aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente pela Resolução ordinária Nº 135/2013, de 28 de novembro de 2013.

Coordenado pela SECRIANÇA-DF por meio da Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes, durante o ano de 2016, o Comitê realizou o mapeamento das ações para a primeira infância nas Secretarias de Estado, acompanhou o Projeto de Lei nº 821/2015 e organizou a 1ª Semana do Bebê do Distrito Federal.

Se bem estruturado, o Comitê tem potencial de contribuir para o aumento da qualidade do atendimento prestado a crianças de 0 a 6 anos, aumento do acesso dessas crianças a bens públicos e políticas de garantia de direitos fundamentais (educação, saúde, assistência social, dentre outras), redução no número de violações de direitos de crianças pequenas, aumento da participação de crianças de até 6 anos na formulação e consolidação de políticas públicas, dentre outros.

3) As **campanhas e mobilizações contra violação de direitos de crianças e adolescentes** têm como objetivo sensibilizar a sociedade e articular as entidades do Poder Público e da Sociedade Civil sobre o enfrentamento às violações de direitos, tais como o trabalho infantil e o abuso e exploração sexual, dentre outras. Trata-se de uma ação contínua, com calendário definido e ampliado anualmente. As campanhas de enfrentamento à violência sexual mobilizam as redes locais de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, por meio de ações de prevenção em escolas, distribuição de materiais em feiras, caminhadas e blitz educativas sobre o tema. Além dessas ações a sociopolítica realizou em 2016 duas ações importantes de capacitação da rede do DF

na temática, em março de 2016 foi realizado o II Encontro Nacional dos Centros de Atendimento a vítimas de violência, reunindo experiências de todo o país e da rede do DF e no segundo semestre foi realizado, em parceria com a EAPE, o Curso de formação em prevenção a violência sexual para professores, conselheiros tutelares e demais servidores da rede de garantia de direitos do DF.

4) Com o objetivo de fortalecer as políticas públicas de defesa dos direitos infantis, o governo de Brasília lançou, no dia 10/10/2016, o **Mês da Criança** com o tema 'Direito de ser criança. Direito de ser feliz', sob a coordenação da SECRIANÇA-DF. As ações objetivam o direito a informação e ao entretenimento com a finalidade de sensibilizar e mobilizar a sociedade para a prevenção e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, e fomentar a implementação e o fortalecimento de políticas públicas visando à inclusão social.

5) **Erradicação do Trabalho Infantil no Lixão da Cidade Estrutural** por meio da participação da Secretaria de Estado da Criança, Adolescente e Juventude no Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Decreto nº 36.437, de 02 de abril e prorrogado pelo Decreto nº 36.618 de 20 de julho, ambos de 2015, com a finalidade de elaborar e de executar um Plano de Intervenção para o encerramento das atividades irregulares no Aterro Controlado do Jóquei.

Ao final de 2016, foi feita realização de Reuniões sob coordenação da Casa Civil objetivando a retomada das atividades do Grupo de Trabalho voltado a desenvolver ações para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na Estrutural.

Em dezembro foram disponibilizadas 46 vagas do Programa Jovem Candango para jovens residentes na Cidade Estrutural indicados na questão do Trabalho Infantil na Estrutural.

A SECRIANÇA tratou ainda a questão do melhoramento do Conselho Tutelar da Estrutural como ferramenta de apoio para qualificação dos atendimentos, a infraestrutura do Conselho passará por melhorias. Outra ação que a SECRIANÇA estará promovendo em parceria com a SEDESTMIDH será a reativação da Comissão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do DF (CEPETI) para discussão da situação do Trabalho Infantil no DF.

6) **Enfrentamento do Trabalho Infantil na Central de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA.** A CEASA coordena as ações para o enfrentamento a situações de trabalho infantil identificadas nas cadeias produtivas que circunscrevem as atividades ali desenvolvidas, em atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta Inquérito Civil nº 000684.2013.10.000/8, e se colocam para construir e aperfeiçoar estratégias de fortalecimento da rede de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes e de desempenhar o controle social necessário para acompanhar e monitorar a situação.

Para fortalecimento dos trabalhos desenvolvidos foi realizado uma ação de capilaridade nos territórios, com a realização de Seminário Trabalho Infantil - Diálogos sobre uma Experiência Coletiva, no dia 24 de junho. Como últimos encaminhamentos de 2016, o Grupo de trabalho da Ceasa solicitou a SECRIANÇA-DF a elaboração de Ofício a ser encaminhado para o Ministério Público do Trabalho objetivando um maior controle da situação da disponibilização de vagas para aprendizado de empresas no DF e a inclusão dos adolescentes detectados em situação de trabalho infantil na Ceasa.

Referente ao ano de 2017: uma das formas de se criar uma cultura de paz se dá pelo reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito, em fase peculiar de desenvolvimento e que demandam do Estado, da família e da sociedade ações que promovam seu desenvolvimento integral, saudável e livre de violências, conforme é preconizado pelos marcos legais nacionais e internacionais.

Nesse sentido, a Secriança vem trabalhando de modo a enfrentar as violências, problematizando-as por meio das campanhas, seminários, oficinas, capacitações, participação em Grupos de Trabalho, Comissões, Comitês e demais eventos e atividades que mobilizem a sociedade e as diferentes pastas de Estado. Além da promoção de uma mentalidade que entenda a importância da garantia de direitos para o bom desenvolvimento humano.

Na missão delicada de construir políticas que garantam os direitos postos, bem como sua ampliação, é necessário ainda melhorar os serviços públicos oferecidos e assim a Secriança vem se empenhando em consolidar o Programa Criança Candanga, que visa o aprimoramento da política de atenção a criança e ao adolescente, a partir da intersetorialidade, e o Centro de Atendimento Integrado 18 de maio que realiza atendimento inicial a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual de modo que não venham sofrer revitimização com o processo subsequente a violência sofrida.

No ano de 2018 a cultura de paz foi alcançada pelo reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito, em fase peculiar de desenvolvimento e que demandam do Estado, da família e da sociedade ações que promovam seu desenvolvimento integral, saudável e livre de violências, conforme é preconizado pela legislação nacional e internacional.

A Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude trabalhou o tema de enfrentamento às violências por meio das campanhas, seminários, oficinas, capacitações, participação em Grupos de Trabalho, Comissões, Comitês e demais eventos e atividades diversas sobre o tema.

O principal resultado de 2018 foi obtido através do fortalecimento da intersetorialidade entre as diversas Secretarias de Estado do DF, as organizações civis e as famílias engajadas em trabalhar o tema dos direitos e garantias das crianças e adolescentes, bem como alcançar objetivos para a efetiva implementação de tais direitos. Através da publicação do Caderno Criança Candanga ficou registrado o grande trabalho do Distrito Federal na promoção dos direitos para a as crianças e adolescentes.

Na linha estratégica de política de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes foram desenvolvidas ações focadas no enfrentamento a violência sexual de crianças e adolescentes, no qual estão contempladas a manutenção e funcionamento do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio, a Política Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual, além das ações direcionadas a erradicação do trabalho infantil. Por último, entendendo a importância de um processo formativo em direitos humanos de crianças e adolescentes a SECRIANÇA desenvolveu o curso de formação continuada em prevenção à violência sexual de crianças e adolescentes, bem como trabalho na realização de congressos, seminários, e formação dos servidores que atuam no Centro 18 de Maio.

Diante da realização das ações desenvolvidas foram encontrados alguns desafios ao longo do ano, como garantir a execução das ações conforme o cronograma e planejamento preestabelecidos. No ano de 2018 tivemos a paralização dos caminhoneiros que impactou nas atividades relacionadas ao mês de maio, também devido ao período eleitoral tivemos a impossibilidade de divulgação das ações planejadas, o que nos forçou a readequar, por exemplo, a Campanha de Brinquedos e nos impossibilitou de realizar a Campanha do Mês da Criança.

Para o funcionamento do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio o processo de remanejamento foi muito importante para garantir a lotação de servidores neste equipamento. No entanto o número de vagas destinadas ao Centro é inferior a quantidade necessária para o seu bom funcionamento, neste sentido um dos desafios foi a ampliação do número de vagas de lotação para garantir o melhor atendimento para a população e de saúde para o servidor.

Ante aos dados apresentados e a prevalência do gênero feminino, a SEJUS desenvolveu atividades voltadas ao público feminino, visando apoiar o empreendedorismo e empoderar economicamente às mulheres atendidas nos núcleos do Programa. Além disso, as ações realizadas no decorrer do ano possibilitaram a disseminação de informações e conhecimentos, tanto em âmbito institucional, quanto para a população em geral, acerca dos serviços públicos prestados pela SEJUS, como forma de torná-los acessíveis à população que mais necessita.

Buscou-se, constantemente, a promoção de melhorias nos serviços prestados, como forma de aprimorar o atendimento à população. Os servidores foram capacitados sobre temas relevantes, como língua brasileira de sinais (Libras), técnicas de atendimento ao público, atendimento à população LGBT vítima de violência no DF, enfretamento ao tráfico de pessoas, rede psicossocial de enfrentamento às violências, entre outros.

As atividades realizadas em 2019 foram significativas para o fortalecimento de ações de prevenção e de apoio a vítimas de violência, a medida que proporcionaram o maior acesso da população aos serviços disponíveis na SEJUS, por meio de atividades informativas, ações itinerantes e in loco. A implementação de demais ações, projetos e programas, bem como a mensuração de resultados deparou-se com alguns desafios como a ausência de memória institucional, o contingenciamento de recursos, a redução do quadro de pessoal e mudanças de gestão da pasta governamental. Mesmo com os contratemplos enfrentados, espera-se que para o exercício de 2020 a 2023, seja possível conferir continuidade às ações para implementação de políticas públicas preventivas e eficazes ao enfrentamento às violências, promovendo-se, assim, a consolidação de uma cultura de paz, que combata todas as formas de violência, e garanta a dignidade, a incolumidade do direito à vida e a ampliação da significação para a formalização de cooperação e parceria com órgãos diversos.

CBMDF

Uma vez que o objetivo pertence a unidade 24101 – Secretaria de Estado da Segurança Pública e Paz Social, a participação do CBMDF por meio dos seus projetos sociais é essencial. Ao oportunizar às crianças e adolescentes atendidos pelo projeto as noções de cidadania, desenvolvendo as culturas de respeito à vida e prevenção de acidentes domésticos e de trânsito. O contato com os profissionais bombeiros, as atividades desenvolvidas e a prática desportiva são recursos para o desenvolvimento do público atendido e a proteção quanto a ameaças externas.

A parceria com a Secretaria de Saúde para a coleta domiciliar de leite também assegura aos assistidos pelo programa o nutriente indispensável ao desenvolvimento e à saúde.

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal assume papel de relevância por meio dos seus projetos sociais. Em 2017 foram ensinadas noções de cidadania a crianças e adolescentes atendidos pelo projeto, desenvolvendo a cultura de respeito à vida e prevenção de acidentes domésticos e de trânsito. O contato com os profissionais bombeiros, as atividades desenvolvidas e a prática desportiva são recursos para o desenvolvimento do público atendido e a proteção quanto a ameaças externas.

A parceria com a Secretaria de Saúde para a coleta domiciliar de leite também assegura aos assistidos pelo programa o nutriente indispensável ao desenvolvimento e à saúde.

Uma vez que o objetivo pertence à unidade 24101 – Secretaria de Estado da Segurança Pública e Paz Social, a participação do CBMDF por meio dos seus projetos sociais é essencial. A unidade ofereceu a crianças e adolescentes atendidos noções de cidadania, desenvolvendo as culturas de respeito à vida e prevenção de acidentes domésticos e de trânsito. O contato com os profissionais bombeiros, as atividades desenvolvidas e a prática desportiva são recursos para o desenvolvimento do público atendido e a proteção quanto a ameaças externas. A parceria com a Secretaria de Saúde para a coleta domiciliar de leite também assegura aos assistidos pelo programa o nutriente indispensável ao desenvolvimento e à saúde. O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal assume papel de relevância por meio dos seus projetos sociais.

Em 2019 o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, por intermédio da Assessoria de Programas Sociais, desenvolve programas sociais que incluem o Bombeiro Mirim, o Bombeiro Amigo, o Aleitamento Materno, o Cão Guia e o Caminhando com a Saúde. Estas atividades apoiam a população, permitindo a inclusão social e a qualidade de vida das pessoas. As atividades físicas, educativas, preventivas e culturais objetivam a prevenção de doenças, aumentar a qualidade de vida, o bem-estar físico, psicológico e social dos envolvidos. Deste modo, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal assume papel de relevância por meio dos seus projetos sociais.

SETRAB

Para enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater o sexism, e a transfobia, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade com vistas a fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas a secretaria adentrou nos territórios e desenvolveu rodas de conversas sobre direitos humanos, inclusive em centros comunitários e núcleos universitários nos territórios, além das administrações regionais e assentamentos ou núcleos rurais.

Apesar da maioria das ações relativas à segurança pública e igualdade racial terem sido atreladas ao financiamento dos projetos, a ação não orçamentária referente ao Disque Racismo de elaboração normativa vem sendo implementada com a minuta de instrução normativa.

Foi firmado, em 20 de novembro de 2017, o Termo de Cooperação Técnica Nº 001/2017 entre o Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social - SSP/DF, Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTMIDH e a Defensoria Pública do Distrito Federal, a Polícia Civil do Distrito Federal, a Polícia Militar do Distrito Federal e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e a União, por intermédio do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, tendo como objeto a criação e implantação do Programa de Segurança Preventiva para ofendidas em Medida Protetiva de Urgência (MPU) por meio da disponibilização de um aplicativo – software a ser instalado em aparelhos telefônicos celulares. Tal acordo vem sendo executado com a participação da unidade CEAM da Casa da Mulher Brasileira e vem ao encontro do objetivo do Programa no enfrentamento às violências contra as mulheres, bem como à sua proteção.

A estrutura, na qual contém as unidades administrativas de que trata a solicitação, foi remanejada para a SEJUS, entre elas o acervo *documental e processual*, conforme dispõe o Parágrafo Único do artigo 53, do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº00400-00012624/2019-11.

SEJUS

O Pró-Vítima é um programa de Assistência Multidisciplinar às Vítimas de Violência, vinculado à Secretaria de Estado e Justiça e Cidadania do Distrito Federal e é executado pela Subsecretaria de Proteção as Vítimas de Violência - PROVITIMA.

O Pró-Vítima ocupa-se da pessoa que, individual ou coletivamente, tenha sofrido um prejuízo ou atentado à sua integridade física ou mental, um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou de omissões violadoras das leis penais em vigor.

É sabido que as vítimas de crimes violentos ou seus familiares muitas vezes não são contemplados pelos programas sociais oferecidos pelo Estado o que aumenta não só o nível de desamparo da pessoa que sofreu o dano, como o sentimento de que o Estado, ao exercer o direito de punir o agente que ofendeu a Lei, ocupe-se mais do agressor do que do agredido.

Durante o ano de 2016, foram realizadas ações que ofereceram assistência multidisciplinar na área psicossocial e jurídica às famílias vitimadas por crimes: homicídio, tentativa de homicídio, estupro, estupro de vulnerável, violência no trânsito, sequestro, violência doméstica, desaparecimento, latrocínio, tentativa de latrocínio e feminicídio. Tais ações têm como foco cumprir a obrigação do Estado de dar assistência e acolhimento às vítimas de violência e seus familiares, bem como suprir a falta de atendimento aos que necessitam.

No que se refere à proteção às vítimas, às testemunhas e seus familiares, a SEJUS deu orientação jurídica com participações e acompanhamentos às vítimas comparecendo às audiências nas Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em diversos Fóruns do Distrito Federal, totalizando 957 audiências e atendimentos realizados, bem como realizou acompanhamento processual e prestou 144 atendimentos jurídicos aos acolhidos do programa em sua sede e nos postos estabelecidos nas Regiões Administrativas do Distrito Federal (Posto da 114 Sul, Ceilândia, Guará e Paranoá). Os aludidos Postos de Atendimento e a sede (Estação Rodoviária – Asa Norte) contabilizaram 1.859 atendimentos psicossociais às vítimas de violência doméstica e familiar, sendo: a) 296 no Posto da 114 Sul; b) 774 em Ceilândia; c) 311 no Guará; d) 341 no Paranoá e; e) 137 na Sede.

Foram realizados 127 atendimentos jurídicos e 62 atendimentos psicossociais com parceiros da Rede (que envolve agentes públicos e privados como Universidades, Secretarias de Estado, Sistema S, ONGs, clínicas etc.). Com base no desempenho dos indicadores e nas metas podemos afirmar que o Ano-Base 2016, sob a avaliação, não alcançou todas as metas propostas no PPA 2016/2019 por razões que envolvem, sobretudo, mudanças de gestão.

A Secretaria de Justiça e Cidadania desenvolveu diversas ações, dentre as quais se destacam a realização: do Mutirão da Criança, do Papo de Mulher, do Papo de Homem, do Pró-Vítima nas escolas e a participação no Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos.

Quanto ao Programa de Atendimento Psicossocial a Vítimas de Violência (Pró-Vítima), além daqueles instalados na Sede, na 114 Sul, no Guará, em Ceilândia e no Paranoá, foram implantados núcleos em Taguatinga, Planaltina, Santa Maria e São Sebastião. Segundo informações contidas no Relatório de Atividades (RAT Ano 2018), cada núcleo realizou, mensalmente, cerca de 150 a 200 atendimentos. Destaca-se que não houve a implementação da unidade móvel, conforme previsto.

A ação denominada Mutirão da Criança visou a realização de atividades de lazer, de cultura e de saúde. Contou com a parceria de entidades, órgãos públicos e representantes da iniciativa privada. Conforme RAT, quatro Mutirões da Criança foram realizados, que totalizaram uma média de 3.450 participantes e contaram com a realização de atividades diversificadas e distribuição de material informativo (o qual não é informado).

A Secretaria de Justiça e Cidadania participou da 7º e da 8º edição do Mutirão da Cidadania, promovido por órgãos/entidades do DF, realizado na Escola Classe 831 de Samambaia Norte/DF, no dia 17/03/2018, e no Centro de Ensino Fundamental Zilda Arns – Ceilândia/DF. Na oportunidade, ofereceu atendimento psicossocial à população, por meio do Pró-Vítima e do núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas. A quantidade de participantes ao referido evento não foi informada.

No âmbito do Projeto Papo de Mulher foram realizadas rodas de bate papo com mulheres, nas quais as participantes puderam expor suas ideias em torno de uma temática, tendo como ponto de partida uma palestra. Quanto ao “Projeto Papo de Homem”, cujo objetivo visa sensibilizar os homens sobre a violência contra a mulher e, sobretudo, levantar o diálogo sobre o tema.

Na avaliação dessa Unidade, o Objetivo ESPECÍFICO previsto, ora avaliado, foi alcançado? Considerar todas as realizações ao longo dos quatro anos de vigência do PPA 2016-2019.

- Objetivo integralmente alcançado
- Objetivo parcialmente alcançado, com número satisfatório de entregas relevantes.
- Objetivo parcialmente alcançado, com reduzido número de entregas relevantes.
- As entregas não contribuíram para o alcance do Objetivo.

Justifique a resposta: Diante da análise qualitativa e quantitativa das metas entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública atingiu integralmente o objetivo proposto para o período 2016-2019. Pois ao longo do período de execução do PPA a SSP/DF realizou ações voltadas para disseminar valores da tolerância e coexistência humana sem preconceitos no âmbito no Sistema de Segurança Pública, e assim, na sociedade do Distrito Federal. Para tanto, propôs-se qualificar e estreitar as relações institucionais entre agentes do Sistema de Segurança Pública e as comunidades historicamente discriminadas.

Dessa forma, as políticas públicas preventivas, além de contribuírem substancialmente para o atingimento dos objetivos do programa, foram os canais efetivos e recomendados para sustentar a pacificação social conquistada pela atuação conjunta e integrada dos órgãos de segurança pública.

Em síntese, o Objetivo Cultura de Paz definiu estratégias para a redução das vulnerabilidades sociais que afetaram as comunidades mais violentas do DF, além da efetivação de práticas que ajudaram a combater a criminalidade e o ciclo da violência.

Já a SEJUS, entende o que o Objetivo Específico não foi integralmente alcançado, em face do não atingimento de algumas metas previstas, como justificado, que se deram em decorrência da reestruturação advinda do Decreto n. 39.807, de 06 de maio de 2019, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 07 de maio de 2019. Sendo assim, a SEJUS, quanto às políticas públicas de apoio às vítimas de violência, teve alterações estruturais e recomposição de seu quadro funcional, fato esse que prejudicou sobremaneira a sua memória institucional, implicando diretamente na execução de algumas das metas previstas. No entanto, houve o esforço dessa pasta governamental para executar outras ações com resultado significativo, relacionado a construção de procedimentos, protocolos de atendimento a vítimas de violência, sobretudo de mulheres inseridas em contextos de violações de direitos humanos. Implementaram-se também ações de empoderamento, incremento de renda e autonomia financeira, uniformização de fluxo de comunicação com a rede de garantia de direitos e construção do Sistema Integrado de Informações Sobre Vítimas de Violência, visando melhor gestão e gerenciamento adequado de dados e informações de situações de violência e vulnerabilidade do público atendido.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

006 – GOVERNANÇA GESTÃO E PESSOAS: Desenvolver a gestão por resultados integrada de todos os órgãos de segurança pública com planejamento e aperfeiçoamento na execução dos processos internos, bem como promover a valorização dos profissionais de segurança pública, com vistas a atingir a excelência dos serviços prestados à comunidade

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	Descrição da Meta	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (E/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	1	Modernizar o modelo e as ferramentas de gestão na segurança pública; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	2	Aprimorar e integrar o processo de coleta, processamento e tratamento das informações; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	3	Implantar instâncias de governança e gestão participativa; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	4	Criar e implementar modelo de gestão da frota de veículos e equipamentos operacionais; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100	100	100	100,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	Descrição da Meta	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (E/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	5	Ampliar e modernizar a infraestrutura física e os equipamentos; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	6	Criar e implementar plano de adequação e complementação do efetivo; (SSP) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	100	X	X	X
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	7	Criar e implementar plano de qualificação dos profissionais da segurança pública (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	8	Fomentar a segurança no Distrito Federal, utilizando-se de tecnologia de ponta, modernos equipamentos e do trabalho desenvolvido por policiais militares atualmente capacitados; (PMDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	20	50	85,05	85,01
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	9	Capacitar policiais militares em formação superior continuada, em área específica de segurança pública; (PMDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	42,5	119	229	229,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	10	Elevar, anualmente, em 2% o índice de disponibilidade da frota operacional. (CBMDF)	93,6	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	84,49	90,88	62,99	54,1	57,8
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	11	Capacitar uma média de 3.000 servidores, a cada ano, em cursos integrados ofertados no período (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	7.030	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	4.607	12.480	100	100	100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	12	Capacitar uma média de 3.720 policiais militares, a cada ano, em Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. (PMDF)	14.880	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	74	156	182	1,2

Análise Qualitativa

1. Modernizar o modelo e as ferramentas de gestão na segurança pública; (SSP)

2016

Estruturar e implantar o escritório de projetos da Segurança Pública: Autuação de processo que trata da Contratação de prestação de serviços técnicos de apoio à elaboração e/ou revisão do Planejamento Estratégico da SSP/DF, estruturação e implantação do Escritório de Projetos, com adoção de metodologia integrada de planejamento estratégico, de projetos e de processos, com operação assistida à execução do Plano Estratégico da SSP/DF, bem como elaboração e revisão de normas e políticas inerentes às atividades da AGEPRO/SSP.

Elaboração do Planejamento Estratégico da SSP 2016-2019 (Concluído): Caderno Executivo finalizado, aguardando aprovação e validação pelo Secretário, para fins de publicação e disseminação ao público interno e externo. Aguardando também o layout pela Assessoria de Comunicação Social, para após a aprovação, realizar as impressões.

Elaboração e Lançamento do Plano Integrado de Segurança do Consórcio Brasil Central (RIDE-DF): Cooperação tem por finalidade a conjugação de esforços entre os participes, visando ao estabelecimento e à implementação de ações conjuntas de segurança pública e defesa social nos territórios do Distrito Federal, Estado de Goiás, Estado de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul, Estado de Rondônia, Estado de Tocantins, Estado da Bahia, Estado de Minas Gerais e Estado do Maranhão por meio da criação de uma Câmara de Segurança Pública e/ou Defesa

Social, a integração do serviço de inteligência dos organismos de segurança pública, ações integradas entre as instituições de segurança pública e/ou Defesa Social, reuniões de governança entre os órgãos públicos com vistas à avaliação e obtenção de resultados, ações de prevenção de violências e ações de repressão qualificada da criminalidade, do encaminhamento de proposições legislativas e a construção de um Acordo de Cooperação Interestadual de Segurança Pública e/ou Defesa Social Integrada.

2017

Meta atingida. A SSP elaborou o Planejamento Estratégico da SSP 2016-2019: Caderno Executivo finalizado, aprovado e validado pelo Secretário, para fins de publicação e disseminação ao público interno e externo.

Elaborou e implantou a Matriz de Priorização de Projetos, ferramenta que permite ao Gestor uma tomada de decisão baseada em critérios técnicos (determinação legal, impacto nas metas estratégicas, complexidade, custos, riscos, tempo de geração de resultados, entre outros) para escolha dos projetos a serem executados, considerando o orçamento disponível.

2018

Meta atingida. Em 2018 as ações e os canais de atendimento à ocorrências foram reestruturadas. A Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE foi incorporada ao Centro Integrado de Operações de Brasília - CIOB, que passou a atuar a partir do conceito de multiagência. O CIOB é um centro destinado a promover a gestão integrada das operações para além da segurança, incorporando a mobilidade, fiscalização e prestação de serviços públicos do Distrito Federal. O centro é dotado de equipes de alto desempenho, sistemas tecnológicos e ferramentas de inteligência destinadas a prover ampla consciência situacional e em tempo real dos eventos de interesse. O CIOB é um ambiente destinado a promover a coordenação e integração das instituições, órgãos e agências – IOAs que o compõem, baseado na cooperação e complementaridade, auxiliando-as no cumprimento de suas atribuições legais.

O CIOB é composto por 25 instituições, órgãos e agências – IOAs: SSP – Secretaria de Segurança – SESIPE (CIME); SES – Secretaria de Saúde; SEFAZ – Secretaria de Fazenda; SEGETH – Secretaria de Habitação; SINESP – Secretaria de Infraestrutura; SEMOB – Secretaria de Mobilidade; SECID – Secretaria das Cidades; SECOM – Secretaria de Comunicação; PMDF; PCDF; CBMDF; DETRAN; DER; AGEFIS; NOVACAP; CEB; CAESB; METRÔ; DFTRANS; SLU; IBRAM; SAMU; SECRÍA – Secretaria da Criança; SSPDF – Subsecretaria de Inteligência; SSPDF – Defesa Civil. Das 25 IOA's, apenas 04 não têm prazo para compor o CIOB: SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal; SINESP – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal; DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal e a CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.

A participação das instituições no CIOB se dá da seguinte maneira: 1. Com 24/7 de permanência - CBMDF, CEB, DER, DETRAN, PCDF, PMDF, SAMU, SEMOB e SI/SSP-DF; 2. Com permanência de 08h às 18h (segunda à sexta-feira) - AGEFIS, ASCOM/SSP-DF, CAESB, CASA CIVIL, CASA MILITAR, DEFESA CIVIL, IBRAM, METRÔ, NOVACAP, SECRETARIA DAS CIDADES, SECRETARIA DA CRIANÇA, SECRETARIA DE CULTURA, SECRETARIA DE FAZENDA E SLU.

2019

Meta atingida. Atendendo orientação da Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que definiu o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, foi publicada a Lei nº 6.456, de 26 de dezembro de 2019, que institui a Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social no Distrito Federal, com a finalidade de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio da atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social do Distrito Federal, em articulação com a sociedade.

Foi criado Escritório Extraordinário de Gestão de Convênios – EGC por meio da Portaria nº 75, de 02 de julho de 2019 (DODF 126, de 8 de julho de 2019), com o objetivo de coordenar e acompanhar a execução de projetos e a aplicação de recursos oriundos de Convênios firmados pela Secretaria de Segurança Pública e pelos órgãos a ela vinculados, visando garantir a consecução da finalidade desses recursos.

Ainda em 2019 foi instituído, por meio da Portaria nº 56, de 07 de junho de 2019 (DODF Nº 112, sexta-feira, 14 de junho de 2019), o Comitê Interno de Governança Pública e Gestão Estratégica - CIGESP, com o objetivo de garantir o desenvolvimento e a apropriação das melhores práticas de governança e estratégia, de forma contínua e progressiva, nos termos estabelecidos pelo Conselho de Governança Pública - CGov, instituído pelo Decreto nº 39.736, de 28 de março de 2019.

2. Aprimorar e integrar o processo de coleta, processamento e tratamento das informações; (SSP)

2016

Portaria nº 16, de 23/05/2016: Regulamenta o art. 5º do Decreto nº 36.620/2015, que dispõe da criação do Comitê Gestor de Dados e Informações sobre Segurança Pública, composto por um representante titular e um suplente indicado pelos órgãos que compõem o sistema de Segurança Pública do DF e do DETRAN.

2017

Meta atingida. Uma importante ferramenta utilizada pela SSPDF é a plataforma de gestão de ocorrências criminais e de desordens Gis Gestão – SIGEO, que tem subsidiado o planejamento de operações e auxiliado os gestores no acompanhamento dos resultados de suas intervenções. A plataforma SIGEO já faz parte da rotina de trabalho de mais de 430 servidores do GDF, dos seguimentos das Forças de Segurança e de outras Secretarias. Seu principal produto é a disponibilização tempestiva de informação concernente aos índices de criminalidade, desordens e sensação de insegurança.

Já o Sistema de Gestão de Ocorrência (SGO) será a ferramenta de gestão utilizada pela CIADE para o acompanhamento das ocorrências e de seus desdobramentos, bem como para aferição da qualidade do atendimento". O Sistema SGO 3.0, registra as solicitações de atendimento nos números 190, 193 e 199.

Ao longo de 2017, a SSPDF realizou importantes diagnósticos que ajudaram a compreender o estado da segurança pública no Distrito Federal. Destacamos a seguir os principais levantamentos empreendidos:

- Pesquisa Distrital de Segurança Pública (Vitimização): a Pesquisa Distrital de Segurança Pública foi concluída em junho de 2017 totalizando 19.922 entrevistas;
- Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho da SESIPE e SSPDF: a Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho foi concluída entrevistando 348 servidores da SESIPE e 163 servidores da SSPDF;
- Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial: a Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial segue em suas etapas de forma contínua, desenvolvendo seus produtos a cada trimestre;
- Pesquisa de Violência nas Escolas: a Pesquisa de Violência nas Escolas concluiu a coleta de dados entrevistando ao todo 362 escolas do DF.

Em dezembro de 2017 a Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social (SSP/DF) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) assinaram os Termos de Outorga e Aceitação (TOAs) dos projetos de pesquisas considerados prioritários pelas forças de segurança do Distrito Federal.

Ao todo, 10 pesquisas foram selecionadas, nas quais serão investidos cerca de R\$ 750 mil para realização dos projetos que deverão ser desenvolvidos em até um ano, a partir de 2018. Os temas, como locais com maior incidência de acidentes de trânsito, diagnóstico e estratégias sobre acidentes domésticos, juventude e Segurança Pública e projeto de remição de pena pela leitura, foram sugeridos pelas forças de segurança. Os resultados das pesquisas vão subsidiar ações do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF), da Subsecretaria do Sistema Penitenciário (Sesipe), da Polícia Militar do Distrito do Distrito Federal (PMDF) e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN).

2018

Meta atingida. Ao longo de 2018, a SSPDF realizou importantes diagnósticos que ajudaram a compreender o estado da segurança pública no Distrito Federal. Destacamos a seguir os principais levantamentos empreendidos:

- Pesquisa Distrital de Segurança Pública (Vitimização): a Pesquisa Distrital de Segurança Pública foi realizada de maneira periódica, combinando a forma presencial (2015, 2017 e 2018) e por meio de telefone (2016 e 2017). Em cada pesquisa amostral, foram aplicados cerca de 20 mil questionários constituindo uma amostra representativa da população com idade acima de 16 anos por Região Administrativa.

- Pesquisa de Vitimização Rural: a Pesquisa é resultado de uma parceria com a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) e CNA (Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária). O trabalho de campo iniciou em outubro/2018 e a expectativa é que tenhamos os dados coletados e analisados em nível nacional até março de 2019

- Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho dos Profissionais de Segurança Pública: esta pesquisa é realizada em parceria com as forças de segurança pública, utilizando formulários eletrônicos que são aplicados pelas próprias forças, a ser preenchido pelos profissionais pela internet por adesão voluntária;

- Sistema de Avaliação da Qualidade do Atendimento Emergencial das Forças de Segurança: o Sistema de Avaliação da Qualidade do Atendimento das Forças de Segurança funciona, realizada desde 2016, tem o objetivo averiguar a opinião dos atendidos pelos órgãos de segurança pública (PM, PC, CBM e DETRAN) quanto à qualidade do atendimento recebido e identificar os fatores intervenientes nesta opinião.

Atualmente, existem dois módulos do sistema em operação dedicados aos (1) Atendimentos Emergenciais trazidos ao conhecimento da PM (190) e CBM (193) e (2) Vistorias realizadas pelo CBM. Além disto, há previsão de iniciar um módulo de avaliação dedicado ao atendimento da Polícia Civil no registro das ocorrências presencialmente nas delegacias.

- Sistema de Monitoramento da Violência nas Escolas: este sistema engloba 3 iniciativas distintas com o objetivo de diagnosticar a situação da violência e criminalidade nas instituições de ensino: (1) diagnóstico das ocorrências registradas na polícia pelas instituições de ensino, (2) diagnóstico da situação das escolas (ensino médio e fundamental) respondido pelo diretor das escolas semestralmente e (3) diagnóstico da situação das instituições de ensino superior respondido pela comunidade acadêmica.

2019

Meta atingida. Trata-se de pesquisas de Segurança Pública aplicadas em amostras da população, objetivando o levantamento de informações não presentes nas estatísticas oficiais dos órgãos de segurança pública, tais como a mensuração dos crimes não registrados (subnotificação), sensação de insegurança, avaliação do trabalho realizado pela polícia e as causas da vitimização. Estas pesquisas fornecem um conjunto detalhado de informações essenciais para o desenho de políticas de segurança pública.

Pesquisa Distrital de Segurança Pública (Vitimização)

Objetivos: levantamento de informações criminais não presentes nas estatísticas oficiais dos órgãos de segurança pública. Objetivos específicos. I). Informações sobre crimes não registrados, ii). Mapeamento da sensação de segurança; iii). Avaliação do trabalho das forças de segurança; iv). Avaliação da política de segurança pública; entre outros.

Resultados alcançados: pesquisa em andamento. Já foram realizadas aproximadamente 10 mil entrevistas, dentro das 19.537 previstas em edital.

Público alvo: população do distrito federal.

Pesquisa de Avaliação da Qualidade do Atendimento Emergencial

Objetivos: avaliação da percepção da população sobre o atendimento prestado pelas forças de segurança em situações de emergência. Objetivos específicos: i) Identificar a percepção da população sobre a qualidade do trabalho da polícia militar no atendimento por telefone e presencial; ii) Identificar a percepção da população sobre a qualidade do trabalho do corpo de bombeiros militar por telefone e presencial.

Resultados alcançados: diagnóstico de melhoria do atendimento presencial da PMDF, alcançando nota 4,62, ou 92% na avaliação. E diagnóstico de melhoria do atendimento por telefônico do CBMDF, alcançando nota 4,88 ou 98% na avaliação, seguida de uma leve queda de 1% na qualidade do atendimento emergencial para 96%, nota 4,78.

Público alvo: população geral (com o aprimoramento do trabalho das forças de segurança).

Pesquisa de Violência nas Escolas Públicas

Objetivos: levantamento de informações não presentes nas estatísticas oficiais dos órgãos de segurança sobre situações de violência que acometem as instituições de ensino do DF. Objetivos específicos: i) Identificação dos tipos de violências mais recorrentes de acordo com cada segmento e região administrativa, ii) Mapeamento das soluções adotadas para resolução dos conflitos de acordo com cada situação; iii) Caracterização das localidades onde as escolas estão localizadas; entre outras.

Resultados alcançados: pesquisa em andamento. 80% das instituições públicas de ensino participaram respondendo ao estudo.

Público alvo: comunidade escolar (e secretaria de educação).

Diagnóstico do Programa de Gestão Compartilhada

Objetivos: mensurar os impactos da gestão compartilhada sobre a dinâmica da escola e no comportamento dos estudantes. Objetivos específicos: i) Dar espaço aos diferentes grupos da comunidade escolar para apresentarem suas visões, críticas, comentários e sugestões sobre a gestão compartilhada. ii) Realizar acompanhamento contínuo da situação escolar por meio da consulta direta aos membros da comunidade escolar: estudantes, responsáveis (mães e pais), professores, servidores e monitores militares.

Resultados alcançados: avaliação positiva do projeto. 50,3% dos estudantes e 59,8% dos professores consideram que a gestão compartilhada transformou a escola em um lugar melhor para estudar. 53% dos estudantes e 75,4% dos professores querem que a gestão compartilhada continue.

Público: alunos, professores, servidores e militares diretamente envolvidos no projeto de gestão compartilhada.

Pesquisa de Avaliação do Programa - Viva Flor

Objetivos: realização de acompanhamento mensal para avaliação do atendimento prestado pelas instituições de segurança e órgão ligados à rede da assistência social responsável por acompanhamentos do Viva Flor. Objetivos específicos: i) Avaliação da sensação de segurança na vizinhança; ii) Levantamento de hábitos e práticas cotidianas; iii) Avaliação da qualidade dos serviços recebidos.

Resultados alcançados: aumento das ligações realizadas mensalmente.

Público alvo: mulheres com medidas protetivas de urgência atendidas pelo programa viva flor.

3. Implantar instâncias de governança e gestão participativa; (SSP)

2016

O grande diferencial do “Viva Brasília” corresponde à metodologia de gestão compartilhada que utiliza para coordenar e articular as ações intragovernamentais e intergovernamentais entre: o Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal, áreas intersetoriais do governo, com destaque para as Secretarias de Estado voltadas para políticas sociais, sociedade civil e movimentos sociais do Distrito Federal. Tal gestão compartilhada parte da elaboração de diagnósticos específicos sobre a situação de criminalidade de cada Região Administrativa do DF e busca o alcance de indicadores e metas de desempenho pactuadas, além da realização de reuniões sistemáticas para aferir resultados e propor soluções dos problemas cotidianos de segurança pública.

Nesse sentido, o Programa “Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida” desenvolve um modelo de gestão em segurança pública amparado na perspectiva de que a situação de vulnerabilidade a violências, desordens, incivilidades e crimes requer do Estado a consolidação de estratégias de intervenção articuladas entre o setor policial e outros diferentes setores. É inspirado em modelos, estratégicas e procedimentos de gestão por resultados implementados e testados em territórios que promoveram uma redução acentuada em suas taxas de violência e criminalidade, tais como: Nova York, Bogotá, Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco. Desse modo, a metodologia se vale da elaboração de indicadores e metas de desempenho, além da realização de reuniões periódicas para aferir resultados e propor soluções dos problemas cotidianos de segurança pública de forma pactuada entre os órgãos de segurança pública, demais áreas do governo e a sociedade civil do DF.

No ano de 2016, o processo de articulação e coordenação do “Viva Brasília” baseou-se na realização de reuniões periódicas, contemplando diferentes níveis de tomada de decisão, para: analisar problemas de segurança pública, buscar soluções e avaliar resultados. A preparação das reuniões ocorreu a partir de um levantamento abrangente sobre os problemas de segurança pública que mais afetam a população.

As fontes de informação utilizadas para a definição dos assuntos a serem discutidos nas reuniões do “Viva Brasília” foram oriundas das estatísticas, análises criminais e pesquisas de vitimização produzidas pela Subsecretaria de Gestão da Informação (SGI/SSP-DF). Também foram fontes de informações as demandas da população apresentadas das reuniões dos 37 Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEG) e nos eventos Rodas de Conversa e Voz Ativa, que promoveram o diálogo direto do Governador com a comunidade local.

2017

Meta atingida. No ano de 2017 foi elaborada a Portaria Conjunta Nº 2, de 05 de dezembro de 2017, publicada no DODF nº 06, de 09 de janeiro de 2018 que dispõe sobre a composição e funcionamento da Unidade de Coordenação do PPV e regulamenta as ações e atividades a serem desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal-SSPDF, pela Polícia Militar do Distrito Federal-PMDF, pela Polícia Civil do Distrito Federal-PCDF, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal-CBMDF e pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal-DETRAN-DF no âmbito do Pacto pela Vida. As reuniões de governança, em todos os níveis, foram retomadas e o resultado foi a redução da criminalidade como um todo no Distrito Federal.

2018

Meta atingida. As reuniões de governança, em todos os níveis, foram retomadas e o resultado foi a redução da criminalidade como um todo no Distrito Federal. A SSPDF, por meio da Unidade de Coordenação de Políticas Públicas – UCPP, participa da organização das Regiões Administrativas do DF com profissionais de segurança pública e com as comunidades, que têm o objetivo de promover a organização e integração das comunidades locais com os órgãos governamentais para discutir, priorizar e solucionar problemas de segurança pública.

2019

Meta atingida. As reuniões de governança, em todos os níveis, foram realizadas e o resultado foi a redução da criminalidade como um todo no Distrito Federal. A SSPDF, por meio da Unidade de Coordenação de Políticas Públicas – UCPP, participou da organização das reuniões, que têm o objetivo de promover a integração das comunidades locais com os órgãos governamentais para discutir, priorizar e solucionar problemas de segurança pública.

O Comitê Interno de Governança Pública e Gestão Estratégica - Cigesp também contribui fortemente para o atingimento desta meta.

4. Criar e implementar modelo de gestão da frota de veículos e equipamentos operacionais; (SSP)

2016 - Meta não atingida.

2017 - Meta atingida. A SSP não adquiriu ferramentas tecnológicas de apoio como sistemas de controle de frota. No entanto, desenvolveu ações no sentido de cumprir a Meta estabelecida. Observando o que Dispõe o Decreto DECRETO Nº 32.880, DE 20 DE ABRIL DE 2011, publicado no DODF de 25/04/2011 que trata sobre o uso, aquisição, locação e cessão de veículos oficiais no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal e dá outras providências, a SSPDF tem administrado as informações de todos os veículos da sua carga, tais como: o estado, prazos para cada manutenção (preventiva e corretiva), trocas de peças e assim por diante. Tudo isso com foco em economia para evitar gastos desnecessários.

Outra medida importante foi implantação do gerenciamento de pool de veículos, o que vem trazendo mais praticidade aos servidores. Em plena operação o modelo trouxe organização, agilidade e eficiência na requisição das solicitações dos veículos que precisam (mediante agendamento), seja para serviços externos ou viagens.

2018 - Meta atingida no exercício 2017.

2019 - Meta atingida no exercício 2017.

5. Ampliar e modernizar a infraestrutura física e os equipamentos; (SSP)

2016

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social realizou o acompanhamento, fiscalização e recebimento das seguintes obras: ampliação do Centro de Detenção Provisória – CDP, no Complexo Penitenciário da Papuda, permitindo o acréscimo de 400 vagas, foram concluídas e entregues em 25 de dezembro de 2016; ampliação da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF, na Fazenda Colméia no Gama, que permitiu o acréscimo de mais 400 vagas, foram concluídas e entregues em 14 de setembro de 2016; construção de um galpão destinado a atividades profissionais na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, obra entregue em dezembro de 2016, objetivando capacitar 300 internas.

Quanto às obras de construção dos Centros de Detenção Provisória, CDP's 1, 2, 3 e 4, no Complexo da Papuda está seguindo o cronograma previsto e se encontrava na 17ª edição, realizada em 15/12/2016, com execução de 42% da obra, e o acompanhamento é realizado em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania.

As aquisições abaixo discriminadas foram de suma importância para o atingimento dos objetivos propostos pela SSP, bem como colaboraram para prestação de um serviço eficiente à população do Distrito Federal.

Outras Aquisições

DESCRÍÇÃO BEM	QTD	VALOR TOTAL	CONVÉNIO
Impressora multifuncional	08	80.000,00	FUNDO PENITENCIÁRIO DO DF
Extintores Diversos	1.393	1.286.866,00	
Terminal de radiocomunicação digital	272	858.976,00	
Terminal de radiocomunicação digitaltetra portátil	100	374.200,00	751904/2010-SENASA/P/MJ
Terminal de radiocomunicação	37	194.583,00	751904/2010-SENASA/P/MJ
Terminal de radiocomunicação	640	2.021.120,00	751904/2010-SENASA/P/MJ
CorrelacionadorOminiespectrais de radiofrequência	02	484.666,00	775735/2012-SENASA/P/MJ
Detector de junção não linear com 2,4GHZ de frequência de transmissão	02	264.588,00	775735/2012-SENASA/P/MJ
Veículo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER 7 lugares ano/modelo 2016	01	265.729,00	789133/2013-SENASA/P/MJ
Veículo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER 7 lugares ano/modelo 2016	01	16.271,00	789133/2013-SENASA/P/MJ-CONTRAPARTIDA
Lancha de salvamento e combate a incêndio medindo	01	1.000.000,00	802614/2014-SENASA/P/MJ
Lancha de salvamento e combate a incêndio	01	424.970,00	802614/2014-SENASA/P/MJ-CONTRAPARTIDA
Veículo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER	09	1.136.782,00	802615/2014-SENASA/P/MJ
Veículo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER 7 lugares ano/modelo 2015/2016	01	132.218,00	802615/2014-SENASA/P/MJ-CONTRAPARTIDA
Móveis Diversos (Cadeiras, Mesas, Gaveteiros, Armários, Outros)	1.301	1.117.836,00	

FONTE: SUAG/SSP/DF

2017

Meta atingida. Em 2017 foram realizadas novas aquisições como discriminadas abaixo, foram de suma importância para o atingimento dos objetivos propostos pela SSP, bem como colaboraram para prestação de um serviço eficiente à população do Distrito Federal.

DESCRÍÇÃO BEM	QTD	VALOR TOTAL	CONVÉNIO
Colchões	15.000	1.768.500	
Cobertores	15.000	190.200	
Tornozeleiras	6.000	11.658.240	
Tablets	28	43.085	
Microcomputadores	195	818.805	
Tomógrafo computadorizado	01	800.000	SENASA/P/MJ nº 793.101/2013
Miras Holográficas e Magnificadores de Miras	56 e 15 (respectivamente)	296.648	SENASA/P/MJ nº 840.979/2016
Analizador Genético de DNA	01	400.625	SENASA/P/MJ nº 776.522/2012
Central de Monitoramento de Temperatura	01	101.000	SENASA/P/MJ nº 793.101/2013
Mesas de necropsias	04	290.000	SENASA/P/MJ nº 793.101/2013
Aparelhos de Ar Condicionado	170	471.478	
Coletes balísticos	590	1.511.193	
Câmara de Fumigação de Cianoacrilato e Câmaras Tripas para Aceleração de Ninidrina	1	1.468.800	

Fonte: SUAG/SSP/DF

2018

Meta atingida. Em 2018 foram realizadas novas aquisições como discriminadas abaixo, as quais foram de suma importância para o atingimento dos objetivos propostos pela SSPDF, bem como colaboraram para prestação de um serviço eficiente à população do Distrito Federal.

DESCRÍÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	FONTE
Honda Motocicleta XRE 300	35	958.410,25	332
Viatura Toyota ETIOS 1.5 XS M/T Hatch	38	1.983.310,00	100
Viatura Nissan VERSA 1.6 S M/T Sedan	27	1.984.310,00	332
Viatura Nissan VERSA 1.6 S M/T Sedan	24	1.592.400,00	100
Veículos - Viatura Auto Busca e Salvamento Leve – ABSL. Mercedes-Benz Sprinter 515	7	1.947.400,00	332
Veículos - Viatura Toyota Hilux, cabine dupla 4x4, diesel standard, Pick Up	3	403.800,00	332
Viatura Jeep Renegade Sport MT 1.8 L	10	764.023,30	332
Aeronave teleguiada Veículo aéreo não tripulado tipo drone	7	958.410,25	332
Aeronave teleguiada Veículo aéreo não tripulado tipo drone	7	958.410,25	332
Gateway E1 de Telefonia Voip	2	1.983.310,00	100
Refrigerador científico vertical	2	16.000,00	100
Refrigerador para uso em laboratório	1	11.912,44	100
Capela de exaustão de gases semindustrial	1	1.984.500,00	332
Autoclave vertical	1	1.592.400,00	332
Concentrador de amostras	1	1.947.400,00	332
Colcoscópio Tipo Tela Plana	1	403.800,00	332
Correlato para câmara ambiental	3	764.023,30	332
Magnificador de mira holográfica	15	958.410,25	332

Mira holográfica	56	1.983.310,00	332
Coletes de proteção balística nível II	25	68.756,00	100
Módulo e divisória de ambientes	386 m2	326.085,70	100
Total		12.264.684,57	

2019

Meta atingida. Em 2019 foram realizadas novas aquisições com destaque para as discriminadas abaixo, as quais foram de suma importância para o atingimento dos objetivos propostos pela SSPDF, bem como colaboraram para prestação de um serviço eficiente à população do Distrito Federal.

DESCRÍÇÃO	QTD	VALOR	FONTE
Aquisições de Divisórias cegas e vidro e portas.	1.036 m ²	697.240,15	100
Grupo Gerador Diesel 500KVA/400KW	1	252.195,00	100
Grupo Gerador Diesel	1	252.195,00	332
Arquivo em aço deslizante	720	219.996,00	332
Ar condicionado 12,18 e 24.000BTU's	39	88.722,00	100
Estante metálica	85	83.999,55	100
Empilhadeira elétrica tracionária	2	66.000,00	100
Exaustor Industrial	62	49.600,00	100
Máquina de costura industrial	21	42.000,00	332
Motocicleta Honda CG 160 Cargo	2	22.980,00	100

Além dos equipamentos acima informados, foram adquiridos equipamentos para áudio, vídeo e fotos; material odontológico; utensílios de oficina; utensílios de escritório, mobiliário, máquinas e equipamentos diversos.

6. Criar e implementar plano de adequação e complementação do efetivo; (SSP) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Estudo do Dimensionamento do Efetivo de Segurança Pública.

2017

A meta foi atingida em 2016, com a elaboração do Estudo do Dimensionamento do Efetivo

7. Criar e implementar plano de qualificação dos profissionais da segurança pública (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Em 2016 foram realizadas as seguintes ações: Diagnóstico das Condições de Trabalho dos Atendentes da Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE; Feira da Saúde (com aferição de pressão arterial, exame de glicemia, campanha do meio ambiente com a Defesa Civil, saúde bucal, palestras motivacionais, orientações sobre doação de órgãos, otorrinolaringologia); Iniciativas visando Institucionalizar o Programa de Prevenção do Estresse e cumprir com as atividades que constam no plano de trabalho pactuado no Convênio nº 760.179/2011 com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ

2017

Meta atingida. No ano de 2017 destacamos as seguintes ações que contribuíram para o atingimento da meta: elaboração do Plano de Ação da Subsecretaria de Ensino e Valorização Profissional; Workshop de Valorização Profissional – Prevenção ao Suicídio no Contexto da Segurança Pública do Distrito Federal; Workshop de Valorização Profissional: o Papel do Profissional de Segurança Pública na Atuação e Prevenção da Violência contra a Mulher.

2018

Meta atingida com a elaboração e execução do Plano de Ação da Subsecretaria de Ensino e Valorização Profissional para o exercício de 2018. Principais ações destacadas na próxima meta " Capacitar uma média de 3.000 servidores, a cada ano, em cursos integrados ofertados no período".

2019

Meta atingida com a elaboração e execução do Plano de Ação da Subsecretaria de Ensino e Valorização Profissional para o exercício de 2019. Principais ações destacadas na próxima meta " Capacitar uma média de 3.000 servidores, a cada ano, em cursos integrados ofertados no período".

8. Fomentar a segurança no Distrito Federal, utilizando-se de tecnologia de ponta, modernos equipamentos e do trabalho desenvolvido por policiais militares atualmente capacitados; (PMDF)

2016

A Corporação dentro desta ótica procurou reformular todo o seu sistema de radiocomunicação adquirindo o sistema TETRA, implantou torres de redes de transmissão de dados, e está adquirindo novas estações de trabalho com tecnologias modernas, além do mais, trabalha na questão de auxiliar a SSP na implantação do vídeo monitoramento das ruas do Distrito Federal.

2017

Neste exercício a Corporação, dando continuidade ao seu processo de reaparelhamento e modernização, adquiriu novos e modernos coletes balísticos para todo efetivo e ainda iniciou o processo de renovação de sua frota oficial; adquiriu novas e modernas estações de trabalho para a atividade meio; adquiriu ainda, de forma inovadora, macacões com air bag para motociclistas. Isto alinhado às conquistas do exercício anterior capacitou a Corporação na busca da meta traçada, otimizando e trazendo mais segurança aos Policiais Militares no desenvolvimento do negócio da Corporação, garantido maior eficácia e efetividade no processo fim.

2018

Foram feitos investimentos em materiais e munições químicas, em material de proteção e segurança. Incluem-se ainda gastos com preservação dos próprios do Estado (BENS IMÓVEIS). No que tange à modernização dos seus processos internos, foram feitos investimentos nas aquisições de software e em equipamentos de processamentos de dados. Também foram realizados investimentos na renovação da frota na ordem de R\$ 15.488.318,00.

2019

Foram realizadas aquisições com foco na otimização da atividade fim da PMDF, que é a prevenção e repressão imediata ao crime. Neste contexto, destaca-se investimento da ordem de R\$ 2.600.000,00 (Dois milhões e seiscentos mil reais) para aquisição de equipamentos de proteção individual, segurança e socorro, e investimentos da ordem de mais de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) em equipamentos de tecnologia da informação, além da quantia de R\$ 39.800.000,00 (Trinta e nove milhões e oitocentos mil reais) para aquisições de viaturas tipo Dodge Journey, dentre outras, a fim de renovar a frota da PMDF, sendo realizada a alienação das inservíveis, o que possibilitou a arrecadação de recursos para o Fundo de Modernização e Reequipamento da PMDF.

9. Capacitar policiais militares em formação superior continuada, em área específica de segurança pública; (PMDF)

2016

No ano 2016, a Polícia Militar do Distrito Federal promoveu a formação de 20 policiais militares no curso de pós-graduação stricto sensu (mestrado), e está inovando agora oferecendo curso superior a população do Distrito Federal, por meio do Instituto Superior de Ciências Policiais.

2017

A Polícia Militar do Distrito Federal promoveu a formação de novos policiais militares no curso de pós-graduação stricto sensu (mestrado), e está inovando agora oferecendo curso superior à população do Distrito Federal, por meio do Instituto Superior de Ciências Policiais. Houve também a formação de 14 Policiais Militares em graduação de tecnólogo em segurança pública.

2018

Dando continuidade ao seu processo de formação superior continuada, a PMDF iniciou o curso de formação de oficiais com 119 integrantes, que serão formados ao final de três anos.

2019

Houve o ingresso de 110 alunos no Curso de Formação de Oficiais. Em acréscimo aos que foram matriculados em 2018 e subtraindo-se todos os desligamentos, tem-se o total de 194 Cadetes (Alunos-a-Oficial em formação superior continuada). Soma-se a isso que 3 alunos concluíram a pós-graduação lato-sensu em Análise Criminal.

10. Elevar anualmente em 2% o índice de disponibilidade da frota operacional. (CBMDF)

2016

Apesar de não haver alcançado a meta de elevar a disponibilidade da frota, é necessário observar o que índice obtido demonstra elevada eficiência em manter os veículos em plenas condições de uso. Para tanto, a manutenção das viaturas é realizada de forma direta no setor vocacionado e indireta por meio de contratação dos serviços e aquisição de peças. O exercício de 2016 se caracterizou pela ampliação da rede de oficinas credenciadas, aumentando o alcance dos contratos quanto as marcas e tipos de veículos. Outra realização foi o lançamento de edital para contratação de mecânicos não apenas para as viaturas, mas também para as aeronaves, garantindo a continuidade da manutenção própria e o acompanhamento especializado das empresas fornecedoras de peças e serviços terceirizados.

2017

Fatores:

1. Os Comandos de Áreas-(COMAR's) têm uma defasagem de pessoal de 15% na Qualificação Bombeiro Militar Geral 01 (combatente) - QBMG-01 e 8% de militares do Qualificação Bombeiro Militar Geral - 02 (condutor e operador de viatura) - QBMG-02, para o atender ao mínimo previsto pela matriz, considerando a média de afastamentos dos últimos 2 anos;
2. As Escadas tipo AEM e ABE somente 65,6% do tempo (2017) estavam em condições mecânicas de serem ativadas;
3. Há necessidade de equalizar os afastamentos previstos.

Decisões tomadas:

1. Implantação diária das IN 019/2016(Compartilhamento de Guarnição) e 024/2016 (Remanejamentos Prévios);
2. Realização de 2610 remanejamentos de Combatentes comporem SOS em unidade diversa a sua;
3. Realização de 2152 remanejamentos de Condutores para ativação/disponibilização de viaturas para SOS em unidade diversa a sua;
4. Acompanhamento das manutenções das viaturas tipo escadas (AEM e ABE) junto à autorizada juntamente com o executor de contrato visando dar celeridade e agilidade na liberação das viaturas;
5. Implantação do SMA (Sistema Marcação de Afastamentos) para a marcação das férias 2018 segundo todos os critérios da portaria 027/2010.

*É válido salientar que os valores correspondentes aos anos de 2016 e 2017 são incomparáveis, no sentido de que o primeiro índice contemplava apenas a disponibilidade da viatura, enquanto que, a partir de 2017, passou-se a considerar também a disponibilidade da equipe de socorro (condutor e guarnição).

2018

Para o resultado alcançado consideram-se os seguintes fatores: Redução no quadro de Oficiais Peritos de Incêndios lotados na DINVI; Implementação do sistema - SCIPWEB (Sistema Contra incêndio e Pânico); Alterações na metodologia para a investigação de incêndio; Ocorrências que envolvem atuação da PCDF (Polícia Civil do Distrito Federal); Falta de conhecimento das guarnições de socorro urbano quanto ao procedimento de acionamento da Perícia CBMDF. Diante das dificuldades decidiu-se: Implantar novo regime de serviço operacional de perícia; Empregar continuamente o sistema SCIPWEB; Capacitar os peritos quanto à nova metodologia aplicada à investigação de incêndios; Desenvolver um protocolo juntamente com a PCDF para atendimentos aos incêndios classificados com a causa de "Ação Pessoal Intencional".

2019

A Demanda Reprimida permaneceu estável durante todo o ano, porém abaixo da meta;

2) Houve o Aperfeiçoamento do Sistema Fênix, que permite a irradiação da ocorrência concomitante para a SECOM da unidade operacional e a mesa de atendimento do CIADE, auxiliando na redução da Demanda Reprimida, uma vez que diminui o Tempo Resposta e, consequentemente, dá maior fluidez na liberação das viaturas para atendimento à próxima ocorrência;

3) As Unidades de Resgate (URs), por vezes, ficaram baixadas nos hospitais públicos do DF devido à retenção das macas. No entanto, a disponibilização de macas reservas para as URs tem reduzido esse transtorno. Ainda, foi implementado o Serviço Gratificado nas unidades hospitalares (HRC, HRT, HBB) para prestar auxílio às equipes de UR's no tocante ao acompanhamento/recolhimento de material e liberação de macas para agilizar a reativação das viaturas. Serviço que já apresenta resultados bastante positivos; positivos;

4) É comum as viaturas permanecerem resguardando o local da ocorrência, sendo impedida de deixar o local até a chegada da PMDF ou DETRAN, também retardando a reativação das viaturas no socorro.

5) Além das baixas de viaturas por motivos diversos, influenciou no resultado a quantidade de viaturas que tiveram que resguardar o local das ocorrências até a chegada do órgão competente, ficando indisponíveis para o socorro. Além disso, os grandes deslocamentos para atender algumas ocorrências fizeram com que a área ficasse desguarnecida. Outro fator importante foi o efetivo reduzido, implicando no compartilhamento de viaturas pelas guarnições, além dos transtornos gerados pelos trotes

11. Capacitar uma média de 3.000 servidores, a cada ano, em cursos integrados ofertados no período (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

A longo do ano foram capacitados 4.607 servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização, presencial (844 servidores) e à distância (3.763 servidores), com temas que se correlacionam com as atividades profissionais da pasta, dentre os quais se destacam: Curso de Prevenção e Repressão a Entorpecentes, Curso de Gestor de Unidades de Combate às Drogas, Curso de Investigações Cibernéticas e Crime Organizado, Curso de Análise Criminal, Curso de Sistema de Comandos e Incidentes, Curso de Investigação de Homicídios, Curso de Capacitação para Atendimento de Pessoas com Deficiência em Situação de Violência com Introdução à Libras, Workshop Lançamento do Plano Estratégico 2016-2019, Capacitação de Atendentes da CIADE e outros.

2017

Em 2017 a SSPDF, por meio da Subsecretaria de Ensino e Valorização Profissional – SEVAP, também atuou continuadamente na oferta de diversos cursos, seminários, workshops com o objetivo de fomentar a estratégia de execução do programa "Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida", por meio do Eixo 3: aumento da confiança e melhoria do serviço público de segurança, embasado por duas diretrizes: valorização dos profissionais de segurança pública e qualificação da gestão da segurança pública por meio de indicadores de desempenho e de resultado.

A SEVAP atuou fortemente na reestruturação das ações e canais e atendimento a ocorrências, do "Viva Brasília, nosso Pacto pela Vida", com cursos voltados para os atendentes e despachantes da CIADE, no intuito de aperfeiçoar esta mão-de-obra tão importante para o sistema da segurança pública e atender os anseios da comunidade na melhoria dos serviços prestados por aquela Central.

O Programa de Implantação do SEI na Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social foi um sucesso. Hoje o sistema está funcionando plenamente. Como consequência, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão concedeu à SSPDF o Certificado: "Honra ao Mérito – Eu Virei a Chave", pela modernização e simplificação na gestão de documentos, alcançando a marca de 100% na utilização do processo eletrônico.

A SEVAP participou de todo processo de implantação do Programa "Viva Flor", em especial formando os multiplicadores da PMDF, PCDF e CBMDF.

Ao longo do ano foram capacitados 7.873 servidores, por meio de cursos, seminários, workshops presenciais (3.212 servidores) e à distância (4.661 servidores), com temas que se correlacionam com as atividades profissionais da pasta, dentre os quais destacamos:

- Curso para Atendimento e Despacho do Centro de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal (Copom);
- Workshop: Atividade de Inteligência – Técnica de Entrevista e Análise de Veracidade;
- Seminário Internacional de Polícia Comunitária;
- Curso de Comando de Incidentes (SCI) – nível básico;
- Seminário sobre o Sistema Penitenciário do Distrito Federal
- Curso de Justiça Restaurativa, Mediação e Outros Métodos Participativos em Área Penal;
- Oficina de Segurança para Profissionais da Imprensa em Áreas de Manifestações;
- Seminário Pacto pela Vida: Resultados e Perspectivas;
- Treinamento, Prevenção e Combate a Princípio de Incêndio;
- Curso de Prevenção e Investigação de Lavagem de Dinheiro;
- Curso de Formação de Multiplicadores – Atendimento de Ofendidas em Medidas Protetivas de Urgência;
- Curso de Habilitação para Pistola .40;
- Programa de Implantação do SEI – ensino presencial;
- Capacitação sobre a Percepção de Risco e Atuação de Emergências;
- Workshop de Valorização Profissional – Prevenção ao Suicídio no Contexto da Segurança Pública do Distrito Federal.
- Workshop de Valorização Profissional: o Papel do Profissional de Segurança Pública na Atuação e Prevenção da Violência contra a Mulher;
- Capacitação em Armamento e Tiro-Pistola Calibre .40;
- Capacitação em Ferramentas de Análise de Fenômenos de Segurança Pública;
- Plano de Abandono do Edifício Sede da SSPDF;
- Exercício Simulado de Abandono do Edifício Sede da SSPDF, entre outros.

2018

Meta atingida. A SSPDF, por meio da Subsecretaria de Ensino e Valorização Profissional – SEVAP, atuou continuadamente na oferta de diversos cursos, seminários, workshops com o objetivo de fomentar a estratégia de execução do programa "Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida", por meio do Eixo 3: aumento da confiança e melhoria do serviço público de segurança, embasado por duas diretrizes: valorização dos profissionais de segurança pública e qualificação da gestão da segurança pública por meio de indicadores de desempenho e de resultado.

Foram reestruturadas as ações e canais e atendimento a ocorrências, do "Viva Brasília, nosso Pacto pela Vida", com cursos voltados para operacionalização do Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB, no intuito de aperfeiçoar esta mão-de-obra tão importante para o sistema da segurança pública e atender os anseios da comunidade na melhoria dos serviços prestados por aquele Centro.

Foi realizada a capacitação da PMDF, PCDF e CBMDF, com formação de multiplicadores, no âmbito da implantação do Programa "Viva Flor", atividade necessária para garantir a efetividade do programa.

Houve também a capacitação de 93 servidores e dependentes em línguas estrangeiras.

Ao longo do ano foram capacitados 8.595 servidores, por meio de cursos, seminários, workshops, presencial (3.400 servidores) e à distância (6.891 servidores), com temas que se correlacionam com as atividades profissionais da pasta, dentre os quais destacamos:

- Workshop: Viva Brasília nas Escolas;
- XX Reunião do Comitê Setorial de Segurança Pública Municipal da União de Cidades Capitais Ibero-Americanas (UCCI);
- Curso Básico para Statistical Package for Social Sciences para Pesquisadores (SPSS);
- Programa de Implantação do SEI – ensino presencial;
- Treinamento de Operacionalização do CIOB;
- Curso de Formação de Oficiais – Disciplina Lei Maria da Penha e Atendimento Policial;
- Palestra sobre Segurança Pública para a Associação dos Adidos Policiais de Embaixadas sediadas em Brasília, entre outros.

2019

A SSP/DF, por meio da Subsecretaria de Valorização Profissional – SEVAP, atuou para desenvolver as competências conceituais, operativas e atitudinais dos servidores da Segurança Pública do Distrito Federal. Destacam-se as ações de enfrentamento à violência contra a mulher neste cenário. Outro importante foco das ações de capacitação da SEVAP foi a atenção aos profissionais das escolas de gestão compartilhada.

Com o surgimento de novas tecnologias e desenvolvimentos de sistemas e programas de gerenciamento de ocorrências, a SEVAP também capacitou os servidores/gestores do CIOB que realizam atendimento e fazem a monitoração das câmeras de segurança, para que possam prestar um bom atendimento à sociedade.

A SSPDF, por meio da SEVAP, celebrou ainda acordos com Escolas de Línguas Estrangeiras (Instituto Cervantes, Aliança Francesa, Casa Thomas Jefferson e Cultura Inglesa) com o intuito de propiciar aos servidores da SSPDF e seus familiares o acesso à aprendizagem dos idiomas espanhol, francês e inglês com melhores condições. Frisa-se o ciclo de palestras para os adidos policiais/militares, com o objetivo de celebrar acordos e convênios na área de ensino.

Ação que mereceu grande destaque foi o Seminário Internacional “Um novo Olhar sobre a segurança Pública”, que teve como objetivo disseminar experiências e contribuir para o debate sobre boas práticas voltadas para a redução da violência e da insegurança da sociedade, por meio de exemplos exitosos em outros países, avaliando sua aplicabilidade à realidade brasileira e, especialmente, do Distrito Federal.

Ao longo do ano foram capacitados 9.042 servidores, por meio de cursos, seminários, workshops, presencial (7.326 servidores) e à distância (1.716 servidores), com temas que se correlacionam com as atividades profissionais da pasta, dentre os quais destacamos:

- Palestra “O Atendimento Policial e a Lei Maria DA Penha” (CAE);
- Programa de Treinamento e Capacitação dos Militares da Central de Operações e Comunicações BM (COCB);
- Treinamento de Primeiros Socorros e Emergências;
- Reunião com Adidos Policiais/Militares das embaixadas estrangeiras com representação em Brasília – Palestra; Lei Maria da Penha e o Sistema Penitenciário;
- Lei Maria da Penha no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
- Apresentação do Programa Lei Maria da Penha no Fórum de Segurança Pública;
- A Lei Maria da Penha e o Atendimento no CBMDF - Curso de Formação de Oficiais;
- Lei Maria da Penha E o Atendimento do Sistema Penitenciário Feminino;
- Intervenção Policial em Ocorrências de Violência Doméstica;
- Curso de Sistema de Comando de Incidentes (CSCI) - Nível Básico 1;
- Treinamento de Atendimento Pré Hospitalar – APH;
- Curso de formação de multiplicadores em prevenção ao suicídio;
- Seminário Nacional de Prevenção ao Suicídio dos Profissionais de Segurança Pública;
- Capacitação Técnico-Pedagógica integrada para os profissionais das Escolas de Gestão Compartilhada do Distrito Federal (Módulo 1 – Escola de Gestão

Compartilhada; Módulo 2 – Relações Interpessoais no Ambiente Escolar; Módulo 3 - Estratégias de Mediação de Conflitos e Gestão de Pessoas; Módulo 4 – Proteção da Integridade da Criança e do Adolescente; Módulo 5 – Fenômenos do Ambiente Escolar);

Curso Internacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher;

Seminário Internacional “Um Novo Olhar Sobre a Segurança Pública”;

Participação no Encontro Técnico Anual do Programa Nacional de Qualidade de Vida para profissionais de Segurança Pública(PRÓ-VIDA); e

I Feira de Boas Práticas em melhoria da Qualidade de Vida.

12. Capacitar uma média de 3.720 policiais militares, a cada ano, em Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. (PMDF)

2016

Antes de 2015 a Polícia Militar do Distrito Federal formou mais de 3000 Policiais Militares em Tecnólogo Em Segurança Pública, em 2016 foram formados 60 Policiais Militares como pode ser observado na tabela acima.

2017

Antes de 2015 a Polícia Militar do Distrito Federal formou mais de 3000 Policiais Militares em Tecnólogo Em Segurança Pública, em 2017 foram formados 14 Policiais Militares.

2018

Antes de 2015 a Policia Militar do Distrito Federal formou mais de 3000 policiais militares em curso Tecnólogo Em Segurança Pública. Em 2017 foram formados 14 policiais, em 2018, 52 policiais. Esclarece-se que, da média desejada de 3.720 formados, a Polícia Militar do DF formou 3.000 Policiais Militares em curso superior de tecnologia em segurança pública. O objetivo era graduar todo o efetivo da PMDF, mas a meta foi influenciada pelo fato de quase a totalidade do efetivo já possuir nível superior.

2019

Foram formados mais de 3.000 policiais militares no curso superior em Tecnologia em Segurança Pública, por meio de contrato firmado com a Universidade Católica de Brasília, até o ano de 2015. A partir de 2016, o Instituto Superior de Ciências Policias iniciou a formação de policiais militares, sendo que, em 2017, 14 policiais militares foram formados, em 2018, 52 policiais militares e, em 2019, 26 policiais militares, totalizando assim 3.092 policiais militares.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	2019 Alcançado	Fonte Informação
1612	ADEQUAÇÃO METODOLÓGICA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	%	0	30/06/2015	50	100	75	100	80	100	90	100	AGEPRO/ SSP / UO 24101 / OE 6
1613	ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	99,82	30/06/2015	85	99,48	90	99,62	90	92,63	90	95,05	SUAG/SSP / UO 24101 / OE 6
1615	PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	UNIDADE	255	31/07/2015	255	-	255	-	255	-	255	599	SGI/SSP / UO 24101 / OE 6
1616	ÍNDICE DE APROVAÇÃO DE RECURSOS DE INVESTIMENTO EM RELAÇÃO AO PROPOSTO (Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	%	26,90	31/01/2015	100	59,43	100	41,58	100	79,01	100	42,12	PMDF / UO 24103 / OE 6

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	2019 Alcançado	Fonte Informação
1618	DISPONIBILIDADE DA FROTA OPERACIONAL	%	85,13	31/01/2015	87,6	84,49	89,6	90,88	91,6	63,0	93,6	54,1	CEMEV/ CBMDF / UO 24104 / OE 6
1619	ACIDENTES DE SERVIÇO	%			4,4	8,7	3,52	15,98	2,63	32,48	1,75	40,2	Diret. Saúde / CBMDF / UO 24104 / OE 6
1620	SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 a 5)	NOTA			4,5	4,4	4,5	3,9	4,5	3,6	4,5	4,4	Dirconv/ DETRAN / UO 24201 /OE 4, 6

Justificativas 2016

Indicador 1611 - Índice de Aquisições para Renovação Tecnológica da SSP: Não foi possível a mensuração do Indicador, pois a metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado. Esta Pasta irá propor em momento oportuno um novo indicador que além de relevância, validade e confiabilidade, também tenha um grau de cobertura adequado aos propostos que se presta, tendo também como propriedades a cobertura, comunicabilidade, custos factíveis

Indicador 1612 - Todos os projetos estratégicos da SSP/DF relacionados no Acordo de Resultados 2016 forma gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/SEPLAG e consequentemente pelo Escritório de Projetos desta SSP/DF.

Indicador 1613 - Índice de Execução Orçamentária: o índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, considerando apenas os recursos da fonte 100.

Indicador 1615 - Produção de Conhecimento para a Gestão da Segurança Pública: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil.

Indicador 1616 - Devido a crise econômica enfrentada pelo país, os recursos apresentados na proposta orçamentária da PMDF, para investimento, não foram viabilizados integralmente na Lei Orçamentária Anual.

Indicador 1618 - Verificou-se que durante o ano de 2016 houve interrupção de contrato de fornecimento de peças. Contudo, a regularização dos contratos de fornecimento de peças no decorrer do 1º trimestre contribuiu para que o resultado ficasse bem próximo da meta, tendo crescido em relação ao ano de 2015, um fator positivo.

Indicador 1619 - Verificou-se que no ano de 2016 houve melhora no resultado do indicador em relação aos 3 anos anteriores. Apesar do resultado aquém da meta, este setor vai envidar esforços no sentido de verificar se há correlação entre parte dos acidentes relatados com os meses de seca (Operação Verde Vivo) e/ou a realização de cursos operacionais, a fim de melhorar o alcance ou reanalisar as metas estipuladas com parâmetros internacionais.

Indicador 1620 - O índice alcançado é justificado mediante a reformulação tecnológica e treinamento de mão de obra implementados no callcenter, tornando o atendimento mais rápido e Dinâmico e consequentemente agradando os usuários.

Justificativas 2017

Indicador 1611 - 2017 - Índice de Aquisições para Renovação Tecnológica da SSP: Não foi possível a mensuração do Indicador, pois a metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado. Esta Pasta irá propor em momento oportuno um novo indicador que além de relevância, validade e confiabilidade, também tenha um grau de cobertura adequado aos propostos que se presta, tendo também como propriedades a cobertura, comunicabilidade custos.

Indicador 1612 - 2017 - Todos os projetos estratégicos da SSP/DF relacionados no Acordo de Resultados 2017 foram gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/SEPLAG e, consequentemente, pelo Escritório de Projetos desta SSP/DF.

Indicador 1613 - 2017 - Índice de Execução Orçamentária: o índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, considerando apenas os recursos da fonte 100.

Indicador 1615 - 2017 - Produção de Conhecimento para a Gestão da Segurança Pública: A Subsecretaria de Gestão da Informação/ SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados, os quais está Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social.

Indicador 1616 - Devido a crise econômica enfrentada pelo país, os recursos apresentados na proposta orçamentária da PMDF para investimentos não foram viabilizados integralmente na Lei Orçamentária Anual.

Indicador 1618 - Verificou-se que, durante o ano de 2017, foi possível atender de forma eficiente a demanda de manutenção, alcançando o índice acima do desejado e confirmando a crescente evolução aos anos anteriores. A obtenção do resultado positivo se deu em decorrência da eficaz gestão de recursos humanos e materiais para otimizar o tempo gasto nas manutenções e, consequentemente, diminuir o tempo em que as viaturas ficaram efetivamente baixadas para manutenção.

Indicador 1619 - O número de acidentes em serviço vem se mantendo constante. Só havendo aumento considerável em meses de seca e cursos. A redução do número de acidentes em serviço depende do treinamento que é um meio de desenvolver competências nos bombeiros para que se tornem mais produtivos, criativos, inovadores e conscientes de suas responsabilidades, sendo outro recurso a oferta de cursos objetivando o aprimoramento técnico-profissional, administrativo e cultural, para o desempenho de suas funções.

Justificativas 2018

Indicador 1612 - 2018 - Todos os projetos estratégicos da SSP/DF relacionados no Acordo de Resultados 2017/2018 foram gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/SEPLAG e, consequentemente, pelo Escritório de Projetos desta SSP/DF.

Indicador 1613 - O índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, considerando apenas os recursos da fonte 100.

Indicador 1615 - A metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado.

Indicador 1616 - Devido à crise econômica, os recursos solicitados pela Corporação para investimento, na proposta orçamentária, não foram totalmente viabilizados, ficando muito aquém do solicitado. Pesa ainda em desfavor da Corporação o fato de que parte dos recursos autorizados na Lei Orçamentária Anual foram contingenciados na setorial de orçamento. Ao final do exercício financeiro, foram cancelados recursos da ordem de R\$ 12.199.220,00, e suplementado em outro órgão alheio a Polícia Militar.

Indicador 1618 - Optou-se pela manutenção das Instruções Normativas 019/2016/COMOP/CBMDF (Compartilhamento de Guarnição) e 024/2016/COMOP/CBMDF (Remanejamento Prévios) e equalização diárias feita por remanejamento de pessoal entre os GBMs, tanto de militares combatentes como de condutores; manutenção de contratos para fornecimento de peças e serviços para viaturas e implantação do SMA (Sistema de Marcação de Afastamentos) para o estabelecimento das férias pelos critérios da Portaria 27/2010-CBMDF.

Indicador 1619 - Houve aumento do efetivo do CBMDF, com inserção e treinamentos dos candidatos aprovados em concurso público. A redução do número de acidentes em serviço depende do treinamento, que é um meio de desenvolver competências nos bombeiros para que se tornem mais produtivos, criativos, inovadores e conscientes de sua responsabilidade. Também é necessário haver cursos objetivando o aprimoramento técnico-profissional, administrativo e cultural.

Indicador 1620 - A nota apurada, menor que a dos anos anteriores, se deve em parte em virtude de o aumento expressivo da demanda (220 mil atendimentos) mais que em 2017), o que gerou aumento no tempo de espera, cuja avaliação da nota caiu de 3,1 para 2,7.

Justificativas 2019

Indicador 1612 – Todos os projetos estratégicos da SSP/DF no ano de 2019 foram gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/Secretaria de Economia e pela Diretoria de Projetos desta pasta.

Indicador 1613 – O índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, respaldado por projetos priorizados com base em critérios técnicos e considerando apenas os recursos da fonte 100.

Indicador 1615 – No ano de 2019 a SSP/DF realizou importantes diagnósticos que permitiram compreender a situação da segurança pública no Distrito Federal, contribuindo assim para a redução da criminalidade e a superação de metas estabelecidas para 2019.

Indicador 1616 – O não atendimento dos valores propostos impactam diretamente o planejamento da Corporação, planejamento esse que é feito conforme determinado pelo acórdão nº 2622/2015, a várias mãos e com antecedência mínima de um ano. O não atendimento joga por terra tudo aquilo que foi planejado em termos de expansão da ação governamental dos processos finalísticos de segurança pública. Índice Desejado: 100, Índice Alcançado 42,12.

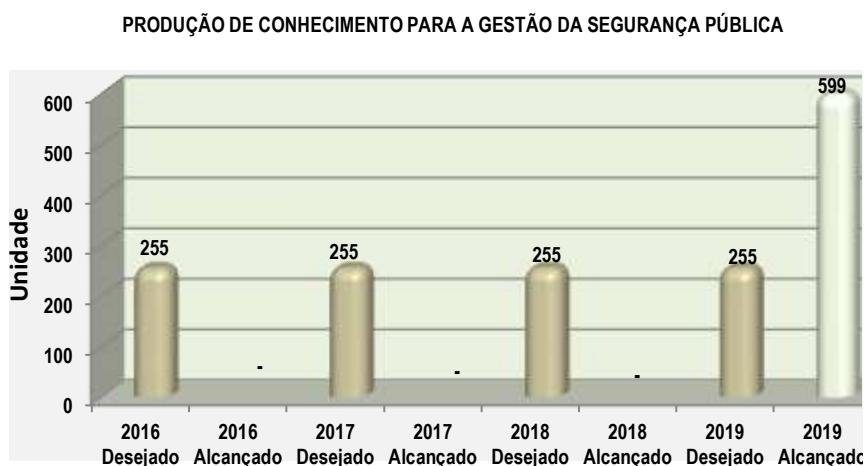
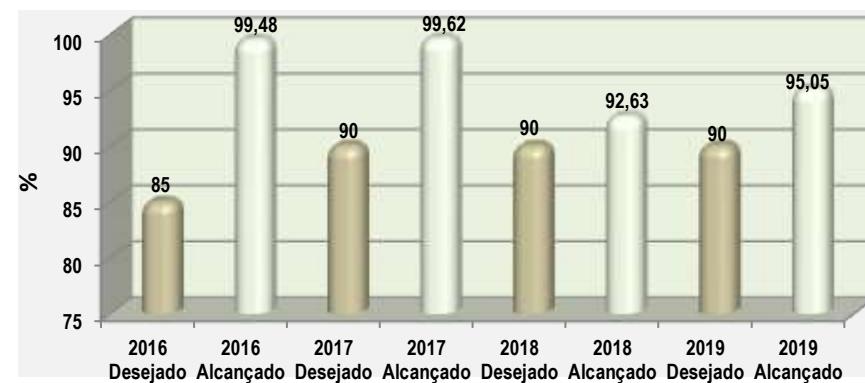
Indicador 1618 – 1) A Demanda Reprimida permaneceu estável/instável durante todo o ano, porém abaixo da meta.2) Houve o Aperfeiçoamento do Sistema Fênix, que permite a irradiação da ocorrência concomitante para a SECOM da unidade operacional e a mesa de atendimento do CIADE, auxiliando na redução da Demanda Reprimida, uma vez que diminui o Tempo Resposta e, consequentemente, dá maior fluidez na liberação das viaturas para atendimento à próxima ocorrência.3) Teve-se registrados de trotes em 2019.

Indicador 1619 – Aumento percentual de casos notificados de acidente em serviço nos meses de fevereiro, setembro e novembro/2019, com baixo volume nos meses de junho e dezembro/2019. Todos os dados foram obtidos conforme quantitativo de casos notificados por militar, considerando o efetivo total divulgado mensalmente pela Diretoria de Pessoal do CBMDF.

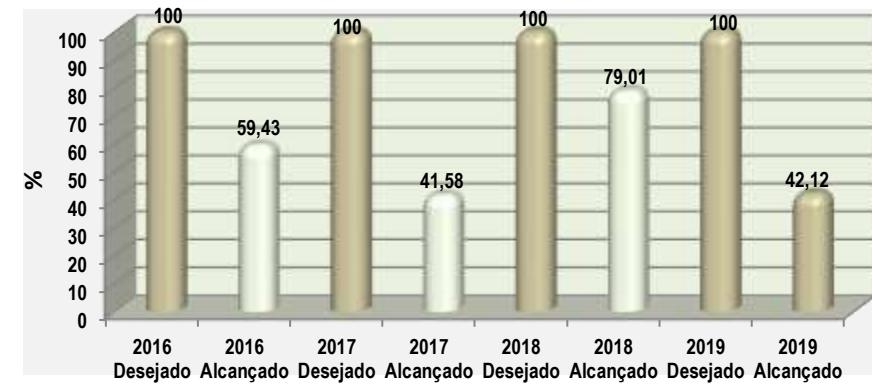
Indicador 1620 – A nota apurada, maior que a dos anos anteriores bem próximo da meta desejada, se deve em face à disponibilização de mais serviços online, redução de espera na unidade de atendimento presencial o que gerou redução em torno de 8min no tempo de espera, cuja avaliação da nota aumentou de 3,5 para 4,4.



ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)



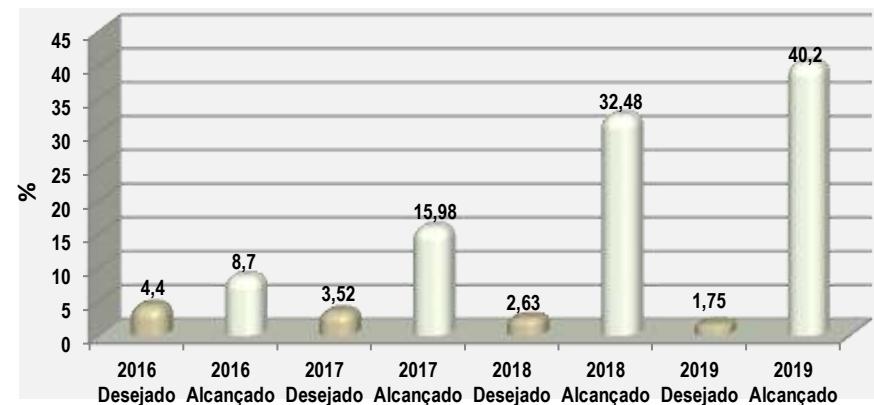
ÍNDICE DE APROVAÇÃO DE RECURSOS COM INVESTIMENTO EM RELAÇÃO AO PROPOSTO (Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)



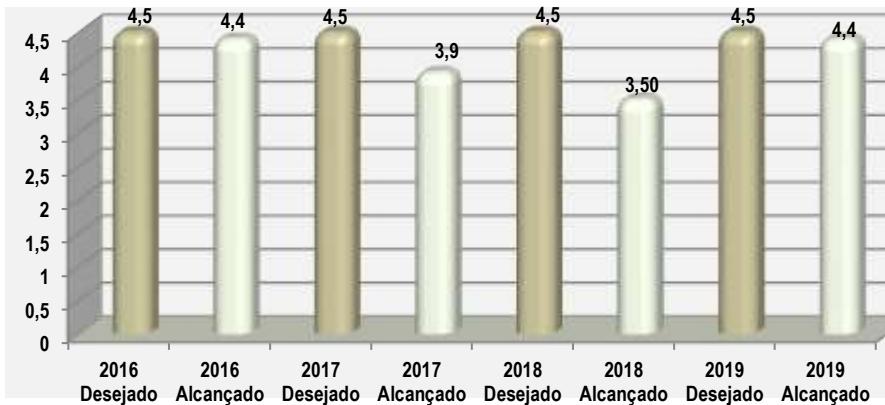
DISPONIBILIDADE DA FROTA OPERACIONAL



ACIDENTES DE SERVIÇO



SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	6	1	Formulação Planejamento Estratégico integrado entre SSP e Forças de Segurança; (SSP)	24101	100	<p>2016 - Plano Estratégico elaborado, aguardando validação do Secretário.</p> <p>2017 - Caderno Executivo do Plano Estratégico finalizado, aprovado e validado pelo Secretário, para fins de publicação e disseminação ao público interno e externo.</p> <p>2018 - Caderno Executivo do Plano Estratégico finalizado.</p> <p>2019 - Ação concluída em 2018.</p>
6217	6	2	Implantação de Metodologia de Gestão Estratégica; (SSP)	24101	100	<p>2016 - Metodologia implantada, utilizando Matriz de Priorização de Projetos, Monitoramento e Avaliação do modelo.</p> <p>2017 - Metodologia implantada, utilizando Matriz de Priorização de Projetos, Monitoramento e Avaliação do modelo.</p> <p>2018 - Metodologia implantada. A Portaria Nº 39, de 15 de março de 2018, publicada no DODF Nº 57 de 23 de março de 2018, institui o Comitê de Gestão Estratégica da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSP/DF.</p> <p>2019 - Metodologia implantada em 2018.</p>
6217	6	3	Aprimoramento da Metodologia de Gerenciamento de Projetos; (SSP)	24101	100	<p>2016 Ação não orçamentária parcialmente implementada, utilizando o modelo de gestão proposto pelo GDF usando as seguintes ferramentas para o detalhamento dos projetos estratégicos: Termo de Abertura do Projeto - TAP, Estrutura Analítica do Projeto - EAP e Cronograma.</p> <p>2017 Ação não orçamentária totalmente implementada, utilizando o modelo de gestão proposto pelo GDF usando as seguintes ferramentas para o detalhamento dos projetos estratégicos: Termo de Abertura do Projeto - TAP, Estrutura Analítica do Projeto - EAP e Cronograma. A SSP/DF também utiliza o Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do DF.</p> <p>2018 Ação não orçamentária totalmente implementada, utilizando o modelo de gestão proposto pelo GDF usando as seguintes ferramentas para o detalhamento dos projetos estratégicos: Termo de Abertura do Projeto - TAP, Estrutura Analítica do Projeto - EAP e Cronograma. A SSP/DF também utiliza o Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do DF.</p> <p>2019 Ação totalmente implementada, utilizando o modelo de gestão proposto pelo GDF usando as seguintes ferramentas para o detalhamento dos projetos estratégicos: Termo de Abertura do Projeto - TAP, Estrutura Analítica do Projeto - EAP e Cronograma. A SSP/DF também utiliza o Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do DF.</p>
6217	6	4	Divulgação das atribuições e atividades da Ouvidoria; (SSP)	24101	100	<p>2016 - Não houve nenhuma atividade de divulgação específica desta Pasta. Divulgação realizada apenas pela Ouvidoria Geral do GDF.</p> <p>2017 - A divulgação das atribuições e atividades da Ouvidoria foram realizadas pela Ouvidoria Geral do GDF e também por meio do Projeto Ouvidoria Itinerante nos Presídios.</p> <p>2018 - A divulgação das atribuições e atividades da Ouvidoria foram realizada pela Ouvidoria Geral do GDF e também por meio do Projeto Ouvidoria Itinerante nos Presídios.</p> <p>2019 - A divulgação das atribuições e atividades da Ouvidoria foram realizada pela Ouvidoria Geral do GDF.</p>
6217	6	5	Criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (SSP) (Item	24101	100	<p>2016 - Ação orçamentária não implementada.</p> <p>2017 - Ação orçamentária não implementada.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRÍÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)			2018 - Ação implementada com a criação do o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC da SSPDF. 2019 - Ação implementada no exercício de 2018.
6217	6	6	Gestão junto à Governança-DF para retomada de projetos paralisados; (SSP) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	24101	100	2016 - A gestão junto a governança para a retomada de projetos foi realizada a partir de demandas pontuais desta pasta. 2017 - A gestão junto a governança para a retomada de projetos foi realizada a partir de demandas pontuais desta pasta. 2019 - Ação implementada. A gestão junto a governança para a retomada de projetos foi realizada a partir de demandas pontuais da SSP.
6217	6	7	Criar e implantar um manual técnico voltado para a redução dos custos da administração; (PMDF)	24103	80	2016 - No ano de 2016, iniciou-se a criação do Manual de Orçamento das PMDF e do Manual de Logística da PMDF. Ambos estão em fase de conclusão. 2017 - Ação ainda não implementada 2018 - Ação ainda não implementada – Atualmente encontra-se na Assessoria Técnico Jurídica da Corporação para ajustes finais e publicação manual de gestão orçamentária e financeira, que tem por escopo mitigar os riscos nos processos de aquisição de bens e serviços, otimizando as contratações e deixando a execução físico-financeira do orçamento mais transparente. 2019 - O Manual de Gestão Orçamentária e Financeira encontra-se em processo de correção e revisão para que seja publicado.
6217	6	8	Divulgar para a sociedade, as atividades realizadas e os resultados obtidos pela Corporação; (PMDF)	24103	100	2016 - A Corporação divulga diariamente sua produtividade em seu SITE oficial, estando disponível a toda a População do Distrito Federal. 2017 - Cumprindo a Lei de Acesso a Informação, a corporação disponibiliza atualmente em seu site oficial informações a respeito de seus resultados. 2018 - Cumprindo a Lei de Acesso a Informação, a corporação disponibiliza atualmente em seu site oficial informações a respeito de seus resultados permitindo o acesso a toda a sociedade brasileira garantindo desta forma o controle social. 2019 - Cumprindo a Lei de Acesso à Informação, a corporação disponibiliza atualmente em seu site oficial informações a respeito de seus resultados permitindo o acesso a toda a sociedade brasileira e garantindo, desta forma, o controle social.
6217	6	9	Implantar o Código de Ética da Polícia Militar do Distrito Federal; (PMDF)	24103	100	2016 - A proposta do Código de Ética da Polícia Militar do Distrito Federal foi concluída no que se refere às providências possíveis da PMDF. Como o código será um Decreto Federal, a proposta está seguindo a tramitação específica. 2017 - Ação já totalmente implantada, possível de sofrer revisões e atualizações 2018 - Ação não implantada e carece de revisão e atualizações, há uma proposta de código de ética que necessita de ser atualizada para assim ser publicada. 2019 - Atualmente, está em vigor na Corporação a Portaria PMDF nº 718 de 05 de agosto de 2010, que aprova o Código de conduta Profissional para o Policial Militar, não se olvidando de que está em estudo, objeto de comissão com o fim de reformular o código de ética, observado os ditames da Lei Federal nº 13.967/2019.
6217	6	10	Criação e implementação de programas motivacionais voltados para melhoria da produtividade do serviço policial militar; (PMDF)	24103	*0	2016 - Não há dados para se afirmar. A ação possui um núcleo indefinido o qual não se verificou mecanismo de aferição 2017 - Em 2017 a Corporação adquiriu coletes balísticos para todo o efetivo; roupas com air bags para motociclistas; iniciou o processo de renovação de sua frota, bem como adquiriu novas e modernas estações de trabalho para a atividade meio, impactando diretamente a motivação dos Policiais Militares na execução do negócio da Corporação, servindo de fator motivador para o aumentar o desempenho dos Policiais Militares na atividade fim. Outro fator a ser levado em consideração foi a aquisição de novas estações de trabalho, e ainda o início da renovação da frota oficial da PMDF. 2018 - Ação não implantada e carece de revisão e atualizações, há uma proposta de código de ética que necessita de ser atualizada para assim ser publicada. 2019 - Em que pese não haver um programa específico implementado para esse fim, existem ações que impactam diretamente na motivação voltada para a melhoria da produtividade do serviço policial militar, assim a ação possui um núcleo indefinido o qual não se verificou mecanismo de aferição.
6217	6	11	Implementação da reestruturação da carreira policial militar; (PMDF)	24103	*20	2016 - Em andamento. 2017 - O processo de reestruturação da carreira continua em andamento.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRÍÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>2018 - O processo de reestruturação da carreira continua em andamento.</p> <p>2019 - No final de 2019 foi instituída comissão para tratar do Plano de Carreira, estando os trabalhos em andamento.</p>
6217	6	12	Criar e Implantar a Perícia Criminal da Polícia Militar do Distrito Federal. (PMDF)	24103	*70	<p>2016 - A corporação formou 03 peritos oficiais, a fim de efetuarem atividades próprias de Perícia Criminal. Foi criado dentro da Corregedoria da PMDF, o Núcleo de Perícia Criminal. Contudo, para a efetivação completa, necessita-se de aquisição de equipamentos específicos.</p> <p>2017 - A ação orçamentária em questão encontra-se em processo de implantação e inicialização. A Polícia Militar já capacitou 07 oficiais e está em processo de capacitação de mais oficiais em cursos de perícia no país e no mundo. A perspectiva é de implantar o núcleo de perícia PMDF para atender à Corporação nos próximos anos.</p> <p>2018 - As principais missões realizadas pela Criminalística foram: Acompanhamento do Projeto de Estruturação do NuCrim SEI nº 00054-00028293/2018-38; Acompanhamento do processo licitatório de compras de materiais e equipamentos de perícia conforme processo SEI nº 00054-00075289/2018-69 ; Acompanhamento da Minuta de Portaria sobre Cadeia de Custódia. Dentre outras ações necessárias para o atingimento da meta.</p> <p>2019 - A Instrução Normativa/DCC nº 21, de 19 de agosto de 2019, regulamenta o plantão de perícia criminal militar e regulamenta também a nomeação de peritos policiais militares, bem como as atividades relativas à realização de perícias na PMDF.</p> <p>Nesse contexto, encontra-se em análise final na Assessoria Técnico-Jurídica do Departamento de Controle e Correição, a portaria sobre preservação de local de crime militar e processamento da cadeia de custódia de vestígios.</p> <p>Ademais, as atividades que serão desempenhadas pelo NUCRIM: grafodocumentoscopia, perícia áudio-visual, balística, análise de rastros (pegadas, papiloscopia), local de crime militar, perícia digital, eficiência de materiais. Tem-se como perspectiva com relação aos recursos humanos, a formação de 3 Oficiais peritos, a formação de 2 Praças auxiliares de perito, ampliação das instalações, aquisição de equipamentos, formação continuada, certificação e acreditação.</p>

*Considerando que a apuração da Ação Não Orçamentária é acumulada, considerou-se o índice do ano de 2018.

Análise dos Resultados do Objetivo Específico

2016/2019

SSP

O Objetivo Específico “Governança, Gestão e Pessoas: desenvolver a gestão por resultados integrada de todos os órgãos de segurança pública com planejamento e aperfeiçoamento na execução dos processos internos, bem como promover a valorização dos profissionais de segurança pública, com vistas a atingir a excelência dos serviços prestados à comunidade”, caracteriza-se por fazer parte de um projeto amplo de desenvolvimento, que proporcione a melhoria concreta das corporações e instituições de segurança pública, assim como das organizações e dos métodos praticados, da informação gerencial e da capacitação de pessoas, assumindo os contornos estratégicos pretendidos.

A atual proposta de gestão e governança da segurança pública do Distrito Federal, passa pelo surgimento de um novo profissional da área, identificado por uma gestão de pessoas eficientes, embasada na capacitação de competências. Dessa forma, como características principais da nova gestão da segurança pública, merecem destaque: busca pela revitalização da função da segurança pública e profissionalização dos servidores inerentes, bem como pela competência institucional, enfatizando a redução da criminalidade violenta e a proteção social; foco em resultados, mediante avaliação permanente; direcionamento dos serviços de segurança pública para o cidadão-usuário; simplificação de procedimentos, transparência e garantia de acesso às informações públicas; implantação de arranjos institucionais que visam à representação dos interesses coletivos, fortalecendo o controle social e enfatizando a gestão da informação. É pertinente elencar as diretrizes básicas que norteiam a governança do programa o Programa Segurança com Cidadania: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Institucional.

No que tange aos mecanismos de gestão aplicados, convém acentuar que os mesmos são responsáveis pelo desenvolvimento do Sistema de Segurança Pública, através das melhores práticas de gestão, objetivando sempre o aperfeiçoamento da integração dos órgãos vinculados à segurança pública, conquistando a sinergia entre recurso, ação e resultado.

Evidencia-se, portanto, que a governança e a gestão das políticas públicas de segurança orientam-se para a sociedade, deslocando o foco exclusivo e tradicional da atividade repressiva para o alcance de objetivos sociais mais amplos. Com isso, surge o imperativo de fortalecer e trazer efetivamente a sociedade para o centro do processo de decisão política do planejamento da segurança pública, promovendo a gestão assentada no interesse público.

Releva notar, que nesse processo, os agentes de segurança pública estão em posição de protagonismo central, pois são os responsáveis por levar a efeito os atos de governança, para o que se requisita a formação e a mobilização de competências específicas e direcionadas de conteúdo técnico e político.

Nesse contexto, a área de gestão de pessoas, notadamente a de desenvolvimento e valorização dos profissionais de segurança pública, assume posição destacada. Ao serem orientados e capacitados para agirem em seu próprio nome, no bojo do cenário social imposto e junto às instituições vinculadas, com a colaboração maciça das respectivas academias de ensino, os servidores públicos da segurança exercem a cidadania e propiciam o engajamento transversal no alcance e manutenção da paz social.

Com a qualificação adequada e direcionada dos profissionais de segurança pública, reforçam-se os mecanismos de envolvimento institucional e social na formulação, na execução, na correção da trajetória e do aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança, norteando a direção da busca pela excelência dos serviços prestados à comunidade.

Diantre de tais considerações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) a conclusão e implementação do Planejamento Estratégico e alinhamento deste com o PPA da Secretaria; II) Elaboração e Lançamento do Plano Integrado de Segurança do Consórcio Brasil Central (RIDE-DF); III) implantação do Sistema de Gestão da Informação em Segurança Pública – SIGEO; conclusão das obras de ampliação do Centro de Detenção Provisória – CDP (400 vagas) e ampliação da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF (400 vagas); IV) construção de um galpão destinado a atividades profissionais na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, V) aquisição de diversos equipamentos; VI) conclusão do Estudo do Dimensionamento do Efetivo de Segurança Pública; VII) realização da Pesquisa de Vitimização; e VIII) capacitação de 4.607 servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização.

Para o ano de 2017, destacam-se as seguintes ações: I) a elaboração e implantação da Matriz de Priorização de Projetos; II) Realização dos seguintes diagnósticos: Pesquisa Distrital de Segurança Pública (Vitimização), Pesquisa Distrital de Segurança Pública, Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho da SESIPE e SSPDF, Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho, Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial, Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial e Pesquisa de Violência nas Escolas; III) elaboração da Portaria Conjunta Nº 2, de 05 de dezembro de 2017, publicada no DODF nº 06, de 09 de janeiro de 2018 que dispõe sobre a composição e funcionamento da Unidade de Coordenação do PPV; IV) Realização de melhorias, adequações, reparos e manutenção no Bloco III do Centro de Progressão Penitenciária - CPP, no Bloco I do Centro de Detenção Provisória - CDP, na Área de Tratamento Psiquiátrico - ATP da Penitenciária Feminina do Distrito federal - PFDF; e V) capacitação de 7.873 (sete mil, oitocentos e setenta e três) servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização.

Destaca-se que os objetivos foram alcançados graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu o objetivo e as metas traçadas para o exercício de 2018, vez que no conjunto dos crimes violentos letais intencionais (homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte) houve uma diminuição de 12,7%, apenas os Homicídios cometidos caíram 12,5% em relação a 2017, com isso o DF atingiu a taxa de 14,1 por 100 mil habitantes. Em relação aos roubos e furtos que integram a categoria dos crimes contra o patrimônio, a diminuição foi de 14,6%.

Houve a inauguração do Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB, que tem como finalidade promover a gestão integrada das operações de segurança pública, mobilidade, fiscalização e prestação de serviços públicos do Distrito Federal

Na implementação de políticas de prevenção a violência destacamos o atendimento a adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas por meio de oficinas artísticas e culturais e atividades esportivas no âmbito dos Projetos Picasso Não Pichava e Esporte à Meia Noite e a expansão do Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência.

Criação da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios – CTMHF com as seguintes atribuições: 1) elaborar diagnósticos criminais e criminológicos específicos sobre a dinâmica dos homicídios e feminicídios no Distrito Federal; 2) realizar e propor a realização de estudos e pesquisas; 3) propor operações integradas dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal e de outras IOA's; 4) propor medidas de prevenção e repressão voltadas ao enfrentamento do homicídio e feminicídio; 5) subsidiar o Comitê Executivo do Viva Brasília: Nossa pacto Pela Vida com informações gerenciais; 6) aprimorar o fluxo de trabalho do Sistema de Segurança Pública para o monitoramento dos homicídios e feminicídios no Distrito Federal; 7) articular a cooperação interagências para o monitoramento dos homicídios e feminicídios no Distrito Federal

Destacamos que os objetivos foram alcançados graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal e da integração com outros órgãos de governo.

Em 2019 o Objetivo Específico “Governança, Gestão e Pessoas” caracterizou-se por desenvolver a gestão por resultados integrada de todos os órgãos de segurança pública com planejamento e aperfeiçoamento na execução dos processos internos, bem como promover a valorização dos profissionais de segurança pública, com vistas a atingir a excelência dos serviços prestados à comunidade.

Referente ao ano de 2019, destacamos as seguintes ações:

- I) Instituição da Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social no Distrito Federal;
- II) Criação do Escritório Extraordinário de Gestão de Convênios – EGC;
- III) Instituição do Comitê Interno de Governança Pública e Gestão Estratégica - Cigesp;
- IV) Realização de importantes diagnósticos que ajudaram a compreender o estado da segurança pública no Distrito Federal;
- V) Realização de reuniões periódicas, contemplando diferentes níveis de tomada de decisão, para: analisar problemas de segurança pública, buscar soluções e avaliar resultados;
- VI) Aquisição de equipamentos diversos que foram de suma importância para o atingimento dos objetivos propostos pela SSP; e
- VII) Atuação continuada na oferta de diversos cursos, seminários, workshops.

CBMDF

Em 2017, o número de Acidentes de Serviço vem se mantendo constante. Só havendo aumento considerável em meses de seca e durante a realização de cursos. A redução do número de acidentes em serviço depende do treinamento, que é um meio de desenvolver competências dos bombeiros que os tornem mais produtivos, criativos, inovadores e conscientes de suas responsabilidades.

Em 2018, a forma de calcular o indicador Disponibilidade da Frota Operacional sofreu alteração, devido ao amadurecimento dos processos institucionais relacionados ao mesmo. Antes a fórmula considerava apenas a disponibilidade da Viatura para o socorro. A partir de 2018 também entram no cálculo do resultado a disponibilidade de Condutor e da Guarnição. Assim, não faz sentido comparar os resultados do indicador a partir de 2018 com a série histórica.

Aumento do efetivo do Corpo de Bombeiros com a inserção e treinamento dos novos candidatos aprovados em concurso público, fato que consequentemente contribuiu para o aumento dos índices de ocorrência de acidentes, uma vez que no de 2017, em que não houve admissão de militares por meio de concurso, o percentual de acidentes resultou apurado em 14,84 acidentes para 1000 militares, já no ano de 2018, em que houve a inserção de novos bombeiros ao efetivo, resultou apurado em 32,48 acidentes para cada 1000 militares; Influência de fatores como a atmosfera do local de trabalho até as instalações, equipamentos, substâncias e métodos de trabalho empregado pelo Efetivo insuficiente para execução dos procedimentos para apuração dos acidentes em serviço, bem como, para execução efetiva de atividades relacionadas à prevenção de acidentes em serviço ou à segurança do trabalho.

Em 2019 o aumento do percentual de casos notificados de acidente em serviço nos meses de fevereiro, setembro e novembro de 2019, com baixo volume nos meses de junho e dezembro. Todos os dados foram obtidos conforme quantitativo de casos notificados por militar, considerando o efetivo total divulgado mensalmente pela Diretoria de Pessoal do CBMDF.

PMDF

Como contribuição para o alcance do Objetivo Específico, a Corporação atuou ainda com o foco na redução dos índices de crimes violentos. Houve concentração de energias no preparo dos profissionais de segurança pública, valorizando o uso diferenciado, proporcional e progressivo da força, bem como a incorporação de tecnologia menos letal. Houve ainda investimentos na aquisição de equipamentos apropriados que proporcionam um policiamento mais eficaz, capaz de cumprir sua tarefa repressiva de maneira legítima, sem violar direitos e produzir mais vítimas. A corporação formou ainda 03 peritos oficiais, a fim de efetuarem atividades próprias de Perícia Criminal. Foi criado dentro da Corregedoria da PMDF o Núcleo de Perícia Criminal. Encontra-se em elaboração um manual técnico voltado para a redução dos custos da administração. Ademais, a proposta do Código de Ética da Polícia Militar do Distrito Federal foi concluída no que se refere às providências possíveis da PMDF, sendo que resta apenas a tramitação específica.

Em 2019, com o fim de contribuir para o alcance do objetivo específico, a Corporação está trabalhando na reestruturação administrativa e operacional, a fim de aprimorar os processos operacionais e de gestão. A Polícia Militar pensando em seu público interno trabalha ainda na reestruturação da carreira Policial Militar com o fim de otimizar o acesso aos níveis hierárquicos. Ainda,

pensando em seus recursos humanos e objetivando alcançar maior efetividade no processo finalístico, a Corporação em 2019, renovou sua frota, adquirindo viaturas mais robustas, confortáveis e com tecnologia de ponta embarcada, e adquiriu novos Equipamentos de Proteção Individual, além de investir em Tecnologia da Informação.

DETTRAN

Visando a valorização dos profissionais no âmbito do DETRAN/DF, foram realizados cursos e eventos de formação continuada. No ano de 2016 foram atendidos 434 servidores no período de 18 de fevereiro a 06 de dezembro, contemplados nos eventos assim especificados: cursos presenciais foram atendidos 371 profissionais, nos cursos à distância foram 63 servidores. Já no ano de 2017, foram atendidos 608 servidores no período de fevereiro a de dezembro, com destaque para a implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI no âmbito do Departamento, possibilitando maior agilidade e eficiência nos processos administrativos

Em 2017, os profissionais também puderam participar de seminários e congressos fora do DF a fim de aprenderem com a experiência de outros Estados. Nesse caso, 14 servidores no ano de 2016 e 29 servidores no ano de 2017 deslocaram-se para outras unidades com objetivo de serem capacitados nas diversas áreas de interesse do órgão, como por exemplo: educação, engenharia e fiscalização.

No ano de 2018, visando à valorização dos profissionais no âmbito do DETRAN/DF, foram realizados cursos e eventos de formação continuada. Foram atendidos 502 servidores no período de janeiro a dezembro, contemplados em eventos assim especificados: cursos presenciais atendendo 427 profissionais e nos cursos à distância, 75 servidores. Realizou-se, ainda, o recadastramento e análise de 472 certificados de conclusão de cursos dos servidores que recebem a Gratificação de Atendimento ao Público – GAP; análise de 844 certificados de servidores que solicitaram ou renovaram o Adicional de Qualificação – AQ e de 31 diplomas para Gratificação de Titulação; e a realização da Promoção Funcional de aproximadamente 271 servidores do Detran/DF. Em 2018, houve ainda a implantação do um novo Sistema de Avaliação Desempenho para os servidores do órgão e aplicação do questionário 2018 para aproximadamente 1200 servidores.

Em 2019, visando à capacitação dos servidores ativos do Detran/DF, foram realizados cursos e eventos de treinamento e capacitação continuada. Dos cursos oferecidos pela Escola de Governo entre janeiro e dezembro de 2019 - 103 (cento e três) cursos, presenciais e EAD - participaram 311 (trezentos e onze) servidores. Nos cursos externos contratados pelo Detran, tivemos a contratação de 8 (oito) eventos com a participação de 49 (quarenta e nove) servidores. Ainda foi realizado o curso de Preparação para Aposentadoria com participação de 37 servidores do Detran e 13 da SSP.

Na avaliação dessa Unidade, o Objetivo ESPECÍFICO previsto, ora avaliado, foi alcançado? Considerar todas as realizações ao longo dos quatro anos de vigência do PPA 2016-2019.

- Objetivo integralmente alcançado
- Objetivo parcialmente alcançado, com número satisfatório de entregas relevantes.
- Objetivo parcialmente alcançado, com reduzido número de entregas relevantes.
- As entregas não contribuíram para o alcance do Objetivo.

Justifique a resposta: Diante da análise qualitativa e quantitativa das metas, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública atingiu integralmente o objetivo proposto para o período 2016-2019. As ações desenvolvidas pela Secretaria proporcionaram melhoria concreta das instituições de segurança pública, com destaque para o gerenciamento de informações e capacitação de pessoal.

Apontam-se os seguintes resultados do objetivo proposto: revitalização da função da segurança pública e profissionalização de seus; foco em resultados, mediante avaliação permanente; direcionamento dos serviços de segurança pública para o cidadão-usuário; simplificação de procedimentos, transparência e garantia de acesso às informações públicas; implantação de arranjos institucionais que visaram à representação dos interesses coletivos; fortalecimento do controle social e ênfase na gestão da informação.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

007 – REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE: Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24.105 – POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - PCDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	Descrição da Meta	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (E/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	7	1	Elevar o atual Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios em 10% até dezembro de 2019; (PCDF)	44,34	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	44,24	41,6	52	54,7	123,4
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	7	2	Elevar a Taxa de Inquéritos Relatados anualmente em 2% até dezembro de 2019; (PCDF)	83,39	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	52,79	62,96	63	64,80	77,7
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	7	3	Promover a assertividade orçamentária e financeira com a execução de 100% do orçamento autorizado. (PCDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	99,76	98	96	100	100,0

Análise Qualitativa**1. Elevar o atual Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios em 10% até dezembro de 2019; (PCDF)****2016**

Meta não atingida - A PCDF teve seu contingente de policiais civis diminuído em razão do alto número de aposentadorias e insuficiente recomposição do quadro funcional da Instituição. Estes elementos impactaram na resolução dos Crimes de Homicídios. O movimento paredista também contribuiu para o decréscimo do índice de resolução de crimes de homicídios em 2016. Considerando que a meta até 2019 é de 10%, ou seja, para todo o quadriênio, sendo desejável o índice de 2,5 % ao ano, verifica-se que a meta a ser atingida em 2016 era de 41,17 %. Contudo, alcançou-se 40,17%, o que corresponde a 2,44%. O índice de alcance total foi de 24,40 %.

2017

O índice de resolução de crimes de homicídio (IRCH) alcançou 41,6% em 2017. Não alcançou a meta almejada de 42,2% prevista para o período, ficando aquém do esperado em 0,6%. Frise-se que a premissa contida na meta é o aumento de 10% do índice de resolução até 2019.

Em que pese este obstáculo, a Alta Gestão da instituição policial tomou medidas e apoiou várias ações convergentes para rápida elucidação dos crimes de homicídios, como a capacitação de peritos criminais em contemporâneas técnicas de necropsia virtual, instituição do protocolo para atendimento de casos de feminicídio e reestruturação organizacional da Coordenação de Homicídios e Proteção à Pessoa - CHPP, com respectiva criação do serviço de proteção a pessoa. Todavia, as constantes paralisações dos servidores, bem como a insuficiência de recursos humanos provocada pelo alto número de aposentadorias e pela evasão de pessoal profissionalmente capacitado em razão da falta de aumento salarial foram fatores negativos que determinaram o resultado aquém do esperado.

Justificativa -se o não atingimento da meta em razão da redução do efetivo policial nas Delegacias de Polícia. O desempenho da atividade finalística em 2017 foi impactado negativamente, mormente, pelo movimento paredista denominado PCDF LEGAL que, por mais um ano, provocou o decréscimo do índice de resolução de crimes de homicídios no exercício de 2017. Como outros fatores que também contribuíram para o não atingimento da meta temos a insuficiência de Recursos Humanos e o alto índice de aposentadorias.

Nota: O índice de 2016 é objeto de solicitação de revisão. Se aprovada a revisão, o índice alcançado passará de 44,24% para 43,32%, enquanto o índice esperado para o ano deveria ser de 41,17%.

2018

Meta Atingida. O índice desejado para o ano de 2018 é de 43,25 %, tendo alcançado 52%. Logo, o índice de Resolução de Crimes de Homicídios (IRCH) superou o resultado anual desejado em 8,75%.

Quanto às ações, providências e atividades desenvolvidas em 2018, visando aprimorar a sistema de apuração de crimes de homicídio, coube à Polícia Civil por meio das Delegacias Circunscripcionais alocar mensalmente forças policiais em várias ações e operações policiais deflagradas no intuito de combater os crimes de homicídio e outros delitos. Para tanto, foram pontualmente definidas metas, em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública e demais forças de segurança. Frise-se que os delitos foram definidos de acordo com dados estatísticos extraídos dos sistemas informatizados utilizados pelas forças de segurança.

2019

Meta atingida. A meta para 2019 do índice de Resolução de Crimes de Homicídios era de 44,34%, tendo sido atingido o índice de 54,7%.

A Criação do Serviço Voluntário Gratificado - SVG no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal foi crucial para um atendimento mais rápido e de melhor qualidade nos plantões policiais, repercutindo positivamente também nos trabalhos investigativos. As delegacias atuantes em regime de plantão contínuo por período de 24 horas, desde o início de 2019, tiveram suas equipes de investigações reforçadas em todo o Distrito Federal. Com a adesão de policiais ao SVG, as delegacias circunscripcionais aproveitaram ao máximo suas forças de trabalho nas seções de investigação, priorizando processos internos que efetivamente levam a reunião de evidências e provas materiais, culminando na consequente elucidação dos delitos, principalmente homicídios.

2. Elevar a Taxa de Inquéritos Relatados anualmente em 2% até dezembro de 2019; (PCDF)

2016

Meta não atingida – A Instituição Policial teve seu contingente de policiais civis diminuído em razão do alto número de aposentadorias e insuficiente recomposição do quadro funcional. O movimento paredista também contribuiu para o decréscimo do índice Inquéritos Relatados Anualmente. Estes fatores impactaram no índice deste indicador. Considerando que a meta até 2019 é de 2% anualmente, o índice desejável de Inquéritos Relatados é de 78, 58%.

2017

A meta almejada não foi atingida.

Em 2017, somente 62,96% dos inquéritos policiais foram relatados, sendo desejado atingir o cômputo de 80,15%.

A Polícia Civil do Distrito Federal tem como fim precípua o exercício da Investigação Policial. Esta é o supedâneo de um relatório final exitoso. Contudo, o processo investigativo restou prejudicado pela insuficiência de recursos humanos no ano de 2017.

Justificativa 2017: Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia prejudica as investigações, impedindo que parte dos inquéritos sejam concluídos, impactando negativamente no número de inquéritos relatados.

Nota: Índice da taxa de inquéritos relatados em 2017 foi objeto de solicitação de revisão em maio de 2018, em razão de erro material. O índice alcançado foi elevado de 50% para 62,96%.

2018

Meta não atingida. A elevação gradual de 2% ao ano da Taxa de Inquéritos Relatados - TIR não foi obtida. O percentual de inquéritos relatados atingiu 63%, porém o índice desejado corresponde a 81,75% em 2018. A posse de 59 (cinquenta e nove) delegados de Polícia no ano de 2018, força de trabalho responsável pela relatoria de inquéritos policiais, é fator decisivo para o bom desempenho, havendo necessidade de incremento de efetivo policial da carreira de Delegado de Polícia Civil para aumentar o número de inquéritos policiais relatados. O relato de inquéritos policiais também se mostra prejudicado pela falta de servidores que colaboraram diretamente para a conclusão dos feitos (escrivães e agentes de Polícia).

2019

Meta não atingida. Atingiu-se o índice de 64,8% em 2019, sendo que o resultado desejado era de 83,39%.

Ao longo dos anos, o baixo efetivo policial vem prejudicando o bom desempenho da instituição policial quanto a relatoria de inquéritos policiais. Atualmente, existem 154 vagas para delegados de Polícia não ocupadas, assim como 638 vagas não ocupadas para escrivães de Polícia, de acordo com o quadro funcional previsto na Lei 12.803/2013

3. Promover a assertividade orçamentária e financeira com a execução de 100% do orçamento autorizado. (PCDF)

2016

Meta atingida - A PCDF obteve o índice de assertividade orçamentária e financeira de 99,76%, executando com proficiência seus recursos e obtendo eficiência e eficácia dos seus gastos.

2017

Demonstrando proficiência em execução orçamentária, a PCDF atingiu a meta desejada no Plano Plurianual (>95%), alcançando 98% em assertividade orçamentária em 2017.

Convergindo para o alcance deste objetivo específico, Plano e Agenda de Governo foram alinhados às diretrizes do Programa Avançar da PCDF em nível tático, realizando com sucesso o desdobramento da estratégia corporativa, traduzida em ações elencadas na Matriz de Projetos da PCDF, parte integrante do Programa Avançar. Projetos estratégicos na esfera governamental foram considerados prioritários e suas execuções garantidas em razão de um plano orçamentário bem estruturado, no qual foi realizada acurada projeção de custos e o planejamento de investimentos.

2018

A arrojada meta estabelecida (100%) não foi alcançada. Todavia, o resultado foi considerado extremamente positivo, culminando em 96% de assertividade orçamentária. O resultado do índice de Assertividade Orçamentária foi obtido mediante consideração dos recursos provenientes do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF e do Tesouro do GDF.

2019

A assertividade orçamentária é aferida por exercício, segundo critérios técnicos orçamentários.

Os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal foram empenhados em sua totalidade, tendo sido alcançada a meta de 100% da assertividade orçamentária.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	2019 Alcançado	Fonte Informação
1622	ÍNDICE DE RESOLUÇÃO DOS CRIMES DE HOMICÍDIOS (IRCH) (Item alterado, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	40,17	31/12/2014	44,18	44,24	42,20	41,6	43,25	52	44,34	54,7	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	2019 Alcançado	Fonte Informação
1623	TAXA DE INQUÉRITOS RELATADOS (TIR)	%	77,04	31/12/2014	78,58	52,79	80,15	50	81,75	63	83,39	64,8	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7
1624	ÍNDICE DE ASSERTIVIDADE ORÇAMENTÁRIA	%			> 95	99,76	> 95	98	> 95	96	> 95	81	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7

* Alterado mediante solicitação da unidade (Processo SEI nº 00052 – 00013697/2018 – 83)

Justificativas 2016

Indicador 1622 - Em que pese a PCDF priorizar a elucidação de crimes de homicídios em todo Distrito Federal, as diversas paralisações ocorridas em razão do movimento paredista, o crescente número de aposentadoria de policiais civis, além da insuficiente recomposição do quadro funcional da Instituição prejudicaram o desempenho quanto à resolução dos crimes de homicídios.

Indicador 1623 - As várias paralisações dos servidores em razão do movimento paredista, o crescente número de aposentadoria de policiais civis e a insuficiente recomposição do quadro funcional da Instituição ensejaram a redução da taxa de inquéritos relatados nas Delegacias de Polícia.

Indicador 1624 - O índice de Assertividade da PCDF alcançou de 99,76%. Ressalte-se que o Departamento de Administração Geral tem em sua estrutura organizacional uma Comissão Permanente de Licitação e uma Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial, as quais atuam em estrita conformidade com as orientações e decisões normativas dos Órgãos Fiscalizadores e de Controle Externo. Estas comissões se encontram vinculadas ao Objetivo Estratégico - otimização dos processos administrativos e operacionais, ref.: P 13, quadro de Objetivos Estratégicos, Programa AVANÇAR do Planejamento Estratégico da PCDF.

Justificativas 2017

Indicador 1622 - O índice de resolução de crimes de homicídio (IRCH) alcançou 41,6%, em 2017. Não alcançou a meta de 42,2% prevista para o período. Frise-se que a premissa contida na meta é o aumento de 10% do índice de resolução até 2019, ou seja, atingir um aumento percentual de 2,5% ao ano até final do quadriênio. (Fonte: DATE/DGI/PCDF) justificativa 2017: Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia.

Indicador 1623 - O índice de inquéritos relatados decaiu. Em 2017, apenas 50% da universalidade dos inquéritos policiais foi relatada. (Fonte: DATE/DGI/PCDF) justificativa: 2017 - Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia prejudica as investigações, impedindo que parte dos inquéritos sejam concluídos, impactando negativamente no número de inquéritos "relatados".

Indicador 1624 - Demonstrando proficiência em execução orçamentária, a PCDF atingiu o índice desejado no Plano Plurianual (>95%), alcançando 98% em assertividade orçamentária em 2017. (Fonte: DOF/DAG/PCDF) justificativa 2017: Novas medidas administrativas para as aquisições de materiais, bens e serviços. Adoção de boas práticas em Administração. Adoção de eficientes ferramentas de gestão orçamentária e de materiais.

Justificativas 2018

Indicador 1622 - O índice de Resolução de Crimes de Homicídio superou o índice desejado em 8,75%. Justifica-se o bom resultado pela adoção de iniciativas que favoreceram as apurações criminais para crimes de feminicídio e melhorias no serviço de proteção à pessoa nos anos anteriores. Ainda o alto índice de autuações em flagrante delito para crimes de homicídio em 2018 ensejou o imediato conhecimento da autoria do delito contra a vida.

Indicador 1623 - O índice da Taxa de Inquéritos Relatados restou aquém do esperado para o exercício de 2018. Reduzido efetivo de policiais civis nas delegacias de Polícia refletiu negativamente no número de inquéritos relatados.

Indicador 1624 - O índice de assertividade orçamentária superou o índice desejado. Adoção de boas práticas administrativas e eficientes ferramentas de gestão orçamentária.

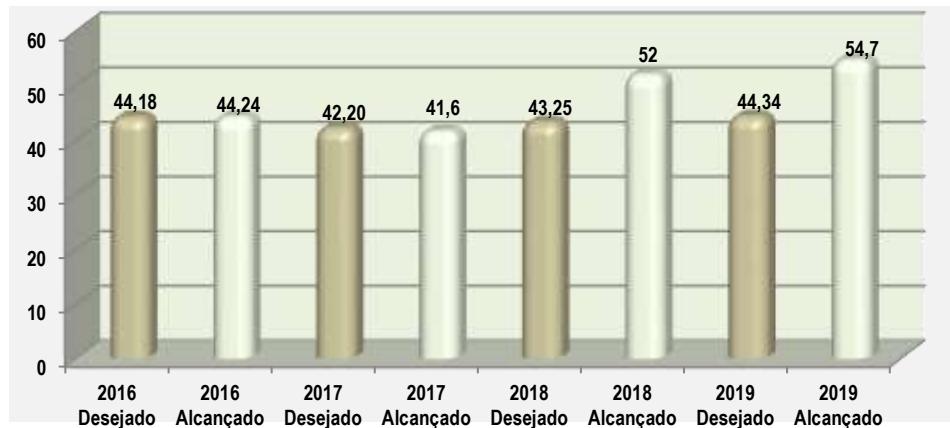
Justificativas 2019

Indicador 1622 – Aumento no número de operações policiais, e fortalecimento das atividades periciais. Monitoramento de criminalidade nas Regiões Administrativas e prisões de foragidos da Justiça.

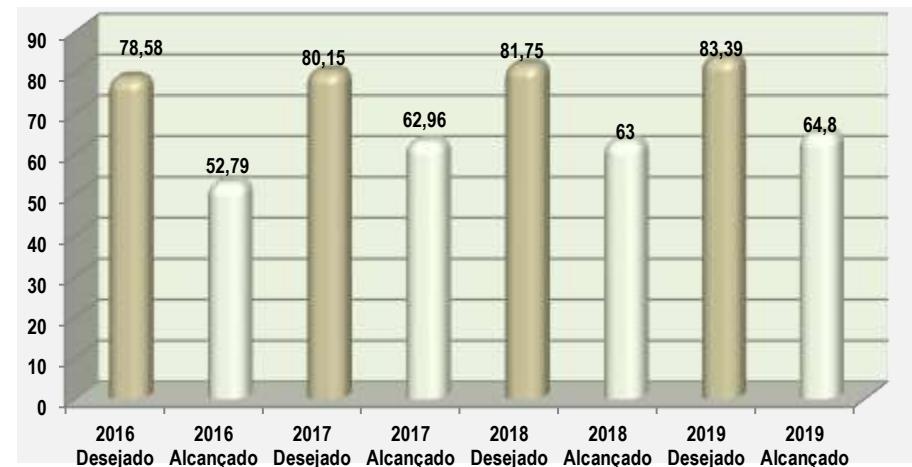
Indicador 1623 – A PCDF vem progressivamente buscando alcançar a meta estabelecida, com aumento de 18,8% do decorrer dos anos anteriores, mesmo perante o reduzido efetivo de policiais nas delegacias.

Indicador 1624 – O índice de assertividade orçamentária é calculado com base na execução de recursos advindos do Fundo constitucional do Distrito Federal e Tesouro do Governo do Distrito Federal. Este inclui receitas de convênios. Se os convênios não são consumados, isto influi no quantitativo do índice. Contudo, não há prejuízo, pois, os superávits de recursos de convênios não executados em 2019 serão utilizados no exercício seguinte, não acarretando perda à programação orçamentária e financeira da Polícia Civil.

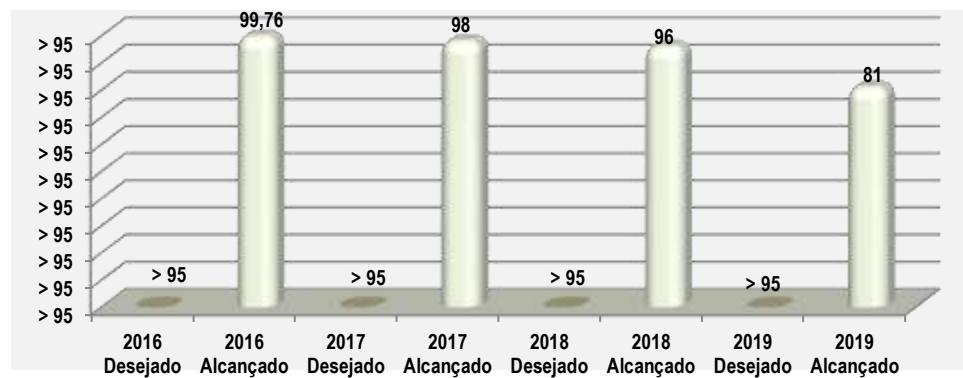
ÍNDICE DE RESOLUÇÃO DOS CRIMES DE HOMICÍDIOS (IRCH) (Item alterado, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019)



TAXA DE INQUÉRITOS RELATADOS (TIR)



ÍNDICE DE ASSERTIVIDADE ORÇAMENTÁRIA
 > 95 $99,76 > 95$ $98 > 95$ $96 > 95$



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIPÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2019 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	7	1	Desenvolvimento do Projeto Construindo O Amanhã (PCDF) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	24105	50	<p>2018 Projeto Ativo e parcialmente executado. O projeto Construindo o Amanhã tem como público-alvo pais, professores e diretores de escolas públicas do Distrito Federal, os quais recebem visitas de policiais civis, que atuam no combate a atos infracionais análogos a crimes praticados por adolescentes infratores. Na Delegacia da Criança e do Adolescente I - DCA I, foram atendidas 06 escolas, cerca de 50 adolescentes, bem como 87 responsáveis e 99 professores da rede pública e privada. No âmbito da Delegacia da Criança e do Adolescente II - DCA II, o projeto não funcionou em 2018. Justificou-se o não desenvolvimento do projeto naquela unidade policial pela necessidade de ajustes metodológicos e conformação a normas referentes a projetos. 2019 - Projeto inativo. O projeto "Construindo o Amanhã" foi executado até 2018.</p>
6217	7	2	Desenvolvimento do Projeto Lidera (PCDF) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	24105	100	<p>2018 Projeto Ativo. Sob o slogan "Empoderar para Multiplicar", a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF idealizou e executa o Projeto LIDERÁ, por intermédio da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, com o escopo de incentivar lideranças comunitárias, sociais e institucionais que divulguem conhecimento e instrumentos legais de enfrentamento à violência contra a mulher. O principal objetivo do projeto é proporcionar o desenvolvimento de ações de prevenção e de resposta mais eficiente à violência e criminalidade contra as mulheres do DF, mediante um trabalho educativo multiplicado. Em 2018, houve 08 turmas, com a participação de 235 pessoas. 2019 - Projeto Ativo. O projeto LIDERÁ promoveu palestras ao longo do ano de 2019. Foram formadas 06 turmas, tendo como público pessoas de diversos segmentos da sociedade civil. Total do público atendido: 302 pessoas.</p>
6217	7	3	Desenvolvimento do Projeto Caminho das Flores (PCDF) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	24105	100	<p>2018 Projeto Ativo. O Projeto CAMINHO DAS FLORES consiste em um portfólio de eventos através dos quais são promovidas celebrações, palestras, ações comunitárias de proteção e valorização da Mulher, através de parceria celebrada entre a PCDF e a sociedade civil organizada. Em 2018, foram realizadas 15 atividades com a temática de Gênero, Empoderamento Feminino e Protagonismo Social, apoiando mulheres e mulheres idosas vítimas de maus tratos. Total do público atendido: 1.104 pessoas. 2019 Projeto ativo em 2019. A segunda etapa do projeto CAMINHO DAS FLORES foi desenvolvida entre março e abril de 2019. Neste período, houve palestras sobre violência contra a Mulher, Uso de Drogas e Ciberbullying. Total do público atingido: 980 pessoas. O projeto foi finalizado em 2019.</p>
6217	7	4	Implantação do Projeto Investigador Mirim (PCDF) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	24105	100	<p>2018 Projeto não implementado. Projeto em fase de planejamento. O Projeto Investigador Mirim visa contemplar periodicamente crianças e adolescentes, os quais, após o período escolar, deverão participar de atividades educacionais pautadas na formação da consciência cívica. Todas as atividades que constituem o projeto atuam no processo educativo-formativo, considerando o estado de vulnerabilidade social dos menores de idade, a ser detectado por representantes de escolas da rede pública e dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal. O Projeto Investigador Mirim é precipuamente uma ação preventiva contra a criminalidade. 2019 - Projeto implementado e ativo. Em 2019, o PROGRAMA INVESTIGADOR MIRIM – PIM atendeu 02 escolas da rede pública de ensino, com 30 (trinta) alunos de 08 a 11 anos de idade matriculados no Ensino Fundamental e em situação de possível vulnerabilidade social. Foram desenvolvidas atividades no contraturno escolar: acompanhamento escolar, práticas desportivas, de desenvolvimento de Ética e Cidadania e Letramento Digital, dentre outras.</p>

Análise dos Resultados do Objetivo Específico

2016/2019

Impende consignar que o Objetivo Específico proposto para o período para execução do PPA 2016-2019 compreende a essência e a funcionalidade da Polícia Civil do Distrito Federal /PCDF, tendo o mesmo logrado pleno êxito, pois, diuturnamente a Instituição foi instada a alcançá-lo.

Nesse sentido, a PCDF elaborou a partir de sua ideologia corporativa que são expressas na concepção de seu Negócio, Missão, Visão e Valores, o “Projeto Avançar – Programa de Educação Executiva para Gestão Estratégica da Polícia Civil do DF” - projeto este voltado à implantação do Planejamento Estratégico da Instituição para o período 2014-2020, quais sejam:

Negócio: Elucidar infrações penais com efetividade, exercer as funções de polícia judiciária e promover a cidadania.

Missão: Até 2020, ser referência nacional como instituição policial em resolução das infrações penais e atendimento ao cidadão, incrementando os respectivos índices atuais em 30%, com repercussão na diminuição da criminalidade no DF.

Visão: Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados, visando aprimorar o exercício da cidadania.

Noutro giro, consignamos que a PCDF tem gerido de forma eficiente e eficaz seus Orçamentos Anuais no período PPP 2016-2019, atentando para os objetivos do Programa Temático - 6217 - Segurança Pública – assim como para as disposições contidas nas diretrizes de execução orçamentária, financeira e contábil do Governo Federal e Distrital.

Por fim, é fácil perceber a similitude das reflexões conceituais do Projeto Avançar – Programa de Educação Executiva para Gestão Estratégica da Polícia Civil com o Objetivo Específico indicado para execução do PPA 2016-2019, fortalecendo, destarte, a busca da Instituição por incremento dos índices de resolução de crimes, por meio da elaboração de procedimentos formais.

Em 2017 foram implementadas ações para fomentar a contínua capacitação profissional dos mesmos por meio de cursos técnicos, dentre eles:

Curso	Servidores Capacitados
CURSOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL	791
CAPACITAÇÃO CONTINUADA	703
ACADEMIA VAI ATÉ VOCÊ	474
TREINAMENTO	200
TOTAL	2.168

Fonte: Academia de Polícia Civil – APC (2017).

Ademais, com o fim de imprimir celeridade na redução da criminalidade, a Polícia Civil do Distrito Federal promoveu a instalação do Núcleo de Audiência de Custódia - NAC em prédio do Complexo da Polícia Civil.

No âmbito interno da PCDF foram promovidas as seguintes ações orçamentárias para o atingimento do objetivo específico:

Quanto à **Modernização de Sistema de Informação**, além do Sistema de Gestão Administrativa - SGA e de Painéis de Gestão da Informação - adquiridos para o monitoramento de estatística, análise criminal e procedimentos policiais, bem como controle de consumo de água, abastecimento de viaturas e recursos humanos -, atendendo a 80 unidades policiais e 337 policiais habilitados, cabe consignar a implementação do TCnet, sistema responsável pela padronização dos termos circunstanciados gerados na PCDF e integração eletrônica com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o qual passou a automatizar todo o processo de apuração de delitos de menor potencialidade ofensiva em 2017. Por sua vez, o Sistema de Gestão Administrativa - SGA, criado para a melhoria da gestão administrativa da PCDF, consiste em instrumento de gerenciamento, monitoramento e controle de procedimentos afetos aos recursos humanos da PCDF, garantindo maior eficiência e melhor gestão dos ativos institucionais.

Quanto as ações de Inteligência e aos recursos tecnológicos almejados para o cumprimento do objetivo específico em comento, cite-se a realização do 1º Seminário de Inteligência Policial Judiciária da Polícia Civil do Distrito Federal, com o fim de discutir a atuação das inteligências das Polícias Judiciárias, o qual foi marco importante nos processos de integração dos operadores de Segurança Pública, agregando valor aos profissionais. O evento reuniu 302 (trezentos e dois) participantes, oriundos de 37 (trinta e sete) órgãos públicos das esferas federal, estadual e distrital, representando 11 (onze) Unidades da Federação

Em relação ao **Centro Piloto de Prevenção ao uso de Drogas**, destacamos o desenvolvimento de Atividades Comunitárias no Centro de Educação e Prevenção ao Uso de Drogas-CEPUD/APC/PCDF em pleno funcionamento após modernização de suas instalações. O CEPUD desenvolve importante trabalho social no Museu de Drogas da Academia de Polícia Civil do Distrito Federal e também pelo Museu Itinerante. Desempenham um papel fundamental na política de Segurança Comunitária, tanto no que se refere à aproximação com a comunidade quanto à prevenção da criminalidade. Em 2017 foi possível promover uma ampla reforma no Museu de Drogas da Academia de Polícia Civil, resultando num ambiente mais atualizado e adequado ao recebimento de visitantes, sobretudo crianças em idade escolar. Vale ressaltar que não há um único perfil ou público-alvo, mas há predominância de visitantes jovens. No citado exercício, prestou-se o serviço a escolas públicas e privadas, empresas privadas, igrejas e demais agremiações religiosas, além de o museu itinerante ter ido de encontro a ações sociais governamentais. Também Organizações não Governamentais - ONG's voltadas ao de atendimento de jovens em situação de vulnerabilidade foram atendidas e usufruíram do espaço para trabalhos socioeducativos, além dos demais órgãos de Segurança, como a Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF e o Grupo de e formação de Guardas Municipais das cidades do Entorno do Distrito Federal, por intermédio do Instituto Federal de Goiás - IFGO. Enfim, foram contabilizados 7.302 (sete mil trezentos e dois) eventos de apresentação, dentre visitas, palestras e exposições em 2017.

Na seara das obras e construções de Unidades Policiais e Delegacias, tem-se:

Descrição	Região Administrativa	Etapas realizadas até 31/12/2017	Estágio
15ª DP -	IX	100%	Em fase de recebimento
38ª DP -	XXX	100%	Em fase de recebimento
Instituto de Criminalística	XXII	81,75%	Em andamento
16ª DP -	VI	69,36%	Em andamento

Fonte: DAE/DAG/PCDF (2017).

Por último, consigna-se que o número de carteiras de identidade expedidas pela instituição alcançou o cômputo de 1.161 (mil cento e sessenta e um) documentos.

Vale ressaltar, quanto a análise, propriamente dista, desse Objetivo Específico, que houve resultado positivo em promover a assertividade orçamentária da instituição, proporcionando meios materiais para o exercício da função de Polícia Judiciária, e robustecendo seus ativos fixos e tangíveis através das ações orçamentárias. Considerando as diretrizes já traçadas para o exercício da Segurança pública no Distrito Federal, dentre elas a otimização dos procedimentos e ampliação de acesso do cidadão aos serviços de segurança pública, é notória a modernização das ferramentas tecnológicas para o exercício da função de Polícia Judiciária. Houve resultados satisfatórios quanto a modernização dos sistemas informatizados e ações de voltadas para a segurança da Informação. Porém, tais ações, utilizadas como meios para alcançar o Objetivo, não foram suficientes para superar a falta de investimento em recursos humanos, o que causou um decréscimo nos resultados esperados pela Polícia Civil quanto aos índices de inquéritos concluídos com autoria definida e de resolução de crimes de homicídios.

Com o intuito de reduzir a criminalidade e elucidar infrações penais, foram desenvolvidas ações relevantes no ano de 2018.

Como Polícia Judiciária com foco na investigação policial, ressaltamos a criação da Coordenação Especial de Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e aos Crimes contra a Administração Pública – CECOR com sua estrutura normatizada pelo Decreto nº 38.815, de 18 de janeiro de 2018, a qual constitui um marco divisor em atuação para a PCDF. Destacaram-se em 2018 operações policiais como a Operação SHOOTER (desarticulação de associação criminosa voltada ao comércio ilegal de armas de fogo e munições); COERTIO (combate a fraudes no Sistema de Bilhetagem Automática –SBA utilizado pelo DFTrans/GDF) e ARENAE (combate a esquema de fraude e sonegação fiscal).

Em toda a instituição policial foram computadas 784 (setecentos e oitenta e quatro) operações policiais neste exercício (fonte: DATE/DGI/PCDF).

Resguardar os direitos individuais e coletivos durante o exercício da atividade policial é característica inerente à PCDF, que promove frequente reciclagem profissional em prol da sensibilização do policial civil quanto a técnicas de abordagem e revista policial, gestão de conflitos e métodos em oitivas. No campo da capacitação profissional, registre-se que foram ministrados pela Escola Superior da Polícia Civil - ESPC em 2018 cursos de técnicas operacionais em ação policial, de análise criminal e de análise de vínculos. A Escola Superior da Polícia Civil – ESPC promoveu também cursos “Análise dos Seis Canais de Comunicação e Avaliação de Veracidade e Credibilidade” e curso de “Depoimento Especial, Procedimento de Oitiva de Criança ou Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência”.

Para melhor atuação e desempenho da Polícia Técnica, houve aquisição de novos equipamentos como o cromatógrafo de íons e o difratômetro de Raios -X, que permitirão ao Instituto de Criminalística a realização de exames periciais relacionados a explosão de caixas eletrônicos e identificação de pesticidas em casos de crimes contra o meio ambiente, além de avaliação econômica de pedras preciosas. Também a aquisição de drones para a PCDF permitiu os registros de imagens relacionadas aos crimes contra o meio ambiente, acidentes de trânsito com vítimas, crimes contra a pessoa e registro de imagens em locais de incêndio ou explosão.

Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária é o fim precípua da Polícia Civil. Como realizações mais impactantes para a conquista deste objetivo, podemos citar as operações policiais. No ano de 2019, foram diversas operações policiais, dentre elas vinte e três operações de grande envergadura coordenadas pela Coordenação Especial de Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e aos Crimes contra a Administração Pública – CECOR, tendo como alvos fraudes em licitações, corrupção em instâncias relacionadas à saúde pública, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro, grilagem de terras com envolvimento de organização criminosa, práticas de crime de peculato, tráfico de drogas e medicamentos e desvios de verbas públicas.

Destaca-se ainda a Operação CRONOS II, que ocorreu com o apoio da Secretaria de Operações Integradas – SEOPI, do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, em 28 de maio de 2019. A PCDF participou de sua força – tarefa formada por Polícias Civis de 22 (vinte e dois) estados da Federação. Houve êxito em realizar prisões de autores de homicídio e feminicídio condenados em processos criminais. Registrou-se 937 prisões no país em cumprimento a mandados de prisão, sendo 881 pela prática de homicídio e 56 por cometimento de feminicídio. Trinta e um adolescentes foram apreendidos em cumprimento a mandado de busca e apreensão pela prática de ato infracional análogo ao crime de homicídio. Somente no Distrito Federal, 27 pessoas foram presas em razão da prática de homicídio.

Demais resultados atinentes as atividades policiais importantes para o alcance do objetivo específico são demonstrados a seguir:

POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL EM NUMEROS - 2019	
Demais Resultados PCDF - Jan/Dez 2019	2019
Ocorrencias Registradas	418.783
Inquéritos Instaurados	39.301
Inquéritos Remetidos ao Judiciário	39.257
Mandados de Prisão Cumpridos	9.253
Prisões Realizadas (adultos: Flag/MP e menores: Flag/MBA)	10.722
Expedição de Certidões de Antecedentes Criminais	59.285
Atendimento a solicitações de bloqueio de aparelho celular	6.527
Laudos Expedidos pelo Instituto de Criminalística	34.139
Emissão de Carteira de Identidade	280.053
Perícias Realizadas pelo IML (vivo e morto)	50.788
Laudos Produzidos pelo IPDNA	-
Prisões e Apreensões	2019
Adultos presos em flagrante delito	3.267
Adultos presos por mandado de prisão	6.074
Pessoas em conflito com a lei apreendidas em flagrante	524
Pessoas em conflito com a lei apreendidas por mandado de busca e apreensão	857
Tráfico de Entorpecentes 2019	2019
Adultos presos em flagrante delito	1.278
Adultos presos por mandado de prisão	261
Pessoas em conflito com a lei apreendidas em flagrante	176
Pessoas em conflito com a lei apreendidas por mandado de busca e apreensão	104
Lei Maria da Penha	2019
Inquéritos Instaurados	17.039
Representação por medidas protetivas	14.159

Fonte: PCDF/DGI/DATE/SE/Polaris

Data da pesquisa: 29JAN2020

Reitere-se que os resultados da Polícia Técnica são expressivos tendo sido expedidos 90.904 laudos periciais pelos Instituto de Medicina Legal, Instituto de Criminalística e Instituto de Identificação.

Na avaliação dessa Unidade, o Objetivo ESPECÍFICO previsto, ora avaliado, foi alcançado? Considerar todas as realizações ao longo dos quatro anos de vigência do PPA 2016-2019.

- Objetivo integralmente alcançado
- Objetivo parcialmente alcançado, com número satisfatório de entregas relevantes.
- Objetivo parcialmente alcançado, com reduzido número de entregas relevantes.
- As entregas não contribuíram para o alcance do Objetivo.

Justifique a resposta: A insuficiência de pessoal e fatores ambientais externos são os desafios enfrentados pela instituição policial. Estes influenciaram decisivamente no cumprimento das metas e resultados dos índices de desempenho do PPA 2016 -2019. Avalia-se que houve parcial atingimento das metas e índices do instrumento de planejamento.

Contudo, tem-se como plenamente atingidos os objetivos propostos no PPA 2016 - 2019 em razão dos resultados colhidos no exercício. Como expressão do trabalho conjunto desenvolvido pelas Forças de Segurança Pública, houve redução do número de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI – homicídio, latrocínio, feminicídio e lesão corporal seguida de morte -, bem como dos Crimes contra o Patrimônio - CPP em 2019. A Polícia Civil colaborou para garantir esses resultados positivos com importantes entregas de serviços à sociedade, promovendo com o êxito a redução da criminalidade.

A reabertura dos plantões policiais e a criação do Programa PCDF CIDADÃ, o qual engloba 11 projetos sociais executados pelas unidades policiais, representam ações significativas de combate ao crime.

Desse modo, considera-se plenamente atingido o Objetivo Específico ora avaliado.